

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

CARLOS ALBERTO JAHN

**INDETERMINAÇÕES COMUNICACIONAIS
GERADORAS DE INDEFINIÇÃO ÉTICA
Um estudo de casos múltiplos de dispositivos interacionais,
circuitos comunicacionais e lógicas tentativas.**

SÃO LEOPOLDO

2014

CARLOS ALBERTO JAHN

INDETERMINAÇÕES COMUNICACIONAIS
GERADORAS DE INDEFINIÇÃO ÉTICA

Um estudo de casos múltiplos de dispositivos interacionais,
circuitos comunicacionais e lógicas tentativas.

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS.

Área de concentração: Processos Midiáticos

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Braga

São Leopoldo

2014

CARLOS ALBERTO JAHN

“INDETERMINAÇÕES COMUNICACIONAIS GERADORAS DE INDEFINIÇÃO
ÉTICA Um estudo de casos múltiplos de dispositivos interacionais, circuitos
comunicacionais e lógicas tentativas”

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS.

Aprovado em 21 de fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino – Faculdade Cásper Líbero



Profa. Dra. Nisia Martins do Rosário – UFRGS



Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin – UNISINOS



Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira – UNISINOS



Prof. Dr. José Luiz Braga – UNISINOS

J25i Jahn, Carlos Alberto
Indeterminações comunicacionais geradoras de indefinição ética: um estudo de casos múltiplos de dispositivos interacionais, circuitos comunicacionais e lógicas tentativas./ por Carlos Alberto Jahn. -- 2014.
240 f. : il. color. ; 30cm.

Tese (Doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Leopoldo, RS, 2014.
Orientador: Prof. Dr. José Luiz Braga.

1. Comunicação. 2. Miatização. 3. Dispositivos interacionais. 4. Comunicação ética. I. Título. II. Braga, José Luiz.

CDU 659.3

Pertencemos a certos dispositivos e neles agimos. A novidade de um dispositivo em relação aos anteriores é o que chamamos sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, o que chegamos a ser; quer dizer, o outro, nossa diferente evolução. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual. A história é o arquivo, é a configuração do que somos e deixamos de ser, enquanto o atual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que nos separa ainda de nós próprios, e o atual é esse outro com o qual nos coincidimos. (Gilles Deleuze)

Sou muito grato:

À Companhia de Jesus e à Unisinos pelo auxílio na pesquisa;

Aos professores do PPG Comunicação Unisinos pelas aulas, apresentação de linhas de pensamento, autores e, principalmente, pelas discussões;

Ao pessoal técnico-administrativo do PPG Comunicação pelo pronto suporte;

Às alunas e aos alunos da graduação em Jornalismo da Unisinos por ouvirem atentamente aspectos dos objetos de pesquisa e por fazerem perguntas;

Aos ex-orientandos de Monografias de Conclusão de Curso – Auryane Borges, Bruna Vargas, Cândida Portolan, Darlan Schwaab, Fernanda Kern, Hélio Fernando de Castro, Juliane Pimentel, Letícia B. Cardoso, Paula Barcellos, Patrícia Gatsmann, Priscila Silva, Pedro Baltazar, Luana Trevisol, Semira Martins, Silvia Dalmas e Virginia Silveira – por sinalizarem com suas pesquisas uma sociedade em contexto de mediação;

Aos entrevistados para esta pesquisa – Alberto Kopittke, Alessandro Castro, Fernando Lehn, Taís Dal Ri, Rafael dal Santo, Rosane de Oliveira e José Simão – por me acolherem e compartilharem suas ações profissionais e inquietações;

À Micheli Machado pela companhia, cafés, escuta interessada das idas e vindas da pesquisa e pela cobrança do texto final da tese;

Ao Braga – interlocutor e orientador – pela abnegada partilha de conhecimentos, parceria na discussão dos objetos e na construção das táticas de trabalho. Mestre, seu estímulo e apoio foram fundamentais. Super!

RESUMO

A pesquisa está circunscrita no horizonte de midiatização. Problematiza a comunicação social enquanto geradora de indeterminações comunicacionais. Investiga cinco dispositivos interacionais em contexto de midiatização – A Secretaria de Segurança Pública de Canoas-RS; o videomonitoramento de veículos de um trecho da BR-116; Dispositivo Rosane de Oliveira; Dispositivo **José Simão** e o blog **Pergunte ao Urso**. O eixo transversal é o da ética, discutido desde as indeterminações que emergem de dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais, onde são fator gerador de *espaços de indefinição ética*. A estratégia metodológica combina *Estudo de Caso* com *Paradigma indiciário*. As questões de trabalho são: Como emergem as indeterminações nos dispositivos e circuitos em constituição? Como os espaços de indeterminação ética afetam os dispositivos e circuitos? Por que as indeterminações geram espaços de indefinição ética? Quais proposições o estudo – desde o eixo da ética – permite inferir sobre dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais em contexto de midiatização? Concluímos que na perspectiva de sociedade em contexto de midiatização – como um processo geral – há distintos contextos em midiatização nos quais os processos sociais e campos estão mais ou menos ajustados à nova ambiência comunicacional, sendo os fluxos os grandes atravessadores de campos e práticas sociais; As indeterminações emergem de experimentações sociais e de usos tentativos *ad hoc*, tanto nos dispositivos interacionais quanto nos circuitos comunicacionais; Para a ética da comunicação, emerge o desafio de incorporar novas sensibilidades éticas, na problematização teórica e nos processos comunicacionais nos dispositivos e circuitos.

Palavras-Chave: Midiatização. Dispositivos interacionais. Circuitos. Indeterminação. Ética da Comunicação.

RESUMEN

La investigación se inscribe en el horizonte teórico de la mediatización. Estudia la comunicación social en cuanto generadora de indeterminaciones comunicacionales. Investiga cinco dispositivos interaccionales y sus circuitos comunicacionales, casos en contexto de mediatización: La Secretaría de Seguridad Pública de Canoas-RS; el monitoreo por video de coches de la ruta BR-116; el dispositivo **Rosane de Oliveira**; el dispositivo **José Simão** y el blog **Pergunte ao Urso**. El eje transversal es el de la ética, una mirada hacia las indeterminaciones comunicacionales que emergen en los dispositivos interaccionales y circuitos comunicacionales, en los que son factor generador de *espacios de indefinición ética*. La estrategia metodológica articula Estudio de Caso y Paradigma Indiciario. Las preguntas de la tesis son: ¿Cómo emergen las indeterminaciones en los dispositivos y circuitos en constitución? ¿Cómo los espacios de indeterminación afectan los dispositivos y los circuitos? ¿Por qué las indeterminaciones generan espacios de indefinición ética? ¿Cuáles proposiciones de la tesis – desde el eje de la ética – permite inferir sobre los dispositivos y los circuitos en contexto de mediatización? En la sociedad en contexto de mediatización – cuando un proceso es general – hay distintos contextos en mediatización; en ellos los procesos sociales y campos están más o menos ajustados a la nueva ambiencia comunicacional y los flujos comunicacionales son los grandes atravesadores de campos y prácticas sociales. Las indeterminaciones emergen de las experimentaciones sociales y de los usos tentativos *ad hoc*, tanto en los dispositivos interaccionales como en los circuitos comunicacionales. Para la ética de la comunicación, emerge el desafío de la incorporación de las nuevas sensibilidades éticas en la problematización teórica, en los procesos comunicacionales en los dispositivos y en los circuitos.

Palabras Clave: Mediatización. Dispositivos interaccionales. Circuitos comunicacionales. Indeterminación comunicacional. Ética de la Comunicación.

ABSTRACT

This study takes place in a mediatization theoretical horizon problematizing social communication as an indetermination generator and investigating one interactional dispositif as well five communication circuits. Research objects are Canoas-RS Public Security Bureau, vehicle surveillance video on BR-116 road, **Rosane de Oliveira** dispositif, **José Simão** dispositif and **Pergunte ao Urso** blog. Ethics is the case's transverse axis varying discussion from indeterminations emerged on the dispositif and circuits creating then spaces of ethical uncertainty. The methodological strategy combines Study Case with Indiciary Paradigm. This study's issues are formulated as follows: How does indetermination emerge over dispositifs and circuits? How do Ethical indetermination spaces affect dispositifs and circuits? Why does indetermination generate spaces of ethical uncertainty? Which proposition does this study - regarding Ethics axis - allow inferring about social processes in mediatization context? We conclude that from the perspective of society in the context of Mediatization - as a general process - there are different media coverage contexts in which social processes and fields are more or less adjusted to the new communication ambience; Indetermination emerge from social experiments and ad hoc contexts, both in interactional situation as in communication circuits; In communication Ethics it is observed the challenge emergence to incorporate new ethical sensibilities in theoretical problematization as well in mechanism and circuits communication processes.

Key Words: Mediatization; Interactional mechanisms; Circuits; Indetermination; Communication Ethics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – <i>Corpus</i> de Pesquisa	49
Gráfico 2 – Ângulos de coleta de dados do Caso 1	53
Gráfico 3 – Lugares de coleta de dados do Caso 2.....	57
Gráfico 4 – Lugares de coleta de dados.....	59
Gráfico 5 – Lugares de coleta de dados.....	62
Gráfico 6 – Organograma da Segurança Pública de Canoas	94
Gráfico 7 – Canoas 76 câmeras em vias públicas	101
Tabela 1 – Número total de detecções (2010-2012).....	109
Tabela 2 – Disparo com armas de fogo (2010-2012)	110
Tabela 3 – Tipos de atendimento do audiomonitoramento no Guajuviras (2010-2012).....	111
Figura 1 – Sala Integrada de Monitoramento de Canoas, em 2010.....	113
Gráfico 8 – Circuito Segurança Pública de Canoas.....	123
Figura 2 – SSPC na Edição nº 12 do Jornal de Canoas	126
Figura 3 – Encarte dos dois anos do Território de Paz Guajuviras – edição 32.....	127
Gráfico 9 – Momento Comunicação Cidadã	130
Gráfico 10 – Sub-circuito Trecho PoA-Novo Hamburgo BR-116.....	138
Gráfico 11 – Aparato circulatório RBS	146
Gráficos 12 – Circuito Rosane de Oliveira.....	149
Gráficos 13 – Acionamentos e reverberações	152
Gráfico 14 – Circuito José Simão.....	161
Gráfico 15 – Circuito Pergunte ao Urso	171
Gráfico 16 – Circuito Marcelo Vitorino	174

SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABNG	Agência da Boa Notícia Guajuviras
ALAIC	Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación
ANER	Associação Nacional dos Jornais e Revistas
ANJ	Associação Nacional de Jornais
ANPOF	Associação Nacional de Programas de Filosofia
ASIC	American Security Internacional Corporation
BA	Boletins de Atendimento
COMPÓS	Associação Nacional dos P. de Pós-Graduação em Comunicação
CREMERS	Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul
DATASUS	Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
FELAFACS	Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social FNSP Fundo Nacional de Segurança pública
GGI-M	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
IP	Internet Protocol
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSPC	Observatório de Segurança Pública de Canoas
PQVT	Pesquisa sobre a Qualidade de Vida no Trabalho da Guarda Municipal
PRF-RS	Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
ROCAs	Estudo dos Registros de Ocorrências Administrativas
ROVE	Registros <i>on line</i> de Situações de Violências nas Escolas
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBPJor	Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
Secom	Secretaria de Comunicação
SIM	Sala Integrada de Monitoramento
SINESP	Segurança Pública e Justiça Criminal
SSPC	Secretaria de Segurança Pública e Cidadania

SUSEPE Superintendência dos Serviços Penitenciários
SUSP Sistema Único de Segurança Pública

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE I - HORIZONTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	25
CAPÍTULO 1 - PROBLEMATIZAÇÃO	26
1.1 Tema de pesquisa e seu ângulo intrigante	26
1.2 Ambientação teórica	32
1.3 Ética da Comunicação como eixo problematizador da pesquisa.....	38
CAPÍTULO 2 - ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.....	42
2.1 Reflexões Metodológicas: Estudo de Caso e Paradigma Indiciário	42
2.2 Gênese e Delimitação do <i>Corpus</i>	46
2.3 Sobre as Técnicas de Coletas de Dados.....	50
2.3.1 Secretaria de Segurança Pública de Canoas	50
2.3.2 Videomonitoramento na BR-116	55
2.3.3 Coluna Página 10	58
2.3.4 Coluna José Simão	61
2.3.5 <i>Blog Pergunte ao Urso</i>	63
2.4 Geração dos Operadores para as Caracterizações.....	65
CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES TEÓRICAS	66
3.1 Dos Meios às Matrizes Comunicacionais da Cultura.....	68
3.2 Processos Midiáticos e Midiatização.....	72
3.2.1 Dispositivo Interacional.....	76
3.2.2. Circuito Comunicacional	79
3.3 Espaços de Indefinição ética	83
PARTE II - ESTUDOS DE CASO	85
CAPÍTULO 4 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E CIDADANIA DE CANOAS	87
4.1 Dispositivo Secretaria de Segurança Pública e Cidadania de Canoas.....	87
4.1.1 Macro Contexto do Uso das Tecnologias Aplicadas na Segurança Pública	87
4.1.2 Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M).....	92
4.1.3 Marco Legal.....	95
4.1.4 Os Aparatos	96
4.1.4.1 <i>Alarmes</i>	98
4.1.4.2 <i>Videomonitoramento</i>	99
4.1.4.3 <i>Audiomonitoramento</i>	106
4.1.5 Sala Integrada de Monitoramento.....	112
4.1.6 Observatório de Segurança Pública de Canoas	114

4.1.7 As Mídias.....	118
4.1.7.1 Mídias Próprias.....	118
4.1.7.2 Mídias-empresa.....	120
4.2 O Circuito Segurança Pública e Cidadania	123
4.2.1 Circuito Comunicacional Secretaria de Comunicação (SECOM).....	124
4.2.2 Momento Observatório.....	129
4.2.3 Momento ABNG	129
4.2.5 Momento Ágora Virtual	131
4.2.6 Momento Teatro de Fantoques da Guarda Municipal	132
CAPÍTULO 5 - VIDEOMONITORAMENTO DA BR-116.....	135
5.1 Circuito Trecho BR-116.....	137
5.2 Lógicas Tentativas do Processo	140
CAPÍTULO 6 – CIRCUITO ROSANE DE OLIVEIRA	144
6.1 Circuitos, Sub-Circuitos e Circuitos Interplataforma	146
6.2 Circuito Rosane de Oliveira	148
6.2.1 Momento Página 10.....	152
6.2.3 Momento Gaúcha Atualidade.....	153
6.2.3 Momento Twitter.....	153
6.2.5 Momento <i>Blog</i>	156
6.2.6 Momento Jornal TVCOM	158
CAPÍTULO 7 – CIRCUITO JOSÉ SIMÃO.....	160
7.1 Momentos do Circuito.....	160
7.1.1 Momento José Simão.....	161
7.1.2 Momento Buemba! Buemba!	161
7.1.3 Momento Twitter José Simão.....	162
7.1.3 Momento Facebook José Simão.....	165
7.1.5 Momento Monkey News	166
CAPÍTULO 8 – BLOG PERGUNTE AO URSO.....	170
8.1 Circuito Urso Branco	170
8.2 Transformação do Circuito	174
8.3 Processos tentativos	176
PARTE III – INFERÊNCIAS & TRANSVERSALIDADES	182
CAPÍTULO 9 – INFERÊNCIAS & DESENTRANHAMENTOS.....	183
9.1 Dispositivo interacional – direcionamento social e processos tentativos.....	183
9.2 Circuitos – gênese, ofertas comunicacionais e processos tentativos.....	185
9.3 Transversalidades.....	187

CONSIDERAÇÕES	191
REFERÊNCIAS	194
ANEXOS	200
ANEXO A – ENTREVISTA COM O VEREADOR ALBERTO KOPITTKE	200
ANEXO B – ENTREVISTA COM RAFAEL DAL SANTO – OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CANOAS	208
ANEXO C – ENTREVISTA COM O CHEFE DE COMUNICAÇÃO DA PRF/RS	218
ANEXO D – ENTREVISTA COM ROSANE DE OLIVEIRA.....	228
ANEXO E – CD-ROOM COM MATERIAL PARA APOIO À PESQUISA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos cresceu a percepção empírica de que a comunicação e a informação ganharam maior protagonismo nos processos sociais e na dinamização da gestão das sociedades. A digitalização e a intensificação das interações sociais trouxeram-lhes novos papéis e envergadura. Em grande medida, essa postulada centralidade dos fenômenos comunicacionais pode ser vista como demandas interacionais. Vários fatores nos levam a pensar nesta ótica: A reestruturação do capitalismo, uma maior urbanização, a reorganização dos sistemas de comando e os novos modos de produção. Não se trata tanto de ler o incremento comunicacional como um efeito direto da permeabilidade da digitalização ou do maior enraizamento social das tecnologias de comunicação e dos seus usos.

Em perspectiva diacrônica, poderíamos afirmar que – para funcionar, se reproduzir e se transformar – práticas sociais e processos sociais, instituições e sujeitos lançaram mão da oralidade, da escrita, dos meios de massa e, agora, dos processos comunicacionais tecnomediados. Eliseo Verón (1998) aponta um *mais comunicacional* se enraizando nos mais diferentes âmbitos, com incremento cada vez maior de fenômenos como aumento da produção e circulação de informações (escritas, sonoras, visuais, multimídia; ao vivo ou gravada; editada ou em tempo real); expansão dos consumos, distribuição e circulação; novos espaços de oferta de entretenimentos; serviços *online* (públicos e privados), espaços colaborativos, redes educativas; automatização de processos sociais sociais “n”; novas formas de mobilização social; apoio para a (re)elaboração de quem se quer ser enquanto sujeito, individual e social. São alguns aspectos que sinalizam os processos interacionais e suas afetações sobre as modalidades de funcionamento institucional, os mecanismos de tomada de decisão, o trabalho, a sociabilidade, as formas de lazer, os hábitos de consumo, as regulações da vida em sociedade e a construção das normas de conduta.

Paralelamente a essa visão otimista, esse contexto empírico, também, sinaliza contradições e ambiguidades. Imensas parcelas da população – de todas as partes do planeta – estão excluídas. Há diferenças entre centro e periferias; norte e sul; ricos e pobres; brancos, negros e indígenas; homens e mulheres; jovens e idosos; analfabetos e alfabetizados... Por um lado, o aumento da produtividade, a distribuição dos bens e o habitar em comum com sentido se dão nas negociações e disputas, construídas, em grande parte, nos processos interacionais. Por outro, o “mundo em rede” segue um mundo mercantilizado (MORAES, 2010), imerso em complexos arranjos político-econômicos entre Estado, empresas, instituições, campos sociais

e sujeitos – e suas disputas. Neles emergem as múltiplas afetações e determinações, com diferentes ritmos (sociais, institucionais e pessoais), racionalidades, sensibilidades e insensibilidades. Num computo, emerge uma sensação de que o somatório de fragmentos não abarca o todo, que é moveção, multiforme e não-linear.

Pensados desde esses prismas, os processos midiáticos se manifestam como uma construção social e coletiva. São parte do cerne do que somos e do que queremos ser enquanto sociedades, sujeitos coletivos ou sujeitos individuais. Neste sentido, essa agenda é um tema a ser descrito e pensado. Antes de uma adesão a traduções totalizantes *a priori* faz-se necessário olhar rastros de processos em contexto, em configurações singulares – desde a inscrição das ações comunicacionais nos processos – e inferir seus aspectos intrigantes, especialmente sua capacidade de remodelar as ações e gerar ofertas de sentido. Um trabalho investigativo, ao inscrever-se sob esse macro horizonte, leva o pesquisador a lançar mão de estratégias metodológicas que dêem conta, não do todo, mas de micro parcelas, um trabalho de *artesanía intelectual* (BACHELARD, 1981). Algo desta ordem não visa uma elaboração teórico-dedutiva, mas propostas de trabalho, decorrentes de estímulos empírico-indutivo-abdução (Braga, 2008).

Do ponto de vista das condições de produção do conhecimento, há que se levar em conta que a Comunicação, enquanto *objeto* e *disciplina*, é histórica e segue em constituição. A elaboração teórica vai se fazendo à medida que os fenômenos comunicacionais acontecem. Em boa medida essa constituição do conhecimento se apoiou em estímulos teórico-dedutivos gerados em outros campos. Muitas das problemáticas comunicacionais enfrentadas – sócio-culturais, técnico-discursivas, semio-linguísticas, econômico-culturais ou ético-políticas – trazem marcas das áreas de origem, dos contextos e das especificidades da existência concreta em que seus fenômenos referenciais ocorreram. Tanto nos meios quanto nos processos de sociedade, nem sempre os fenômenos da comunicação estão na base das noções-chave ou da metodologia acionadas.

Por isso a pesquisa empírica – enquanto oferta de visadas sobre processos relevantes – justifica-se como uma estratégia teórico-metodológica. Sua derivação de conhecimento passa a ser feita a partir das especificidades e contextualizações dos fenômenos. Diferentemente das ciências consolidadas, onde a maioria dos embates de pesquisa se dá no tensionamento entre objeto e teorias – como uma razão polêmica, com verdades provisórias e lacunares – a pesquisa empírica se lança numa estimulação de teorias indutivo-dedutiva, a partir da *observação carregada de teoria* (BACHELARD, 1981).

No PPG de Comunicação da Unisinos – área de concentração em Processos Midiáticos – a Linha de pesquisa *Midiatização e Processos Sociais* vem trabalhando a comunicação social desde a perspectiva dos *Processos de Midiatização*. As relações estreitas entre os dois termos de denominação da linha *constituem* os objetos de pesquisa e o ângulo especial de relacionamento¹. A perspectiva “midiatização” engloba os processos semio-tecnico-culturais da comunicação, algo além das inquietações pelas “ações da mídia” – seja esta assumida como “indústria cultural”, seja enfatizada pelo ângulo das tecnologias ou por ângulos *deterministas apriorísticos* das situações estudadas. O “objeto” investigado é a *comunicação social* que, nas práticas sociais, é fator gerador de indeterminações e lugar privilegiado para pesquisa e produção de conhecimento. Por isso, leva a uma preocupação com as questões metodológicas, epistemológicas e ontológicas do Campo da Comunicação.

Trabalhamos com alguns pressupostos: 1) demandas institucionais – nas mais diferentes práticas sociais – lançam mão da multiplicação das tecnomediações setoriais para interação; 2) ações institucionais convertem ferramentas em dispositivos interacionais e inventam socialmente arquiteturas de mídia; 3) Para fazer circular suas informações, os processos sociais inventam socialmente circuitos e fluxos comunicacionais – à margem da mídia – e participam de múltiplos circuitos; 4) Dispositivos interacionais e circuitos se fazem à medida que vão sendo usados e são fator de reestruturação das organizações e das suas estruturas; 5) Está em desenvolvimento um redesenho das zonas de contato que passam a se compor por lógicas de interface e co-enunciações com articulação de múltiplas plataformas para ofertas de sentido; 6) a comunicação social – ao articular múltiplos funcionamentos institucionais, econômicos, políticos, jurídicos e socioculturais – gera indeterminações, um novo desafio ético, em especial para a ética aplicada.

Informamos ao leitor que nossa pesquisa trabalhará com esses pressupostos, em diferentes graus de atenção, caracterizados a partir de *dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais*. Estudamos processos singulares, em constituição. Intriga-nos a invenção social e o direcionamento social dos processos de comunicação, por um lado; e a geração de indeterminações, tanto em dispositivos interacionais quanto em circuitos. O eixo que atravessa essa dupla de noções é o da ética.

Acreditamos, a única contribuição possível da pesquisa seja da ordem do diagnóstico, do caracterizar esses temas, do apontar para as complexidades éticas nas práticas

¹ Aqui nos apoiamos no texto **O que nos faz pesquisadores da Linha Midiatização & Processos Midiáticos**, texto motivacional debatido na atividade acadêmica Seminário de Tese 2012. Mimeo.

comunicacionais contemporâneas. E neste sentido, trabalharemos por uma heurística sobre questões de ética comunicacional no contexto da midiaticização.

Entendemos que as lógicas e as operações padrão da comunicação seguem sendo as da mídia de massa, mas os fenômenos comunicacionais em circulação estão para além da comunicação produzida nos e pelos meios. Processos sociais passaram a desenvolver *arquiteturas de mídia, processos interacionais, circuitos e fenômenos comunicacionais*. Os processos comunicacionais ali gestados – e postos em circulação – decorrem de direcionamentos social e interacional. A partir de demandas da sociedade ou dos processos sociais, há invenções sociais sobre as ferramentas e sobre o direcionamento interacional. Os fenômenos comunicacionais – dos processos sociais e dos atores individuais – passam a afetar a estruturação dos processos sociais, a comunicação entre os participantes implicados nos processos, a comunicação com participantes de outros processos sociais e a relação com a imprensa. São processos tentativos e, não raro, se pode caracterizar seus dispositivos e circuitos como “canhestros”. (BRAGA, 2012b).

Nos dispositivos interacionais e nos circuitos – historicamente tornados vigentes – surgem reavaliações, via críticas com especificidades. Em geral, são autocríticas que procuram resolver indeterminações. Portanto, são ações institucionais de ajuste do campo (ou do processo social) ao ambiente midiaticizado. Nem sempre esses ajustes respondem satisfatoriamente às ações “novas” e, em geral, criam espaços de indeterminação “novos”, para os quais não há respostas prontas. Desde o eixo da ética, caracterizamos essas indeterminações como “situações” ou “espaços de indeterminação ética”. Não há propriamente uma ausência ou falta de valores éticos, mas nos contextos ou nos momentos de indeterminação, os sentidos dos valores éticos e ordenamentos de conduta vigentes vacilam e necessitam aprofundamento e reelaboração. No contexto das sociedades em midiaticização, em sociedades pluralistas, essas indeterminações comunicacionais se tornam um problema ético que afeta a ética aplicada e evoca a uma ética da responsabilidade.

Desde a perspectiva da ética aplicada, em cada atividade social – nos diferentes âmbitos da vida – existem *bens internos* (“metas”) que trazem exigências morais específicas². (CORTINA, 2005). Para trazê-los à tona na sociedade, os especialistas de cada campo elaboram e assumem contratos coletivos de conduta que se traduzem em *valores e hábitos*. Ambos são subjetivos, mas funcionam como contratos, como gramáticas, que ordenam as

² Exemplos que caracterizam atividades sociais e seus respectivos bens internos: da Saúde – bem estar físico-corporal do paciente; da docência - a transmissão da cultura e a formação de pessoas críticas; das biotecnologias – a pesquisa em prol de uma humanidade mais livre e feliz.

condutas e estão voltados para dentro das comunidades a quem são dirigidos. Permitem deliberação sobre *meios* para alcançar os fins e por isso lançam mão de mecanismos específicos e estratégias para alcançar os *bens internos* de cada atividade. A concretização dos bens internos (e sua percepção social!) confere a moralidade e legalidade – a observância do quadro constitucional e da legislação complementar – da atividade social.

No contexto da midiatização, os campos sociais são” irritados” e, suas lógicas e práticas, são atravessadas por lógicas e práticas de outros campos (BRAGA, 2012). Do ponto de vista do eixo da ética, o estudo de processos interacionais (de sociedade e de meios), sinaliza que essa “ação” envolve “traduções” e incorporação de novas sensibilidades – compartilhamento – e co-criação não tanto de “novos” *valores* e *hábitos* pelos membros das atividades sociais implicadas. Requer uma agenda comum de debate ético, nos dispositivos e circuitos. O progresso moral se dará nestas adaptações, (re)negociações, (re)desenhos ou geração de novos arranjos.

Um aspecto que nos parece intrigante é a chamada ao “protagonismo ético das instituições”. Para além das lógicas das ações individuais – a prática dos padrões de ação individual em cada área – ganham destaque as lógicas da ação coletiva. Para que as consequências sejam benéficas e que os *bens internos* de uma atividade social possam emergir e se enraizar, as instituições precisariam desenvolver e incorporar os debates sobre quais “novos” *valores* e *hábitos* desenvolver. As instituições – empresas ou processos sociais – são cristalizações da ação humana e por isso são cobradas desde as “expectativas sociais”. Desde esses prismas a “indeterminação” emerge como um tema que suscita e demanda pesquisa empírica e oferta de perguntas para esse debate.

* * *

Inscrevemos a presente pesquisa nas premissas-guia dos parágrafos anteriores. A tese investiga cinco dispositivos interacionais em contexto de midiatização. O ponto de partida da nossa tese é que em *processos interacionais em contexto de midiatização*, a interação – de instituições, processos sociais, meios, sujeitos – é o lugar onde ocorrem os “fenômenos comunicacionais”. A comunicação é processo e resultado de transformações, e, do ponto de vista dos participantes, um *processo tentativo*. (BRAGA, 2012a).

Investigamos *dispositivos interacionais* em contexto de midiatização. O fazemos a partir da descrição e caracterização de dispositivos, de circuitos e procesos tentativos, com ênfase na emergência de indeterminações nos processos interacionais e fenômenos

comunicacionais. Nossas preocupações são o “*em constituição*” e seus “*direcionamentos sociais*”. Neles intriga-nos uma suas consequências: *a geração de indeterminações*. Não visamos uma discussão das “indeterminações em si” ou uma busca de soluções, mas caracterizar esse ângulo intrigante como uma problemática do “em contexto de mediação”.

As perguntas que a tese visa responder são: Como emergem as indeterminações nos dispositivos e circuitos em constituição? Como os espaços de indeterminação ética afetam os dispositivos e circuitos? Por que as indeterminações geram espaços de indeterminação ética? Quais proposições o estudo – desde o eixo da ética – permite inferir sobre processos sociais em contexto de mediação?

O objetivo geral visa caracterizar processos interacionais de sociedade e processos interacionais de meios a partir do estudo de dispositivos interacionais e de circuitos comunicacionais para desentranhar propostas para futuros estudos da comunicação, com atenção para a ética da comunicação. Para a consecução do objetivo geral definimos alguns objetivos específicos: 1. Descrever e caracterizar dispositivos interacionais; 2. Descrever e caracterizar circuitos comunicacionais dos processos singulares em contexto; 3. Desentranhar indeterminações das descrições do dispositivo interacional e dos circuitos; 4. Inferir propostas de pesquisa para a comunicação contemporânea.

Para responder às questões e atingir os objetivos formulados, nossa investigação articula um *corpus* com cinco dispositivos interacionais – observados em recortes temporais superiores a dois anos. Os objetos são: Secretaria de Segurança Pública de Canoas; videomonitoramento do trecho Porto Alegre-NH da BR-116; Dispositivo Rosane de Oliveira; Dispositivo **José Simão**; **Blog Pergunte ao Urso**. Caracterizamos e descrevemos o dispositivo do primeiro objeto e os circuitos dos cinco casos. A diversidade e quantidade de casos permitem um olhar transversal – a partir do eixo da ética – sobre fenômenos comunicacionais inscritos em contextos diversos e em distintos estágios.

Para caracterizar os dois primeiros casos somos levados ao contexto – ao ambiente e aos objetivos dos processos sociais. São dois processos interacionais de sociedade estrategicamente concebidos pelas práticas sociais e em expansão. No primeiro caso descreveremos e caracterizaremos o **Dispositivo Interacional Secretaria de Segurança Pública de Canoas** e o **Circuito Comunicacional Segurança Pública de Canoas**, ambos em constituição. Já no segundo caso, descreveremos o **Circuito Comunicacional Videomonitoramento do Trecho Porto Alegre-Novo Hamburgo**.

Em relação aos demais objetos, os caracterizamos desde os circuitos comunicacionais. São eles: **Circuito Rosane de Oliveira**, **Circuito José Simão** e **Circuito Urso Branco**. São processos interacionais de meios. Os colunistas Rosane de Oliveira e José Simão são os operadores dos seus circuitos. São protagonistas nos circuitos e agentes de aceleração dos fluxos comunicacionais. Seus circuitos são impulsionados por demandas das empresas e dos consumidores. Cada circuito – com diferentes momentos – entra em contato com diferentes circuitos. Como operadores dos seus circuitos acumulam o trabalho de fazer circular os fluxos entre diferentes suportes – um trabalho antes restrito ao suporte impresso e voltado ao dia seguinte – e autoreferir as colunas. No Circuito José Simão, o próprio formato coluna passa a moldar-se.

Quanto ao **Circuito Urso Branco**, ele foi escolhido pelo renome na comunidade blogueira³. É uma dinâmica comunicacional de ator individual e sua produção gera um processo interacional num fluxo contínuo adiante. A partir da conversão de uma arquitetura comunicacional, seu operador logrou reconhecimento e divulgação (expansão) na indústria cultural. Passou a circular em diferentes circuitos e conectar-se com públicos de diferentes circuitos. As táticas e lógicas tentativas de construção do circuito nos parece um bom índice do que ocorre com os direcionamentos sociais de processos interacionais de atores individuais.

A estratégia metodológica articula *Estudo de Caso* (YIN, 2005) com *Paradigma Indiciário* (GINSBURG, 2004). No momento descritivo de cada caso trabalhamos com algum ou alguns dos três operadores indutivo-dedutivos: dispositivo interacional (Secretaria de Segurança Pública de Canoas); circuito comunicacional (os cinco casos); e as lógicas tentativas dos processos (todos, mas em graus variados). Algumas indagações orientarão a

³ Cronologicamente, o *blog* nasceu no Wordpress (1 agosto 2007), mudou para inblog (em outubro 2008), fez parceria com o portal M de Mulher, da Editora Abril (dezembro 2008-2011), voltou para domínio próprio (2011-2012) e anunciou o fim das postagens em 21 dezembro de 2012, quando passou a se rearticular desde sua *fan page*.

Viver a Vida foi uma telenovela de Manoel Carlos, exibida em 209 capítulos, entre 14 de setembro de 2009 a 14 de maio de 2010. A atriz Aline Moreas viveu a personagem Luciana Saldanha Ribeiro, uma modelo que sofreu um acidente e que passou a viver numa cadeira de rodas. A personagem, para interagir, criou o *blog* de personagem *Sonhos de Luciana* (<http://tv.globo.com/novelas/viver-a-vida/sonhos-de-luciana/platb/>). No decorrer da novela, a personagem fez 86 *posts* e gerou expressivo volume de interações entre telespectadores e personagem. Em termos de narrativa ficcional televisiva, a emissora antecipou cenas e aspectos da trama da personagem no *blog*. Dois exemplos: 1. O pedido de casamento da Luciana ocorreu no *blog*, com um dia de antecedência, desencadeando um debate sobre a narrativa ficcional intermediária. 2. O *blog* foi um amplo espaço de aprendizagem sobre o tema cadeirantes e suas estratégias na vida afetivo-sexual.

Anteriormente, na novela *Caminho das Índias* (2009), Glória Perez introduziu o primeiro *blog* de personagem, o *blog do Indra*. (<http://tv.globo.com/programas/geral-com/blogdoindra-indra/platb/>). Ele funcionou como um diário, sem receber um trabalho específico de narrativa ficcional. Porém, no *blog* Indra, o *blog Pergunte ao Urso* foi citado duas vezes e essas referências renderam-lhe visibilidade.

coleta de dados: Como o processo midiático (a atividade social ou as ações institucionais) inventou/inventa, socialmente, o dispositivo interacional e o circuito comunicacional? Em qual contexto o dispositivo interacional e circuito comunicacional estão inseridos? Quais lógicas articulam os processos interacionais – internamente, em seus distintos estágios de desenvolvimento e em suas distintas relações com os contextos e atores? Quais são os atravessamentos presentes no processo social? Como o dispositivo e o circuito comunicacional dão respostas? Quais as especificidades comunicacionais do caso? Quais as práticas comunicacionais? Quais fenômenos comunicacionais estão em circulação? Como o dispositivo interacional responde/afeta as ações do processo social? Como se dão/deram as negociações, especialmente para a invenção do circuito? Como o circuito está articulado? Quais as decorrências dos fluxos comunicacionais? Quais os ajustes na atividade social e entre as atividades que compartilham o circuito comunicacional? Quais indeterminações apareceram no recorte temporal observado e como foram encaminhadas? As observações, buscas e caracterizações destes ângulos, a partir de cada caso, fornecerão uma *rede ampliada de implicações* (CAMPBELL, 2005), descrita nos relatos dos casos, e dos quais inferiremos *variáveis de interesse* e *fontes de evidência*. Por fim, geraremos algumas idéias-guia para futuras pesquisas.

Para fins prático-didáticos de operacionalização da investigação empírica escolhemos casos próximos, com temáticas diversas. Acreditamos que essa seleção preferencial ajudará a gerar contrastes e a evitar o perigo de absolutizações ou generalizações apressadas. O *Estudo de Caso* – casos múltiplos – traz o perigo do perder-se na profusão de ângulos e busca de variáveis que poderiam levar à excessiva dispersão e geração infinita de problemas da ordem do diagnóstico.

Para diluir essa ameaça nos aproximamos do *Paradigma Indiciário*. Ele ajudará a selecionar e organizar as variáveis, com foco no *gerar proposições de ordem geral* sobre a geração de indeterminações. Outro desafio, na etapa de relacionar variáveis que caracterizam os fenômenos, está na operacionalização das seleções a partir do problema de pesquisa, em função dos objetos – suas lógicas de articulação interna, desenvolvimento e relações com o contexto – e do conhecimento teórico disponível (sobre os objetos e âmbitos em que esses se processam). Por isso, nos colocamos num horizonte que entende a “Comunicação quando disciplina indiciária”, quando se “parte para fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos”. (BRAGA, 2008, p. 7).

Nosso texto está dividido em três movimentos. Iniciamos apresentando o horizonte teórico-metodológico da tese, uma problematização geral sobre a gênese da tese, sua área de concentração e inscrição das problemáticas da pesquisa; explicitamos as estratégias metodológicas – com discussão dos aspectos teóricos da metodologia *Estudo de Caso* e *Paradigma Indiciário*; fazemos a contextualização da gênese e composição do *corpus* de pesquisa, uma narração das técnicas de coleta de dados e delimitação dos operadores de análise; por fim, apresentamos as reflexões teóricas da tese. Trabalhamos com as noções *processos midiáticos*, *dispositivos interacionais*, *circuitos comunicacionais* e *espaços de indefinição ética*. As tomamos como pistas conceituais que induzem perguntas aos casos singulares e ao conjunto do *corpus*.

No segundo movimento descrevemos e caracterizamos o *corpus* da pesquisa, um acionamento desde os operadores indutores. A saber: dispositivos interacionais, circuitos comunicacionais e processos tentativos.

O terceiro movimento são as considerações: inferências, transversalidades e a geração de idéias-guia para futuros estudos. Lembramos que anexamos um conjunto de quatro entrevistas que julgamos agregarem elementos para a ampliação dos temas sendo relatados nas descrições e caracterizações. São eles: Alberto Kopittke e Rafale Dal Santo – Secretaria de Segurança Pública de Canoas; Alessandro Castro – circuito do trecho do videomonitoramento da BR-116; Rosane de Oliveira – Circuito Rosane de Oliveira.

Por fim, informamos que em termos de questões de ética na pesquisa, trabalhamos com casos públicos e com informações públicas. Os entrevistados foram ouvidos na condição das suas funções públicas. As respostas das entrevistas foram devolvidas para que pudessem ser editadas ou terem acrescidas ou retiradas informações ou dados indesejados.

PARTE I
HORIZONTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 1 - PROBLEMATIZAÇÃO

1.1 Tema de pesquisa e seu ângulo intrigante

Em 2004 iniciamos a docência no Ensino Superior, no Curso de Comunicação Social da Unisinos. Acabávamos de fazer e defender a dissertação em Comunicação (PUCRS), uma pesquisa sobre a concepção de Tecnologia, Cultura e Comunicação nos escritos de Herbert Marcuse⁴. Paralelamente, estávamos envolvidos com um projeto de fazer o doutoramento, no Canadá, sobre políticas públicas de inclusão digital⁵. Vários contratemplos, do futuro orientador e da nossa biografia de vida situada, nos levaram a abandonar o projeto. Porém duas cenas desta fase exploratória de objetos nos acompanhavam.

Cena 1. Na Europa, nas cidades visitadas por ocasião das pré-explorações dos objetos de pesquisa, identificamos cidades interconectadas – algumas com conexões grátis e a grande maioria com usos pagos – *wireless* em muitos espaços públicos, pessoas de todas as idades usando computadores e mídias móveis nos cafés, praças e parques. Pequenos serviços – compra de passagens (de ônibus, trens ou avião), lanches rápidos, serviços de garçons, ingressos em museus e espetáculos, mercados de médio porte – praticamente estavam restritos a serviços automatizados. Muitos aspectos da vida urbana se encontravam reconfigurados por interações tecnologicamente mediadas, sem perder alguns traços pré-modernos e modernos na vida cotidiana.

Cena 2. No Marrocos, as interconexões tecnológicas e os fluxos turísticos eram semelhantes, mas a cultura estava delimitada pela religião que conformava praticamente toda vida social. Ela demarcava as ações corriqueiras do dia-a-dia, com fortes marcas de subjugação da mulher e das crianças. A extensão da presença da internet na vida cotidiana era expressivamente menor. Trabalhando numa *lan house*, percebia que, na parte da tarde, além das crianças jogando *videogames*, em público, as jovens marroquinas eram as grandes frequentadoras. Vinham em duplas, com véus cobrindo cabelos e pescoço. Ficavam horas em frente ao computador. Em grande medida buscavam relacionamentos fora do Marrocos, mas

⁴ O título da dissertação foi **Tecnologia e Cultura em Marcuse: uma aproximação aos escritos entre 1941 e 1964** (2003). Analisamos um conjunto de oito textos, dois livros e seis textos inéditos dos leitores brasileiros.

⁵ Entre 2006-2007 visitamos experiências de inclusão digital em Veneza e Milão, no norte da Itália; Barcelona e Salamanca, na Espanha; Porto e Lisboa, em Portugal; Rabat e Tetuan, no Marrocos; São Paulo e Belo Horizonte, Brasil. Nestas ocasiões, além de mapear as políticas públicas, também, procuramos caracterizar aspectos do que ocorria no uso de *lan houses*.

as barreiras culturais e dificuldades com o manejo da maquinaria (computadores, softwares e câmeras) eram um grande obstáculo.

Anos depois, em março de 2011, assistindo televisão aberta, nos deparamos com uma **cena 3**. Um casal de noivos, de Garibaldi-RS, fez do filme **Shrek**⁶ a experiência-tema do seu casamento. Vivendo no reino da Serra Gaúcha, príncipes e súditos – noivos, 600 convidados e o padre – vestiram o figurino dos personagens do filme. O fato circulou na opinião pública e a Diocese de Caxias do Sul foi obrigada a reelaborar as diretrizes para as celebrações dos casamentos nos templos. O fato gerou novas diretrizes em várias partes do Brasil.

As três cenas nos inquietavam. Na paisagem da mídia, em constituição, os fenômenos comunicacionais eram um “elemento irritador” para os campos ou para algumas de suas ações. Para além das competências de manipulação das ferramentas e dos códigos, os próprios contextos culturais, os saberes dos campos e os fenômenos comunicacionais se afetam, atravessam e irritam. Os fluxos comunicacionais atravessam os campos instituídos, geram indeterminações e adaptações ou (re)ajustes.

Desde esse ângulo intrigante nos colocávamos algumas questões. Como caracterizar a abrangência empírico-conceitual desta realidade emergente? Como circunscrever problemáticas circunscritas a esse fenômeno desde a área da Comunicação? Como estruturar pesquisas que contemplem angulações em que sejam articuláveis os processos sociais e meios? Quais as tramas comunicacionais entre processos interacionais de meios e processos interacionais de sociedade? Quais delimitações teóricas e metodológicas usar?

Estávamos envolvidos, também, com a docência em Cursos de Comunicação Social. Duas das quatro atividades acadêmicas ministradas até o ingresso no doutorado em 2009 discutiam conhecimentos com explícita interface entre Ética e Comunicação⁷. Nos processos de ensino-aprendizagem percebemos um crescente conjunto de ângulos e temas controversos que não estavam contemplados nas caracterizações das ementas e nem nos conhecimentos canônicos de Ética da Comunicação. Percebíamos que a *nova paisagem da mídia* (CARDOSO, 2009; CARLÓN, 2008; 2012) expandira o exercício da comunicação – especialmente para lógicas de interface, organização de circuitos e geração de fluxos

⁶ **Shrek** foi lançado em 2001 pela DreamWorks Animation. É uma animação computadorizada que se baseia na obra *Shrek!*, escrita por William Steig. O livro é um conto de fadas em que Steig faz paródia dos clássicos dos contos de fadas para narrar a estória entre o ogro Shrek e a princesa Fiona. Já no filme **Shrek**, os diretores Andrew Adamson e Vick Jenson fazem paródias de filmes famosos e personagens dos clássicos dos contos de fada (Três Porquinhos, Pinóquio, Gato de Botas, Lobo Mau e Homem Biscoito). Além de **Shrek** (2001), a produtora lançou as sequências **Shrek 2** (2004), **Shrek 3** (2007) e **Shrek para sempre** (2010).

⁷ As atividades acadêmicas foram **Ética e Comunicação** e **Ética, Legislação e Crítica da Mídia**.

comunicacionais – e que nos encontrávamos num novo quadro de referência. A digitalização sinalizava uma ecologia das redes e novos hábitos cognitivos, uma inteligência interconectada em que as comunicações digitais em rede colocam a sociedade e as pessoas sob uma *nova condição cognitiva* (KERCKHOVE, 1999).

Do ponto de vista da ética da comunicação, especificamente na prática jornalística, o *ethos*⁸ jornalístico – o conjunto de valores éticos e ordenamentos de conduta compartilhados pelas associações⁹, empresas e categoria profissional – não espelhava as decorrências das potencialidades comunicacionais e informacionais e da complexificação das práticas jornalísticas e dos processos comunicacionais. Os sentidos vacilantes dos ordenamentos ocorriam, especialmente, em torno da digitalização dos dados, seus tratamentos, distribuição e armazenamento; nas narrativas jornalísticas intermídia e transmídia; nas construções colaborativas das informações; no compartilhamento de fluxos de informação; no uso dos componentes tecnológicos miniaturizados e com maior número de recursos; na visualização dos dados e na extensão das possibilidades de interação; na incorporação de valores nos processos de empresa. Eram especificidades que sinalizavam a necessidade, não tanto da reconstrução simbólica coletiva do *ethos* jornalístico, mas do repensar os fundamentos teóricos da ética da comunicação. Em outras palavras, na nova paisagem da mídia, as práticas e os produtos ofertados revelavam transformações que afetavam a *Ética da Comunicação*.

Paralelamente à nova economia de funcionamento da imprensa e da indústria cultural, víamos que novos atores – instituições, processos sociais e sujeitos individuais – passavam a desenvolver ofertas de conteúdos, disputar as verbas publicitárias, tensionar os marcos regulatórios para os meios e, especificamente, fazendo os meios redefinirem seu *status*, identidade e práticas (WOLTON, 2004). Desde a comunicação digital, esses novos protagonistas passaram a articular circuitos e arquiteturas para circulação de informações, em geral produções/reproduções segmentadas. Como processos de sociedade, criavam forma e afetavam os processos dos meios.

⁸ O termo *ethos*, na Ética, é compreendido como uma estrutura dual: social e individual. Do ponto de vista social, ele é a *morada*, a casa simbólica, onde se inscrevem os costumes, os hábitos, as “normas e os interditos”, os valores e as ações. Do ponto de vista individual, ele se visualiza no *costume*, no grau de adesão consciente, na vivência da obrigação moral imposta pela consciência individual. No caso do jornalismo, entendemos que um *ethos* é uma realidade sócio-histórica que só existe na *práxis* dos jornalistas, jornais e empresas, na qual deixa rastros que permitem o acesso à fisionomia de um determinado *ethos* histórico. Ele exige adesão e por isso é um fator subjetivo.

⁹ Associação Nacional dos Jornais e Revistas (ANER), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Tais ênfases colocavam a comunicação – enquanto nova *dinâmica e dimensão* – como um problema cultural específico. (MARTIN-BARBERO, 2005). O novo não era tanto a entrada das ferramentas ou do digital, mas o social ali implicado: a *invenção social* sobre as ferramentas e sobre os direcionamentos dos processos interacionais desencadeados. Os processos interacionais dos novos atores eram um ângulo especialmente intrigante. Processos sociais singulares – secretarias municipais, hospitais, escolas, creches, condomínios, cidades turísticas, profissionais das mais diversas áreas ou por iniciativas pessoais, focadas num objetivo – “inventavam socialmente” seus circuitos de comunicação. Variavam, segundo os contextos, objetivos visados, competências de uso das ferramentas, performances tecnológicas disponíveis, recursos econômicas, entre outros fatores. Seus fenômenos comunicacionais, apesar de episódicos e singulares, eram intrigantes¹⁰.

Por fim, um último aspecto nos inquietava. Os casos de processos sociais como os videomonitoramentos de espaços públicos revelavam afetações entre imprensa e diferentes instituições. Insumos¹¹ colhidos dos aparatos tecnológicos ilustravam os textos da imprensa, especialmente os telejornais. Algumas vezes acompanhavam notícias sobre o próprio processo social, numa busca de afirmação perante o campo social no qual estava inscrito ou perante os demais processos sociais ou opinião pública. Em outras, conotava uma relação estratégica para prestação de contas e uma oferta de informação a uma camada mais ampla do que os implicados no processo social. Nestes casos, a partir das práticas jornalísticas, esses fragmentos reforçavam os capitais sociais das práticas onde estavam inscritos ou haviam sido geradas.

Porém, vez por outra, essas informações relatavam ambiguidades; seja de avaliação social da imprensa ou do próprio processo, porque não cumpria o que dele se esperava; seja porque alguém tensionava o uso dos aparatos desde outros usos sociais; seja porque a sociedade passava a questionar o aparato montado. Assim, a informação ou a comunicação de

¹⁰ Aqui tínhamos em mente projetos como o **Earthcam** (<http://www.earthcam.com>), o clipe da música **Paper** (https://www.youtube.com/watch?v=W2iuZMEEs_A) e o canal **Índios Online** (www.indiosonline.net). **Earthcam** exibe imagens de ruas e parques de cidades turísticas de importantes pólos turísticos do mundo, em tempo real; a banda inglesa **The Get Out Clause** explorou o discurso das câmeras de videomonitoramento num clipe em que subvertem o uso social do circuito das câmeras de uso em espaços públicos de Londres; no Brasil, sete grupos indígenas do nordeste criam uma arquitetura de mídias, inicialmente pensado como um canal de comunicação entre os povos indígenas, aberto aos não-indígenas. Inventado para se comunicar, depois passou a compartilhar usos de militância social e de comércio de artesanato (loja virtual).

¹¹ Aqui nos referimos, por exemplo, às imagens captadas por uma câmera de um condomínio ou de uma câmera de um videomonitoramento de algum órgão público ou numa creche ou asilo. Em algum evento, a imprensa relata que as câmeras estavam desligadas, que não gravaram ou que o raio de cobertura não abrangeu. O monitoramento gerou um efeito de realidade, mesmo o não-funcionamento ou sobre as expectativas de solução.

insumos colhidos, ao circularem, tencionavam, ou o processo em experimentação; ou a expansão da mediatização do processo social.

Dois exemplos para caracterizar as ideias dos últimos parágrafos. **Primeiro exemplo.** No âmbito das práticas jornalísticas, a emergência da digitalização da profissão trouxe maior interação tecnomediada entre produção e recepção. Inicialmente, gerou, uma separação entre redações para os meios de massa e *online*; uma trabalhava para os produtos das plataformas massivas (impressos, rádio e tv) e outra equipe produzia para a plataforma *online*. Entre 2010 e 2012 essa distinção foi sendo abandonada em praticamente todas as grandes redações e uma redação integrada passou a produzir para os diferentes suportes.

Por sua vez, veículos, editorias, colunas e jornalistas passaram a viver um momento de adaptação e redefinições de formatos, linguagens e estéticas. Além do produto ofertado(s) no(s) suporte(s) de massa, veículos, programas ou editorias, colunistas e editorialistas foram levados a desenvolver um trabalho de curadoria dos seus produtos. A lógica de produção para o dia seguinte ficava para traz e iniciava uma experimentação de novos ciclos.

Segundo exemplo. A necessidade de modernização da gestão pública e otimização dos recursos financeiros e humanos, tem levado a União a fomentar o uso compartilhado de tecnologias aplicadas. O Ministério da Justiça, por exemplo, vem fomentando o uso compartilhado do monitoramento dos espaços públicos. É uma iniciativa que visa subsidiar o trabalho das polícias (Polícia Federal, Polícia Civil, Brigada Militar e Guarda Municipal). Além da introdução de tecnologias aplicadas¹², tais ações institucionais fazem parte de novos processos que envolvem transformação na estruturação das práticas policiais.

Porém, introduzidas no território, transformam as sociabilidades, por um lado; estão a serviço de uma demanda social: mais segurança pública, por outro. Para além da dimensão tecnológica, subjaz a esses processos um sistema de relações entre discursos, medidas administrativas, enunciados, regulamentações que se (re)elaboram. Há a invenção de bancos de dados, protocolos de registro *online*, diagnósticos, análises e interpretações dos dados registrados, comunicação dos dados... todas transformações que afetam arraigadas culturas nestas praticas sociais e nos seus processos.

¹² Há pouco debate na opinião pública brasileira sobre esse tema. Porém, desde 2009 há expressivos investimentos públicos para implantação de monitoramento dos espaços públicos. Vez por outra o tema aparece sob argumentos como: Modernização da Segurança Pública, monitoramento ou vigilância, novas formas de biopoder...

Uma transformação altamente impactante é a reestruturação das culturas organizacionais, que se vêm obrigadas a reajustes e a adaptações. Ampliamos o tema com dois *frames* sobre o videomonitoramento de um trecho da BR-116.

A Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul (PRF/RS) implantou o monitoramento de carros, um uso de 36 câmeras num trecho de 36km da BR-116. Concebido para instrumentalizar multas, agilizar ações policiais no policiamento da BR-116 e exercer um autocontrole dos motoristas e dos próprios policiais, as câmeras instaladas tiveram, pouco a pouco, seu uso compartilhado. Na fase de uso experimental (setembro de 2011 a janeiro de 2012) as informações captadas ou o raio de visão de algumas câmeras passaram a ser compartilhadas. Inicialmente com as instituições policiais e depois com outras – Secretarias de Segurança Pública dos municípios, SAMU, o Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Secretaria do Meio ambiente, Polícias Civil e Militar.

No “âmbito da saúde”, em dois acidentes graves, ocorreu a replicação de imagens do acidente na BR-116 para o pronto atendimento. Houve sucesso total. Porém, esse tipo de uso das imagens foi proibido na área médica. A entidade da classe entendeu que nas ações médicas – em casos de pronto atendimento – os primeiros socorros não podem ser feitos desde a tecnomediação de um fluxo de imagens do videomonitoramento da BR-116.

Em outro uso compartilhado, houve o empréstimo do raio de captação de imagens de uma câmera com a Polícia Civil. No combate ao tráfico de crack – ação policial de incumbência da Polícia Civil – uma câmera do monitoramento da BR-116 foi emprestada para apuração de ato ilícito¹³. O raio de leitura da câmera foi desviado da BR-116 para dentro de uma favela, em busca da localização da casa de onde se comercializava a droga. A ação redundou na prisão do traficante e, para as polícias, a ação foi considerada um marco. Na mídia e na opinião pública – tanto a ação quanto o resultado obtido – foram comemorados.

Nos veio a seguinte questão: Por que em um caso a experimentação social foi abandonada e no outro, prosseguirá? Retomando os três fatos acabamos nos deparando com o tema da *indeterminação* decorrente de fenômenos comunicacionais, de fluxos, de dispositivos ou de circuitos. Os usos do videomonitoramento ilustram a *gênese de indeterminações* e são exemplos que remeterão ao estudo de dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais.

¹³ Na pesquisa distinguimos os termos “monitoramento” e “vigilância”. No trabalho dos videoperadores há uma distinção entre os termos. A partir da identificação de algum “evento”, passam a vigiar as decorrências do “evento”. Ex.: Uma câmera “localiza” um motorista dirigindo embriagado na contra-mão na BR-116. De “monitoramento” esse evento passa a sofrer uma “vigilância” até seu desfecho.

No exemplo dois, indo ao contexto – agilizar a mobilidade rodoviária/monitoramento de veículos – se percebe que embora o objetivo específico do monitoramento seja para carros, essa especificidade não é ainda “a sobredeterminação funcional”. Tal indício permite inferir que nos processos interacionais de sociedade – processos em experimentação – há diferentes funcionalidades em teste, sob interesses ideológicos, demandas e valores. Embora o monitoramento de carros esteja se constituindo elemento central da organização das ações do dispositivo interacional, outros usos vão sendo testados. Aqui caberia perguntar: Será que há um enfrentamento à indeterminação, com negociações, resistências, tentativas de usos, algo além de um puro polimorfismo de usos experimentais disseminados?

* * *

Para nossa pesquisa levamos em conta as cenas, as reflexões e os dados referidos. Eles nos impulsionam a problematizar os processos interacionais, de sociedade e de mídia. Paralelamente, no levam a procurar conceitos que ajudem a acionar nossa pesquisa. Intrigamos o tema indeterminações comunicacionais. Elas dão margem ao desenvolvimento de configurações discursivas sobre os dispositivos interacionais, os processos comunicacionais, bem como sobre uma diversidade de processos de sociedade que se reorganizam ao redor de processos comunicacionais.

1.2 Ambientação teórica

Grande parte da pesquisa acadêmica universitária da Comunicação vem trabalhado com o contexto empírico comunicação tendo nos processos da mídia o centro das preocupações. Até os anos 80, o âmbito teórico problematizou mais¹⁴ a comunicação nos meios (meios de massa), reconhecendo sua centralidade na tarefa de organização da interação entre os campos sociais. Apartir de então, emerge uma percepção cada vez maior de novos novos processos comunicacionais. Conceitos como *processos midiáticos*, *cultura midiática* e *sociedade em contexto de midiatização* passam a referir e refletir para além da comunicação dos meios ou dos processos de mídia como agentes de mudança cultural e social. Englobam além destes, os processos de sociedade.

¹⁴ Ao usar o adjetivo “mais” queremos indicar que outros processos comunicacionais foram objeto da academia. Basta lançar um olhar sobre as produções dos coletivos de pesquisa como ALAIC, FELAFACS, Intercom, e posteriormente, Compós, SBPJor, entre outros. As próprias linhas de pesquisa dos programas de Pós-Graduação contemplam ênfases para além dos processos nos meios.

Stig Hjarvar (2012), por exemplo, defende que se percebe um duplo processo. Por um lado, a mídia se transformou em *instituição semi-independente* na sociedade à qual outras instituições precisaram se adaptar. Por outro, *suas rotinas foram integradas nas rotinas das outras instituições*. Neste sentido, a midiatização implicaria uma virtualização da interação social segundo os padrões de interação da mídia.

Já outros pesquisadores da comunicação como Eliseo Verón (1998; 2006), Adriano Rodrigues (1999b) e Fausto Neto (2008; 2009) vem chamando a atenção para o fato de que nas práticas sociais, ações institucionais têm convertido tecnologias em dispositivos organizadores das interações nas práticas sociais e destas com outras práticas sociais, com a mídia e com a sociedade. Esses processos comunicacionais teriam nascido/sido inventados em dispositivos técnico-discursivos que teriam tomado como referência o modo de existência das lógicas e dos pressupostos da mídia. Como interações tecnologicamente mediadas, elas estariam transformando as ações nas práticas sociais e afetando as culturas organizacionais em seus processos, suas lógicas e esquemas de codificação. Ao mesmo, essa midiatização obrigaria os próprios meios a se readaptarem.

Desde as teorias da mídia de massa – em especial as problemáticas da imprensa¹⁵ – essa nova realidade empírica é pauta. Estudos do jornalismo indicam que ele atravessa um momento de redefinições na produção, recepção e circulação. Sua face mais visível, talvez, sejam as reestruturações nas organizações e nos seus modelos de negócio, a concorrência da imprensa com as novas ofertas públicas de informação, receptores fazendo consumos nômades e presentes na produção. Porém, essa presença da recepção na cena produtiva – visualizada nas ofertas – nem sempre traz complementação das informações, diversidade ou polifonia aos discursos e noticiários.

Francisco Karam (2004) sugere que há “experimentalismos”, especialmente nos produtos ofertados em multitelas¹⁶. Há desconfiança nas informações ofertadas. Os jornalistas são vistos mais como tecnólogos do discurso e mediadores de interesses privados no espaço público. Há dificuldade no vê-los como mediadores sociais. O papel de instância de socialização de determinada cultura é posto sob suspeita. Do ponto de vista do jornalismo, ele

¹⁵ Para a problematização do item afetações foram fundamentadas três obras: **Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**, de Gislene Silva et al., 2011; **Jornalismo e acontecimento. Mapeamentos críticos**, de Marcia Benetti e Virginia Fonseca (Org.), 2010. **Mutações do visível. Da comunicação de massa à comunicação em rede**, de Denis de Moraes (Org.), 2010.

¹⁶ Aqui temos em mente as discussões sobre segunda, terceira ou quartas telas, em que o jornalismo passa a circular, ao vivo, na televisão e na web (computador, *tablet* e celular), com interação mútua entre bancada (apresentadores), repórteres e consumidores.

se autoatribui a tarefa do certificar as informações. Num mar de boatos, por exemplo, se crê ser quem separa a informação da pseudo-informação ou da mera especulação.

Na pesquisa acadêmica – olhando desde a pesquisa brasileira e latino-americana – o crescimento exponencial dos impressos, do cinema, da indústria fonográfica, do rádio e da televisão fizeram com que os coletivos de pesquisa dedicassem aos meios de massa a maior parte das preocupações teóricas. Via de regra, são trabalhos com meios específicos e não com conjuntos de meios. Além disso, os fenômenos comunicacionais decorrentes da interação urbana ou entre os processos sociais ficaram em segundo plano ou foram obnubilados.

Hjarvard (2012), avaliando o contexto europeu, afirma que no século XIX os meios de comunicação não foram problematizados em conjunto na Europa, mas apenas como tecnologias específicas e fenômenos culturais específicos, como instrumentos nas mãos de outras instituições (literatura, política, comércio, ciência...). Nas duas últimas décadas do final da primeira metade do século XX, a discussão sobre as consequências das formas de comunicação deram um pleno direito aos meios de comunicação. Disciplinas especializadas – Pesquisa de Comunicação, Pesquisa de Comunicação de Massa, Estudos dos Meios de Comunicação – passaram a investigar os meios e seu papel na cultura e na sociedade. Paralelamente, apesar do enraizamento social dos meios, a pesquisa abandonou, em boa medida, a fertilização cruzada entre comunicação e fenômenos como a industrialização, a urbanização, a secularização, a individualização ou os processos de modernização das sociedades.

Por isso, na opinião de Hjarvard (2012), as discussões da midiatização são um passo em direção à reconciliação deste déficit e ajudam a compreender a importância da comunicação para a cultura, processos sociais e a sociedade. Chega a afirmar:

A teoria da midiatização é uma tentativa de levar essa reconciliação adiante. A midiatização é, ao mesmo tempo, um processo da sociedade que chama para o diálogo estudiosos dos meios de comunicação e sociólogos, e um conceito teórico que só pode ser compreendido através da combinação da Sociologia e dos Estudos dos Meios de Comunicação. A midiatização deveria ser vista como um processo de modernização em paridade com a urbanização e a individualização, em que os meios de comunicação, de forma semelhante, tanto contribuem para desvincular as relações sociais de contextos existentes quanto para reinseri-las em novos contextos sociais. Assim, a midiatização é um processo moderno recente e distinto que, para citar John B. Thompson (1990, p. 15), é “particularmente constitutivo das sociedades modernas, e parcialmente constitutivo do que é moderno nas sociedades em vivemos atualmente”. (HJARVARD, 2012, p. 88).

Desde a América Latina algo semelhante pode ser identificado. As primeiras produções teóricas leram a comunicação desde o processo histórico da constituição da

modernidade latino-americana. O termo *cultura massiva* e sua tematização provinham de uma interrogação básica sobre o poder, seus mecanismos de produção e reprodução, as possibilidades de resistência ou de sua subversão. Maria Cristina Matta (1999), entende que a noção de *cultura de massa* atendeu a um estágio do desenvolvimento da modernidade. Paulatinamente, a cultura de massa passou a ser pensada e articulada em torno dos meios e tecnologias como uma nova matriz para a produção simbólica em que se fundiam anteriores modos de interação com novas formas expressivas. (Ford, 1999). Por isso, a noção de *mediatização* – envolvendo algo além de efeito de entrada das lógicas dos meios nos processos sociais – faz referência a uma mudança substantiva de produção e distribuição de informação em duas ordens: nas práticas sociais e na representação dessas práticas.

Outros pesquisadores da comunicação¹⁷ entendem que, ao longo do século XX, os meios ajudaram a autonomizar o *campo dos media*; eles passaram a ser uma *instituição social com papel e influência na (re)articulação da cultura e da sociedade*, principalmente nas sociedades altamente industrializadas e democráticas. Nelas a mídia teria alcançado um grau de autodeterminação e autoridade e estaria inserida na cultura e da sociedade. Teria passado a funcionar segundo lógicas próprias, a coordenar as interações e a afetar indivíduos, instituições e as práticas sociais. Como consequência deste processo social e cultural, suas lógicas e processos teriam passado a moldar as ações públicas, a organização e a reprodução das instituições e dos processos sociais e culturais. Por isso, nossas sociedades teriam se tornado *sociedades mediáticas*.

Miége (2010) e outros estudos críticos destas teorias¹⁸ têm enfatizado que houve um olhar sobre a centralidade da mídia, enquanto fator-chave de promoção de um novo tipo de sociedade; que pouco se levou em conta o fato de que as culturas interagem com as ferramentas técnicas e, também, ajudam a constituí-las. Neste sentido nos discursos haveria ou uma euforia tecnológica ou um determinismo tecnológico. A comunicação dos meios

¹⁷ Sobre o ponto da autonomização dos campos nos apoiamos em Adriano Rodrigues Duarte que tem diversos artigos e livros sobre essa idéia. Aqui nos referimos às suas idéias recorrentes em textos como **O campo dos media: discursividade, narratividade, máquinas** (1998), **Experiência, modernidade e campo dos medias** (1999b), **Experiência moderna e comunicação** (2008) e **O paradigma da comunicação** (2011). Sobre o papel dos meios na rearticulação das culturas levamos em conta textos como **Por que pensar a mídia?** (2002), de Roger Silverstone; **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia** (1999), de Jesus Martin-Barbero. **Pensar a Comunicação** (2004), de Dominique Wolton; **Navegações: comunicação, cultura e crise**, de Anibal Ford. Um ponto comum a todos é a idéia de que o receptor é ativo.

¹⁸ Aqui levamos em conta linhas de raciocínio teóricas de investigadores como Denis Mcquail (2013) **Teorias da Comunicação de massa**, Roger Silverstone (1999) **Por que estudar a mídia?**, Bernard Miége (2010) **A Sociedade tecida pela Comunicação**; Dominique Wolton (2004) **Pensar a comunicação**; Anibal Ford (2003) **Navegações. Comunicação, cultura e crise**; Jesus-Martin Barbero (1997) **Dos meios às Mediações**; Denis de Moraes (2006; 2010) **Sociedade mediatizada e Mutações do Visível. Da comunicação de massa à comunicação em rede**, entre outros.

estaria reduzida a uma leitura da sua dimensão e natureza tecnológicas. Por isso estaria faltando aos modelos teóricos validação empírica em que se discutissem as relações históricas e culturais e os arranjos e necessidades comunicacionais específicas. Isto é: distinguir as lógicas da mídia¹⁹ e as lógicas dos outros campos sociais, as relações entre os meios (e entre as empresas) e as relações entre mídia e outras instituições.

* * *

É na esteira desses conjuntos de agendas e pautas que conceitos e temas da midiatização passam a ser tema de pesquisa. Investigadores e grupos de pesquisa buscam novas alternativas para descrever e compreender os fenômenos de produção coletiva de significados. Buscam caracterizar as afetações entre instituições e mídia; as relações entre instituições e seus processos sociais e meios; as relações entre instituições, meios e sujeitos. Temas como estratégias comunicacionais e linguagens, processos comunicacionais, dispositivos interacionais, circuitos comunicacionais, processos interacionais, circulação, fenômenos comunicacionais vem sendo investigados. Via de regra, são inscritos na seqüência de problemáticas anteriores, sob novas perspectivas.

Noções como *ambiente midiático*, *cultura midiática* ou *midiatização* procuram compreender um processo social amplo. Porém, em geral, falta-lhes conceitos operadores, noções que auxiliem a descrever e caracterizar os fenômenos comunicacionais em pesquisas empíricas. Localmente, na linha de pesquisa *Midiatização e Processos Sociais*, essa pauta vem sendo enfrentada desde a articulação de noções como *processos sociais*, *dispositivos interacionais*, *processos interacionais*, *circuitos*, *circulação*, *lógicas de interface* e *processos tentativos*.

Uma preocupação a ser operacionalizada na presente pesquisa são as ações comunicacionais nos processos sociais e sua articulação com processos dos meios. Demandas institucionais – nas mais diferentes práticas sociais – vêm fomentando uma multiplicação das tecnomediações setoriais, com usos da informação e fluxos comunicacionais. Como uma “nova economia de funcionamento”, novos ângulos chamam a atenção: a centralidade dos processos interacionais; uma rearticulação de múltiplos funcionamentos institucionais suportada pela comunicação das informações; crescente aumento da tecnomediação nas relações; a dimensão comunicacional como peça-chave dos processos sociais. Por isso, trabalharemos com o conceito *sociedade em contexto de midiatização* (BRAGA, 2012) como

¹⁹ O *modus operandi* institucional, a articulação entre padrão estético e tecnológico, as regras formais e informais de distribuição de recursos materiais e simbólicos, entre outros aspectos.

um pólo aglutinador e um novo horizonte destas pesquisas. Ele nos leva à pergunta sobre o papel da comunicação no tecido social, nos processos sociais, para as instituições e para as interações dos sujeitos.²⁰

Uma mudança central, para quem se coloca sob esse prisma, está em que o foco das preocupações de pesquisa passa a ser os processos comunicacionais da sociedade e das culturas – *as matrizes comunicacionais da cultura* (MARTIN-BARBERO, 2001). Dito sob outra perspectiva: as necessidades comunicacionais dos processos sociais – mais urbanos, mais globais e mais necessitados de respostas imediatas – demandam processos interacionais, que se expandem nas interações. Aqui, três ângulos de investigação emergem: compreender os arranjos em torno da criação/invenção dos dispositivos interacionais (especialmente a emergência das arquiteturas de comunicação); caracterizar e compreender as ofertas comunicacionais dos circuitos (e dos seus fluxos); e reconhecer lógicas tentativas dos processos. Juntos, eles fornecem uma rede de implicações na qual emergem temas ou ângulos.

Lançamos algumas perguntas: Como nasce um dispositivo interacional e como se desenvolve? Quais os elementos do seu sistema de relações? Quais as linhas de tensão e subversão? Como nasce um circuito comunicacional e como funciona? Quais são suas ofertas comunicacionais? Como os fenômenos comunicacionais circulam, no circuito e para fora? Há afetações entre circuitos de processo sociais e circuitos de processos de meios? Há direcionamento social nos processos? Os processos sociais afetam os processos de mídia? Quais indeterminações apareceram no recorte temporal observado e como foram encaminhadas dentro do processo social? Como dispositivos e circuitos se afetam? Há transformações sobre as sociabilidades e os processos de produção de sentido (se afetam)? Como a sociedade organiza essas comunicações?

Por fim, ainda dentro ambientação teórica, dois aspectos nos interessam: *a dimensão social da tecnologia e as dinâmicas comunicacionais de processos sociais*. Ao investigar os dispositivos interacionais e os circuitos comunicacionais, a dimensão da técnica – dos dispositivo e dos circuitos – deveria olhar o *significado social e horizonte cultural* das ferramentas (FEENBERG, 2002).

Na compreensão do filósofo, a *invenção social* sobre tecnologias se dá mediante arranjos que ocorrem via negociações de interesses, dos quais são favorecidos certos aspectos em detrimento de outros. Algumas dimensões do ser humano são privilegiadas; outras,

²⁰ Na Linha de pesquisa **Mediatização e processos sociais** uma preocupação são interações sociais e os processos interpretativos relacionados às mídias que ativam uma circulação midiática caracterizada por determinações mútuas entre produção, recepção e crítica social.

marginalizados ou omitidas. A idéia de Feenberg nos remete ao processo de negociações de interesses citado quando apresentamos o tema da ética. Nos processos de negociação sobre a inscrição social das ferramentas, os sujeitos se tornam conscientes de dimensões ignoradas, supressas ou ameaçadas. Essa idéia sugere que os dispositivos e os circuitos têm uma “orientação para a realidade” por um lado; e uma ação que visualiza seu enraizamento social – com possibilidade de correção de opções; reavaliação do seu papel e peso no contexto social, por outro.

Quanto às *dinâmicas comunicacionais*, estudá-las, nos coloca num patamar de um “em vias de” superação dos déficits arrolados pelos críticos das Teorias dos Meios. Observar as dinâmicas comunicacionais dos processos sociais nos leva a identificar/descrever as *mediações comunicativas*, as demandas comunicacionais, as estratégias comunicacionais dos sujeitos e os impactos dos fenômenos comunicacionais nos processos de modernização social. Esse movimento é chave para compreendermos as (re)configurações, reprodução e transformação das relações sociais contemporâneas. Por isso, uma dimensão dos fenômenos, circuitos comunicacionais e dispositivos interacionais a ser reproblematicada é a da Ética, aqui circunscrevendo-a à Ética da Comunicação.

* * *

Temos consciência de que nossa pesquisa apontará para muitas problemáticas da ordem da ética do agir humano, em especial ao caracterizar dispositivos. Contudo, por investigarmos mais fortemente circuitos e seus processos tentativos nos restringimos a problemáticas éticas da dimensão comunicacional. Além disso, antecipamos que não acionaremos problemáticas de sistemas éticos – como éticas do ser, da consciência, da linguagem²¹ – pois acreditamos que uma ética comunicacional contemporânea precisará emergir das problemáticas novas.

1.3 Ética da Comunicação como eixo problematizador da pesquisa

O eixo de preocupação da presente pesquisa é o da ética, especificamente no que as indeterminações comunicacionais afetam a situação da ética da comunicação. O quadro empírico e teórico das preocupações da Ética da Comunicação na era dos meios de massa procurou dar conta do contexto das mídias de difusão e seus entornos. Contemporaneamente,

²¹ Adela Cortina, na obra **Ética** (2003), apresenta uma classificação dos sistemas éticas sob essa nomenclatura.

em outro contexto empírico, num entorno tecnocomunicativo ou como numa ambiência midiática, com numa nova economia de funcionamento, atravessados pela geração de indeterminações, a Ética da Comunicação está numa nova situação.

Curiosamente, os anos 90 e a primeira década dos anos 2000 foram profícuos em sistematizações ou reelaborações nos marcos éticos. Os órgãos das associações elaboraram códigos: Código de Ética da Radiodifusão Brasileira (1993), Código de Ética e Autoregulação da Associação Nacional de Jornais (1994), Código de Ética da Associação Nacional de Editores e Revistas (1995), atualização do Código de Ética dos Jornalistas (2007). Praticamente todas as grandes empresas de comunicação atualizaram ou criaram Guias de Ética e Auto-regulamentação entre 2005 e 2011. Em geral, de forma *apriorística*, os profissionais, veículos e associações se comprometiam com uma responsabilidade social na produção e distribuição de informações. (BERTRAND, 1998; CORNU, 1998).

Paralelamente a esta realidade de (re)estruturação do *ethos* para a produção jornalística, na opinião pública apareceram irritações. Casos extremos de práticas aéticas – especialmente na televisão – estavam na base deste “clamor”. Escola de Base (1994), Escândalo da Parabólica (1994), caso Ibsen Pinheiro (2004), Susane Von Richthofen (2005), Isabela Nardoni (2008) e Eloá Pinheiro (2008) foram acontecimentos emblemáticos. Em alguns casos indicavam que uma comunicação em rede afeta fatos, a Justiça (advogados, promotoria, juízes e júri popular), a imprensa e a opinião pública. Além disso, o próprio entorno tecnocomunicativo gerou processos comunicacionais não mais administráveis dentro do próprio âmbito das empresas e dos veículos.

Outra instância crítica que emergiu – como uma síntese teórica – foi o sistema de resposta social, em especial o sistema social de resposta crítico (BRAGA, 2006)²². Enquanto enfrentamento das ofertas de sentido e espaço de reverberação dos produtos e seus processos, esses novos sujeitos e seus produtos passaram a tencionar os processos e produtos dos meios – em especial distinguir as produções das distintas plataformas – e em alguns momentos invocar práticas jornalísticas e de entretenimento com outros princípios e valores. Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (1995), Observatório da Imprensa (1998),

²²Exemplos de enfrentamento da mídia citados pelo pesquisador: Ombudsman (Jornal, rádio, TV, internet), Revistas q falam da mídia, Programas de televisão, Cineclubes, sites de *media criticism*, fóruns de debate sobre rádio, televisão, propaganda; crítica jornalística; revistas cujo tema é a própria mídia; produções acadêmicas sobre os meios; processos de autocrítica da mídia.

Coletivo Intervozes (2002) e Ética na TV (2002) são exemplos brasileiros de enfrentamento da atuação da mídia. Contudo seus fluxos críticos mostram-se ainda diferidos e difusos, com pouco impacto sobre a produção e o consumo.

No âmbito das produções teóricas sobre ética da comunicação, neste período (de 2000 a 2010), há escassa produção em termos de teses, tanto nas associações de pesquisa da Comunicação quanto da Filosofia. Quanto às teses, encontramos três, todas defendidas na área da comunicação: **Moral provisória – ética e jornalismo: da gênese à nova mídia**²³ (2008, de Caio Tulio Costa), **Por uma comunicação ética nos fundos de pensão: um estudo de caso**²⁴ (2008, de Bruno José Ely) e **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**²⁵ (2008, de Joaquim Fidalgo).

Em relação às Associações, há poucos registros de relatos de pesquisas sobre o tema da ética da comunicação. Na Associação Nacional de Programas de Filosofia (ANPOF), com 37 programas filiados, há quatro GTs sobre o tema *ética*. Os relatos de pesquisa priorizam retomadas dos grandes sistemas éticos e suas implicações no mundo contemporâneo – não sendo a comunicação um problema ético. Nos coletivos de pesquisa da Comunicação (Intercom, Compós, SBPJor e ALAIC) não há GTs com explícita interface sobre os temas éticos da comunicação. Aparece diluído nas caracterizações de algumas ementas dos GTs, não há um real enfrentamento do tema e são poucas as pesquisas em andamento. Dos 39 programas de Pós-Graduação em Comunicação filiados à Compós, por exemplo, só o programa Estudos do Jornalismo (UFSC) traz a Linha Fundamentos do Jornalismo que explicita na sua caracterização o tema da ética como ângulo preferencial de pesquisa.

²³ Caio Tulio Costa investigou os fundamentos teóricos da ética deontológica do jornalismo a partir de um diálogo entre Filosofia e Literatura. Retoma oito conceitos: *representação, ambiguidade, razão, linguagem, objetividade, espetáculo, pós-modernidade e relativismo*. Eles não são discutidos a partir da nova paisagem de mídia, mas como aparecem nas discussões filosóficas e literárias. A tese aponta para a necessidade de uma moral provisória para o jornalismo. Foi defendida na ECAUSP.

²⁴ Bruno José Ely discute aspectos éticos da comunicação organizacional tendo como objeto de estudo a comunicação da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural do Rio Grande do Sul (FAPERS). A pesquisa parte da constatação de que a fundação tem uma autoregulação, adota padrões de governança corporativa e tem um código de ética próprio. A partir de entrevistas com os implicados na produção e consumo dos produtos da Comunicação da FAPERS conclui que a comunicação organizacional adota e articula as dimensões legal, ética, comunicacional e educativa. A tese foi defendida na FAMECOS – PUCRS.

²⁵ Joaquim Fidalgo se coloca no jornalismo em transformação e passa em revista a constituição da profissão em Portugal, tendo como eixos de investigação os domínios cognitivo, valorativo e normativo. Em relação à ética, aponta as especificidades das éticas deontológicas, teleológicas, consequencialistas, utilitaristas, éticas das virtudes, éticas dos afetos e ética do discurso. Conclui pela necessidade de um “mínimo ético comum”, no qual inclui o “prestar contas à sociedade”. Aponta a figura do Provedor do Leitor (*ombudsman*) e práticas éticas do campo jornalístico: seleção de fatos, apuração, produção e difusão de informações completas e relevantes sobre a atualidade, elaboração segundo critérios de verdade, rigor e interesse público, transparente e *accountable*, processos permanentemente abertos à crítica e autocrítica, envolver os cidadãos como co-protagonistas da comunicação midiática. A tese foi defendida na Universidade do Minho, Portugal.

Por fim, o olhar sobre os livros editados – entre 1995-2010 – revelou expressivo conjunto, em grande parte com um viés manualístico: **Jornalismo, ética e liberdade** (1997, de Francisco José Karam); **Ética da informação** (1998, de Daniel Cornu); **A deontologia das mídias** (1999, de Claude-Jean Bertrand); **A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro** (1999, de Claudio Abramo); **Ética de la Comunicación: problemas y recursos** (2002, Vários); **Sobre ética e imprensa** (2004, de Eugenio Bucci); **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores** (2004, de Mayra Rodrigues Gomes); **A ética jornalística e o interesse público** (2004, de Francisco José Karam); **Filosofia e ética da Comunicação na midiatização da sociedade** (2006, de Pedro Gilberto Gomes); **Ética no Jornalismo** (2008, de Rogério Christofolletti); **Ética no Jornalismo** (2008, de Luciene Tófolli), **Em Brasília 19 Horas. A guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula** (2000, de Eugenio Bucci), **Ética, Jornalismo e nova mídia. Uma moral provisória** (2009, de Caio Túlio Costa).

Do ponto de vista da epistemologia da Ética da Comunicação, há o desafio de contemplar aspectos além do exercício institucional da liberdade individual de comunicar e da liberdade de expressão, num regime de liberdade editorial (LIBOIS, 2001). No novo horizonte de problemáticas comunicacionais e desde a nova pauta epistemológica, há o desafio de caracterizar a situação da ética da comunicação para além dos âmbitos empíricos dos processos dos meios. A circulação e os processos interacionais geram novos impactos sobre os processos comunicacionais e o *status* da comunicação social. Sob esse ponto de vista, a emergência da *indeterminação comunicacional* como geradora de *espaços de indefinição ética* é um tema-trabalho prévio, algo anterior a uma reflexão sistemática sobre a Ética da Comunicação Contemporânea. Porém, um exercício possível no atual estágio da midiatização.

Neste sentido, trabalhamos para elaborar algumas ideias-guia, questões para futuras pesquisas na linha e pensar o tema da indeterminação, como uma questão a ser enfrentada dentro dos dispositivos interacionais e dos circuitos comunicacionais. As construções coletivas para encaminhar as indeterminações, os ajustes e reconstruções nos marcos éticos, a invenção dos espaços críticos elaborados pelos implicados nos processos, são alguns indícios de que uma nova ética da comunicação está em esboço. Acompanha-nos uma ideia de Adolfo Sanchez Vásquez (2003, p. 56) aplicada ao progresso moral da sociedade. Para o filósofo, “os progressos na autoprodução, nos diferentes âmbitos, também criam as condições necessárias para a ampliação do leque dos valores na vida social, bem como para a adesão livre e consciente a eles”

CAPÍTULO 2 - ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Nossa pesquisa é um estudo de dispositivos interacionais, em contexto de mediação. A proposta da investigação parte da premissa de que nos usos de dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais emergem *indeterminações*. Nós as caracterizamos como *espaços de indeterminação ética* e nos propomos levantar algumas ideias-guia para introduzir o debate ético nas invenções sociais. Acompanhamos cinco objetos por dois anos, procurando mapear lógicas e processualidades comunicacionais, para nomear algumas indeterminações. O eixo transversal nesta visada é a Ética.

O presente capítulo traz as escolhas teórico-metodológicas, a operacionalização da pesquisa, escolhas e justificativas dos objetos de estudo e as técnicas de coleta de dados. O texto está dividido em cinco itens: a) Fundamentação teórica que sustenta as estratégias metodológicas; b) Gênese e constituição do corpus da pesquisa; c) Caracterização, justificativas e descrição da coleta de dados; d) Escolha e caracterização dos operadores indutivo-dedutivo para o processo de desentranhamento das indeterminações e das implicações éticas.

2.1 Reflexões Metodológicas: Estudo de Caso e Paradigma Indiciário

A pesquisa da tese se apoia na metodologia **Estudo de Caso**, casos múltiplos, como estratégia metodológica ampla. Por **Estudo de Caso** assumimos o que Robert Yin (2005, p. 32-33) sintetiza e expressa nos seguintes termos:

É um estudo empírico que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise dos dados.

Na definição de Yin, três aspectos aparecem fortemente caracterizados e que nos auxiliarão: variáveis de interesse, fontes de evidência e desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. Nossa variável de interesse é o eixo da ética, cujo o ângulo são as indeterminações que decorrem nos ou a partir dos processos comunicacionais. Quanto às fontes de evidência, as procuraremos nos processos interacional e os fenômenos comunicacionais, observados no dispositivo, nos circuitos

comunicacionais e nos processos tentativos. Quanto às proposições teóricas, o horizonte teórico tem como moldura geral as noções *mediatização*, *processos midiáticos*, *dispositivo interacional*, *circuitos*, *fenômenos comunicacionais*, *indeterminações* e *ética aplicada*. Como especificidade, trabalhamos com uma proposta: processos sociais e processos de mídia em contexto de mediatização geram indeterminações, muitas caracterizáveis como espaços de indeterminação ética; na invenção social dos dispositivos interacionais, nas arquiteturas de comunicação e nos circuitos comunicacionais emergem atravessamentos entre processos interacionais de sociedade ou entre esses e processos interacionais de mídia.

Quanto aos objetos, são cinco casos singulares, com distintas lógicas de articulação interna, diferentes estágios de desenvolvimento e variadas produções de fenômenos comunicacionais. São processos sociais que estudamos enquanto dispositivos interacionais. A saber: Secretaria de Segurança Pública de Canoas; Videomonitoramento de um trecho da BR-116; Dispositivo **Rosane de Oliveira**; Dispositivo **José Simão** e o *blog Pergunte ao Urso*. No conjunto, esse corpus proporciona uma rede ampliada de implicações. (YIN, 2005).

Ainda em relação ao método **Estudo de Caso**, Yin indica que casos múltiplos e caso único são variantes, com especificidades quanto ao acionamento da estrutura teórica, à seleção dos casos e ao funcionamento lógico que subjazem à pesquisa. Em termos teóricos, assumimos reflexões que se debatem com a complexidade do fenômeno comunicacional nos processos interacionais. Para fins prático-didáticos de operacionalização trabalhamos com objetos cujas temáticas são “próximas”. Acreditamos que tal estratégia ajuda a gerar contrastes e evita o perigo de absolutizações quanto às arquiteturas de meios ou quanto aos processos comunicacionais associados.

Para distinguir especificidades, nos aproximamos do **Paradigma Indiciário**. Carlo Ginzburg (2004) entende que no trabalho de pesquisa – em pesquisas de casos múltiplos – iniciamos com situações singulares. Os indícios devem ser selecionados e organizados para possibilitar gerar proposições de ordem geral. Nestes casos – e no trabalho de geração de inferências – o pesquisador deverá operar seleções a partir do problema de pesquisa, em função dos objetos (suas lógicas de articulação interna, desenvolvimento e relações com o contexto) e do conhecimento teórico disponível sobre os objetos e âmbitos em que esses se processam.

Em relação aos objetos, suas escolhas foram surgindo à medida que avançamos na exploração do tema. Eles nos encontraram ou percebemos que eles poderiam conter elementos problematizáveis. Porém, queríamos articular um corpus com processos interacionais de

sociedade e com processos interacionais dos meios. Intuíamos que essa diversidade caracterizaria mais explicitamente o processo de interacional um dos ângulos preferenciais da linha de pesquisa Midiatização e Processos Sociais. Estudados em conjunto permitiriam inferências, por homologia, sobre proposições e perguntas a respeito de dispositivos interacionais, circuitos, indeterminações e ética da comunicação.

O ir e vir entre “trabalho em terreno” e “trabalho sobre os materiais coletados” sugeria um exercício inferencial sobre os fenômenos da comunicação e as indeterminações. Uma tática de refinamento desta meta é sugerida nos relatos de pesquisa de Braga (2011, p. 10), quando retoma, sob outra angulação, as reflexões de Yin:

Faz parte, então, dos estudos de caso, o trabalho de (a) levantar indícios; (b) decidir de sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; (c) articular conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno. Isso pode ser feito através de um tensionamento triangular entre situação empírica, bases teóricas e problema de pesquisa.

Acolhemos a explicitação e entendemos que as estratégias apontadas por Braga auxiliarão na escolha dos vínculos causais dos processos midiáticos em investigação. Acreditamos, também, que o olhar sobre a dinâmica temporal do *corpus* tornará visíveis e nomeáveis algumas indefinições.

Ainda quanto aos objetos e às formas de tratamento investigativo, Braga (2008) defende análises de fenômenos comunicacionais singulares, de realidades concretas, de fenômenos em sociedade, para gerar proposições teóricas para a área da Comunicação. Para o pesquisador, um modelo de produção de conhecimento da Comunicação pode ser o do colocar-se sob a perspectiva da Comunicação quando disciplina indiciária (BRAGA, 2008). Neste tipo de situação é importante distinguir indícios essenciais e acidentais visando a elaboração de inferências. Braga (2008, p. 7). Argumenta:

Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos.

Reverberando esses horizontes teórico-metodológicos, também tomamos como interlocutor Donald Campbell (2005, p. 7) e suas noções *hipóteses concorrentes plausíveis e rede ampliada de implicações*. Ele afirma:

Cada vez mais estou chegando à conclusão de que a essência do método científico não é a experimentação *per se*, e sim a estratégia conotada pela expressão *hipóteses concorrentes plausíveis*. Tal estratégia pode começar a procurar suas soluções com evidências ou pode começar com hipóteses. Em vez de apresentar essa hipótese ou evidência da maneira da confirmação positivista, independente do contexto (ou mesmo da corroboração pós-positivista), ela é apresentada *em redes ampliadas de implicações* que (embora nunca completas) são cruciais à sua avaliação científica.

Nas frases do pesquisador inglês está expresso um complemento e um reforço às reflexões já apontadas por Yin (2005) e Braga (2008; 2011). Ao invés de um objeto de pesquisa, o pesquisador sugere *redes ampliadas de implicações*; ao invés de provas empíricas, buscar indícios; ao invés de evidências com soluções, *formulação de hipóteses concorrentes plausíveis*. Para colocar em funcionamento tal metodologia, o próprio Campbell (2003, p. 7) fornece pistas:

Essa estratégia compreende a explicitação de outras implicações da hipótese para outros dados disponíveis e a exposição de como eles se correspondem. Também inclui a procura por explicações concorrentes das evidências em foco e a análise de sua plausibilidade. A plausibilidade dessas explicações é geralmente reduzida por uma extinção de ramificações, ou seja, através da observação de suas outras implicações em conjuntos diferentes de dados e de quão bem elas se ajustam umas às outras. Até onde essas duas tarefas potencialmente intermináveis serão conduzidas, vai depender da comunidade científica existente na época da pesquisa e de quais implicações e hipóteses concorrentes plausíveis forem explicitadas.

Quanto aos movimentos que esse tipo de estratégia investigativa exige, o pesquisador inglês enfatiza dois: 1) coletar, apresentar e analisar os materiais; 2) redigir o relatório. Na pesquisa, o desdobramento destas duas frentes de trabalho foi desenvolvido em cinco etapas: a) a definição de um corpus a ser estudado; b) a delimitação dos dados relevantes a serem coletados em cada caso; c) delimitação dos ângulos intrigantes; d) definição da forma como apresentar os dados; e) o processo inferencial, movimento em que visamos alguns futuríveis ângulos para uma heurística sobre questões de ética da comunicação no contexto da midiatização.

Em síntese, as estratégias teórico-metodológicas da presente pesquisa acolhem as reflexões sobre *Estudo de Caso* e sobre *Paradigma Indiciário* referidas até aqui e acionamos as inscrições indicadas, a partir de dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais em contexto de midiatização.

2.2 Gênese e Delimitação do *Corpus*

Para a escolha dos casos foi importante uma síntese entre percepções do senso comum decorrentes de práticas comunicacionais, perguntas oriundas na docência, práticas de sala de aula, leituras e discussões no doutorado e das reflexões pessoais sobre as especificidades da linha de pesquisa *Midiatização e processos sociais*. Inicialmente, as dificuldades consistiram em compreender a matriz teórica que alimenta a área de concentração em *Processos midiáticos*, o trabalhar com pesquisa empírica e a delimitação de casos articuláveis desde a discussão da *Midiatização dos processos sociais*. Por mais que parecesse óbvio o processo de midiáticação social, o delimitar um recorte teórico e um corpus instigantes foi uma etapa morosa e laborosa. Muitas vezes pouco prazerosa.

Quanto ao eixo da ética, ele nos acompanha desde o ingresso no PPG, com duas certezas e uma incógnita. Queríamos evitar uma discussão sobre ética da comunicação ou partir para uma atualização do *ethos* jornalístico, de forma *a priori*. Visávamos partir de processos interacionais em contexto de midiáticação e, “desde este lugar”, problematizar a ética da comunicação. Neste sentido, nossa pesquisa não visava “atualizar” questões de ética da comunicação. Porém, como acionar uma pesquisa?

Concretamente, iniciamos trabalhando com a narrativa jornalística do enterro de Michael Jackson (jun./jul. de 2009). A coleta de materiais (impressos e audiovisuais) e o processo de reconstrução da narrativa se revelaram extensos, de complexa delimitação e, pessoalmente, passamos a experimentar uma falta de empatia com o caso. Contudo, tínhamos em mãos expressivo volume de notícias impressas, gravações de programas de TV e material *online*.

Três meses depois, retomando “o caso” – desde o suporte impresso – identificamos vários conjuntos de notícias sobre processos sociais em contexto de midiáticação. Percebemos que na sociedade, diferentes processos reestruturavam determinadas ações em torno de circuitos de comunicação ou pura e simplesmente arquiteturas de comunicação. Delimitamos quatro processos sociais e suas ações: 1) A Secretaria de Segurança Pública e Cidadania de Canoas divulgava o futuro uso de videomonitoramento e audiomonitoramento dos espaços públicos no município; 2) A Polícia Rodoviária Federal anunciava a implantação do videomonitoramento da BR-116 no trecho PoA-Novo Hamburgo; 3) A Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) noticiava o uso experimental do Sistema de Posicionamento

Global (GPS) em tornoeleiras para monitoramento de presos em regime semi-aberto²⁶; 4) Diferentes Universidades publicizavam a oferta de novas graduações e especializações 100% na modalidade Educação à Distância.

Na etapa inicial da pesquisa nosso olhar se voltou sobre as inovações tecnológicas como uma dimensão central do estudo. Pouco a pouco, esse enquadramento foi dando lugar às *invenções sociais no direcionamento interacional*. Na Secretaria de Segurança Pública de Canoas (SSPC), por exemplo, mesmo sendo uma dinâmica inscrita numa gestão municipal específica – mandato Jairo Jorge 2009-2012 – o Dispositivo Interacional não se restringia às relações entre as tecnologias aplicadas e produção de segurança. Havia um conjunto de relações muito mais amplo entre teorias sobre segurança pública, leis municipais, políticas públicas, comunicação de ações, signos sobre violência e paz no município sendo disputadas na imprensa, etc. A articulação desses elementos heterogêneos e da variedade de experiências interacionais e comunicacionais em movimento colocavam a Secretaria de Segurança como um dispositivo interacional.

Dentro deste dispositivo havia vários circuitos comunicacionais e um grande fluxo de informações sobre a Secretaria. Além disso, o dispositivo gerava fluxos comunicacionais que circulavam em outros circuitos (da Prefeitura de Canoas e fora). Foi o primeiro caso mapeado e vimos que em maior ou menor grau essa caracterização podia ser replicada nos outros três casos identificados. Assim, seguimos trabalhando com a coleta de dados dos quatro processos sociais.

Para articular a pesquisa entre processos interacionais de sociedade com processos interacionais dos meios, escolhemos quatro casos de meios: duas colunas (Página 10, do jornal Zero Hora e José Simão, do Jornal Folha de São Paulo); uma Assessoria de Comunicação (Notícia em Dobro) e o *blog Pergunte ao Urso*. Ao explorar os objetos vimos que os operadores das colunas eram os seus colunistas. Eles articulavam o sistema de relações do dispositivo; eram os operadores dos circuitos comunicacionais e dos fluxos. Os outros dois objetos – Assessoria e o *blog Pergunte ao Urso* – configuravam o dispositivo, mas o circuito não. O operador do circuito do blog era o personagem Urso Branco.

Acreditávamos que esse *corpus* de oito casos nos proporcionaria variedade de indeterminações, um olhar desde a fase da invenção dos dispositivos e circuitos, casos em que eles estivessem em uso experimental e casos já mais consolidados. Planejávamos trabalhar os

²⁶ Em dezembro de 2011 abandonamos o caso das tornoeleiras. O Governo Estadual não reabriu o processo de licitação dos equipamentos e os materiais coletados, até então, eram pouco representativos para um estudo do caso em termos de processo midiático com implicações éticas.

casos por dois blocos: *Processos de sociedade* e *Processo dos meios*. Colocávamo-nos algumas questões, muito mais no intuito de delimitar as estratégias para a seleção do *corpus* e para a coleta de dados: Como construir o *corpus* de forma que contemple as especificidades da linha *Midiatização e processos sociais*? Como estruturar um corpus que articule processos dos meios e processos interacionais de sociedade? Como caracterizar os dispositivos interacionais e os circuitos? Como um circuito comunicacional nasce num dispositivo interacional? Como os circuitos comunicacionais afetam o dispositivo interacional? Quais lógicas articulam um circuito no dispositivo – internamente, em seus distintos momentos, em suas distintas relações com os contextos e agentes? Há especificidades comunicacionais dentro de um caso? Quais fenômenos comunicacionais são postos em circulação? Como se deram/dão as negociações, especialmente para a implantação do dispositivo e do circuito? Como funciona a circulação dos fluxos comunicacionais? Como mapear as indeterminações e quais consequências geram? Como o tema da ética pode ser proposto na pesquisa empírica?

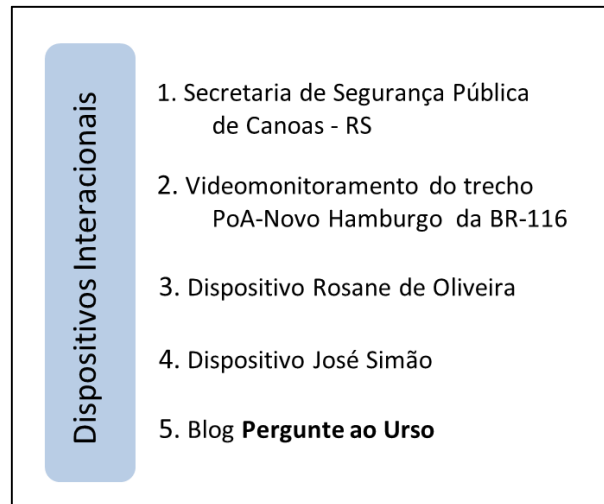
Mesmo misturadas e com objetivos diversos – algumas questões mais de caráter metodológico e outras mais epistemológicas – as perguntas tático-metodológicas nos levaram à definição das técnicas de coletas de dados e à exploração dos objetos. Como registrado nos parágrafos anteriores, trabalhávamos com a ideia de dois blocos de casos. Essa “tática didático-operacional” nos acompanhou no processo de coleta de dados, mas foi abandonada no decorrer da sistematização dos dados, quando geramos dois documentos-bastidor – sobre os casos Secretaria de Segurança Pública e Videomonitoramento da BR-116.

Percebemos que era mais plausível nomearmos cada caso como um *Dispositivo interacional*. Tal delimitação evitaria conotar uma separação entre meios e interações de sociedade, compreensão de horizonte problematizador que queríamos enfrentar e que na comunicação contemporânea nos parecia um ângulo promissor para uma nova agenda da reflexão sobre ética da comunicação. Assim, nosso *corpus* foi renomeado e compreendido como um *Estudo de dispositivos interacionais em contexto de midiáticação*.

Além disso, nesta etapa abandonamos três casos: O uso do GPS nas tornozelas, a Assessoria de Comunicação e a atividade de EaD. O Governo Estadual do Rio Grande do Sul não reabriu o processo de licitação dos equipamentos e os materiais coletados até então, eram pouco representativos para configurar um caso. Quanto à Assessoria Notícia em Dobro, percebemos que os casos Secretaria de Segurança Pública e videomonitoramento da BR-116 respondiam satisfatoriamente ao tema comunicação organizacional. Por fim, o caso do EaD foi abandonado pela extensão e volume do trabalho em andamento e pelas exigências de

caracterização do caso. Assim, o *corpus* foi delimitado ao estudo de cinco Dispositivos Interacionais. O Gráfico 1 visualiza o desenho do *corpus* da investigação.

Gráfico 1 – *Corpus* de Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

O critério que unifica essa diversidade de casos singulares é o eixo da ética, discutido a partir da premissa de que as indeterminações comunicacionais geram espaços de indefinição ética. Há uma percepção de que com a mediação, os dispositivos interacionais e os circuitos comunicacionais estão sempre numa espécie de “versão beta”, gerando indeterminações. Ampliando essas idéias lançamos três pressupostos: 1) A percepção sobre o “caráter tentativo e experimental” de dispositivos interacionais e de circuitos comunicacionais ocasiona indeterminações comunicacionais ou “circuitos canhestros” (BRAGA, 2012a); 2) Do ponto de vista da ética da comunicação, essa percepção passa a ser discutida como *espaços de indenização ética*. Os sentidos dos valores éticos – valores da ética da comunicação - praticados no circuito vacilam e precisam ser reelaborados; 3) Os dispositivos e os circuitos geram dilemas éticos às próprias instituições, sub-campos ou campos a quem servem. Tal situação candidata esse eixo como tema e lugar de pesquisa.

Em relação às questões de pesquisa, elas estão formuladas nos seguintes termos: Como emergem as indeterminações nos dispositivos e circuitos em constituição? Como os espaços de indeterminação ética afetam os dispositivos e circuitos? Por que as indeterminações geram espaços de indeterminação ética? Quais proposições o estudo – desde o eixo da ética – permite inferir sobre processos sociais em contexto de mediação?

O objetivo geral é: caracterizar processos sociais em contexto de midiaticização a partir de dispositivos interacionais e de circuitos comunicacionais para desentranhar propostas de estudos na ética da comunicação. Para atingir esse objetivo estabelecemos quatro objetivos específicos: 1. Descrever e caracterizar dispositivos interacionais; 2. Descrever e caracterizar circuitos comunicacionais e processos tentativos; 3. Desentranhar indeterminações; 4. Inferir propostas de pesquisa para o eixo ética da comunicação.

2.3 Sobre as Técnicas de Coletas de Dados

No item anterior apresentamos a gênese e as justificativas para a composição do *corpus* da pesquisa. No presente item explicitaremos o trabalho da etapa de coleta de dados. Daqui em diante nosso corpus usará sinônimos como Caso 1, Caso 2, Caso 3, Caso 4 e Caso 5. Ou ainda, Segurança Pública de Canoas; Videomonitoramento da BR-116; Dispositivo Rosane de Oliveira; Dispositivo José Simão; *Blog Pergunte ao Urso*.

2.3.1 Secretaria de Segurança Pública de Canoas

Para caracterizar a invenção social do dispositivo e do circuito, descrever suas relações, caracterizar seus processos interacionais e fenômenos comunicacionais usamos quatro técnicas: a) a reconstrução histórica do Caso 1 a partir das notícias veiculadas na mídia, especialmente na imprensa; b) a reconstrução histórica do Caso 1 a partir das notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação do Município de Canoas, um circuito por onde circulam as informações do dispositivo interacional; c) entrevistas semiestruturadas; d) visitas de observação.

Embora tivéssemos tido contato com notícias isoladas, delimitamos o recorte temporal do *clipping* entre 22 de outubro de 2010 a 27 outubro de 2011, tanto nas mídias-empresa²⁷ quanto as produções da assessoria²⁸. Tal inscrição temporal possibilitou reconstruir aspectos centrais das fases de implantação das tecnologias aplicadas, caracterizar aspectos do processo interacional em invenção, ambiguidades e lógicas tentativas do processo. A narrativa jornalística permitiu mapear boa parte do sistema relações do dispositivo. Não cogitamos

²⁷ Por mídias-empresa entendemos as mídias de porto Alegre RBS, Record, Band e do grupo de mídia regional, Grupo Sinos. Há outros grupos, mas optamos por esses pela forte presença com conteúdos jornalísticos.

²⁸ A prefeitura de Canoas tem uma Assessoria de Comunicação que funciona como uma Agência de Notícias, com dois veículos impressos (Jornal de Canoas e Boletim dos Servidores) e um site. Há uma produção e veiculação média que varia entre cinco e dez notícias diárias (Disponível em <http://www.canoas.rs.gov.br/site/home>).

fazer uma análise do discurso ou uma análise de conteúdo dos materiais, mas para nos apoiar na reconstrução histórica do dispositivo.

Acompanhamos os telejornais em três emissoras (RBS TV, BAND e RECORD)²⁹; três jornais impressos de mídia-empresa (veículos **Zero Hora**, **Correio do Povo** e **Diário de Canoas**); dois jornais locais (**Canoas mais Fácil** e **Jornal Correio de Notícias**) e o site da prefeitura. Justificávamos a variedade e quantidade de veículos por achar que haveria maior polifonia, distintos debates, diferentes públicos-alvo e diferentes circuitos ou um fluxo.

Os veículos locais do Caso 1 foram *clippados* na busca de algum debate público sobre implicações da implantação das tecnologias aplicadas nos espaços públicos. O site da prefeitura foi descoberto no meio do processo e seu banco de dados permitiu recuperar toda uma rede de relações ao redor da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania. Vimos que o videomonitoramento e o audiomonitoramento eram “elementos” de algo maior, que não se explicavam desde Canoas. Havia discursos, leis, dados, projetos e ações. Localmente, a Secretaria era o grande operador das relações. Por isso, o Caso 1 foi renomeado para *Dispositivo Secretaria de Segurança Pública de Canoas*.

Prosseguimos com as coletas das notícias televisivas. Foram veiculadas seis matérias, todas do momento da inauguração do audiomonitoramento. Ele foi notícia em todas as emissoras e denotou um agendamento entre veículos. Tal enquadramento ajuda a compreender a mediação do audiomonitoramento, as afetações entre veículos, identificar os agendamentos entre indústria cultural e Secretaria de Segurança Pública e Cidadania.

Nos jornais impressos, as tecnologias aplicadas e seus processos geraram 69 notícias no recorte temporal. 27 foram publicadas nos jornais impressos da imprensa-empresa e jornais locais e 42 no site da Prefeitura³⁰. As matérias dos jornais-empresa foram fotocopiadas e o material dos sites foi retirado, organizado num arquivo digital.

Entre o videomonitoramento e o audiomonitoramento, o segundo teve maior atenção, uma vez que havia expectativas de expansão da tecnologia em outras partes do território nacional. Ele foi noticiado como projeto piloto que seria amplamente replicado em outros Estados, principalmente nos processos de pacificação de territórios violentos e nos eventos esportivos que o Brasil sediará entre 2014 e 2016. As notícias do site da Prefeitura

²⁹ Telejornais por Emissora: **RBS TV**: Bom Dia Rio Grande (6h30-7h, seg-sex); Jornal do Almoço (12h-12h45, seg-sab), RBS Notícias (19h05-19h35, seg-Sab); **TV Band-RS**: Brasil Urgente (13h10-14h e 16h50-17h50, seg-sex) e Band Cidade (18h50-19h20, seg-sex); **TV Record RS**: Rio Grande no Ar (6h45-8h05, seg-sex); Balanço Geral (12h-13h05, seg-sex) e Rio Grande Record (19h30-20h, seg-sex).

³⁰ Em outubro de 2011 o site passou por uma mudança de layout e todo o banco de dados foi tirado do ar. Seguem online, mas sem uma indexação (disponível em <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/index>).

possibilitaram a reconstrução cronológica da implantação das tecnologias aplicadas e capturar importantes elos: o Gabinete de Gestão Integrada, a Sala de monitoramento, o marco legal, o Território da Paz Guajuviras e a Guarda Municipal. Como conjunto, vimos que essas informações corroboravam a ideia de que nosso “dispositivo interacional” não eram as tecnologias aplicadas, mas algo em constituição ao redor da Secretaria de Segurança Pública.

Ao mesmo tempo, vimos que no dispositivo havia diferentes circuitos e fluxos. Porém, o Circuito Comunicacional Segurança Pública estava em constituição, com tres momentos: *Ágora Virtual*, *Teatro de Fantoches*, *Monitoramentos*. Além disso, indentificamos que fluxos de informação da Secretaria circulavam por outros circuitos presentes na prefeitura e fora do proprio dispositivo.

Quanto às entrevistas, fizemos três: com Alberto Kopittke, Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania 2009-2010 (Anexo A); com Rafael dal Santo, Coordenador de Pesquisa do Observatório de Segurança Pública de Canoas em 2011(Anexo B); e Taís dal Ri - jornalista setorista da Secretaria de Segurança em 2009-2010 e Diretora de Jornalismo da Prefeitura em 2011. Todas foram concretizadas entre setembro 2011 e dezembro de 2012. Os primeiros contatos foram via telefone, e, depois, prosseguiram via troca de e-mails. As entrevistas partiram de questões semiestruturadas, foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados, com 1h30min a 2h de duração. Foram gravadas e decupadas.

Como complemento e aproveitando os fluxos em circulação sobre o dispositivo, nos apoiamos em informações de três conferências do Tedx, dois do **Tedx Canoas** e o outro do **Tedx Laçador**³¹. Os dois primeiros abordam a Segurança Pública no Bairro Guajuviras e a Agência da Boa Notícia do Guajuviras, com Eduardo Pazinato e Andreia de Freitas, respectivamente. O terceiro vídeo é com o também ex-secretário da Secretaria, Alberto Kopittke, sobre a Segurança Pública em Canoas. Os videos estão no Anexo E.

Três observações: 1. O objeto de pesquisa definiu a escolha dos entrevistados, uma vez que eles eram peças-chave para compreender a gênese, história e funcionamento do dispositivo. Todos os entrevistados são “fontes oficiais”, mas essa condição foi uma delimitação possível para o momento de apresentação da tese. Assumimos que poderíamos ter

³¹ O **Tedx Canoas - Design**, tecnologia e inovação ocorreu em 25.06.2012. O título da fala de Eduardo Pazinato, Secretário de Segurança Pública e Cidadania (2011-2012), foi **Guajuviras: Território da Paz**. (http://www.youtube.com/watch?v=fhFz1Qf_u2k). O título da fala de Andreia de Freitas, Coordenadora da Agência da Boa Notícia, foi **Agência da Boa Notícia do Guajuviras** (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=VclIUQtsyvY>). O **Tedx Laçador 2012 - Legados: histórias que dão sentido à vida**, ocorreu em 05.05.2012, com a fala de Alberto Kopittke, Secretário de Segurança Pública e Cidadania (2009-2010). O título foi **Segurança Pública – Desafios e Soluções**. Os três vídeos constam no CD em anexo à tese, pasta “Vídeos TedX” (disponível em (<http://www.youtube.com/watch?v=QOxE5Zgn18o>)).

ouvido vozes dos movimentos sociais implicados. 2. Nas entrevistas percebemos certo cuidado com questões de hierarquia (dos cargos políticos) e com questões políticas. A reestruturação do modelo de segurança pública municipal ocorreu na primeira gestão de Jairo Jorge (2009-2012), que na época das entrevistas já se lançava como candidato à reeleição municipal. Nos agendamentos para as entrevistas e nas falas percebíamos cuidados quanto ao fazer uma fala em nome da gestão. A Secretaria de Segurança – especialmente a implantação das tecnologias aplicadas a serviço da produção da segurança pública – era uma importante plataforma do projeto de reeleição.

Por fim, uma última técnica de coleta de dados foram visitas de observação à sala de monitoramento, ao observatório e ao Território da Paz Guajuviras, local do audiomonиторamento. Nestas ocasiões conversamos com pessoas implicadas nas diferentes peças do dispositivo. Geramos um “diário de bordo” que foi útil para detalhar o funcionamento do dispositivo interacional e para precisar lógicas. Nas visitas ao Guajuviras conversamos com moradores e policiais sobre suas percepções e avaliações da segurança e das tecnologias implantadas. Assim, o Gráfico 2, em sentido horário, ilustra os nove “lugares investigados” para a caracterização do Caso 1.

Gráfico 2 – Ângulos de coleta de dados do Caso 1



Fonte: Elaborado pelo autor.

O lugar tecnologias aplicadas (descrição do videomonitoramento e audiomonitoramento) permitiu historicizar e compreender algumas lógicas e relações do dispositivo: articulação de ações institucionais para a conversão das ferramentas, descrever as ferramentas usadas, funcionamentos e finalidades (em uso e projetadas), as remissões a outros ângulos do dispositivo interacional onde emerge o direcionamento social e sentido planejado para o uso das tecnologias aplicadas. Aqui aparece a regulação do dispositivo, o Território da Paz Guajuviras, a Sala Integrada de Monitoramento, os insumos colhidos nos monitoramentos e seus tratamentos para a comunicação. Foi uma etapa de trabalho que acompanhamos por dois anos, entre outubro de 2010 a outubro de 2012.

O lugar³² *Sala de Monitoramento*, é o espaço onde ocorre a “classificação” e registro dos eventos – do monitoramento de pessoas e automóveis e do audiomonitoramento (tiros, foguetes e rojões). Procuramos compreender a estruturação da sala integrada, seu funcionamento, desde os processos de captura, edição, armazenamento e aproveitamento dos dados coletados. As outras informações foram coletadas a partir das notícias produzidas na Assessoria e via entrevistas. Foi-nos permitida uma rápida visita *in loco*, pois o marco legal proíbe a permanência na sala de pessoas não habilitadas.

Quanto aos lugares Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) e Observatório de Segurança Pública de Canoas procuramos caracterizar suas gêneses, dinâmicas, funcionamentos, finalidades e ofertas comunicacionais. Através deles emergiu, em grande parte, o mapeamento dos insumos colhidos nos monitoramentos. O “lugar” *insumos* não estava previsto. Ao ler a narrativa jornalística nas mídias da Prefeitura de Canoas e acompanhar a comunicação das sistematizações do Observatório, esse lugar se tornou intrigante. As análises dos dados captados e sua comunicação geram signos sobre a violência, morte, dor, paz, renascimentos... Mostra um dispositivo interacional em ação e uma gestão política inovadora. Na comunicação dos insumos, das sistematizações e análises do Observatório havia elementos sobre as transformações nas ações policiais (Brigada Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal) antes do uso das tecnologias aplicadas e depois. Havia materiais que justificavam ações policiais e ações integradas nos Territórios de Paz. Faziam a prestação de contas à população dos aspectos técnicos das tecnologias aplicadas. Os casos de sucesso, os projetos de expansão para futuros usos, os tensionamentos que levavam a rediscutir aspectos do marco legal emergiram do lugar *insumos*.

³² Usamos o termo “lugar” compreendendo que, para as coletas de dados, ele significa e desvela um espaço de tensões, por um lado, e por outro, uma *realidade impregnada de teoria*.

Esse material foi complementado com informações colhidas nas mídias-empresa (jornais **Zero Hora**, **Correio do Povo** e **Diário de Canoas**) e nas notícias das mídias da Prefeitura ao longo de 2012. O Observatório, entre outubro de 2011 a janeiro de 2013, publicou um conjunto de sínteses³³, em sua grande maioria instrumentos para gestão. Eles ajudaram a perceber as ações ao redor dos dispositivos.

2.3.2 Videomonitoramento na BR-116

Para a coleta de dados do Caso 2, trabalhamos de forma similar ao Caso 1. Lançamos mão de quatro táticas: a) reunião, leitura e síntese de documentos sobre a implantação das tecnologias aplicadas; b) estruturação de um clipping das notícias de imprensa sobre o Caso 2; c) entrevistas semiestruturadas; d) visitas de observação.

Numa conversa informal, de corredor, com o Prof. Dr. Jairo Ferreira, trocamos idéias sobre o videomonitoramento da BR-116. Ele havia sido amplamente noticiado e o professor nos colocou em contato com o chefe da seção Administrativa e Financeira da 9ª seção da SPPRF/RS, Fernando Luis Lehn da Costa. Semanas depois, via troca de e-mails com Lehn, tivemos acesso ao **Projeto Monitoramento Eletrônico BR 116 no RS**, texto elaborado pelo próprio Lehn, com colaboração do Núcleo de Telemática da 9ª Seção da Superintendência Regional da PRF/RS, bem como com outras informações sobre o estágio de implantação das câmeras de monitoramento de carros na BR-116.

Em outra ocasião, a partir de conversa informal com Lehn, na sede da Polícia Rodoviária Federal, pudemos observar o funcionamento da central de monitoramento e das intenções institucionais. A leitura do projeto e a conversa revelaram tratar-se de um projeto estratégico para a PRF nacional. Era a primeira experiência de implantação desta tecnologia aplicada própria da PRF. Os demais monitoramentos de estradas federais eram co-administrados ou mera replicação de imagens de empresas concessionárias. Essa especificidade nos fez ver que o videomonitoramento da PRF/RS seria nosso dispositivo Interacional.

Em 1 de agosto de 2010, iniciamos a coleta, leitura e caracterização das notícias sobre o Caso 2. Acompanhamos os jornais (**Zero Hora**, **Correio do Povo** e **Diário de Canoas**) e os

³³ Entre outubro de 2011 e janeiro de 2013 o Observatório disponibilizou os dados sobre as tecnologias aplicadas, o trabalho das polícias, dados sobre o Território da Paz, entre outros. Na descrição do estudo empírico ampliamos o leque de informações. Os textos estão disponíveis no site <http://www2.forumseguranca.org.br/observatorio-de-seguranca-publica-de-canoas/lista/documentos>. Anexamos boa parte destas sínteses ao CD Room em anexo.

telejornais³⁴ da RBS, BAND e Record. As justificativas para a escolha desses veículos é a mesma do Caso 1: disponibilidade de materiais na plataforma digital. Depois, aos poucos, fomos dando-nos conta de que a BR-116 atravessava sete municípios³⁵, todos com mídias e empresas de comunicação locais, e que a narrativa jornalística precisava ser complexificada. Por isso optamos pelos jornais VS e NH, ambos do Grupo Sinos. A coleta se restringiu a eles por serem os mais representativos para a região metropolitana e, também, porque seus materiais estavam acessíveis desde o suporte *online*.

Quanto aos números de notícias coletadas, após 18 meses de *clipping* (agosto 2010 a fevereiro de 2012), localizamos 23 matérias impressas e cinco televisivas, tendo sido noticiado por todos os grupos de mídia e veículos. Os materiais impressos foram fotocopiados, desde os originais nos veículos. As notícias veiculadas nos telejornais, todos produtos locais, foram tiradas dos sites das emissoras e integram o *CD Room* em anexo. Ao longo de 2012, a PRF/RS desenvolveu uma arquitetura comunicacional com mídias próprias, tendo o Twitter um papel protagonista³⁶. Não nos apoiamos neste material do circuito comunicacional da PRF/RS, mas fizemos uma entrevista com o chefe de comunicação social da PRF-RS (ANEXO C) para compreender aspectos das lógicas comunicacionais em torno do videomonitoramento e das práticas comunicacionais da PRF/RS.

As outras duas táticas de coleta de dados foram entrevistas e observação do funcionamento da central de monitoramento. A definição dos entrevistados foi uma “solicitação do Caso 2”. A primeira ocorreu em 20 de junho de 2011, com o chefe da seção Administrativa e Financeira da 9ª seção da SPPRF/RS e idealizador do sistema, Fernando Luis Lehn da Costa. Em 17 de janeiro de 2012, fizemos a segunda entrevista, com o chefe de Comunicação Social da PRF, Alessandro Castro. Ambas ocorreram na sede da Polícia Rodoviária Federal, nos locais de trabalho dos entrevistados. Foram gravadas, duraram 1h30 e foram decupadas. Importante registrar a abertura e receptividade da PRF/RS para esse estudo.

A última estratégia de coleta de dados foram visitas à Central de Monitoramento. Via telefone, agendamos previamente as visitas, a partir da Comunicação Social da PRF/RS. Pudemos acompanhar o funcionando aparato, conversar com os operadores e compreender como ocorre o monitoramento dos carros, como trabalha o Centro de Controle de Operações

³⁴ Telejornais por Emissora: RBS TV: **Bom Dia Rio Grande** (6h30-7h, seg-sex); **Jornal do Almoço** (12h-12h45, seg-sab), **RBS Notícias** (19h05-19h35, seg-Sab); TV Band-RS: **Brasil Urgente** (13h10-14h e 16h50-17h50, seg-sex) e **Band Cidade** (18h50-19h20, seg-sex); TV Record RS: **Rio Grande no Ar** (6h45-8h05, seg-sex); **Balanço Geral** (12h-13h05, seg-sex) e **Rio Grande Record** (19h30-20h, seg-sex).

³⁵ Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

³⁶ No projeto inicial dos idealizadores, estava prevista uma WebTV e uma emissora de rádioweb para promover processos de educação do trânsito e visibilizar a imagem da PRF/RS. Na própria central de monitoramento havia espaço reservado para estúdio. Até dezembro de 2012 essa idéia não saiu do papel.

da PRF/RS³⁷, como são editados os produtos que ilustram o campo jornalístico (fotos e vídeos) e como funciona o processo de instrumentalização das multas. Esses dados foram registrados no diário de bordo.

A título de síntese das coletas de dados do Caso 2, podemos afirmar que seu recorte temporal cobre 17 meses, proporcionando um olhar sobre a fase de implementação, inauguração e uso inicial de funcionamento do processo social. A caracterização do Caso 02 teve como “lugares intrigantes” os seis ângulos ilustrados pelo Gráfico 3.

Gráfico 3 – Lugares de coleta de dados do Caso 2



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como no Caso 1, em sentido horário, no item *descrição do funcionamento das tecnologias aplicadas*, procuramos caracterizar as ações geradas, sua infra-estrutura, finalidades e usos ideados pela PRF/RS, identificação dos artefatos utilizados (câmeras, redes, softwares), cronologia de implantação, ações institucionais e discursos. O marco legal segue em construção. Para os monitoramentos, capturas, tratamentos, armazenamentos e descarte de imagens há respaldo dos órgãos de Segurança Pública.

Na *Central de Monitoramento* procuramos caracterizar a Central de Monitoramento e compreender seu funcionamento, temas ligados aos operadores (sua capacitação, normas e

³⁷ Além do Videomonitoramento do trecho PoA-Estância Velha, daquele espaço são coordenados todos os serviços da PRF no RS. Ver entrevista com Alessandro Castro, Anexo B.

controles sobre o trabalho). A partir deste olhar conseguimos caracterizar, em grande parte, os insumos recolhidos nos monitoramentos. Nestas observações emergiu a centralidade do trabalho da Assessoria de Comunicação da PRF/RS, como dinamizadora/administradora de ações institucionais com fins de comunicação dos fenômenos comunicacionais gerados desde o monitoramento e dinamização da arquitetura comunicacional para o trecho videomonitorado. Esse dado obrigou-nos a mapear algumas lógicas do relacionamento da imprensa-empresa com a Assessoria da PRF/RS e da comunicação da PRF com a sociedade. Isso gerou um entrevista com o Coordenador de Comunicação da PRF/RS (Anexo C).

Três outros lugares explorados foram as *notícias da imprensa de veículos da grande Porto Alegre*, o *Twitter da Polícia Rodoviária RS* e *boletins na rádioWeb da PRF/RS*. Eles se mostraram fundamentais para a reconstrução histórica do videomonitoramento do trecho da BR-116, detalhamentos da implantação, usos experimentais e críticas ao sistema. Embora não tenhamos feito um clipping das mídias sociais da PRF/RS acompanhamos o uso do Twitter e vimos um expressivo aumento do número de seguidores do perfil e um crescente número de tweets sobre o trecho videomonitorado da BR-116.

Na apresentação do relatório do Caso 2 optamos por não caracterizar e descrever o dispositivo interacional, pois havia demasiada quantidade de materiais e falta de tempo para a operacionalização dos prazos. Escrevendo isso, antecipamos que para os demais casos vale a mesma explicação para a não caracterização dos dispositivos. Em relação ao circuito comunicacional e às tentativas dos processo, eles serão apresentados.

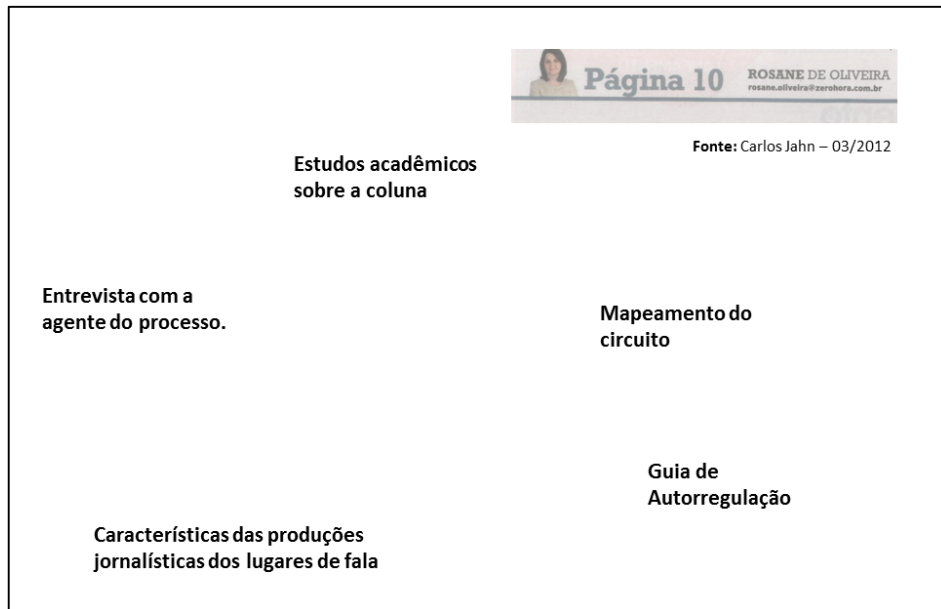
2.3.3 Coluna **Página 10**

Iniciamos a pesquisa do caso acompanhando a coluna impressa e sua história (no impresso e nas mídias sociais). **Página 10** iniciou em 24 de janeiro de 1993. Desde 2003 a atual colunista é a responsável. Rosane de Oliveira é jornalista e trabalha há 21 anos na empresa Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), de Porto Alegre. No *blog* (wp.clicrbs.com.br/rosanedeoliveira) ela se auto-apresenta: “Editora de Política de Zero Hora e colunista responsável pela Página 10, sou uma das apresentadoras do Gaúcha Atualidade, faço um comentário no Jornal TVCOM e, ao longo do dia, distribuo informações e observações neste blog e no Twitter, pelo perfil @rosaneoliveira”.

Esta caracterização nos levou a inferir que tanto o dispositivo interacional quanto o circuito se dão ao redor de Rosane de Oliveira. Ela amarra/tensiona o sistema de relações e opera o circuito, não propriamente a coluna **Página 10**. Por isso para historicizar,

compreender e caracterizar o dispositivo interacional e o circuito comunicacional exploramos um conjunto de cinco lugares que podem ser visualizados pelo Gráfico 4.

Gráfico 4 – Lugares de coleta de dados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Iniciamos fazendo uma pesquisa da pesquisa sobre o Caso 3 a partir das dissertações e teses defendidas nos últimos 10 anos³⁸ na área da Comunicação. A seguir, caracterizamos a arquitetura comunicacional da coluna e as especificidades das ofertas jornalísticas da coluna nos diferentes momentos, consultamos o **Guia de Ética e Auto-regulamentação da RBS**, lançado ao longo do processo da coleta de dados (8 de dezembro de 2011) e fizemos uma entrevista semiestruturada com a colunista Rosane de Oliveira. (Anexo D).

A pesquisa da pesquisa – discursos sobre **Página 10** e sobre colunismo – revelou duas dissertações sobre a coluna **Página 10** e uma tese sobre colunismo político, respectivamente: **Página 10 e PT: jornalismo e política na sociedade da comunicação** (Fabico, UFRGS, 2002), de Marco Antonio Franzmann Schuster, **Coluna política e agendamento: a “Página 10” do Jornal Zero Hora** (Famecos, PUCRS, 2009), de Eduardo Terres Leães e **O ethos no**

³⁸ Recorremos ao banco de teses da CAPES e aos bancos de dados dos coletivos de pesquisa na Área da Comunicação. Quanto aos coletivos de pesquisa da área delimitamos três: Compós, Intercom e SPJor. Restringimos o recore temporal aos dez anos em que está à frente da coluna **Página 10**.

colunismo político: entre razão e emoção (Letras, UFRJ, 2007), de Patrícia Ferreira Neves Ribeiro. Nos sites da Intercom, Compós e SBPJor encontramos oito (8) relatos de pesquisa sobre o colunismo – nenhum sobre **Página 10**.

Paralelamente, procedemos ao mapeamento e caracterização do circuito comunicacional Rosane de Oliveira: articulação entre os suportes – os lugares de fala da colunista nos diferentes suportes – e caracterização das ofertas e tentativas do processos. Além de um acompanhamento mais geral por dois anos, caracterizamos as produções no circuito, por oito dias.

Entendemos que no **Dispositivo Rosane de Oliveira** e no **Circuito Rosane de Oliveira**, a jornalista articula diferentes dispositivos interacionais e circuitos comunicacionais. Isso nos levou a uma caracterização “do Aparelho Circulatório RBS”³⁹ no qual Rosane de Oliveira está inserida. Isso será descrito, de forma introdutória, na caracterização e descrição do Caso 3, a partir dos dados coletados.

O mapeamento do circuito comunicacional revelou que ele articula sub-circuitos das plataformas (jornal, rádio, tv e web) de programas: o circuito do jornal impresso **Zero Hora** (diário), o sub-circuito do programa de rádio Gaúcha Atualidade (8h10-9h30, seg-sex, ao vivo), o circuito da TVCom (no Jornal TVCOM, 23h), o sub-circuito dos *blogs* do clickrbs, e o microblog Twitter. No **Circuito Rosane de Oliveira**, há ainda três outros momentos – perfil no Facebook, Instagram e capa do Click RBS, mas que no período da coleta não configuraram uma produção jornalística específica da colunista. Percebemos que as produções geram distintos fluxos que passam a circular: nos circuitos dos veículos da RBS e nas mídias de políticos. Esse ângulo não será enfrentado, mas é intrigante.

Para a entrevista, Rosane de Oliveira recebeu o pesquisador, após a apresentação do Gaúcha Atualidade, na sede do **Jornal Zero Hora**. A entrevista ocorreu na redação, gravamos e decupamos a conversa. (Anexo D). A pauta envolveu principalmente questões das observações sistemáticas de leitura diária da coluna ao longo de 2011-2012, no suporte impresso e, esporadicamente, no *blog* e outras plataformas. Queríamos entender alguns pontos: os experimentalismos na linguagem no Twitter e no *blog*, as atualizações no layout da coluna, as lógicas de produção 24h, direito de resposta no ambiente digital, o caso Nelcir Tessaro – fato que repercutiu nacionalmente nos espaços de crítica da mídia – e o enraizamento do novo ordenamento da ética jornalística do Grupo RBS.

³⁹ Usamos esse termo numa alusão a uma ideia de Fausto Neto, aplicada aos estudos do Jornalismo.

Para o registro das indeterminações criamos uma tabela, tática que foi replicada para o conjunto dos casos.

2.3.4 Coluna **José Simão**

José Simão é uma referência nacional em humor feita a partir das agendas da mídia. Há 26 anos a coluna é publicada, diariamente, na **Folha de São Paulo**, no **Caderno Ilustrada**. Seus textos abordam situações cotidianas do Brasil, as editorias de política (em especial fatos em debate na opinião pública), a mídia (especialmente a televisão aberta) e as celebridades. O colunista se auto-apresenta de diversas formas: No perfil do Twitter: “Acuerda macacada! Sou aquele mesmo: da rádio BandNews FM, da Folha de S. Paulo, do **Monkey News** no **UOL**, e agora na Rede TV! Direto do País da Piada Pronta!” No Facebook e na BandNews, esse texto ganha outras ênfases humorísticas: “filho de loira com árabe, e deu macaco na cabeça” e “Acuerda macacada! Al trabajo y a la lucha.”.

Em meados de 2013, após abandonar o **Monkey News** no **UOL** esses textos foram sistematizados de outra forma: “**José Simão**, auto apelidado de Esculhambador Geral da República, tem uma coluna diária na Folha de São Paulo desde 1987, um quadro na BandnewsFM desde 2004. E o telejornal humorístico Monkey News na UOL de 2002 a 2013! Vários livros publicados, entre eles ‘A esculhambação geral da república’”. Essas auto-apresentações e outras coletas de materiais que descreveremos a seguir nos ajudaram a compreender a centralidade de José Simão como operador e a nomeá-lo **Dispositivo José Simão** e **Circuito José Simão**.

Como nos Casos 2 e 3, optamos por estudar o circuito comunicacional e as lógicas tentativas. Caracterizamos a história da coluna a partir das informações sobre o colunista e sua coluna desde estudos acadêmicos. Paralelamente, reunimos um conjunto de entrevistas do colunista, em diferentes veículos e programas, para compreender lógicas da produção de fluxos e contato com outros circuitos. Esse material ajudou a determinar as três táticas: a) caracterização da arquitetura comunicacional; b) caracterização do circuito comunicacional; c) entrevista com o colunista. No Gráfico 5 visualizamos o trabalho de coleta de dados.

Gráfico 5 – Lugares de coleta de dados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em sentido horário, iniciamos com a caracterização e compreensão das ofertas do **Circuito José Simão** e dos momentos do circuito: Coluna impressa na **Folha de São Paulo**, inserção do quadro na BandNews, telejornal **Monkey News** (inicialmente para o *blog* e depois no canal de vídeos no **UOL**), perfil no Facebook, perfil no Twitter e três (3) livros impressos. Demoramos para compreender algumas lógicas, especialmente pelo experimentalismo nos momentos⁴⁰, pela circulação da coluna impressa em jornais impressos das capitais brasileiras e pelo compartilhamento dos fluxos contínuos adiante – temas da coluna que passam a circular nos perfis das mídias conectoras.

Essa caracterização revelou um dispositivo vincado entre Jornal **Folha de São Paulo** e portal **UOL** – ambos do grupo Folha e Abril –, Radio BandNews – do grupo Bandeirantes, parceira estratégica do grupo Folha⁴¹ e perfis de mídias sociais. Além do **Circuito José Simão**, suas colunas do momento impresso seguem como fluxos por outros circuitos de jornais impressos e nos compartilhamentos dos posts no facebook.

⁴⁰ É importante registrar que neste período José Simão abandonou um modelo de *blog* do UOL, que será retomado em meados de 2013. Esse modelo dava janela (exibia e reenviava o internauta) para todos os produtos do colunista – coluna da FSP, vídeos, fórum de debates, inclusive um programa de rádio chamado **Ondas Latinas** (2h Semanal, apresentado na Radioweb do OUL).

⁴¹ A coluna na RedeTV! não havia estreado e por isso não figura no circuito.

José Simão tem identidade própria em cada suporte – uma espécie de curadoria de materiais, com refatiamento e novo empacotamento de informações dos momentos impresso, facebook e twitter. Momentos mais colaborativos como o Facebook e o Twitter revelam-se os grandes espaços de interação⁴² e espaço de captura de “informações”. As piadas prontas são enviadas pelos participantes dos momentos. O quadro na rádio BandNews FM é ao vivo (por telefone), às 8h42, com duração de 10 a 15min. A emissora retransmite o quadro nas sete capitais (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro), reproduzido na programação da emissora quatro vezes ao longo do dia (10h20, 17h37, 0h17 e 3h37).

O telejornal **Monkey News** inicia com a criação do canal de webtv do UOL. O “telejornal” comenta fotos, temas e vídeos enviados pelos internautas via Facebook e Twitter. A periodicidade das videocolunas varia, em geral, três a cinco vídeos (15min cada) por semana. Por fim, o momento livro, reproduz as melhores colunas do ano. Foram quatro livros publicados, por diferentes editoras.

Quanto à entrevista, a fizemos via Skype. A conversa durou 1h30 e foi gravada. Não mapeamos indeterminações explícitas no caso e nem na conversa. Para o estudo do circuito comunicacional fizemos um estudo das lógicas de circulação das informações da coluna nos diferentes momentos ao longo de dois anos (maio de 2010 a maio de 2012), sem uma sistematização específica do conteúdo. Para um estudo mais detalhado tomamos um recorte temporal de 15 dias, entre 12 a 28 de junho 2012. Foi um critério aleatório, mas que contemplasse uma diversidade de dias da semana, em que as agendas das emissoras de televisão aberta e a agenda social propiciassem variedade e diversidade temática.

2.3.5 *Blog Pergunte ao Urso*

Pergunte ao urso é um *blog* escrito pelo personagem Urso Branco. Foi criado em 2007 e deixou de receber novas postagens em 31 de dezembro de 2012. Marcelo Vitorino, 34 anos, publicitário e estrategista em comunicação digital, era diretor de marketing e novos negócios da Editora Símbolo, foi seu idealizador e criador.

⁴² Entendemos que há uma interação tecnomediada, ora reativa e ora mútua. Em alguns momentos se trata de reações às provocações do colunista e, em outras, ele é provocado ou os próprios atores interagem entre si ou se provocam. Um espaço particularmente interessante são as “piadas prontas”, em que ‘leitores dos produtos José Simão’ enviam fotos de cenas hilariantes do cotidiano como por exemplo nomes e frases grafados equivocadamente ou termos dúbios.

Da editora recebeu a missão de criar e organizar um portal feminino, que deveria reunir as publicações da editora e produzir conteúdo próprio. Dúvidas sobre quais tecnologias usar, formatos das publicações e sobre como gerar e manter relações com os usuários. O cumprimento desta missão o levou a criar o Blog **Pergunte ao Urso**, um produto focado no entretenimento para o público feminino. Nascia ali o **Dispositivo Interacional Blog Pergunte ao Urso** e o **Circuito Urso Branco**.

O *blog Pergunte ao Urso. As melhores respostas para as piores perguntas* é um *blog* de entretenimento. O Urso Branco é o autor dos *posts*. A partir de uma pergunta enviada por um leitor ou uma leitora, o Urso Branco elabora uma resposta. Em geral as perguntas são dúvidas sobre os por quês do fim de relacionamentos afetivo-sexuais, sexualidade masculina e feminina e temas mais gerais de educação, política, culinária. Tanto perguntas quanto respostas tem sua natureza conhecida e neste sentido os *posts* e as interações não se assemelham a um consultório afetivo-sexual-sentimental em público. Visam respostas bem-humoradas que levem ao riso. Os participantes do circuito conhecem essa especificidade e participam do jogo.

O *blog* articula uma arquitetura de mídias. Já o operador do circuito mudou tres vezes: **Urso Branco** (nas primeira fase e segunda fases), **Pergunte ao Urso** (na terceira fase) e pelo **Marcelo Vitorino** (na atual fase). No circuito, o operador administra os fluxos, agenda a audiência, responde às perguntas e interage nos momentos. Via de regra, as respostas são comentadas em público, seguindo um debate (humor). O circuito é articulado ao redor do blog, perfil no Twitter, fanpage, *newsletter* e livros impressos. Além disso, há fluxos comunicacionais em outros circuitos que dão visibilidade e possibilidade de inserção de fluxos do Urso Branco em outros circuitos.

Entre 2007 e 2012, o *blog* teve tres hospedagens: a) 1 de agosto de 2007 – dezembro 2008 – uma produção e manutenção do *blog* pelo seu autor no wordpress; b) Dezembro de 2008 a outubro de 2011 – hospedado e blogando no portal **M de Mulher**, do grupo Abril; c) outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 – retomada das produções de blogueiro no wordpress – com responsabilidade sobre a hospedagem do *blog* e sua produção de conteúdo. Em 31 de dezembro de 2012, anunciou o encerramento da atualização de *posts*.

Embora tenhamos acompanhado parte da segunda etapa, delimitamos o estudo à terceira fase, período entre dezembro de 2011 a dezembro de 2012. Não conseguimos entrevistar o blogueiro, mas ele disponibilizou a uma autoavaliação (no Anexo E), compartilhada com todos os leitores do Urso Branco. Em grande parte, a recuperação

histórica do *blog* e suas lógicas foram tornadas públicas com o fim das postagens do Urso Branco⁴³.

Com o encerramento das atualizações do *Pergunte ao Urso* fomos remetidos a três novos *blogs*, nos mesmos moldes do *blog* anterior. A saber: **Presença Online** (<http://presencaonline.com/>); **Naquela mesa** (<http://naquelamesa.com/>); **Pérolas Políticas** (<http://www.perolapoliticas.com.br/>). Esse trabalho de mapeamento da “redução” ou “transformação estratégica” do operador do circuito nos pareceu muito intrigante.

Para o estudo delimitamos a pesquisa do **Circuito Pergunte ao Urso** e aos processos tentativos.

2.4 Geração dos Operadores para as Caracterizações

Ainda durante a fase de coleta de dados, o processo de orientação mostrou-se fundamental. Material empírico, referencial teórico, evidências empíricas dos casos e processo de orientação forneceram diferentes alternativas e cenários a serem investigados. As conversas e orientações, mesmo que de corredor, foram fundamentais. Elas ajudaram a dar escopo aos planejamentos dos instrumentos para as coletas de dados, seleção e distinção dos “aspectos essenciais e acidentais” e escolha de ângulos reveladores das indeterminações. O eixo da ética passou, então, a ser discutido desde as *indeterminações comunicacionais*, que nos dispositivos e nos circuitos são fator gerador de *espaços de indefinição ética*.

No mapeamento das indeterminações percebemos a falta de um sincero debate ético dentro dos dispositivos e nos circuitos. Por isso, a delimitação do gerar ideias-guia para prosseguir problematizando o tema indefinições comunicacionais desde o eixo da ética.

A delimitação dos operadores para as caracterizações dos casos nasceu nestes encontros com objetos, aulas no PPG, conversas, embates com os conceitos acionados e acionamento dos objetos. Decidimos trabalhar com dois níveis: **1.** Descrição e caracterização de dispositivos; Descrição e caracterização de circuitos; Caracterização de processos tentativos. **2.** Inferências, reflexões transversais e desentranhamento de idéias-guia para futuros estudos.

⁴³ A partir deste momento Marcelo Vitorino passa a assumir a operação do Blog e dos momentos. Ele assina eventuais atualizações, com troca de fotografia no perfil.

CAPÍTULO 3 – REFLEXÕES TEÓRICAS

Nos últimos 20 anos, vários núcleos teóricos da área da Comunicação pautaram as agendas de pesquisa dos coletivos de pesquisa da área. Aqui nos referiremos – em grandes traços – a dois deles: o primeiro, caracterizado ao redor dos termos *sociedade mediática* e *sociedade midiaticizada*; o segundo, ao redor dos termos *mediatização da sociedade e mediatização*.

O primeiro conjunto de preocupações procurou compreender a presença da mídia na sociedade, seu papel mediador entre campos sociais, instituições e sujeitos⁴⁴. Legou uma análise da relação dos meios com a sociedade, instituições e seus agentes sociais, em que aqueles gerariam uma “ação de poder sobre” esses. Os principais eixos de pesquisa procuraram compreender as condições de existência dos meios; seus papéis econômico-político e sócio-cultural para a produção de sentido; seus discursos e matrizes culturais; poderes e efeitos; suas articulações e zonas de contato; papel dos meios no tecido social.

A emergência do outro polo aglutinador de problemáticas sinaliza que as preocupações são os *processos comunicacionais*, uma preocupação que envolve além dos meios, um olhar sobre processos comunicacionais de sociedade. A crescente percepção da importância dos processos interacionais leva a uma das atenções para o comunicacional de processos mais difusos, onde o estudo da comunicação aparece no seu contexto, na sociedade, como elemento transformador, como um *processo*.

Voltando ao foco dos meios, essas teorias se ocuparam com seu crescente papel para as interações, as lógicas e os processos da mídia, em especial o “referenciar” as lógicas e processos estruturantes nos processos interacionais entre os campos sociais. (RODRIGUES, 1999). Na base desta ideia poderíamos colocar outra: A expansão da centralidade dos meios não se deve a uma “autonomia dos meios”, mas às demandas comunicacionais da sociedade. Demandas que vêm com os processos de industrialização e urbanização, as transformações econômicas e sociais, o incremento nos fluxos turísticos e migratórios, as novas sensibilidades

⁴⁴ Aqui tomamos como moldura de compreensão textos-síntese como **Teorias das comunicações de massa** (de Mauro Wolf, 1987), publicada originalmente em Milão-Itália, em 1985; **História das teorias da comunicação e Pensar as mídias** (de Armand e Michèle Mattelard, 1999 e 2004), publicados originalmente em Paris, em 1995 e 1986; **Teorias da comunicação de massa** (de Denis McQuail, ampliado em 2013), publicado originalmente em Londres e Los Angeles, em 1986; **Los modelos de la comunicación** (de Miguel Rodrigo Alsina), publicado originalmente em Madri, em 1989; **Communication theory. Epistemological foundations**, (de James Anderson, 1996), sem tradução para o português, **Communication theories: origins, methods, and uses in the mass media** (de Severin, W.J e Tankard, J.W.Jr, publicado em Nova York, em 1992). Como conjunto, os textos oferecem um panorama dos conceitos da área, dos objetos investigados e dos métodos investivos.

e as novas formas de sociabilidade. Vetorizadas pelo mercado capitalista, essas demandas colocam a comunicação como cada vez mais vital.

Do ponto de vista dos processos comunicacionais, aquela perspectiva se aprofundou gerando uma nova agenda de preocupações teóricas cujos termos aglutinadores vem sendo investigados desde noções como *midiatização*, *midiatização da sociedade e cultura midiatizada*. Como novo foco, essa agenda ainda precisa caracterizar, descrever e compreender a nova dimensão configuradora e dinamizadora dos processos interacionais. Enquanto processos, eles matriciam e remodelam as práticas sociais e suas ofertas de sentidos sociais. São fator de interação e relações.

Operacionalmente, essa perspectiva teórica – em especial seus objetos, conceitos nucleares e metodologias – ainda necessitam de princípios racionais que expliquem a natureza dos fenômenos incluídos nesta agenda e que conduza às definições nominais dos conceitos⁴⁵. Escrevendo isso, o fazemos com a intenção de reforçar que os conceitos acionados estão em elaboração.

Na presente pesquisa trabalhamos como duas noções em construção: *dispositivos interacionais* e *circuitos comunicacionais*. Ambas aparecem como *noções* promissoras para desentranhar o comunicacional, tanto dos processos mediáticos quanto dos processos interacionais de sociedade. Elas permitem lançar questões e fazer emergir as especificidades comunicacionais.

A seguir apresentaremos a emergência desta agenda epistemológica, algumas de suas problematizações e suas angulações para nossa investigação. O capítulo está dividido em três itens. Iniciamos lançando um olhar histórico-contextual sobre as principais problemáticas do pensamento comunicacional na passagem das preocupações com os meios para os processos interacionais. O fazemos tomando reflexões elaboradas na América Latina. Embora essa elaboração teórica, não esteja circunscrita sob a história do horizonte da midiatização, enfrentou temas ainda atuais e sua linha do tempo traz marcas que ajudam a inscrever as reflexões sobre problemáticas da *Midiatização*. É mais uma preocupação contextual, do que as temáticas sócio-culturais ou os legados dos estudos de recepção.

Nos outros dois itens, apresentamos a compreensão do termo *midiatização*, circunscrito às preocupações da linha de pesquisa *Midiatização e Processos Sociais* e às

⁴⁵ Aqui nos apoiamos em Rodrigo Alsina (1995, p. 12-26) que apresenta a definição para modelo teórico – tendo em mente os modelos dos meios de massa. Um modelo teórico deveria descrever e explicar um fenômeno. Além disso, deveria desenvolver o avançar dinâmico da ciência e ser ponto de partida de programas de pesquisa. Por isso, um modelo teórico teria três funções básicas: função organizadora, função heurística e função previsora.

delimitações para nossa pesquisa. Por fim, apresentamos o eixo da ética, entendida como ética da comunicação cujas problemáticas devem ser desentranhadas das indeterminações comunicacionais e tanto a partir de referenciais teóricos de sistemas éticos apriori. Neste sentido, entendemos que a busca deste debate deve ocorrer a partir do estudo da comunicação social nos *dispositivos interacionais* e nos *circuitos comunicacionais*.

3.1 Dos Meios às Matrizes Comunicacionais da Cultura

Na América Latina, a expansão da indústria cultural e o enraizamento social de suas lógicas e padrões – bem como suas sínteses teóricas – estão profundamente marcados pelos contextos sócio-históricos, econômico-cultural e técnico-científicos. Em grandes traços, os estudos tiveram por objeto os meios, sob duas grandes perspectivas: uma, mais positivista, com preocupações com a transmissão e questões ligadas à economia política dos meios e leitura ideológica das mensagens; a outra (a partir dos anos 80), com um viés fenomenológico-antropológico, que procurou articular meios, seus processos, práticas de comunicação e ofertas de sentido. Entendia-se que a mídia (= indústria cultural), enquanto dadora de sentido, é um agente mediador de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos – um agente da organização cultural da sociedade.

Christa Berger (2001), ao lançar um olhar sobre o panorama histórico da pesquisa em comunicação na América Latina, chama atenção para a permeabilidade de temas externos às preocupações com o objeto que acabaram afetando as preocupações epistemológicas da comunicação na região nestes primórdios. Escreve:

São demandas políticas e sociais, mais do que inquietações científicas, as que impulsionam a produção de conhecimento em comunicação na América Latina – o que aconteceu, também, com a *Communication Research* nos Estados Unidos, cuja motivação foi o impacto social dos meios de comunicação de massa, e com a produção da Escola de Frankfurt, na Alemanha, que teve o nazismo como fenômeno inspirador de seus estudos sobre a Indústria Cultural. Na América Latina, as marcas da dependência estrutural, que evoca uma cultura do silêncio e da submissão mas, também, de resistência e de luta, são o pano de fundo da busca por compreender o que acontecia com a comunicação e demarca as fronteiras do emergente campo de estudo. (BERGER, 2001, p. 241).

Numa etapa posterior, no final dos anos 60 e inícios dos anos 70⁴⁶, as preocupações serão outras, com outro marco teórico. Ainda que de forma incipiente, inicia um olhar latino-

⁴⁶ Não ignoramos que houve outras pesquisas pioneiras. Por exemplo a primeira fase do Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para América Latina - **Ciespal** (1959-73) em que se trabalhou com o modelo

americano – com delimitação de áreas e temas de pesquisa – sobre a comunicação. As preocupações foram com a estrutura e função mercantil dos meios e, na cultura, a expressão das contradições dominantes⁴⁷. As áreas temáticas se concentraram em dois ângulos: a) na estrutura de poder dos meios de comunicação e as estratégias de dominação dos países capitalistas; b) nas formações discursivas e nas mensagens da cultura de massas e suas estruturas de significação. Os principais temas de pesquisa foram compreender a imprensa; a transnacionalização dos meios de comunicação e a homogeneização da cultura; o imperialismo cultural; o papel dos intelectuais nos processos de transformação; a produção teórica aliada à prática, vinculada a realidades nacionais e na perspectiva do continente unificado. Por isso Berger (2001, p. 257) pondera:

Na maioria dos textos produzidos nesta girada à esquerda percebe-se que a pesquisa, na perspectiva crítica, confunde-se com comprometimento político: era preciso denunciar o funcionalismo, a televisão comercial, os fluxos internacionais de notícias, as histórias em quadrinho, as políticas de comunicação (ou a falta delas), as corporações multinacionais, a Indústria Cultural, a estrutura transnacional de informação, o cinema de Hollywood, a manipulação ideológica, a publicidade e as pesquisas de opinião, as novas tecnologias da informação, o imperialismo cultural. Estas são as modalidades discursivas que (d)enunciam a comunicação de massa nos anos 60/70. O panorama resultante das pesquisas, nesta perspectiva, era sombrio: da economia política à semiologia, dos marxistas aos estruturalistas, da universidade aos centros de pesquisa, tudo desembocava na crítica aos meios – sua estrutura produtiva, sua programação, suas mensagens e sua recepção. A convergência da análise ideológica com a da teoria da dependência econômica tornava clara e concreta a complexa rede de dominação.

Nos anos 80, duas frentes de pesquisa emergiram. Por um lado, estudos que reatualizam e ampliam a questão da dependência, com foco em temas de tecnologia e comunicação pública; por outro, *Comunicação Popular e Alternativa*, como um projeto de intervenção cultural – um contra-fluxo – desde os movimentos sociais. O primeiro grupo estava marcado pelas discussões da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da

teórico-metodológico norte-americano com vistas ao extensionismo, às inovações na agricultura, experiências de comunicação educativa, comunicação rural, estrutura e função dos meios, etc.

⁴⁷ Apoiamos nossas afirmações em dois artigos: 1) Jesus Martin-Barbero, **Panorama bibliográfico de la investigación latinoamericana em comunicación** (1989, n. 9, p. 140-159), e de Raúl Fuentes Navarro, **La investigación de la comunicación em América Latina: condiciones y perspectivas para el siglo XXI** (out. 1999), **Diálogos de la comunicación**, n. 56, p. 52-68.

Comunicação⁴⁸, e do relatório final, *Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação*. O segundo trabalhou com os projetos de comunicação popular e alternativa. A contribuição deste enfoque foi trazer novos objetos e novos temas como as formas populares de expressão, as novas articulações e mediações da sociedade civil, sentido social dos conflitos sociais para além das vinculações político-partidárias. Era uma renovação de objetos e de temas.

Apoiados na pesquisa-ação, pesquisa participativa ou pesquisa militante, essa teorização (e não tanto uma proposta teórica sobre comunicação!) se fez a partir da comunicação popular, na qual o receptor deixava de ocupar o lugar do dominado. O novo dessas duas linhas estava no fato de tomar como objeto de estudo as formas populares de expressão, de resistência e de contestação. A dominação era vista como uma prática ambígua e fragmentária. Além disso, permitiram outro tipo olhar sobre aos meios, pensar o tema das políticas nacionais de comunicação e a transformação do Estado, políticas de comunicação popular. Como síntese desta fase, Berger (2001, p. 264) observa:

A introdução do estudo da comunicação popular alterou a pauta da teoria da comunicação: solicitou outras referências teóricas e metodológicas; propiciou um deslocamento do espaço universitário (precisou ir aos bairros populares para pesquisar); deixou de lado a exclusividade de tratar de meios, canais e mensagens, para tratar da cultura. A incorporação do popular à teoria da comunicação propiciou rever a comunicação de massa, estudada em si, para pô-la em perspectiva, em relação.

O final dos anos 80, faz com que a epistemologia da comunicação da região desse uma guinada. A pesquisa passou a construir um modelo de análise no qual deslocam o objeto e reformulam as questões de pesquisa. A comunicação passa a ser estudada no cenário da cultura, cabendo o pesquisador buscar as *mediações culturais da comunicação*. À cultura cabia o papel de mediação social e teórica da comunicação com o popular, a vida cotidiana com os meios. Sob essa perspectiva, “o programa” trazia três direcionamentos investigativos:

⁴⁸ Em 1977, por sugestão da delegação dos EUA, foi constituída uma Comissão para analisar problemas de comunicação, especialmente da comunicação de massa, imprensa internacional e das novas tecnologias; para sugerir soluções aos problemas identificados; para promover a paz e o desenvolvimento humano. Sob a presidência de Seán MacBride, foram convidadas 15 pessoas, com diferentes tipos de atuação em atividades da comunicação internacional ou nacional (ativistas de mídia, jornalistas, acadêmicos e gestores de mídia), de 15 países diferentes (EUA, França, Índia, Zaire, Colômbia, Indonésia, Tunísia, Japão, Nigéria, Iugoslávia, Holanda, Egito, Canadá, Chile e União Soviética). O grupo produziu um texto intitulado **Many Voices One World** que foi aprovado por consenso na 21ª Conferência Geral da Unesco e publicado em 1980 em diferentes idiomas. Entre muitos pontos, a comissão apontou a concentração da mídia, a comercialização da informação, o acesso desigual à informação e à comunicação, o desequilíbrio gritante dos fluxos de informação entre o primeiro mundo e os países em desenvolvimento. Como sugestões, a Comissão propôs uma maior democratização da comunicação e o fortalecimento das mídias nacionais para evitar a dependência de fontes externas. A democratização da informação acompanharia o ressurgimento da democracia política e o desenvolvimento de projetos econômicos nacionais.

o ambíguo processo de gestação do massivo a partir do popular; os modos de presença/ausência, afirmação/negação, confisco/deformação da memória popular nos atuais processos de *massmediación*; os usos populares do massivo, tanto da assimilação quanto da ressemantização.

A pesquisa em comunicação dá uma guinada e passa a ver os sujeitos da comunicação, os formatos das culturas populares para entender os meios, a comunicação, as relações, os contextos sociais e a recepção. Em Berger (2001, p. 269) encontramos uma síntese:

As categorias com as quais ingressamos nos anos 90 não são mais a de ideologia, nem de dependência, ainda que estas tenham sido incorporadas ao discurso como um todo, mas a de mediação e a hibridização, que permitem repensar a relação do popular com o massivo, da comunicação com os movimentos sociais, do receptor com o meio, todas “mediadas” pelas estruturas socioculturais.

Nos anos 2000, com um protagonismo cada vez mais crescente da comunicação, Barbero (2009, p. 14; p. 5, grifo do autor) chega a afirmar: “a investigação agora já não será sobre as matrizes culturais da comunicação, mas sobre as *matrizes comunicativas da cultura*”. A frase está contextualizada no cenário empírico que ele nomeia por *emergência de um entorno tecnocomunicativo e emergência de uma razão comunicacional* (2006, p. 12, grifos do autor).

Dez anos antes, no prefácio da 5ª edição espanhola do livro **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia** (1998), o pesquisador se preocupava com as mediações comunicativas que reconfiguram as relações entre sociedade, cultura e política. Perguntava:

Como assumir, então, a complexidade social e perceptiva que hoje reveste as tecnologias comunicacionais, seus modos transversais de presença na cotidianidade, desde o trabalho até o jogo, suas intrincadas formas de mediação tanto do conhecimento como da política, sem ceder ao realismo inevitável produzido pela fascinação tecnológica, e sem deixar-se apanhar na cumplicidade discursiva da *modernização neoliberal* – racionalizadora do mercado, como único princípio organizador da sociedade em seu conjunto – com o saber tecnológico, segundo o qual, esgotado o motor da luta de classes, a história teria encontrado seu substituto nos avatares da *informação e comunicação*? (MARTIN-BARBERO, 2006, p. 12, grifos do autor).

O foco da pergunta de Barbero visa a passagem das *mediações* para as *matrizes comunicacionais*. Na citação ainda estão fortemente acentuadas as lógicas da produção, os formatos industriais, as competências de recepção, mas se ensaia preocupações com as matrizes comunicacionais. É um primeiro passo para o que anos depois ele chamará de *dimensão e dinâmica comunicacionais*, projeto posterior ao pensar desde a comunicação, desde a cultura da comunicação. Importante destacar que Barbero localiza a comunicação

com envergadura sem precedentes, com um problema específico da cultura contemporânea. Por isso sugeria:

O que estamos tentando pensar é a hegemonia comunicacional do mercado na sociedade: a comunicação convertida no mais eficaz motor de desengate e de inserção das culturas – étnicas, nacionais ou locais – no espaço/tempo do mercado e das tecnologias globais. No mesmo sentido, estamos necessitando pensar o lugar estratégico que passou a ocupar a comunicação na configuração dos novos modelos de sociedade, e sua paradoxal vinculação tanto com o entrelaçamento da modernização – via satélites, informática, videoprocessadores – quanto com a descoberta e tateante experiência tardomodernidade. (MARTIN-BARBERO, 2006).

É na sequência deste contexto histórico-teórico das preocupações latino-americanas com a Comunicação que lançamos as problemáticas teóricas da *midiatização*. As *dimensões e dinâmicas comunicacionais de processos interacionais* sinalizam que a comunicação contemporânea é central para entender e problematizar as formas como os processos sociais e as mídias da América Latina se (re)organizam, funcionam, afetam, enfrentam, interagem e trabalham.

3.2 Processos Midiáticos e Midiatização

Das discussões apresentadas, tanto na caracterização do panorama latino-americano quanto nas problematizações, assumimos duas premissas básicas e fazemos uma constatação. **Premissa um:** Estão em desenvolvimento processos mediáticos novos e processos interacionais de sociedade; *há contextos em vias de midiatização*. (BRAGA, 2006; 2007; 2012b; SODRÉ, 2002; 2006). **Premissa dois:** Vivemos a passagem de *sociedades mediáticas* para *a midiatização da sociedade* em que instituições, mídias e sujeitos se afetam mutuamente, de forma não-linear, com multiplicação de tecnomediações setoriais. (MATA, 1999; FAUSTO NETO, 2006; 2008; 2010). **A constatação:** Olhando para o dia-a-dia – desde os processos sociais *em contexto midiatização* – há transformações nas sociabilidades, na gestão das cidades, reconfiguração das práticas sociais, nos processos ensino-aprendizagem, ócio, formas de expressar as crenças. É um conjunto que remodela as formas de ser, conhecer, comunicar e produzir em sociedade.

Adriano Rodrigues (1999; 2006; 2012), Eliseo Verón (1998) e Fausto Neto (2008a; 2008b; 2009; 2010) vêm dando sistematicidade a esses fenômenos da comunicação, desde uma perspectiva macro social. Suas reflexões nos ajudam a problematizar uma pesquisa circunscrita a objetos singulares, em contextos micros, delimitados a partir do eixo da ética.

As reflexões de Adriano Rodrigues (1999; 2008; 2012), problematizam a comunicação numa perspectiva histórica – da antiguidade até os dias atuais. Ele entende que na modernidade houve uma progressiva autonomização dos campos sociais. Ali teria despontado a emergência da *autonominação do campo dos media* e da crescente necessidade dos sujeitos e das instituições de lançarem mão dos *medias* para objetivar simbolicamente aspectos que a modernidade fragmentara. Agentes de mediação e dispositivos de aceleração, os *media* atenderiam às estratégias de recomposição dos seres humanos, das instituições, das práticas sociais e dos campos sociais. Argumenta:

Os dispositivos técnicos mediáticos, não só asseguram estratégias de composição entre os diferentes campos que a experiência moderna autonomiza, mas procuram também integrar estas estratégias em processos interacionais que fundam a sociabilidade e continuam a ser processados ao nível das outras camadas a que dou o nome de experiência originária e de experiência tradicional, processos e camadas da experiência sem os quais nossa experiência moderna e os dispositivos técnicos de mediatização que ela transpira seriam impossíveis. (RODRIGUES, 2012, p. 15).

Eliseo Verón (1997; 1998; 2006), desde o contexto da semiótica, compreende uma problemática da *mediatização* a partir da idéia de *mudança no nível comunicacional*. No cenário das sociedades pós-industriais, a comunicação teria se tornado “fator determinante” para o funcionamento social.

El concepto de mediatización designa, desde mi punto de vista, un aspecto fundamental del *cambio social* tal como éste se produce actualmente en las sociedades posindustriales. Los medios (tecnologías de comunicación inscritas en la sociedad) son factores cada vez más importantes en la determinación de las características del cambio. No por si solos, sino en la medida en que se insertan, de maneras específicas, en las múltiples dinámicas del funcionamiento social. Los medios se están *mezclando* con todos los aspectos significativos del funcionamiento social. ¿Cómo se puede conceptualizar esta *mezcla*, tratar de entenderla y evaluar su importancia, sin caer en la profecía apocalíptica ni en la anticipación eufórica? Hay que tratar de comprender, me parece, cómo se van estructurando históricamente las relaciones entre los *medios*, las *instituciones sociales* y los *actores individuales*. En cada uno de estos tres sectores hay múltiples estrategias que de una manera más o menos confusa, tienen en cuenta las estrategias presentes en los otros dos. Las estrategias son a veces convergentes, a veces divergentes. El conjunto tiene el carácter de un sistema complejo, en el sentido de que implica un grado importante de imprevisibilidad, a pesar del esfuerzo que unos y otros hacen para prever el futuro. Este sistema de relaciones entre medios, instituciones y actores, es complejo porque no comporta relaciones causales lineales. (VERÓN, 1998, p. 3, grifo do autor).

O pesquisador argentino inscreve o tema da *mediatização* sob uma perspectiva ampla da *mudança social e das transformações nas relações sociais*. Sua ancoragem de pesquisa são os meios e as relações que se estabelecem entre meios, instituições sociais e atores. Mesmo se movendo no que compreendemos como contexto da *sociedade mediatizada*, são importantes

quatro ideias que podemos recolocar no contexto da *midiatização da sociedade* em que os processos interacionais se põem como um *locus* de pesquisa. **A primeira:** as tecnologias de comunicação são inscritas na sociedade, em circunstâncias históricas e em contextos específicos; são moduladas pelos contextos e pelos processos institucionais. **Segunda:** há afetações específicas – no nosso caso entre momentos de um mesmo circuito, circuitos, circuito e dispositivo interacional, circuito e campos sociais (ou sub-campos) – em que múltiplas dinâmicas sociais se atravessam. **Terceira:** A necessidade de “ler a *midiatização*” não como um movimento homogêneo ou um processo social amplo, onde estariam apagados os atravessamentos; **Quarta:** a formação de complexos sistemas de relações – com alto grau de imprevisibilidade e relações causais não-lineares.

Essa quarta idéia nos parece especialmente produtiva, pois a partir dos dispositivos interacionais e dos circuitos comunicacionais se pode trabalhar as particularidades dos *processos sem apagar heterogeneidades e atravessamentos*. Mesmo sem ter descrições e explicações desta “característica” da midiatização Verón fornece um *insight* para sinalizar a emergência do componente “tentativo” nos dispositivos interacionais quando seus padrões de funcionamento são modulados em grande medida a partir do ensaio-e-erro, em função do objetivo esperado. Tanto em *dispositivos interacionais* quanto nos *circuitos comunicacionais*, essas tentativas dos processos sociais são um aspecto a poder ser estudado. Aqui vale a pena reforçar essa ideia com um argumento de José Luiz Braga (2012a, mimeo):

Assim como, desde o século XVII, a imprensa se desenvolveu como um componente estruturante da sociedade (notadamente a europeia), na medida em que esta buscava organizar, diversificadamente, as potencialidades da escrita a serviço de seus interesses múltiplos e frequentemente contraditórios; assim também vemos os processos de interacionalidade midiatizante estimulando os modos pelos quais a sociedade se comunica, e em consequência, tentativamente se organiza.

Fausto Neto, a partir de pesquisas empíricas circunscritas à construção das novas religiosidades, transformações no jornalismo e à midiatização do discurso científico⁴⁹ caracteriza o termo *midiatização* a partir das inter-relações entre processos sociais, dispositivos, práticas comunicacionais e produção de sentido. Vejamos o contexto de emergência e sua definição de *midiatização*:

⁴⁹ Fausto Neto tem procurado pensar os eixos epistemológico e metodológico do novo núcleo nas cinco pesquisas desenvolvidas (ou em andamento): **Processos midiáticos e construção de novas religiosidades:** as dimensões discursivas (2003-2006); **Mutações nos processos de noticiabilidade:** novas estratégias de enunciação do discurso jornalístico (2007-2011); **Midiatização do discurso científico** - contratos de leitura, cenários, processos e estratégias (2008-2010); **Midiatização das práticas sociais na América Latina** (2010-2012); **Afetações da midiatização sobre o ofício do jornalismo:** ambiência, identidades, discursividades e processos interacionais (2010-2016).

Trata-se da emergência e do desenvolvimento de fenômenos técnicos transformados em meios, que se instauram intensa e aceleradamente na sociedade, alterando os atuais processos sócio-técnico-discursivos de produção, circulação e recepção de mensagens. Produz mutações na própria ambiência, nos processos, produtos e interações entre indivíduos e na organização das instituições sociais. Grosso modo, trata-se de ascensão de uma determinada realidade que se expande e se interioriza sobre a própria existência da cultura e da lógica midiáticas. (FAUSTO NETO, 2009, p. 16).

Em outro momento, anterior a essa reflexão, o pesquisador contextualiza o termo numa perspectiva histórica, sob a reprodução e transformação do tecido social. Demarca um antes e um agora, com aspectos transformados, apresenta ângulos-chave para estudos e sinaliza variáveis que estariam em etapa de mudanças. Afirma:

A convergência de fatores sócio-tecnológicos, disseminados na sociedade segundo lógicas de ofertas e de usos sociais produziu, sobretudo nas últimas três décadas, profundas e complexas alterações na constituição societária, nas suas formas de vida, e suas interações. Ocorre a disseminação de novos protocolos técnicos em toda a extensão da organização social, e de intensificação de processos que vão transformando tecnologias em meios de produção, circulação e recepção de discursos. Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a “cultura da mídia”. Sua existência não se constitui fenômeno auxiliar, na medida em que as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência desta cultura, suas lógicas e suas operações. (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

Das citações de Fausto Neto tomamos três referências para estudar objetos singulares em perspectivas contextualizadas: a) A convergência de fatores sócio-tecnológicos, disseminados na sociedade segundo lógicas de ofertas e de usos sociais; b) a disseminação de novos protocolos técnicos na organização social; c) a disseminação da cultura das mídias como referências de organização das práticas interacionais nas práticas sociais. As três são pistas-referência que permitem investigar tanto a mediatização quanto a dimensão social dos processos. Enquanto pistas conceituais elas ajudam a caracterizar a centralidade da interação nos processos comunicacionais da contemporaneidade.

Operacionalmente, trabalharemos duas noções: *dispositivo interacional e circuito comunicacional*. Nelas ocorrem processos interacionais em que podem ser descritas e caracterizadas suas condições históricas específicas, contextos significativos, natureza do processo interacional, sistemas de relações, reconhecimentos e desvios. Vejamos como as subordinaremos e como as compreenderemos.

3.2.1 Dispositivo Interacional

O termo *dispositivo* é bastante corrente nas Ciências Sociais sendo usado sob diferentes sentidos. Por isso precisamos caracterizar sua subordinação para os âmbitos da área da comunicação. O fazemos usando Michel Foucault (1977), Gilles Deleuze (1990), Michel de Certeau (1994) e José Luiz Braga (2011).

Michel Foucault usou a noção *dispositivo* em diferentes momentos para caracterizar o que se convencionou nomear *dispositivos de controle*. O termo *dispositivo* aparece caracterizado pela natureza do momento, sistematizações tecnológicas, configurações discursivas; e relações entre o discursivo e o não-discursivo sobre instituições específicas – militar, penal, escolar e médica. Por isso, a noção foucaultiana – nomeada pelo termo *dispositivo de controle* – é geralmente definida *como uma rede de relações entre elementos heterogêneos – discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não-dito – em que o dispositivo caracteriza a gênese, a natureza entre os nexos dos elementos e a própria sobredeterminação funcional do dispositivo.* (formulação e grifo nossos).

A caracterização reproduzida no parágrafo anterior vem do contexto de uma entrevista onde foi lançada a seguinte questão a Foucault: “Tu falas de um ‘dispositivo de sexualidade’. Qual é para ti o sentido e a função metodológica do termo: ‘dispositivo’?” Segue a resposta:⁵⁰

Ce que j’essaie de repérer sou ce nom, c’est, premièrement, un ensemble résolument hétérogène, comportant des discours, des institutions, de aménagements architecturaux, des décisions réglementaires, des lois, de mesures administratives, des énoncés scientifiques, des propositions philosophiques, Morales, philanthropiques,

⁵⁰ Eu procuro sinalizar através deste termo, em primeiro lugar, um conjunto resolutamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: o dito, assim como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo, ele mesmo, é a conexão que se pode estabelecer entre os elementos.

Em segundo lugar, o que eu gostaria de sinalizar no dispositivo, é justamente a natureza do nexo que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Assim, este discurso pode aparecer, num momento, como programa de uma instituição e, em outro momento, como um elemento que permite justificar e dissimular (mascarar) uma prática, a qual permanece muda, ou funcionar como uma reinterpretação a posteriori desta prática, dar-lhe acesso a um campo novo de racionalidade. Em resumo, entre estes elementos, discursivos ou não, existe, como que, um jogo de mudanças de posição, de modificações de funções, que podem, elas também, ser muito diferentes. Em terceiro lugar, por dispositivo, eu entendo uma espécie – digamos – de formação, que, num momento histórico dado, teve como função maior responder a uma urgência. O dispositivo tem então uma função predominantemente estratégica. Isto poderia ser, por exemplo, a reabsorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico, jogando como matriz de um dispositivo, que se tornou aos poucos o dispositivo de controle-sujeição (disciplinamento) da loucura, da doença mental, da neurose.

bref: du dit, aussi bien que du non-dit, voilà les éléments du dispositif. Le dispositif lui-même, c'est le réseau qu'on peut établir entre ces éléments.

Deuxièmement, ce que voudrais repérer dans le dispositif, c'est justement la nature du lien qui peut apparaître tantôt comme programme d'une institution, tantôt au contraire comme un élément qui permet de justifier et de masquer une pratique qui, elle, reste muette, ou fonctionner comme réinterprétation seconde de cette pratique, lui donner accès à un champ nouveau de rationalité. Bref, entre ces éléments, discursifs ou non, il y a comme un jeu, des changements de position, des modifications de fonctions, qui peuvent, eux aussi, être très différents.

Troisièmement, par dispositif, j'entends une sorte – disons – de formation, qui, à un moment historique donné, a eu pour fonction majeure de répondre à une urgence. Le dispositif a donc une fonction stratégique dominante. Cela a pu être, par exemple, la résorption d'une masse de population flottante qu'une société à économie de type essentiellement mercantiliste trouvait encombrante: il y a eu là un impératif stratégique, jouant comme matrice d'un dispositif est devenu peu à peu le dispositif de contrôle assujettissement de la folie, de la maladie mentale, de la névrose (FOUCAULT, 1994, p. 299).

Cinco pontos nos chamam atenção nesta resposta de Foucault: a) conjunto de elementos heterogêneos; b) existência de uma natureza de nexo entre os elementos; c) dispositivo ser fruto de uma formação histórica; d) responder a uma função estratégica; e) estruturar-se como uma matriz. Foucault chega a essa noção a partir de um trabalho em terreno sobre *dispositivos de controle*.

Quase 20 anos depois, Gilles Deleuze rediscute a noção foucaultina, apresentando-a como *cadeias de variáveis relacionadas entre si que procura descrever o Saber, o Poder e a Subjetivação*. Entende que em Foucault o termo *dispositivo* tem dimensões (linhas) sobre as quais é preciso instalar-se para desemaranhá-los (dispositivo e linhas). Afirma:

Os dispositivos têm, então, como componentes, linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo de mutações de disposição. (DELEUZE, 1990, p. 4).

Como Foucault, Deleuze dá concretude e ângulos para estudar o termo, distingue quatro *linhas*, nos remete ao tema das mutações no dispositivo e ao entrecruzamento e mistura de linhas. Juntamente com a ideia de *sistema de relações* e suas *táticas*, Deleuze avança ao seguir trabalhando com a ideia de “tecnologias do poder”.

Do foco da definição de Foucault e das distinções de Deleuze seguimos com a possibilidade de trabalhar a noção *dispositivo* como um ‘*sistemas de relações*’, sendo capaz de caracterizar o estado “de superfície do dispositivo” e “o trabalho no terreno”, com ênfase no processo, nas negociações, invenções, nas disputas sociais implicadas no dispositivo.

Michel de Certeau (1994, p. 14-16), a partir das pesquisas sobre práticas ordinárias do consumo perguntava: Se Foucault tivesse explorado outros terrenos teria chegado às mesmas

conclusões sobre o dispositivo? Como explicar o desenvolvimento privilegiado da série particular constituída pelos dispositivos panópticos? E os outros dispositivos que não chegaram a formar uma configuração discursiva e nem uma sistematização tecnológica? Não será o sistema da vigilância da disciplina e da vigilância vampirizado por outros sistemas de relações? E se cessasse sua função, por que outro tipo de dispositivo seria articulado?.

Certeau não legou uma definição sistematizada ou pistas de trabalho com o conceito, mas suas reflexões esparsas, em diferentes textos, ajudam na subordinação do termo. Sugerem uma possibilidade de pensar a subordinação do conceito de Foucault e sinalizam que o conceito *dispositivo* pode ser explorado como um tipo de formação que não apenas produz controle e restrições, mas que também abre possibilidades de contato, participação, processos lúdicos, assim como experiências corporais e sensuais. Com isso, além de dispositivos panópticos permite a problematização de outros tipos de dispositivo.

É nesta brecha de problematização do conceito que José Luiz Braga (2011) subordina uma compreensão do termo para a área da Comunicação. Engloba à ideia de *sistema de relações* dois outros eixos: a) *matrizes socialmente elaboradas e em constante reelaboração*; b) *ambiente de experiências*. Sob esse entendimento, Braga inscreve noção *dispositivo interacional*, como um tipo de dispositivo entre outros tantos, com a especificidade de favorecer ângulos para investigar as interações e relações (em especial a comunicação).

Braga delimita quatro aspectos: a) aspectos heterogêneos articulam um determinado processo social – elementos técnicos, culturais, de ordem prática, institucionais, comunicacionais; b) é uma organização *ad-hoc*, prática, pragmática – com a historicidade dos processos; c) em contraposição à ideia de instituições, o termo dispositivo passa a ser compreendido como um ambiente de experiências; d) matriz socialmente elaborada que se faz na prática das interações. À luz destas explicitações Braga (2011, p. 11) sugere pistas para os acionamentos de pesquisa empírica:

O termo é particularmente propício para estudo da mediatização – exatamente porque permite ultrapassar uma referência exclusiva aos “meios” (tecnologia, empresas midiáticas e/ou a forma de seus produtos) ou apenas às circunstâncias muito concretas e imediatas de sua apropriação (a relação ‘direta’ de recepção). Tratar de ‘dispositivos’ permite incluir as mediações que o usuário traz para a interação; as expectativas sobre o usuário, no momento da criação dos produtos – levando à ‘construção do leitor’, aos modos de endereçamento, às promessas e contratos; permite incluir os processos em geral que cercam a circulação mediática; e aí também os contextos significativos de produção, de apropriação e da “resposta social” (sob qualquer forma em que esta ocorra).

À luz desta subordinação da noção *dispositivo* e da explicitação de ângulos de investigação o pesquisador inscreve a noção *dispositivo interacional*. Em termos de uma subordinação, a noção passa a ser compreendida como sistema de relações, com matrizes culturais socialmente elaboradas e em constante reelaboração, que de um modo ou outro a sociedade aciona para interagir (BRAGA, 2011, p. 8) – entre participantes, entre processos sociais, entre processos sociais e a sociedade – Braga (2011, p. 11). Do ponto de vista de definição, o núcleo conceitual é caracterizado na formulação que segue:

“Dispositivos de interação” são espaços e modos de uso, não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais.

O adjetivo *interacional*, sob essa ótica, passa a ser a especificidade por meio da qual ocorrem as ações comunicacionais entre pessoas, grupos, processos sociais, instituições ou mesmo entre campos sociais. É um instrumental teórico não para uma perspectiva macro, mas para apreender circunstâncias, processos, participantes, objetivos ou encaminhamentos singulares. Os fenômenos comunicacionais são processos tentativos, se articulam com os contextos, mantêm relações entre elementos de códigos e de inferências, circulam em fluxos contínuos adiante.

Em termos de operacionalização da tese, como anunciado na introdução, estudaremos um dispositivo interacional – A Secretaria de Segurança Pública de Canoas – um processo interacional de sociedade. Descreveremos alguns elementos do seu sistema de relações – elementos que articula e elementos que o articulam; as tentativas processuais, aspectos gerais de sua matriz cultural e características do ambiente de experiências.

3.2.2. Circuito Comunicacional

Inscrevemos o termo na reproblemática da circulação. Fausto Neto (2008; 2010) vem refletindo sobre a atualização das problemáticas do conceito *circulação*. Historicamente, o tema nasce de um olhar sobre o intervalo da relação entre *produção* e *recepção* e suas transformações na passagem do contexto dos estudos dos meios de massa ao atual contexto de midiaticização. Para Fausto Neto, nos anos 70-90, a noção teve como preocupação “o intervalo entre o polo do emissor e o polo do receptor”. A partir dos anos 90, os processos interacionais – de mídia e de sociedade – trazem novas problemáticas teórico-metodológicas.

Nos anos 70-90, tratou-se de estudar as *ofertas de sentido (produção) e a produção de sentido (recepção)*; depois, a questão dos *contratos* e a *construção de vínculos entre produção e recepção*. De *resultado da diferença* entre lógicas da produção e da recepção de mensagens, a circulação passou a ser vista como o *espaço do reconhecimento* e dos desvios produzidos pela apropriação. A partir dos anos 90 – com os processos sociais em contexto de *mediatização* – a circulação se coloca como lugar onde os *processos de interacionalidade* estimulam os modos pelos quais a mídia e sociedade se comunicam, e tentativamente se organizam. Além da relação direta entre produtor e receptor, um novo tema emerge: o receptor faz seguir adiante produtos e suas ofertas.

Investigar essa transformação é um desafio que vem sendo enfrentado pela linha de pesquisa *Mediatização e Processos Sociais*, com buscas para operacionalizar visadas teórico-metodológica para a nova problemática. José Luiz Braga vem se ocupando com essa tarefa e tem trabalhado com a noção *Circuitos Comunicacionais*. Argumenta:

Os processos e as consequências desse modo preferencial de circulação, próprio da sociedade em *mediatização*, devem então ser estudados. Uma questão que se põe aqui é a de como concretizar aspectos dessa perspectiva abrangente, de modo a transitar da elaboração reflexiva e ensaística para o trabalho de pesquisa empírica. Uma primeira aproximação corresponde a perceber que essa circulação em fluxo contínuo não é apenas uma descrição abstrata. Ela se manifesta concretamente na sociedade, na forma de circuitos – que são culturalmente praticados, são reconhecíveis por seus usuários e podem ser descritos e analisados por pesquisadores. (BRAGA, 2012, p. 9).

Essa ideia de *circulação de fluxo que se manifesta concretamente na sociedade, na forma de circuitos* (grifos nossos) nos acompanhará. No estudo dos circuitos comunicacionais dos casos queremos enfrentar um diálogo sobre a existência desses fluxos fora dos circuitos e sobre seu papel na geração das indeterminações.

Esse diálogo nos remete a uma volta à noção *circulação*, no contexto da questão das ofertas de sentido. Fausto Neto (2010), investigando o âmbito dos estudos da circulação, afirma que a ênfase teórica nos anos 70-90 era o processo desenvolvido pelo produto – a passagem de algo do pólo do emissor ao pólo do receptor – numa busca de correspondência e identidade entre emissor e receptor. Que pouco a pouco, as pesquisas foram mostrando que, mesmo na era dos meios de massa, para além da passagem de algo de um pólo ao outro, não ocorria somente ratificação dos postulados da oferta, mas, também, uma proliferação das disjunções. Investigando a circulação nos contextos dos meios se identificou lógicas distintas – entre produtores e receptores – com espaços de reconhecimento, negociações e possibilidade para ocorrência de desvios. (FAUSTO NETO, 2010).

Por isso, na etapa posterior, com a complexificação dos processos de comunicação, há maior preocupação com a dimensão da interdiscursividade do ato discursivo. Entende-se que ela gera incompreensão mútua e jogos complexos de ofertas e de reconhecimento. Os discursos se descolam da produção e recepção, suas intenções de origem perdem força e controle dos engendramentos. É uma tendência para além dos meios, uma vez que nas práticas sociais se instituem mecanismos de produção de sentido que produzem e fazem funcionar processos sociais e práticas sociais. Por um lado, transformam o *status* dos meios e seu funcionamento e, por outro, se instaura uma vida técnico-social, vinculada às lógicas dos fluxos e estruturas de conexões. Sobre essas ideias referimos um argumento de Fausto Neto (2010, p. 61):

A própria existência de trajetos de produção e recepção resultam do “aparelho circulatório”, enquanto efeito de suas disposições, na medida em que é este último quem define e impulsiona sobre as quais se fundam as operações de instalação de produção de sentidos. É por força deste aparelho que estes lugares se constituem, ou são mobilizados para ver o que os outros lhes destinam, ou deles pedem como atenção. No lugar da passagem automática – da produção à recepção, conforme pleiteava a teoria das intenções, emerge uma nova zona. Nasce das suas franjas das fronteiras e das dinâmicas nelas geradas. No lugar de contornos claros entre suas delimitações, interfaces. A soberania das gramáticas – em produção e em reconhecimento – perde suas marcas discursivas de fronteiras. Estas são dissolvidas pela força de co-enunciações que se constituem no contexto deste novo dispositivo circulatório. Este as põe em contato, mas através de marcas que somente produzem sentido através do trabalho que fazem no interior das interfaces.

Ora, da afirmação de Fausto Neto as noções de “aparelho circulatório” e “co-enunciações” e “operações de instalação de produção de sentidos” são elementos importantes no trabalho investigativo de circuitos comunicacionais. Por exemplo: como se dariam as co-enunciações e operações de instalação de produção de sentidos nos processos interacionais de sociedade? Em geral, temos fluxos comunicacionais dos processos sociais que circulam. Muitos não logram gerar circuitos, porém são co-enunciados, afetam processos e irritam. Não enfrentaremos essa questão, mas ela aponta a necessidade de se investigar os fluxos.

Ainda quanto a noção “dispositivo circulatório”, no contexto dos processos interacionais – de sociedade e dos meios – a noção *circuito* permite descrição da circulação, em especial que há especificidades que podem ser apreendidas, desde a caracterização das arquiteturas comunicacionais e o que ocorre ali. Braga (2012b, p. 14), desde outro registro, explicita estas ideias fazendo uma analogia entre as noções:

Assim como os dispositivos interacionais são a face empírica das interações, circuitos são a face empírica específica da circulação. Os dispositivos interacionais são modulados pelos contextos e processos institucionais específicos em cujo

ambiente ou referencia se desenvolvem. Na sociedade em contexto de midiatização, os circuitos de comunicação correspondem a um contexto particularmente relevante. [...] hoje, circuitos comunicacionais se oferecem como o principal processo social abrangente de comunicação, relacionando, articulando, fazendo tensionar os diferentes dispositivos interacionais em que nos engajamos.

Braga, tem como grande moldura, uma ideia de que no contexto da midiatização os setores da sociedade – com maior ou menor intensidade – passam a se articular por circuitos, sendo que os processos interacionais de sociedade e processos de meios se relacionam, tensionam, atravessam, geram inderterminação. No desenvolvimento dos circuitos ou da articulação entre circuitos há forte invenção social.

Quanto a uma operacionalização da noção *circuito comunicacional*, o fazemos desde a articulação das arquiteturas e desde as especificidades comunicacionais em cada momento. Entendemos que nos processos interacionais – de sociedade e dos meios – os circuitos estão em dispositivos interacionais ou entre dispositivos interacionais, sendo geradores de distintas problemáticas. Reforçamos essas ideias a partir de Braga:

Esses circuitos contemporâneos envolvem momentos dialógicos, momentos “especializados”, momentos solitários (o mundo circula em nosso self) e momentos tecnodistanciados, difusos. Todos esses momentos se interferem – se apoiam às vezes, certamente se atrapalham. Uma percepção que ocorre, diante de tais processos, a exigir elaboração reflexiva, é que com frequência se caracterizam como “circuitos canhestros” exatamente porque tentativos. (BRAGA, 2012a, p. 12).

A ideia de *momentos* é muito rica porque dá margem ao que nomeamos de especificidades comunicacionais num circuito. Os aspectos de interferência – apoio ou geração de ruídos – e “circuitos canhestros”, porque tentativos, serão enfrentados na pesquisa. Neste sentido assumimos essas provocações de Braga. Entendemos que os circuitos também são processos tentativos, porque partem das ferramentas disponíveis que passam a ser moldadas segundo demandas dos processos, dos interesses dos sujeitos, das instituições ou da sociedade. Sob este enquadramento das *tentativas* nos propomos enfrentar *a problemática da indeterminação*.

Ainda sobre o estudo de *circuitos*, vale trazer alguns elementos que servem para pensar ênfases na delimitação já apresentada. Braga (2012b, p. 14) projeta linhas para onde olhar nas descrições e caracterizações dos relatos empíricos:

É neste âmbito de processos – de natureza comunicacional – que muitas questões sociais se encontram em jogo. Estudar circuitos é relevante para compreender a sociedade em midiatização – justamente porque não prevalecem aí, simplesmente, as lógicas deste ou daquele meio, nem mesmo as lógicas preferenciais de determinados tipos de meios. Assim, não é interessante contrapor os meios digitais aos meios de massa como se fossem caracterizadores de diferentes mundos. Cada circuito compõe

diferentes articulações entre o massivo e o digital, engastando ainda, aí, o presencial e a escrita.

A essas idéias sobre circuito, fluxos e indeterminação submeteremos nosso corpus de pesquisa. A explicitação dos termos – conceitual e metodológica – sinaliza que eles se candidatam como operadores conceituais para o desentranhamento de algumas questões para estudos comunicacionais para uma Ética da Comunicação.

3.3 Espaços de Indefinição ética

Na Parte I deste trabalho, na ambientação teórica, delimitamos a perspectiva da *ética* como eixo transversal ao corpus. Explicitamos que a ética à qual nos referíamos é a *ética da comunicação*, hoje ainda circunscrita em grande medida à *ética da mídia*. Neste sentido, no contexto da midiatização, emerge o desafio de uma ampliação e incorporação de novas sensibilidades éticas de campos ou sub-campos conectados na área da comunicação. Uma ética que passa a ser problematizada no contexto dos processos interacionais, dos meios e de sociedade.

Historicamente, quatro grandes doutrinas estruturaram as problemáticas éticas da mídia (a doutrina autoritária, a doutrina libertária, a doutrina liberal e a doutrina da responsabilidade social da mídia) que giraram em torno a dois eixos principais: o reconhecimento formal da liberdade de comunicação (direito abstrato) e a organização da responsabilidade editorial, em contrapartida a essa liberdade. A liberdade de comunicar englobou a liberdade de empreendimento no campo da mídia, a liberdade de expressão e a liberdade de recepção. A contrapartida, entre outras, procurou evitar a redução da mídia a um estatuto de simples protagonista econômico industrial, cobrando responsabilidade social.

Aqui precisamos voltar aos dois eixos. A *liberdade de comunicação* à qual se refere esse eixo promoveu a mídia a um estatuto de contrapoder. A *responsabilidade social* legou uma compreensão reduzida a uma liberdade individual negativa, exercida e enquadrada por uma responsabilidade organizada sobre o modelo da auto-regulamentação. Ora, a falta de um terceiro eixo para desenvolver o modo de exercício dessa autonomia da mídia é um problema não resolvido. Bóris Libois (2003, p. 175) resume a tarefa futura a ser enfrentada desde essa perspectiva:

Trata-se, atualmente, de determinar a problemática ética pertinente em matéria de mídia, comum a uma variedade de suportes de comunicação e a uma pluralidade de profissões. O credo da ética da mídia pode ser entendido no modo das condições de

possibilidade *a priori* da mídia, mas também no modo de formulação e uso dos anseios normativos a seu respeito. Essas duas abordagens não são contraditórias. Uma abordagem transcendental da mídia e da liberdade de comunicação pode se resumir assim: que estatuto filosófico atribuir à mídia, a fim de que ela satisfaça nossas instituições democráticas principais, nutridas por evoluções sociológicas, e que assegure aos indivíduos e grupos uma comunicação desprovida de qualquer dominação estrutural?

Paralelamente, nos últimos 20 anos houve uma transformação no conjunto dos componentes mediáticos que gerou um rompimento da visão unitária sobre os meios. Passamos a conviver com uma pluralidade de *suportes técnicos* (imprensa, difusão hertziana, cabo, telefonia, satélites, digitalização, informática e telecomunicações – com articulações no seu interior), *suportes editoriais* (agências de notícias, imprensa escrita, rádio, televisão, mídias sociais, assessorias e uma infinidade de novas experiências) e uma multiplicidade de protagonistas profissionais e amadores. Do ponto de vista da *liberdade da comunicação e do direito à informação* – numa visão de era dos meios – se apresenta nova tarefa:

Trata-se de organizar o exercício responsável da liberdade de comunicação no domínio de uma transformação da soberania política. É, portanto, essencial realizar uma síntese efetiva, a fim de preservar interesses éticos, ao mesmo tempo levando em conta o triplo processo de diferenciação. Na realidade, a referência única à liberdade de comunicação engloba dois tipos filosoficamente distintos de comunicação: a comunicação interpessoal, que se exerce no domínio filosófico e jurídico dos direitos e liberdades individuais, e a comunicação midiática, que encerra dimensões de intersubjetividade e de formalização aumentadas e se inscreve, a partir daí, em uma ordem de legitimação distinta da ordem da comunicação interpessoal. Isto é, a comunicação empregada pelo sistema midiático não é o exercício institucional da liberdade individual de comunicar, nem a liberdade de expressão da mídia. Nesse contexto, o interesse teórico de uma concepção contemporânea da ética da mídia é transformar o exercício atualmente monológico da liberdade editorial em uma perspectiva intersubjetiva: evoluir da mídia de difusão para a mídia de comunicação. (LIBOIS, 2003, p. 178).

Do ponto de vista dos processos interacionais de sociedade, o tema da ética da comunicação ainda não foi enfrentado. Por isso, acreditamos que a perspectiva de uma ética da comunicação que articule processos interacionais, de meios e de sociedade, demanda um desentranhamento de problemáticas e conceitos. A nova realidade empírica da comunicação, motora de processos interacionais, sugere que faltam descrições de fenômenos e pesquisas que tenham se colocado o eixo da ética.

Por ora seguimos com a pauta, aberta. Não acionamos reflexões éticas de sistemas éticos canônicos. Trabalhamos com algumas idéias-guia dos referenciais do debate quanto à Ética da Comunicação.

PARTE II
ESTUDOS DE CASO

Na Parte I informamos que no estudo empírico *de dispositivos interacionais, circuitos comunicacionais e de lógicas tentativas dos processos* tínhamos, inicialmente, a intenção de descrever e caracterizar os dispositivos interacionais e os circuitos comunicacionais dos cinco casos estudados. De fato, esta empreitada mostrou-se impossível. Para este momento de defesa da tese, nossa pesquisa caracterizará o dispositivo interacional e o circuito comunicacional do Caso 1 e os circuitos comunicacionais e algumas lógicas tentativas dos Casos 2, 3, 4 e 5. Em relação a esses circuitos, caracterizaremos aspectos gerais da gênese das arquiteturas, seus funcionamentos, especificidades comunicacionais e ofertas.

Do ponto de vista dos processos interacionais nos meios, os grupos de comunicação sofrem as afetações da midiatização. Sua face mais visível, talvez, esteja nos produtos e na reestruturação dos veículos. Grupos de comunicação como a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS) ou Grupo Folha se veem obrigados a rearticular de forma sistêmica suas diferentes plataformas de mídia. As plataformas tradicionais – impresso, rádio e televisão, ao se digitalizarem – expandem suas ofertas e geram desafios na ordem das práticas jornalísticas e nas práticas de consumo de informação; nos modelos de negócio e nas políticas de comunicação; na legislação trabalhista e nos regramentos internos e ordenamentos dos valores éticos; entre tantas outras questões.

Ao mesmo tempo, nos processos interacionais de sociedade e na comunicação dos atores individuais, ferramentas são convertidas em arquiteturas de mídia; há articulação dos circuitos comunicacionais; emergem uma infinidade de ofertas de sentidos. Nestes processos, nem sempre é fácil caracterizar os dispositivos interacionais e seus circuitos comunicacionais. Muitos estão em constituição, numa diversidade de experimentações. Nestes casos a natureza específica de cada “experimento” delinea os direcionamentos sociais da comunicação. Dispositivos e circuitos vão sendo constituídos – e seguem em ajustes e expansões – segundo demandas e ações das instituições, dos processos sociais ou dos sujeitos.

Algo semelhante se percebe, também, nos processos de mídia e nos processos de atores individuais. Embora haja dispositivos interacionais mais definidos – jornais, rádio, televisão, portal, programa, *blog*, coluna... – e circuitos comunicacionais já consolidados – com seus sub-circuitos e momentos – há experimentações. Neste movimento da tese, nos propomos caracterizar e descrever essas emergências nas práticas comunicacionais. O interesse de nossas descrições visa a emergência de indeterminações, como uma problemática para a ética da comunicação contemporânea.

CAPÍTULO 4 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E CIDADANIA DE CANOAS

O dispositivo interacional Secretaria de Segurança e Cidadania de Canoas⁵¹, por estar em constituição, exige ir ao contexto onde está seu “núcleo”, “a natureza do nexa”, a saber: *a produção da segurança pública com cidadania*. Nossa estratégia de trabalho inicia perguntando: O que os processos institucionais – modulados pelas demandas, ambiente e contextos – estão tentando em termos de um dispositivo interacional de sociedade? Para responder a essa questão descreveremos algumas materialidades das processualidades Caso 1. Em alguns momentos transitamos para observações de síntese ou de análises, visando a geração da rede ampliada de implicações.

O capítulo está dividido em duas partes. No primeiro momento descrevemos sete “elementos” que contextualizam, descrevem e caracterizam a gênese do dispositivo, suas linhas de força e seu processo interacional: o macro contexto do uso das tecnologias aplicadas na segurança pública no Brasil; Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M); Marco Legal para tecnologias aplicadas de imagem e sons de Canoas; a sala de monitoramento integrado (SIM); protocolo para registro online; Observatório; e o uso de meios de comunicação.

Num segundo momento apresentamos o circuito comunicacional: a arquitetura de mídias, os momentos do circuito, os fenômenos comunicacionais gerados e alguns fluxos comunicacionais. Ao longo das duas partes vamos caracterizando tentativas do processo. Já as indeterminações, elas serão organizadas ao final do capítulo.

4.1 Dispositivo Secretaria de Segurança Pública e Cidadania de Canoas

4.1.1 Macro Contexto do Uso das Tecnologias Aplicadas na Segurança Pública

A maior urbanização e o aumento da violência urbana tem levado a União a readequar suas concepções teóricas e práticas sobre segurança pública, tanto no âmbito do Ministério da Justiça, quanto nos Estados e Municípios. Há a necessidade de prover o direito à segurança, numa gestão com otimização dos recursos públicos (financeiros e humanos). Tais características tem formulado projetos com uma compreensão em que ações de *segurança pública* mesclam-se com ações de *cidadania*, de forma que muitos discursos, modelos de

⁵¹Ao longo do trabalho usamos como sinônimos Dispositivo Segurança Pública e Cidadania; Dispositivo interacional; Dispositivo Segurança Pública e Cidadania ou simplesmente Caso 1.

gestão e práticas associam segurança pública às lógicas policiais – numa dinâmica reativa – sob um paradigma repressivo. No espaço público, entendido aqui como opinião pública, em grande medida, ainda vige uma cultura punitiva e de criminalização, em que os códigos da violência e da dor precisam ter desconstruídos seus signos e códigos. Na mídia-empresa – em especial nos telejornais populares – esses imaginários são narrados, tensionados de forma estereotipada ou de forma sensacionalística, quando não, atualizados.

Ainda em termos país, um dos grandes projetos e ações tem sido a municipalização das políticas de segurança pública, com criação de Secretarias de Segurança, Conselhos Municipais de Segurança, implantação da Guarda Municipal e Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGI-M). O conceito-chave que vem sendo desenvolvido é *Experiência de Segurança Cidadã* (PAZINATO, 2012). Nele se interconectam três eixos: inclusão e coesão social; integração e policiamento comunitário; e uso de tecnologias aplicadas. Essa conexão demanda ações comuns entre vários atores – uma convergência interinstitucional, intersetorial, interagencial, com aval comunitário – onde projetos sociais, democracia participativa e diálogo comunitário são construídos, tensionados, e que buscam garantir outros direitos⁵².

Aspectos de coesão social como revitalização de áreas públicas, reconstrução de praças, saneamento, construção de casas, regularização fundiária, asfaltamento de ruas, implantação de tecnologias aplicadas são fatores que não só oferecem sensação de segurança, como também ajudam a reduzir os riscos de sofrer alguma violência ou prevenir futuras. Neste sentido, os diferentes sujeitos implicados, juntos, passam a assumir a prevenção situacional à violência.

Eduardo Pazinato da Cunha (2012)⁵³ contextualiza o uso das tecnologias aplicadas neste contexto e amplia o tema da Segurança Pública.

As tecnologias aplicadas precisam ser lidas num contexto de novas formas de convivência entre polícias e cidadãos, novas formas de sociabilidade entre as pessoas e num contexto de novas relações. Mesmo assim, na área da segurança, elas

⁵² Eduardo da Cunha Pazinato na obra **Do direito à segurança à segurança dos direitos**. 2012.

⁵³ Pazinato foi secretário Adjunto da SSPC (2009-1010) e Secretário da SSPC (2011-2012). Para esse trabalho da tese nos apoiamos em diversos relatórios de sua autoria disponibilizados no Blog do Observatório de Segurança Pública de Canoas, textos publicados em revistas e numa palestra no **TedX Canoas Design, tecnologia e inovação** (25.06.2012a), evento em que foram apresentadas duas outras experiências: Agora Virtual e Agência da Boa Notícia. Quanto à fundação TED (<http://www.ted.com>), é uma organização que promove o compartilhamento de ideias sobre Tecnologia, Entretenimento e Design. Foi criado em 2007, no Vale do Silício (Califórnia-EUA). Para difundir suas ideias e ouvir outras, a fundação criou em 2009 o programa TEDx, eventos locais e independentes. No Brasil prefeituras, universidades, instituições de todos os fins têm promovido eventos TEDx. A fala de Eduardo Pazinato faz parte do Tedx Canoas, organizado pela Prefeitura e Ulbra. O vídeo está online no link http://www.youtube.com/watch?v=fhFz1Qf_u2k.

podem concorrer pra violação dos direitos, podem acirrar as violações. Portanto, mais do que usar tecnologias aplicadas precisamos pensar o conceito de segurança, a nossa relação com o mundo. A tecnologia possibilita otimizar recursos físicos e humanos e permite formas de construir a realidade. Se a realidade é construída socialmente, uma plataforma digital ou as formas de violência também são construções. O sentimento de insegurança, se foi construído, também pode ser desconstruído. Pensar a segurança nestes termos é uma inflexão em que se pensa a cidade e as formas de se relacionar com o outro. É uma tentativa concreta de se trabalhar com um modelo alternativo de reconstrução das sociabilidades. Forjar um Estado mais efetivo na área da segurança, na medida que ele promove uma série de outros direitos fundamentais.

Para o uso das tecnologias aplicadas, um dos *inputs* – no Brasil e em Canoas – vem do contexto mundial onde as práticas de monitoramento e de vigilância dos espaços públicos urbanos têm crescido com as cidades. São usos de câmeras de monitoramento, sistemas de controle de trânsito (câmeras, pardais e radares), sistemas de geolocalização (GPS, GIS e RFID), dispositivos de identificação biométrica, cartões e redes de dados, perfis computacionais, computadores, celulares... Via de regra, funcionam de forma articulada em rede – muitos interconectados – e se percebe que nem todas as suas funções e propósitos visam coibir, dominar ou vigiar. Estão presentes na Economia, Educação, Saúde, Mobilidade Urbana, Meio Ambiente, Segurança Pública ou Lazer. Antes de dispositivos de controle são um traço do capitalismo contemporâneo, uma marca de um mundo cada vez mais urbano que demanda se comunicar e interagir. (BRUNO, 2008).

Especificamente no Brasil, entre 2007 a 2011, o Ministério da Justiça⁵⁴ e as Secretarias de Segurança Estaduais e Municipais passaram a planejar, implementar e readequar as políticas de segurança pública com a criação da Guarda Municipal e aposta nas tecnologias aplicadas. Outra estratégia foi a criação e implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP). A inspiração veio de outros grandes projetos do Governo Federal – como os bancos de dados da Receita Federal, Educação (INEP) e Saúde (DATASUS) – entendendo que seu desafio está em caracterizar e compreender não tanto a dimensão tecnológica, mas o contorno político, social, econômico e cultural que possibilitam.

Alberto Kopittke⁵⁵ acompanhou esses movimentos junto ao Ministério da Justiça e depois em Canoas. Refere aspectos crítico-analíticos que permitem compreender a mudança

⁵⁴ Entre 2001 e 2009 o Ministério criou o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (rede Infoseg) e o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESP).

⁵⁵ Ex-Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Ministério da Justiça (2011). Ex-secretário de segurança pública e cidadania de Canoas – RS (2009-2010). Foi Assessor do Ministério da Justiça (2007-2008). Atualmente, é vereador de Porto Alegre e Diretor Executivo do Consórcio Metropolitano Granpal.

na cultura organizacional do Ministério da Justiça, das Secretarias de Segurança e das Polícias, em especial a forma de conceber a produção da segurança pública – a partir de diagnósticos, planejamento, monitoramento das ações implementadas e *accountability* (nas avaliações das políticas). Argumenta:

A violência é um fenômeno social e a gente precisa conseguir fazer uma análise no atacado, na base coletiva da dinâmica social, e não apenas no individual. Ainda estamos fortemente marcados pela herança dos modelos de investigação da ditadura. Na cultura brasileira, quando se fala em inteligência, na área Policial, lembramos o cara investigando pessoas, indivíduos. Que nem as fichas do DOPS.

Mas a gente não olha o outro lado da inteligência, a inteligência da dinâmica criminal. Isso não interessava à ditadura, seu foco era desarticular células de movimentos comunistas. O problema da violência não era uma preocupação do modelo militar. Era preciso encontrar o inimigo dentro do território interno e exterminá-lo. Para uma política pública, pra passar a um modelo de prevenção, a gente precisa poder olhar pro mapa e enxergar a dinâmica, como está se movimentando. Só assim se pode migrar de um modelo empírico, de achismo, para um modelo mais técnico, científico, baseado em dados e resultados. Isso permite territorializar a política, cobrar resultados dos policiais e dos comandos locais. [...]

O SINESP tem uma discussão bem profunda e avançada porque já temos aí uns 12 ou 13 anos de um grupo gestor desses dados a nível nacional. Os Estados têm técnicos – policiais – que se reúnem a cada seis meses, em média. Eles vêm formulando padronizações. Têm um manual que eles produziram em conjunto, a uns quatro ou cinco anos, buscando uma primeira uniformização da taxonomia, mas cada Estado no seu sistema. O do RS, por exemplo, era horrível. Em janeiro de 2013, houve uma nova padronização, um único boletim de ocorrências para todo Brasil. [...]

O SINESP tá seguindo e sendo implantado. Ele vai absorver o Infoseg, o banco de dados de DNA e o banco de dados comparador balístico. Será uma rede 1,5 vezes maior que o tamanho da Rede da Receita Federal. 2012 foi o ano mais violento da história do Brasil. E precisamos dar um salto qualitativo no uso da tecnologia na gestão da segurança. (KOPITTKE, 2013).

A reflexão de Kopittke mostra uma demanda nacional que vai se enraizando nos Estados e Municípios. Para melhorar os registros, as coletas dos dados e o mapeamento da dinâmica criminal nos territórios – territorializar a política pública, cobrar resultados dos policiais e dos comandos locais – várias instâncias tiveram que ser criadas em Canoas: redesenhar as hierarquias e o organograma da Secretaria de Segurança Municipal; gerar programas, ações e indicadores; gerar protocolos de registro; implantar as tecnologias aplicadas para “visualizar Canoas”; articular tecnologias para a formação do banco de dados, instâncias para análise e comunicação das informações sistematizadas.

Outro aspecto importante, é que se trata de uma política pública impulsionada pela União. Para potencializar essa iniciativa, ainda em 2007, o Ministério da Justiça criou o

Pronasci⁵⁶ e nele nasceu o “projeto disseminador de tecnologias aplicadas” – mesas, cadeiras, computadores, softwares e 28 câmeras, um total de 1 milhão de reais, para “cada pacote”. Mais de 80 municípios brasileiros, os mais violentos, foram contemplados⁵⁷.

No Rio Grande do Sul, 17 municípios⁵⁸ da Grande Porto Alegre aderiram. Uma das condicionalidades era a implantação de um Gabinete de Gestão Integrado Municipal (GGI-M) para coordenar a articulação entre as Polícias (Civil, Militar e Guarda Municipal), Bombeiros, SAMU e Vigilância Sanitária. Territórios da paz, criação da Guarda Municipal e implantação do videomonitoramento de pedestres e de carros estiveram entre as primeiras ações. O planejamento e a implementação do uso do videomonitoramento – invenção social dos aparatos e dos processos interacionais – foram configurados com especificidades em cada município.

Especificamente no município de Canoas, ações institucionais da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania (SSPC) converteram ferramentas tecnológicas numa arquitetura tecnológica que segue “em invenção” – alarmes para prédios, GPS para viaturas, câmeras, sensores de áudio, softwares, cabos, redes, sistemas de transmissão e de edição, bancos de dados. Imagens, sons e dados – registrados pelas polícias ou pelos operadores da Sala de Monitoramento e sistematizados no Observatório – são transformados em informações que subsidiam a formulação das políticas de segurança, dos programas e projetos da Secretaria de Segurança, as tomadas de decisão no GGI-M e as ações policiais. Ao mesmo tempo geram fluxos de informação que passam a circular e afetam as relações entre as polícias, entre as polícias e as comunidades, entre a secretaria e a mídia.

Do ponto de vista da Comunicação, instaura-se um novo padrão comunicacional que permite visualizar os processos comunicacionais associados. A partir da arquitetura tecnológica – e do dispositivo interacional como um todo – são geradas informações que passam a ser comunicadas. Em termos macro, pode-se dizer que os fenômenos

⁵⁶ A Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007, com alterações pela Lei 11.707, de 19 de junho de 2008 instituiu o Programa. Nos artigos 1º e 2º temos as definições e outras medidas. **Art. 1º** Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública; **Art. 2º** O Pronasci destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas (Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm#art10, acessado 07-06-2012).

⁵⁷ A gestão Dilma (2011-) não seguiu com a “linha de crédito” para os municípios como uma política de segurança pública. Essa decisão política afetou a imediata expansão dos projetos em muitos municípios.

⁵⁸ Porto Alegre, Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Vacaria e Viamão.

comunicacionais incidem sobre a produção social da segurança pública – que está sendo inventada – e, em termos micro, eles afetam a forma de fazer o que antes se fazia e a reestruturação das ações policiais e da SSPC. Entendemos que essas lógicas não são um efeito da tecnologia – do aparato tecnológico ou da sua arquitetura – mas que sobre a tecnologia e as demandas da SSPC ocorreram invenções sociais de direcionamento interacional.

Neste sentido, nos próximos três itens, apresentamos a constituição do Gabinete de Gestão Integrada, o Marco Legal e a própria arquitetura tecnológica, isto é o aparato.

4.1.2 Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M)

No item anterior vimos que a idéia do GGI-M nasceu em outro contexto (nível Estado), em 2003. Lá, foi uma proposta do Luís Eduardo Soares⁵⁹, quando era Secretário Nacional de Segurança Pública. Em 2007, com a criação do PRONASCI, essa “figura estadual” foi subordinada aos municípios. O Coordenador de Pesquisas do Observatório de Canoas, Rafael Dal Santo (2011), agrega detalhes que ajudam a compreender essa “peça” do dispositivo:

Quando o Pronasci chega aos municípios, quando é assinado o convênio, os municípios se comprometem a organizar o GGI-M. É um órgão pleno, um corpo político, com reuniões periódicas, quinzenais, onde se reúnem as forças policiais (Civil, Militar, Guarda Municipal), os órgãos de fiscalização da prefeitura e outras entidades representativas para discutir as questões de segurança do município numa atuação integrada. O objetivo do gabinete é poder realizar um planejamento compartilhado nas questões de segurança para fazer as ações de forma ordenada e com responsabilidade compartilhada.

Em 2008, na Secretaria de Segurança Pública e Cidadania de Canoas (SSPC), foram criados cinco projetos estratégicos: **Procon**, uma política municipal de defesa do consumidor; a **Guarda Municipal**, uma política de guarda que zela pela presença próxima às pessoas; **Ronda Escolar**, uma política de atenção primária para conter a violência nas escolas; **Território da Paz Pronasci Guajuviras** – em novembro de 2011 foi ampliado para os Bairros Mathias Velho e Harmonia – um conjunto de ações integradas e de intervenções no território onde são articulados projetos sociais, integração, policiamento comunitário e uso de tecnologias aplicadas; e o **Canoas Mais Segura**, projeto responsável pela implantação e gestão das tecnologias aplicadas. Os cinco projetos são articulados desde o GGI-M, como uma política integrada. Eduardo Pazinato (2012) sintetiza essa articulação:

⁵⁹ Luis Eduardo Soares é antropólogo, cientista político, escritor e especialista em Segurança Pública. É co-autor do livro **Tropa de Elite** (Objetiva, 2006) que inspirou os filmes **Tropa de Elite 1 e 2** (2010; 2011).

Em Canoas precisamos impactar o modelo de gestão pública com novas formas de organização no qual diferentes atores assumissem a prevenção situacional da violência. A paz e a segurança passam a ser entendidas não como ausência de conflito, mas como redução e controle da violência. O conflito é constitutivo das relações sociais, coletivas e interpessoais. Esse reconhecimento faz com que tenhamos um aprofundamento da relação comunitária da Guarda Municipal e das polícias com as comunidades. É um aprofundamento comunitário que se materializa em ferramentas tecnológicas e outras ações que permitem desconstruir signos e códigos que constroem a violência.

O GGI-M de Canoas foi criado, em janeiro de 2008, via lei municipal – Lei nº 5.386. Teve sua primeira reunião no dia 28 de maio de 2008, quando foram aprovados os seus objetivos: planejar, pactuar ações integradas, executar e avaliar os projetos estratégicos de segurança pública, de forma ordenada e com responsabilidade compartilhada. Alberto Kopittke (2013) narra aspectos desta etapa e algumas peculiaridades do GGI-M canoense:

O salto que Canoas deu foi usar o Observatório como formulador do GGI-M. Eram duas reuniões por mês, na segunda reunião mensal, iniciávamos a reunião com a apresentação e análise dos dados sobre homicídios e roubos de carro do mês anterior, no mapa da cidade, por quadrante, apresentados pela equipe do Observatório. Isso integradamente. Eu cobrava responsabilidades, integradamente. Essa prática inverteu a lógica Policial – integrada, planejada e preventiva – e passou a mudar o padrão de comunicação com a sociedade. Ao invés de ficar reativos, a ser pautados pelos crimes, pelo Diário Gaúcho ou pelo Balanço Geral, passamos a pautar ações conjuntas e integradas; criamos o termo “sucesso compartilhado”. Ou todos ganhavam notoriedade ou perdiam. Lembro que fizemos uma pesquisa de vitimização e 82% da população avaliou negativamente as polícias. Publicamos a pesquisa nos jornais, na saída. Foi manchete. Gerou uma crise nas polícias, mas eu disse: “É assim que a população nos vê. Precisamos mudar isso”.

Entre janeiro de 2009 a dezembro 2012, o GGI-M esteve composto por representantes da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania, dos órgãos de fiscalização da Prefeitura, Guarda Municipal, Polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Força Aérea – V Comar, Defesa Civil Estadual, Conselhos Tutelares, MP estadual, OAB subseção Canoas, SUSEPE, IGP, IPC, SENASP. As reuniões foram quinzenais, havendo dez Grupos de Trabalho: GT eventos, GT prevenção de incêndio, GT Pontos de Câmeras, GT Parques e Praças, GT Fiscalização, GT estudos de homicídios e mortes no trânsito, GT egressos e apenados, GT Segurança nas Escolas, GT videomonitoramento e GT audiomonitoramento.

Para a articulação dos diferentes grupos de trabalho, os diferentes projetos estratégicos precisaram ser visualizados em funcionamento. O Gráfico 6 exemplifica a estruturação da segurança pública.

Gráfico 6 – Organograma da Segurança Pública de Canoas



Fonte: Pazinato, 2011.

A localização do GGI-M é nuclear, como dinamizador da Segurança Pública, sendo subsidiado por órgãos e instâncias. Num primeiro nível, por um sistema de participação comunitário composto pelos fóruns nas regionais do município (reuniões mensais)⁶⁰, pela Conferência Municipal de Segurança Pública (previstas de dois em dois anos) e pela presença do Secretário na Ágora Virtual⁶¹. Está pensado como uma instância de participação popular e dos movimentos da sociedade civil. Num segundo nível, pelo Observatório da Segurança Pública de Canoas (OSPC), que faz a gestão das informações, formula diagnósticos e constrói indicadores. Num terceiro nível por projetos estratégicos **Programa Canoas Mais Segura**, Guarda Comunitária, Procon e Pronasci. Interessante observar que o próprio organograma apresenta a possibilidade de novos níveis, à medida que necessários.

Desta forma, o GGI-M planeja, implementa, avalia, gere e é demandado. Cada um dos GTs – observados ao longo de 2009-2012 – desenvolveu projetos e ações que seguem em andamento (em 2013). Em 5 de fevereiro de 2013, ocorreu a 68ª reunião ordinária do GGI-M e na ocasião foi anunciado que uma das ações do ano será “Investir em tecnologia –

⁶⁰ A Lei nº 5386 de 19 de maio de 2009 estabelece cinco fóruns regionais, com periodicidade das reuniões, forma de composição dos participantes dos Fóruns e outros encaminhamentos. Porém até o momento não funcionam.

⁶¹ É um projeto lançado em abril de 2011. Uma vez por mês, o Secretário de Segurança Pública e Cidadania interage com os moradores de Canoas sobre Segurança Pública. As interações ficam registradas e abertas ao público (disponível em <http://www.agoravirtualCanoas.com.br/>).

modernizar o Centro de Operações e ampliar a Central de Monitoramento (Inteligência) com a Polícia Civil atuando em conjunto. Capacitar as respostas e agilizar as operações”⁶².

4.1.3 Marco Legal

O Brasil ainda carece de uma lei nacional para os videomonitoramentos, por isso os sistemas de captação de imagens são regulamentados municipalmente. Em Canoas, a Lei Municipal nº 5.466/2009 e o Decreto nº 833/2010 definem os usos de câmeras em espaços públicos. Em dezembro de 2011, foi aprovado – via GGI-M – o Protocolo sobre o Audiomonitoramento, uma vez que a Lei nº 5.466 não o contemplava nominalmente e o inferia desde o sistema de alarmes. O marco legal regula a instalação, operação, tratamento de imagens e dados, produção de informações e sua comunicação. É um marco circunscrito às tecnologias aplicadas sob a responsabilidade municipal. Vejamos alguns aspectos da Lei e do Decreto.

A Lei nº 5.466/2009 refere-se aos videomonitoramentos permanentes dos espaços urbanos como um sistema; Na operação, podem participar instituições estaduais e federais que compõem o GGI-M; A SIM é definida como local de recepção, exibição e registro das imagens; Instituições estaduais e federais membros do GGI-M têm pleno acesso às imagens; Está permitida a visualização das imagens nas unidades e postos da Brigada Militar, na forma de replicação; O tratamento de dados, imagens e informações produzidos na central norteiam-se pelo respeito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, assegurados os direitos garantidos no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira; É vedada a captação de imagens de interiores de residências, ambientes de trabalho ou outra forma de habitação; Membros da SIM e os servidores assinam um termo de confidencialidade; os servidores e operadores farão curso para operação do sistema integrado de videomonitoramento de Canoas; Um sistema informatizado controla o acesso às imagens, dados e informações resultantes dos monitoramentos, com senha eletrônica individual e gravação do horário de ingresso e saída do servidor credenciado; Todos os implicados no acesso às gravações, em razão das funções, devem guardar sigilo sobre as imagens sob pena de responsabilidade administrativa, cível e criminal; locais monitorados receberão aviso informando a existência do monitoramento.

⁶² Disponível em <http://www.Canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/6709>.

O Decreto 833, de outubro de 2010, regulamenta a reserva e liberação das imagens captadas pelas câmeras do município. O requerente tem prazo de 20 dias, da captação; Autoridades e cidadãos podem solicitar as imagens, via ofício ou via Protocolo-Geral do Município. As autoridades (Secretários Municipais de Segurança Pública e Cidadania e de Transportes e Mobilidade; Comandantes do Comando de Policiamento Metropolitano, do 15º Batalhão de Polícia Militar e das Companhias da Brigada Militar, Diretor da 2ª Delegacia de Polícia Regional Metropolitana, os delegados titulares da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Delegacias de Polícia, os Superintendentes da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal) via ofício ao Secretário de Segurança Pública do Município; o cidadão via Protocolo-Geral do Município, pedido que será avaliado pela Diretoria da Guarda Municipal; Imagens de interesse das Secretarias ou da Guarda Municipal serão guardadas por dois anos; Liberação de imagens registradas no Sistema Integrado de Monitoramento para usos da mídia necessitam aprovação de alguma das autoridades.

A título de fechamento do item vale reforçar três pontos. **1.** Por referir-se a usos em implantação, os marcos legais vieram *a posteriori*, para regulamentar necessidades emergentes. A “redefinição/refinamento” das regras para a liberação das imagens é indício deste mesmo prisma e que faz emergir a necessidade de uma política de informação. **2.** Uma importante implicação ética refere-se aos mecanismos de participação na construção do marco legal. No atual estágio de implantação do dispositivo o marco legal é uma construção vertical e poderia ser discutida a idéia de um mecanismo externo ao próprio GGI-M. Internamente, poderia haver mecanismos de refinamento do autocontrole com criação de critérios para planejamento de ações e suas avaliações sobre a segurança da informação. **3.** Sobre o monitoramento dos sons do Bairro Guajuviras falta um amplo debate – com os implicados – sobre o funcionamento da escuta ambiental e sobre as transformações nas sociabilidades, tanto das polícias quanto dos moradores.

4.1.4 Os Aparatos

Nos itens anteriores informamos que, em 2007, a gestão municipal e o Ministério da Justiça celebraram um convênio, via PRONASCI. Ao nível da SSPC, essa decisão levou à criação de três instâncias: **Programa Canoas Mais Segura**, GGI-M e Observatório de Segurança Pública de Canoas (OSPC), instâncias que formulam os diagnósticos e os planos de ação, fazem a gestão, a *accountability* – com sistematização e comunicação dos dados. Vimos que no **Programa Canoas Mais Segura** se vinculou a responsabilidade pela

implantação das tecnologias aplicadas – alarmes, GPS, videomonitoramento urbano de pedestres, carros e prédios públicos. Nos grupos de trabalho das tecnologias se materializa em boa medida a produção de signos e representações sobre segurança, sua comunicação e a produção de sentido sobre violência e paz, a política municipal de Segurança Pública e a SSPC.

Paralelamente, ainda em 2007, um convênio entre o município e Governo do Estado do Rio Grande do Sul – gestão Yeda Cruzius (PSDB) – fez com que Canoas se comprometesse a receber um presídio regional. Como contrapartida, a Secretaria de Segurança do Estado do RS repassaria uma verba para a implantação de tecnologias aplicadas nas imediações da construção do presídio. Assim, dentro do **Programa Canoas Mais Segura** foi acrescentado o GT audiomonitoramento, responsável pela implantação da escuta ambiental (de tiros, foguetes e rojões). Seria para o Território da Paz, mas, também, foi concebido em função da construção de um presídio naquele bairro.

Os custos da implantação das tecnologias aplicadas foram pagos com recursos Federais, Estaduais, Municipais e da iniciativa privada local. É uma combinação de quatro tecnologias aplicadas, que foram sendo agregadas aos poucos: 192 alarmes em prédios públicos; 42 equipamentos de GPS; 204 câmeras de videomonitoramento de ruas, entroncamentos de avenidas, parques, praças e entradas de prédios públicos; 44 sensores de áudio no Bairro Guajuviras.

Um ponto a ser comentado foi a disputa do modelo a ser implantado, entre polícias e prefeitura. A experiência do modelo de Caxias do Sul inspirou a decisão do então Secretário de Segurança de Canoas, Alberto Kopittke. Ele resume o tema:

Para a implantação das tecnologias houve uma disputa de modelo. Cheguei pra Brigada e falei:

– Não vai ficar no quartel! Quartel não é um espaço de integração. Ali é uma área onde vocês têm a jurisdição. O lugar de integração é a Prefeitura. Vou instalar aqui.

A Brigada disse:

– Então nós não vamos participar! As câmeras vão ser só da Prefeitura.

Ocorreu um longo jogo de estica e de poder. Criamos uma sala compartilhada, espelhada. Foi um investimento alto para compartilhar. Foi o que deu naquele momento. Era uma replicação de nove câmeras, sala de despacho de viaturas e protocolo. Se o operador da Brigada assumisse a operação de uma câmera, a Sala Integrada de Monitoramento só tinha a visão dessa câmera. Quando a brigada entrava em ação, ela assumia o comando operacional da ação. (KOPITTKE, 2013).

O modelo que se implantou, pouco a pouco, está configurado nos seguintes termos: a Guarda Municipal faz a gestão da SIM; policiais da reserva operam as tecnologias (alarmes, câmeras e sensores); Polícia Civil, Bombeiros, Samu, Brigada Militar, Vigilância Sanitária,

Guarda de Trânsito, Guarda Municipal se reportam à SIM; O 15º batalhão da Brigada Militar tem um conjunto de câmeras espelhadas na sua sede e o batalhão da BM no Guajuviras tem o espelhamento dos sinais dos sensores; alarmes, GPS, videomonitoramentos e audiomonitoramento convergem para a SIM e lá são administrados e registrados em protocolo criado na SIM, pelos implicados.

Embora essa disputa esteja “sedimentada”, nas trocas dos comandos policiais – quando novos integrantes assumem a condução dos processos e que não conhecem a dinâmica implantada – esse debate do modelo volta à tona. Mesmo assim, o processo segue e tanto a SIM, quanto outras instâncias vão se consolidando. Sobre esses pontos o Coordenador do Observatório oferece mais elementos:

Na sala integrada de monitoramento de Canoas atuam 32 operadores de videomonitoramento (policiais militares da reserva). Temos a Guarda Municipal que gere a sala. O trânsito está na sala e faz uso extensivo do videomonitoramento. A Guarda cuida dos GPS, dos alarmes e usa as câmeras para fazer a gestão do trânsito. Basicamente, há um trabalho de articulação de GPS, câmeras (com reconhecimento facial e leitura de dados), alarmes e detecção de tiros. [...] Na verdade, há essa integração muito por dedicação dos Secretários Alberto Kopittke e Eduardo Pazzinato. O grande objetivo é fazer com que a utilização destas tecnologias sejam usadas de forma inteligente, articulada e integrada entre as forças policiais. Senão, tu corres o risco de subutilizar, usar errado ou mal utilizar a tecnologia. No contexto de Canoas, cortada pela BR-116, esse dado é relevante. Imagina que a Polícia Militar acompanha uma situação através do videomonitoramento e a pessoa entra na BR. Ou vice-versa.

Isso me fez lembrar um fato. A Brigada Militar, 15º Batalhão, tem uma sala espelhada, com menos monitores e com três pessoas acompanhando os monitoramentos. Quando eles assumem o controle, não temos como mexer nas câmeras na sala. Um grande desafio que enfrentamos é conseguir articular a sala integrada com as outras forças policiais, com funções amplas, para além de questões de repressão. (DAL SANTO, 2011).

Quanto à introdução das tecnologias e estruturação de instâncias como o GGI-M, SIM e o protocolo de registro pode-se dizer que elas costuram alguns elos da rede de relações que se estabelece entre elementos heterogêneos como discursos sobre os monitoramentos dos espaços públicos, arquiteturas tecnológicas, medidas administrativas, leis, projetos e proposições de diferentes ordens. Até aqui explicitamos algumas destas construções. Temos consciência de que falta um maior aprofundamento – desde uma inscrição temporal mais longa – mas pudemos visualizar alguns processos tentativos.

4.1.4.1 Alarmes

Para otimizar o trabalho da Guarda Municipal, o Secretário de Segurança – após estudo e deliberação – implantou 192 alarmes em escolas e prédios públicos. Reencaminhou a

atuação da Guarda Municipal e de algumas dinâmicas nas escolas municipais. Além disso, esse movimento georreferenciou as escolas no mapa do município e começou a gerar um outro olhar sobre as escolas, em especial sobre o tema da violência. Vejamos o relato do ex-secretário de Segurança Pública de Canoas:

Toda a Guarda Municipal trabalhava à noite cuidando de prédios. Eu os chamava de zumbis. Ninguém os via, pois só apareciam de madrugada; dormiam nos postos dentro das escolas e nas repartições do município. E a gente precisava deles de dia. O Marcos Rolin me ensinou um conceito: gente cuida de gente e coisa cuida de coisa. Os Guardas Municipais estavam cuidando de coisas, dos prédios e eu queria que eles cuidassem das crianças, de pessoas. Então o sistema de alarmes nos liberou 70 Guardas. O índice de roubos zerou no primeiro ano e acabaram as ocorrências. Com isso otimizamos o efetivo e não deu mais ocorrências. No segundo ano, lembro que houve uma única ocorrência. Fizemos uma pactuação com as escolas: para instalar os alarmes, cada escola passou por um conjunto de reformas: iluminação, as janelas tiveram que ser arrumadas para as cortinas não balançarem, as escolas foram capacitadas para ver quem liga e quem desliga. De vez em quando o alarme tocava – e ele ainda não estava conectado na internet, vinha por telefone e não tocava na sala – e ficava a madrugada inteira tocando na vizinhança. Gerou muitas reclamações, até conseguirmos migrar para a internet. Hoje, quando o alarme de uma escola toca, tem como saber em qual sala ele toca. (KOPITTKKE, 2013).

Os alarmes foram o pontapé inicial para o planejamento e implementação da SIM, em meados de 2009. Paulatinamente, foram incorporados o videomonitoramento, o audiomonitoramento, o Observatório e a adoção dos registros eletrônicos da Guarda Municipal⁶³. Na atual fase (2013), os alarmes são geridos na SIM, desde uma central ligada à internet. Um ponto ainda não solucionado é a automação entre alarmes e videomonitoramento. As duas ferramentas não “conversam” e em caso de disparo de alarmes as viaturas precisam ser despachadas.

4.1.4.2 Videomonitoramento

Ao longo de 2009, 2010 e 2011 se concretizou o processo de planejamento, instalação, operação experimental e avaliação (com redesenhos!) de um sistema integrado de 204 câmeras⁶⁴: 76 em vias públicas – nos postes da AES Sul ou próprios –; 2 nas estações do metrô – na subida das escadas rolantes das estações Canoas/La Salle e Mathias Velho –; 23

⁶³ Para combater a violência nas escolas a Guarda Municipal desenvolve um trabalho sistemático com presença nas entradas das escolas, com teatro de fantoches e com registro das violências. Foi desenvolvido um protocolo que é alimentado via *tablets*. O protocolo foi elaborado com a participação das direções das escolas municipais e Guarda. Esses dados são enviados para a SIM e sistematizados no Observatório.

⁶⁴ Tanto as câmeras quanto os softwares, materiais para a transmissão, arquivamento e edição das imagens foram adquiridos com recursos oriundos do Pronasci, de convênios com o Governo do Estado, parceiros Privados e com recursos do Orçamento Participativo rodada 2009.

em parques, em postes instalados pelo município e 103 em prédios públicos, para segurança e proteção patrimonial. Esse tipo de videomonitoramento foi resultado de muitas discussões ao nível do GGI-M.

Enquanto tecnologia aplicada, o sistema de câmeras foi pensado para a circulação de pedestres, para o trânsito (infrações e roubos) e para proteção do patrimônio público. Estaria a serviço do autocontrole, prevenção, policiamento e repressão. As imagens iriam subsidiar as ações nas práticas policiais – gerar provas materiais – e fomentar um trabalho preventivo. Progressivamente, viriam para otimizar processos na mobilidade urbana, zelo urbanístico e patrimonial, vigilância ambiental, bombeiros e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Portanto, foi pensado como uma ferramenta de leitura de imagens a serviço de diferentes processos sociais. O coordenador do Observatório oferece elementos desta etapa:

Pelo que conheço de outros municípios, Canoas foi o único local onde a discussão sobre o rumo de como implementar os monitoramentos foi feito de forma democrática, no âmbito do GGI. Foram feitas muitas reuniões com as forças policiais e todos os órgãos da prefeitura que participam do GGI, no sentido de planejar os critérios de instalação das câmeras. Uma boa parte das câmeras vieram de recursos do Pronasci, outras vieram como contrapartida do Governo do Estado (na gestão Yeda), uma parte de recursos do município e de parceiros privados (empresas privadas e Consepro⁶⁵). Não houve um movimento da sociedade civil, mas algo de uma política municipal. [...] Canoas está organizando um plano de segurança municipal participativo. Ai sim essas questões da participação no videomonitoramento poderão vir mais à tona. Num primeiro momento é uma questão da política federal, do Pronasci, do Governo Estadual e, também, através do Orçamento Participativo. Ainda não temos uma avaliação de opinião das pessoas neste sentido, mas se você for ver o apoio é grande. (DAL SANTO, 2011).

Em termos de ferramentas, o software adotado foi o Cisco VSM (Video Surveillance Manager). É um software de gerenciamento de segurança com arquitetura aberta e interoperável – que integra vídeo e áudio em uma plataforma IP (Internet Protocol). Foi implantado pela empresa Mersh Automação & Sistemas, selecionada em processo de licitação pública⁶⁶.

Em 24 de junho de 2010, antes de entrar na fase de testes, foi elaborado, localmente, um Protocolo de Operações Integrado – para padronizar os registros de ocorrências –, com participação dos implicados. Por ser uma ferramenta compartilhada entre polícias (Guarda Municipal, Civil, Brigada, e Rodoviária Federal), fiscalização do trânsito, bombeiros, Samu e Defesa Civil Municipal a elaboração do protocolo forjou consensos e padronização da

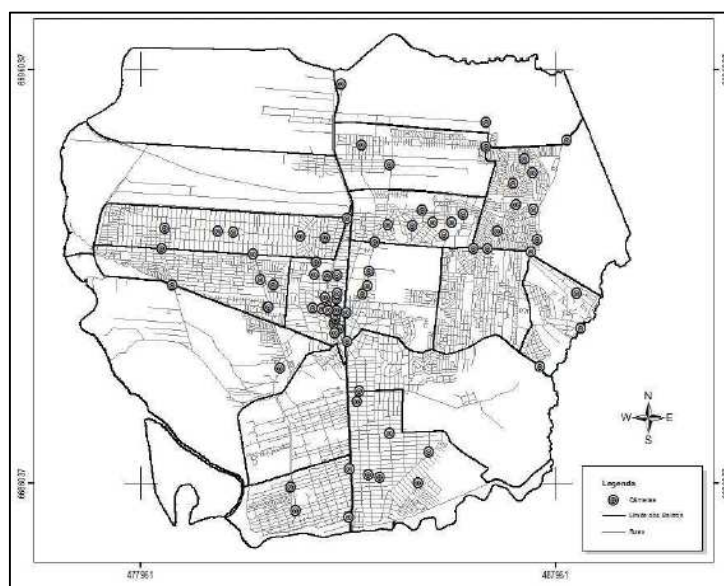
⁶⁵ Conselho de Comunitário Pró-Segurança Pública de Canoas (CONSEPRO).

⁶⁶ Disponível em www.cisco.com/web/.../Canoas_Video_Vigilancia_press_release.pdf.

nomenclatura técnica das câmeras, códigos de comunicação por rádio⁶⁷, códigos de ocorrências policiais⁶⁸, código de ocorrências dos bombeiros⁶⁹, formulários para registro das ocorrências. O aparato entrou em fase de uso experimental no dia 31 de dezembro de 2010.⁷⁰ No decorrer do tempo observado, pode-se referir que esse manual pouco foi incorporado nas ações do dia-a-dia.

As câmeras das vias públicas e parques captam imagens 24h. São transmitidas, em tempo real, via rádio ou fibra ótica, até a SIM. Em geral, as câmeras aumentam 70 vezes o campo de visão e têm giro de 360 graus. Facultam *zoom* e operação manual desde um *joystick* instalado nos computadores de mesa ou *notebooks*. Nas imediações de uma câmera, há uma placa com os seguintes dizeres: “Canoas Mais Segura: área videomonitorada 24h”. O Gráfico7 ilustra a disposição inicial de câmeras no mapa dos bairros do Município:

Gráfico 7 – Canoas 76 câmeras em vias públicas



Fonte: Observatório de Canoas.

⁶⁷ Por exemplo o **Código Q** (QAP Estar na escuta; QRV Prossiga; QRA Quem fala? QRB Localização do agente).

⁶⁸ Exemplos de Códigos de Ocorrências: 4 prática de ato obsceno; 5 assalto com mão armada; 6 guinchamento; 7 agressão física ao agente; 10 acidente com vítima; 11 indivíduo alcoolizado; 59 bloqueio na via; 68 uso de arma de fogo; 79 atropelamento; etc...

⁶⁹ Exemplos: 8 Salvamento de pessoas; 14 salvamento de animais; 22 acidente de trânsito com morte; 67 inundação; 69 vendaval; 71 desmoronamento; 74 naufrágio; etc.

⁷⁰ Na fase de testes, o protocolo foi incorporado nas práticas da SIM, mas sofreu ajustes, com ampliação de eventos registrados e posteriormente, com a entrada do SINESP, abandonado.

Para a instalação das câmeras houve georreferenciamento da área de visada, com desobstrução de pontos de visão – em geral *outdoors*, placas e árvores –, e mapeamento do campo de visão. Segundo relatório de Canal & Bergonci⁷¹ a dinâmica da SIM demandou esse trabalho. A experiência prática de manipulação das câmeras, conhecimento do espaço urbano e saberes adquiridos ao longo da rotina de trabalho dos videoperadores favoreceu esse trabalho. As câmeras foram nomeadas e visualizadas no mapa da cidade, via uso do sistema de informações geográficas.

Houve uma implantação progressiva, por tentativas, no centro, nas ruas, entroncamentos de avenidas, parques e praças e no entorno das estações do metrô. Em 2013, está em andamento, uma progressiva substituição do videomonitoramento das ruas e entroncamentos de avenidas, voltado para o tema roubo de carros, que ainda não foi testado. Alberto Kopittke (2013) refere aspectos sobre as diferentes fases de implantação do videomonitoramento:

Fizemos muitas discussões no GGI-M. Hoje, eu diferencio dois tipos de videomonitoramento: o que funciona e o que não funciona. Um é para a área de circulação de pedestres e o outro para carros. Estou convencido de que para pedestres o videomonitoramento funciona.

No início jogamos toda a força num círculo quadrado de segurança. Enchemos as esquinas do centro com câmeras. Percebemos que houve um salto de qualidade. Repressão aos pequenos furtos, punguistas, as pessoas começaram a andar com mais tranquilidade. No centro pegou o videomonitoramento com ferramenta de apoio da Polícia. O conflito social com o comércio informal acabou. Eu senti um aumento de satisfação dos lojistas. O cidadão passou a sentir-se tranquilo. O centro não tinha crimes violentos, mas um grande conjunto de pequenos furtos.

Já as câmeras nas avenidas e entroncamentos, elas não servem pra quase nada. Elas não previnem nada. O carro roubado numa quadra antes passa pela câmera e aquela informação ninguém lê ou identifica. Ela só serve pra monitorar o fluxo do trânsito ou para dar uma sensação do tipo: tem uma câmera olhando. Mas ela não impacta dados.

Por isso, optamos por colocar câmeras nas cinco estações do metrô, nos dois lados da passarela, na entrada e na saída, pra diminuir os assaltos ao pedestre. Por fim veio a formulação de um outro sistema para o roubo de carros, que vai ser lançado ainda em 2013, que é a cerca eletrônica. Aprendi que ao invés de encher as ruas de câmeras, que são caras, poderíamos pôr um leitor de placas de carros, nas entradas e saídas de Canoas. O que me interessa saber é se o carro saiu ou não da cidade. Qual é a dinâmica desse carro roubado? Pra onde ele está indo? Se está ficando na cidade posso cobrar do Policial que eu quero o desmanche. Esse é o conceito do projeto formulado em 2012 – a cerca eletrônica – que já não é mais videomonitoramento, mas monitoramento de veículos.

Os dados referidos na citação de Kopittke cobrem os três anos do videomonitoramento. Quanto à idéia de cerca eletrônica, ela já não é uma iniciativa de

⁷¹ **Utilização de sistemas de informação e geográficas no uso do videomonitoramento urbano.** Texto apresentado por Pâmela Bergoinse e Heloíse Canal no XXX Encontro Estadual de Geografia. Erechim, 3 a 5 de junho de 2011. Texto publicado na seção Documentos do site do OSPC.

Canoas, mas passou a ser inscrita ao nível da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal)⁷², em que 14 municípios⁷³ compartilham iniciativas para a qualificação da saúde, segurança, mobilidade urbana, tratamento de resíduos sólidos e turismo. Especificamente, a cerca eletrônica será um sistema automatizado de leitura de placas para identificar veículos a serviço do crime no entorno da região metropolitana.

Voltando ao tema das câmeras instaladas nos espaços públicos de Canoas, elas tem diferentes potencialidades, o que lhes configura particularidades. Por exemplo: Há câmeras compartilhadas com o monitoramento de carros da Polícia Rodoviária Federal – trecho da BR-116 no município de Canoas. Em situações de tráfego que oferecem perigo ao fluxo dos veículos ou carros que páram por mais de 30 segundos no acostamento, o software automaticamente leva a câmera a fechar o *zoom* no veículo em situação atípica; No Centro de Canoas, duas câmeras fazem, ininterruptamente, o reconhecimento ótico de caracteres (reconhecimento placas); as câmeras instaladas nas escadas rolantes das estações do Trensurb fazem a leitura biométrica facial (leitura do rosto). Os rostos de todos os usuários que sobem pelas escadas rolantes nas Estações Mathias Velho e Canoas/La Salle são lidos – a cinco (5) metros – e comparados com o banco de dados de fotos de 250 criminosos procurados pela Polícia Civil do RS⁷⁴. Passando de 80% de semelhança, a Brigada Militar e os seguranças da Trensurb são acionados pelos operadores. Por fim, há câmeras com leitura noturno/diurno e outras, só diurno. Essas “diferentes leituras” foram introduzidas progressivamente e geram informações específicas sobre indivíduos e massas, possibilitam um controle sobre as atividades policiais, sobre os carros (acidentes, multas e outros eventos) e são um mecanismo de cobrança das promessas da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania.

Em relação à edição das imagens, as atuais condições técnicas do software não permitem processos de corte, edição e remontagem de sequências capturadas, gravadas ou armazenadas na SIM. As gravações estão numa sequência, num arquivo único, fechado e indicando hora da captura. Eventos disponibilizados como provas policiais ou para a imprensa (mídias da prefeitura ou das mídias-empresa) precisam da edição dos operadores na SIM. Sobre esse ângulo o Coordenador do Observatório traz mais dados:

Hoje, não há possibilidade técnica de edição. As imagens captadas das vias públicas não permitem edição. Por exemplo: Se uma autoridade Policial requisitar um horário

⁷² Associação criada em 5 de maio de 2011 (disponível em <http://www.granpal.com.br>).

⁷³ Porto Alegre, Alvorada, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Glórinha, Gravataí, Guaíba, Nova Santa Rita, Santo Antonio da Patrulha, Sapucaia e Viamão.

⁷⁴ Números do 2º semestre de 2012.

das 12h às 15h, do dia tal, as sequências de fotos que vão compor esse período de tempo, são marcadas. Não tem como cortar, editar, é um arquivo único. Extraída, não tem como mexer na sequência. [...] Se um cidadão do município quer requisitar alguma imagem, ele faz um registro na polícia, um Boletim de Ocorrência (BO). Geralmente são feitos em casos de furtos ou roubos de veículos perto das câmeras. Com o BO, ele requisita no protocolo do município uma ficha, onde faz a solicitação. Essa chega a nós e é analisada por nós. Só são aceitos casos com BO ou solicitações feitas pelas delegacias. Grava-se a imagem, que fica à disposição, não do cidadão, mas do delegado que vai ser responsável de investigar aquilo. Com isso, as pessoas têm o direito de requisitar as imagens para determinados fins. (DAL SANTO, 2011).

Por fim, três pontos podem ser explorados: a reposição das câmeras estragadas e as manutenções no sistema; melhorias no desempenho e na automatização do software e das câmeras e o “colocar em rede” – de forma automatizada – as tecnologias aplicadas; a expansão do compartilhamento das tecnologias aplicadas entre as Secretarias Municipais.

Em relação ao último e penúltimo pontos, o uso compartilhado ainda é um processo pouco explorado. Para além dos usos citados – pelas polícias, bombeiros, vigilância sanitária, meio ambiente e SAMU – pouco se avançou. Havia a hipótese de usá-lo na gestão da mobilidade urbana, planejamento das vias públicas, redesenho e potencialização do comércio em ruas com grandes fluxos de pedestres, enfrentamento da violência escolar e para a reestruturação de processos socioeconômicos. Até dezembro de 2012, as iniciativas nesta linha foram tímidas e o projeto de substituição pela cerca eletrônica sugere que as câmeras terão papel secundário para ruas e entroncamentos de avenidas. Os recursos públicos investidos foram altos e há poucos dados públicos e uma discussão transparente sobre o tema.

Nesta mesma linha, dentro da própria SSPC emerge a necessidade de complementação dos aparatos e de maior automação. O mero dado do roubo não gera impactos, uma vez que ficam sem resposta questões como: o veículo saiu do município de Canoas? Essas respostas e suas sistematizações em séries históricas ajudariam num trabalho mais preventivo e possibilitaria cobrar resultados das polícias.

Quanto à manutenção das câmeras, ela está previsto na Lei nº 5.466, de 2 de dezembro de 2009 (Art. 15º) e no **Protocolo de Operações Integrado**. Porém, nas visitas e nas sistematizações do Observatório percebemos um grande número de câmeras em manutenção. As mídias da prefeitura noticiam as câmeras com problemas e o tema aparece nas sistematizações do Observatório. Esses indicadores e os casos de furto de veículos, assaltos ou outros eventos não monitorados colocam o videomonitoramento das ruas e avenidas “sob suspeita” na opinião pública. Paralelamente, a correção da automação das câmeras e sua

adição e complementação com outras tecnologias – “automação entre ferramentas” – se faz sentir do ponto de vista da otimização dos recursos humanos.

Por fim, um conjunto de “questões de fundo ético-político e sócio-cultural”. O coordenador do Observatório apresenta aspectos “localizados” sobre as etapas implantadas e projetadas para o futuro próximo, a partir da atual configuração do videomonitoramento:

O envolvimento dos implicados é fundamental. Aqui em Canoas, os próximos passos serão: a) uma discussão conjunta da política municipal de segurança, através da participação da população; b) a consolidação de um Fórum, do Conselho Municipal de Segurança, no qual os setores da sociedade possam participar e decidir os rumos da segurança. [...]

Em Canoas, há câmeras nas entradas das escolas. É uma questão delicada. O primeiro, a saber, é em quais situações o videomonitoramento é mais efetivo. Em estudo fora do Brasil, por exemplo, identificaram que em locais como estacionamentos, em locais com circulação não tão grande, elas têm uma efetividade maior do que as câmeras em vias públicas. Para mim, um argumento bem forte é a questão da prova, depois. A utilização dessas imagens para a investigação.

Quanto à questão da privacidade, é um tema bem complicado. Depende da capacidade de como as câmeras são operadas. Elas têm um bom alcance de aproximação e boa qualidade. Se as pessoas que estiverem operando as câmeras estiverem mal intencionados, há possibilidades de acesso aos espaços privados. Há toda uma discussão do que é público no espaço público. Não tenho uma posição formada. (DAL SANTO, 2011).

O ex-secretário de segurança pública Alberto Kopittke, também, apresenta conjuntos de questões sobre os ângulos em suspensão. Defende o uso das tecnologias aplicadas, com construção de marco regulatório e discussão das implicações que emergem.

Acho que não se faz essa reflexão porque a reflexão crítica da academia se coloca numa postura que eu acho simplista: isso infringe eticamente, são mecanismos que ferem a liberdade individual ou posturas *a priori* contra ou a favor. Entre o contra ou a favor há um grande espaço e são posições que não levam em conta os protocolos, procedimentos, legislação ou a criminalização dos maus usos da informação monitorada.

Essas questões não começam agora com o videomonitoramento, mas vêm desde as escutas telefônicas que é a mais avassaladora dessas atividades. Com a câmera tu sabes que o Estado ou a iniciativa privada estão na rua, mesmo que ela tenha alguma visada para dentro da casa. Mas com o telefone há uma atividade privada, o Estado intervindo. E o sistema é controlado pelas operadoras privadas. [...]

Critico aquelas posições mais fechadas que são contra o uso da tecnologia, mas que não oferecem nada em troca. A gente tem um alto índice de violência e que vem crescendo. Não acho que elas devam nos fazer abrir mão dos direitos individuais. Mas e aí, o que a gente faz? Por isso eu tenho procurado construir um modelo e ferramentas bem reguladas, porque a gente precisa discutir a regulação. (KOPITKE, 2013).

Nos argumentos de Dal Santo e de Kopittke há bons elementos para encaminhar linhas mestras sobre o tema da indeterminação comunicacional e dos espaços de indefinição ética. Por exemplo: a introdução das câmeras nas praças e parques gerou uma transformação da sociabilidade nos parques com um enfrentamento aos monitoramentos por parte da

comunidade gay e dos usuários de drogas. Logo no início do monitoramento de praças dois grupos fizeram um enfrentamento. Gays sistematicamente, protagonizaram atos sexuais debaixo das câmeras e usuários de drogas faziam consumo de drogas. Essas imagens vazaram da SIM e foram exibidas no telejornal **Balanço Geral**⁷⁵. Tal fato colocou sob suspeita o marco regulatório – na opinião pública de Canoas e nas discussões no GGI-M. Em termos de midiaticização do processo social, esse fato é revelador de atravessamentos de processos, praticas e campos, com alto grau de indeterminação, em geral espaços de indefinição ética. Esse ponto não enfrentaremos, mas pautado está.

A título de fechamento do sub-item, em janeiro de 2013, após três anos de videomonitoramento se pode afirmar que ele segue em ajustes e se encaminha para uma nova etapa.

4.1.4.3 *Audiomonitoramento*

O audiomonitoramento “é uma peça” do projeto **Território da Paz Pronasci Guajuviras**⁷⁶. Em muitos discursos na mídia-empresa e nas próprias informações divulgadas pela Secretaria de Segurança, o audiomonitoramento está inscrito na intervenção territorial, junto aos projetos sociais⁷⁷. Vejamos a contextualização da tecnologia aplicada na visão do Coordenador de Pesquisas do Observatório.

No Guajuviras os monitoramentos foram impostos. Os recursos financeiros vieram do Pronasci e da contrapartida do governo estadual que ali construirá um presídio. Não foi a população do Guajuviras que pediu. As tecnologias vieram junto com um conjunto de outras políticas. A ambiguidade da política federal é que ela juntou coisas. Não há só atos de controle social democráticos e nem só atos repressivos. Na área da repressão e da prevenção, usos policiais se misturam com projetos sociais. É uma série de coisas que vêm juntas e é difícil compreendê-las como uma realidade. Fato é que as tecnologias vêm sendo amplamente utilizadas, com quantidade de recursos públicos bem consideráveis e que elas necessitam manutenção constante. (DAL SANTO, 2011).

A fala do entrevistado sinaliza ambiguidades do projeto e da tecnologia aplicada; atos que mesclam controle com promoção cidadã no/sobre “o bairro mais violento de Canoas”. A

⁷⁵ Telejornal popular (RECORD), exibido no horário do meio-dia.

⁷⁶ Conforme senso de 2010, no Guajuviras vivem 70 mil pessoas, sendo o bairro mais pobre, mais violento e com maior incidência de mortes por disparo de armas de fogo, de Canoas. Via Pronasci, ali foi instalado o primeiro Território da Paz (agosto de 2009), uma intervenção no território em que ações policiais, tecnologias aplicadas e um conjunto de atividades cidadãs. A introdução do audiomonitoramento, uma ação Policial, ocorreu sem uma consulta à população.

⁷⁷ Mulheres da Paz, Justiça Comunitária, Protejo, Geração Consciente, Pacificar, Comunicação Cidadã, com 619 participantes diretos em 2011. Fonte: Apresentação observatório 2012. ppt. Acessado 12 jan 2013.

escuta ambiental visa à prevenção e ao enfrentamento da violência, redução dos índices de homicídios por arma de fogo e preparação das “condições físicas e de infraestrutura do bairro” para receber um presídio regional com capacidade para 120 presos⁷⁸. É uma iniciativa pioneira no país e uma reprodução de uso desta ferramenta na segurança pública nos Estados Unidos. Alberto Kopittke caracteriza a tecnologia e mostra alguns pontos de indeterminação e de espaços de indefinição ética.

O Shotspotter tem um impacto na sociabilidade, inicial pelo menos. Ele inverteu uma lógica cultural com a arma de fogo. Nunca vi um sistema conseguir fazer isso. Usar a arma de fogo é chamar a polícia pra ti. A polícia sabe onde tu estás. Por isso, vejo o Shotspotter como um sistema preventivo. Ele escuta tudo. Houve um acordo com a empresa norte-americana e o sistema foi regulado para te entregar 4 ou 5 segundos antes e depois do disparo. Ele escuta tudo o que as pessoas estão falando.

Foi feito um acordo judicial no departamento de justiça americana proibindo-a de fazer vigilância – nos Estados Unidos – privada e regulando a forma da entrega de uma gravação. Os sensores só mandam a gravação. 80 cidades que usam o serviço. Uma empresa privada faz a detecção, mas não vende mais os equipamentos. É uma central privada que ouve todos os sensores instalados nas 80 cidades.

Na implantação em Canoas esse ponto não foi discutido na imprensa – porque ele foi um projeto piloto. Nosso audiomonиторamento é operado nos Estados Unidos. A informação do disparo passa pelos Estados Unidos e volta pra Canoas, em menos de 15 segundos. É uma vigilância privada. (KOPITTKE, 2013).

Retomaremos essas duas falas adiante. Por ora, seguimos com a descrição de aspectos da implantação da tecnologia aplicada. Dia 27 de setembro de 2010 foi inaugurada a primeira etapa do audiomonиторamento, um sistema de detecção de disparos de armas de fogo conhecido por Shotspotter (detetive do tiro). Na data, entraram em funcionamento 19 microfones/sensores, distribuídos segundo normas técnicas, pelo Bairro Guajuviras. Instalados no alto de postes de concreto (15m), os sensores captam e reportam para os Estados Unidos todos os sons do bairro. Retornam em até 15 segundos à SIM e a mesma visão dos sons captados é replicada no Posto da Brigada Militar no Guajuviras. O despacho da viatura, em casos de eventos de arma de fogo, ocorre do Posto da Brigada Militar no bairro.

Antes de ir para a fase de teste, cada sensor foi calibrado para detectar e distinguir disparos de arma de fogo, rojões, foguetes e ruídos de escapamentos de motos ou carros. Para os disparos das armas de fogo, o sistema classifica o número de disparos e os calibres das armas. Os eventos captados são arquivados no sensor e enviados, via satélite. Além do momento do evento, o sistema entrega cinco segundos antes e cinco segundos depois. Um

⁷⁸ “Prefeitura de Canoas oferece área para construção de presídio sem guardas” (ZH. 30.04.2013), título da notícia que informa a possibilidade da vinda do presídio.

software lê, identifica, classifica e mostra os sons na tela do computador. Esse material fica armazenado na central de dados, na sala ao lado da SIM.

A localização dos tiros é fornecida via coordenadas latitude e longitude, num raio de 3,5 km. O local do disparo é visualizado nas telas dos computadores, no mapa do bairro. Além da localização geográfica dos disparos, o sistema apresenta o número de tiros e classifica o(s) calibre(s) das armas envolvidas. Em menos de 15 segundos o operador apura essas informações, com uma precisão de sete (7) metros do local do disparo. Tanto criminosos quanto a própria polícia estão sob o monitoramento do “detive do tiro”.

A empresa ASIC (American Security Internacional Corporation) acompanhou as etapas de instalação – set/2010: 19 sensores; abril/2011: 25 sensores; jul/2011: 8 sensores –, qualificação, aperfeiçoamento do desempenho nas fases de teste e funcionamento do audiomonиторamento. Numa notícia⁷⁹ produzida e veiculada pelas mídias da Prefeitura, em 19 de abril de 2011, a jornalista Taís dal Ri (2011) informava sobre a segunda calibragem, notícia veiculada no site da prefeitura:

A rotina dos moradores do Guajuviras foi alterada hoje em razão da segunda calibragem do sistema de detecção de disparos de armas de fogo. Quem circulou pela 17 de Abril parou para olhar o inusitado: Disparos em via pública. Mas tudo com total aparato de segurança. Pelo menos 54 pessoas, entre policiais federais, civis e militares, também a Guarda Comunitária e agentes de trânsito passaram por dez locais do bairro.

Liderada pelos agentes federais, foram formadas duas equipes. Os atiradores efetuaram 230 disparos, 23 em cada um dos 10 pontos. Na medida em que os tiros iam sendo efetuados, a equipe técnica do sistema foi monitorando e avaliando a detecção.

De acordo com o secretário de Segurança Pública e Cidadania, Eduardo Pazinato, o objetivo da testagem foi qualificar a eficiência do audiomonиторamento e também garantir a obrigação contratual com a empresa ShotSpotter que é uma precisão de 80% na detecção.

Após a segunda etapa de instalação e calibragem, a empresa precisou atualizar o software de detecção e captação dos eventos nos sensores e instalar mais oito (8) sensores de captação, não previstos inicialmente. Esses foram instalados ao longo do segundo semestre de 2011, em lugares onde a captura acústica estava comprometida. Na fase de testes, o audiomonиторamento “falhou” em dois casos, um resultando na morte da vítima e bastante criticado na imprensa da capital. Ao longo dos dois anos de funcionamento (2010-2012), foram escolhidos pelo Observatório, aleatoriamente, nove casos de morte por disparo de arma de fogo. Em dois casos o audiomonиторamento não identificou o momento dos disparos, por

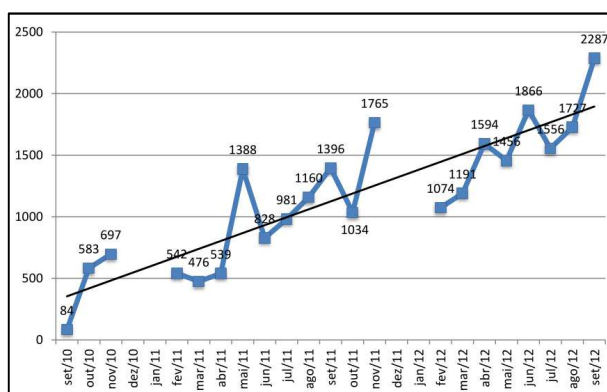
⁷⁹ “Segurança e polícias realizaram segunda calibragem dos sensores”. Notícia *online* no site da Prefeitura de Canoas (disponível em www.Canoas.rs.gov.br/index.php/site/noticia/visualizar/idDep/.../803).

terem ocorrido em datas com muitos disparos de foguetes, por ocasião do Natal e Ano Novo. Nos demais casos, houve a detecção, identificação e despacho de viatura.

Enquanto ferramenta tecnológica a serviço da segurança pública, o audiomonitoramento despertou e desperta a atenção da imprensa – local, estadual e nacional. Nas coberturas jornalísticas das fases de implantação, testes e uso, os enquadramentos questionaram suas potencialidades, precisão e capacidade operacional, por um lado; foi descrito a partir de localizados resultados exitosos e das promessas para ampliação das informações sobre investigações policiais, para reprimir e coibir a violência nas favelas e para a segurança nos grandes eventos que o Brasil sediará nos próximos anos. Em nenhum momento os temas de transformação das sociabilidades – nas ações policiais e nas comunidades afetadas – ou as questões de indeterminação foram enquadradas nas narrativas jornalísticas.

Quanto à sistematização e geração de indicadores dos eventos registrados, entre setembro de 2010 e setembro de 2012, o OSPC produziu informações mensais e anuais. Foram registrados os tipos de disparos, os números de vítimas, os homicídios – classificados por faixa etária, horários, regiões, agravantes em relação a drogas – e os despachos de viaturas. O aparato auxiliou em socorro às vítimas baleadas, prisão de autores de disparo, apreensão de fogos de artifício, atendimento a incêndio, atendimento à ocorrência de roubo e prisão por tráfico de drogas. As Tabelas 1 e 2 ilustram a classificação das detecções, deixando de fora os meses de dezembro e janeiro, visto serem meses atípicos.

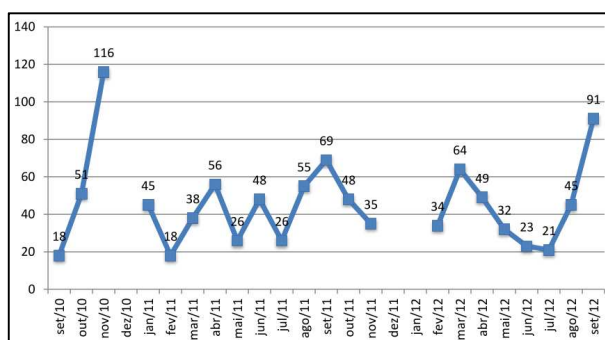
Tabela 1 – Número total de detecções (2010-2012)



Fonte: OSPC, 2012.

A Tabela 1 indica os números totais de detecções, mês a mês, incluindo disparos de arma de fogo, foguetes e descargas de motos ou carros. Os dados dos meses de Dezembro e Janeiro não figuram porque os meses se revelaram atípicos, com grande volume de disparos. A geração de séries históricas, com análises das tipologias são os grandes fenômenos comunicacionais postos em circulação.

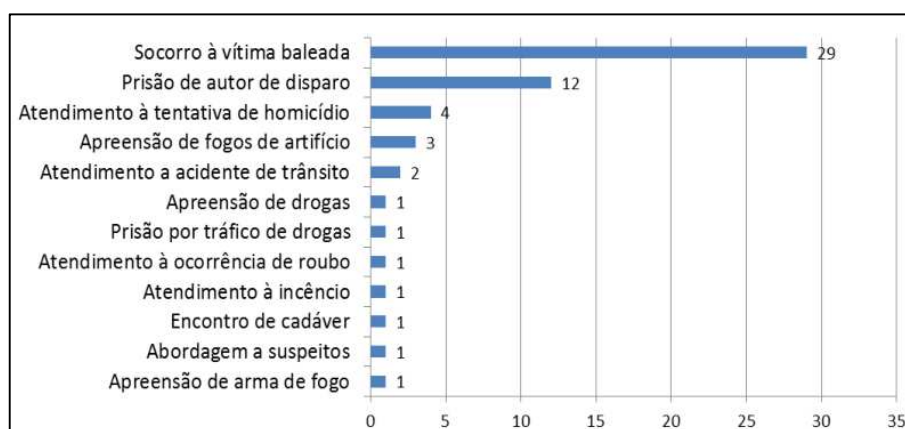
Tabela 2 – Disparo com armas de fogo (2010-2012)



Fonte: OSPC, 2012.

A Tabela 2 ilustra um refinamento no volume dos disparos. Neste gráfico figuram os disparos de arma de fogo, mês a mês. É uma sistematização de números que, nas análises do OSPC, são complexificados com diferentes variáveis e taxonomias construídas sobre uma base cartográfica do bairro, a partir de um instrumento de coleta de informações – que pode ser reformulado segundo as necessidades – e a partir de uma metodologia ainda experimental de geração de indicadores. A Tabela 3 ilustra a tipologia das produções, de dois anos.

Tabela 3 – Tipos de atendimento do audiomonitoramento no Guajuviras (2010-2012)



Fonte: OSPC, 2012.

O gráfico ilustra a tipologia dos atendimentos no audiomonitoramento e sugere a necessidade de uma sensibilização para o registro e o uso das análises. Do ponto de vista dos processos, os dados foram sendo incorporados nas práticas dos implicados (Guardas Municipais e participantes dos projetos do Pronasci). A partir das sistematizações dos dados e mapas, a realidade das violências passou a ser retrabalhada em grupos focais: Mulheres da Paz, Proteção e moradores do bairro não participantes de projetos. Esses olhares ajudaram a recontextualizar e a interpretar as tipologias geradas e seus números.

Em outro momento, esses dados do audiomonitoramento foram articulados e sistematizados no sistema de georeferenciamento de dados. Por exemplo, dados do audiomonitoramento com dados do projeto Núcleo de Justiça Comunitária, com análises quanti-quali. Essa “localização” espacial dos atendimentos e das mediações – traduzidas num mapa do território – possibilita a visualização das dinâmicas criminais articuladas com outros projetos sociais. É uma informação nova com nova produção de sentido sobre a violência, a paz e sobre a política de segurança pública no bairro Guajuviras e em Canoas.

Para fechar o item retomamos dois pontos: 1. Vimos que emergiu o desafio de classificar os disparos em “situações atípicas”. Em dezembro e janeiro, por ocasião do Natal e Ano Novo, o volume de detecções é muito superior aos outros meses, chegando a comprometer a classificação dos disparos nas duas datas. É um dado da cultura brasileira e local que se torna um desafio a ser enfrentado tecnologicamente. Essa nova indeterminação está sendo dirimida por trabalho conjunto entre empresa, gestão municipal, operadores do audiomonitoramento, polícias e organizações do Bairro Guajuviras.

2. Há, também, o desafio de gerar séries históricas a partir do georefenciamento dos eventos coletados no dispositivo interacional – não só desde as tecnologias aplicadas, mas das escolas, Unidades Básicas de Saúde, organizações populares e “eventos e associações n”. Para compreender o fenômeno da violência há que se complexificar a produção das informações, em gerar dados fragmentados que passam a ser vistos como um conjunto interligado. Somado a esse, há o grande tema do debate ético da escuta ambiental do bairro.

No *backup* do aparato, tanto nos sensores quanto na SIM ou nos Estados Unidos, todos os sons ficam armazenados por 30 dias. É um debate público que não foi levado a cabo de forma transparente. Embora haja um marco regulatório e que operadores assinem um termo de confidencialidade, com previsão de pena administrativa, cível e criminal, há um debate ético por fazer.

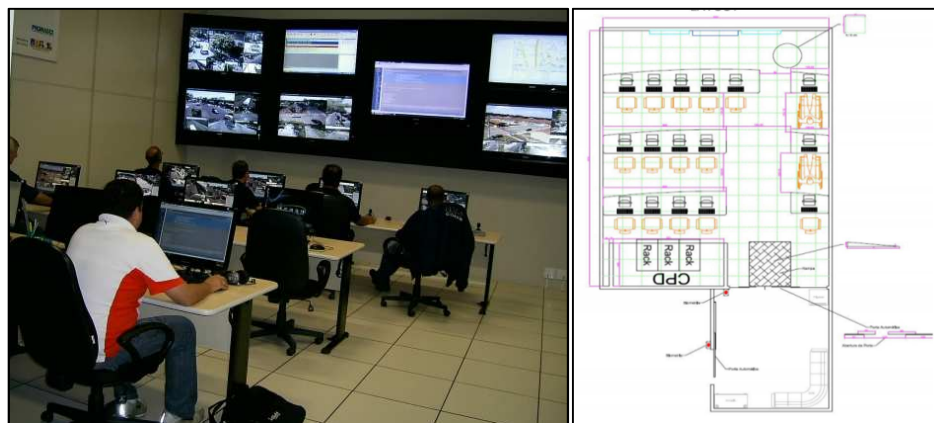
4.1.5 Sala Integrada de Monitoramento

Em 14 de abril de 2010 foi inaugurada a Sala Integrada de Monitoramento (SIM), atendendo, inicialmente, aos alarmes. Aos poucos, ao longo do segundo semestre de 2010, o videomonitoramento e audiomonitoramento foram integrados. Ao longo de 2011, outros registros da Guarda Municipal passaram a ser efetuados, sendo que desde abril de 2012 ela é uma central de registros, com vários protocolos – para os alarmes, câmeras, audiomonitoramento, boletim de atendimento das escolas, entre outros. Desde a SIM se faz a classificação, registro, edição, armazenamento e gestão das informações que chegam dos monitoramentos. Enquanto instância de serviço – central de comando e controle integrado – ela se guia para o registro no protocolo integrado e para o envio das polícias aos eventos.

Cada tecnologia aplicada (alarme, GPS, videomonitoramento e audiomonitoramento) funciona de forma independente e produz seu fluxo de dados, unificados e sistematizados pelo Observatório. 36 policiais – policiais da reserva, da Polícia Civil e Militar – operam a SIM, sob a gestão da Guarda Municipal. Entre outras funções, esse monitoramento visa subsidiar o trabalho das polícias nas ruas – logística de pronto-atendimento e resposta, produção de provas para investigação Policial – o planejamento da segurança pública municipal, os planejamentos do GGI-M, alimentar os protocolos e instrumentalizar processos judiciais. Pela nossa observação, podemos inferir que, também, produz “insumos” que ilustram notícias das

mídias da prefeitura, da imprensa-empresa e das solicitações dos munícipes. A Figura 1 fornece uma ideia deste espaço⁸⁰.

Figura 1 – Sala Integrada de Monitoramento de Canoas, em 2010



Fonte: Blog do GGI de Santo Ângelo (Disponível em <http://ggimsa.blogspot.com/2010/12/fotos.html>).

Na parede, nove telas de LED exibem seis ou oito imagens das câmeras, de mapas dos bairros do município ou das telas dos 16 computadores. A cada 30 segundos há alternância das imagens transmitidas das câmeras. Havendo alguma irregularidade, ou situação atípica, a imagem observada ocupa toda uma tela, tendo o videoperador a possibilidade de vigiar o evento e de aproximar o *zoom*. As imagens captadas no dia ficam armazenadas por 30 dias, num banco de dados mantido em sala ao lado, num servidor. As sequências dos “eventos relevantes” são separadas, segundo os critérios definidos pelo marco legal e armazenadas (ou não) segundo suas regras.

Desde abril de 2012, todos os eventos que chegam das três tecnologias aplicadas passaram a ser registrados e tabulados – no software ArcGis. Nos primeiros oito meses de funcionamento da SIM houve uma média mensal de 730 registros. 124 eventos foram monitorados pelas câmeras – acidentes de trânsito, vigilância⁸¹, situações suspeitas que redundam em abordagem –; 27 despachos de viaturas em função de eventos do shotspotter e

⁸⁰ Não foi permitido fazer imagem própria nas visitas.

⁸¹ Exemplos de casos vigiados desde a Sala e encaminhados: Abordagem da BM a veículo; Indivíduo dormindo em uma parada de ônibus com seu cavalo preso e mal tratado; Indivíduo embriagado; Jovens atirando pedras e rojões; Ligações clandestinas à rede elétrica; Mulher forçada a entrar em uma kombi pelo motorista; Recolhimento de veículos; Suspeita de tráfico; Veículo parado em atividade suspeita...

164 despachos/mês de viaturas acionadas desde os alarmes para verificação local. Os outros 315 registros chegaram à sala a partir das ações das polícias ou de comunicados das pessoas.

A partir das observações e entrevistas percebemos que na SIM há distintos fluxos de dados. Videomonitoramento e Audiomonitoramento funcionam de forma independente e, por enquanto, não há como sincronizar automaticamente um evento. A SIM é um espaço físico de onde, via trabalho humano, se faz a integração dos diferentes insumos colhidos, nos diferentes tipos de monitoramentos. As imagens e sons captados, classificados e sistematizados auxiliam o trabalho de prevenção de crimes e violências, aperfeiçoam o controle dos fluxos rodoviários, auxiliam na conservação urbanística, ampliam a vigilância ambiental e apoiam ações da defesa civil. Constatamos que os próprios órgãos auxiliados (as polícias), também, se sentem sob o influxo dos monitoramentos.

Da sala emergem conjuntos de questões. “Invenção” de maior automatização nas e entre tecnologias (sincronizar som e imagem; enfrentamento aos roubos de carro); Melhorar a comunicação dos dados de modo a gerar maior transparência sobre as tecnologias aplicadas; Potencializar a transparência e participação dos implicados nos monitoramentos; Transparência sobre os custos com implantação, manutenção e das discussões sobre os resultados.

Há também conjuntos de ambiguidades sobre o tema controle/repressão do poder público *versus* obrigação da oferta de segurança; democratização do acesso aos dados coletados e construção de marcos regulatórios para usos articulados dos sistemas; transformações nas sociabilidades em decorrência da introdução das tecnologias de monitoramento nas comunidades, prédios públicos, parques e ruas.

4.1.6 Observatório de Segurança Pública de Canoas

Em termos macro, o Observatório está localizado fisicamente no prédio da SIM. Virtualmente, está no site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁸², com todos os dados sistematizados e constando como um dos projetos (do FBSP). De lá disponibiliza a sistematização dos dados sobre nove temas de pesquisa aplicada: a) Relatórios mensais de acompanhamento de estatísticas criminais; b) Cartografias Sociais e Simbólicas das Violências e da Criminalidade em Canoas; c) Elaboração de um Sistema de Registros *on line* de Situações de Violências nas Escolas (ROVE); d) Estudo dos Registros de Ocorrências

⁸² Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br>.

Administrativas (ROCA) e Boletins de Atendimento (BA) da Guarda Municipal; e) Pesquisa sobre a Qualidade de Vida no Trabalho da Guarda Municipal (PQVT) Grupos focais com Guardas Municipais, equipes diretivas das escolas municipais, operadores de videomonitoramento e população de Canoas; f) Pesquisas de opinião sobre a política municipal de segurança; g) Pesquisa de avaliação do Projeto “Canoas Mais Segura” (sistemas de videomonitoramento, audiomonitoramento e alarmes); h) Avaliação das políticas públicas de segurança implementadas no Território da Paz.

Para a sistematização e análise dos “temas de pesquisa”, o OSPC mantém parcerias estratégicas com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS) e o Pronasci. Em 2010-11 contou com dois cientistas sociais, dois geógrafos e dois estagiários. Ao longo de 2012 passou a contar com quatro cientistas sociais e um estagiário.

Nos materiais disponibilizados no site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – em geral lâminas PPT e alguns relatórios mais explicitados em word – a equipe do OSPC disponibilizou análises sobre o papel e contribuição do Observatório na produção da segurança pública de Canoas⁸³, dados e análises do videomonitoramento⁸⁴ e audiomonitoramento, dados sobre homicídios e furtos e roubos de carros⁸⁵, dados sobre resultados e percepções das ações nos Territórios da Paz (Guajuviras e Mathias Velho),

⁸³ Canoas + Segura – Balanço, Revisão dos Trabalhos feitos pelo Observatório e Futuras Possibilidades (01/11/2012 - Data de postagem); II Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas (20/12/2012 - Data de postagem); Observatório de Segurança Pública de Canoas: contribuições à gestão pública municipal da segurança (06/01/2012 - Data de postagem); Apresentação para o V Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (28/10/2011 - Data de postagem); Observatório de Canoas: Contribuições à Gestão Pública Municipal de Segurança (28/10/2011 - Data de postagem); Utilização de sistemas de informações geográficas no videomonitoramento urbano (28/10/2011 - Data de postagem).

⁸⁴ Relatório atendimentos da sala de videomonitoramento – BM 2012 (08/04/2013 - Data de postagem); Balanço Grupos de Trabalho GGI-M Canoas (03/01/2012 - Data de postagem); Considerações sobre os 2 anos de funcionamento do Shotspotter (01/11/2012 - Data de postagem); Boletim Informativo - nº 2 – Videomonitoramento (31/10/2012 - Data de postagem); Relatório Preliminar de Funcionamento do Sistema Shotspotter (set-out 2010) (28/10/2011 - Data de postagem).

⁸⁵ Roubo e furto de veículos em Canoas – 2012 (08/04/2013 - Data de postagem); Relatório de Homicídios em Canoas – 2009-2012 (08/04/2013 - Data de postagem); Estatísticas Criminais - Homicídios, Roubo e Furto de Veículos (jan 2009 a set 2012) (01/11/2012 - Data de postagem); Boletim Informativo - nº 1 – Homicídios (dados consolidados até junho de 2012) (31/10/2012 - Data de postagem); Homicídios em Canoas - 2000 a 2010 (28/10/2011 - Data de postagem); Relatório de Pesquisa: Estudo de Homicídios em Canoas -2000-2010 (28/10/2011 - Data de postagem).

violência⁸⁶ e criminalidade nas escolas⁸⁷, questões de qualidade de vida e de trabalho da Guarda Municipal⁸⁸ e outras pesquisas ligadas a fiscalização de festas e bares e à implementação da justiça comunitária. Os materiais listados nas notas de rodapé foram publicados ao longo de 2011, 2012 e 2013 – referentes ao recorte temporal 2009-2012. Em grande medida estão no CD Room em anexo.

De 2012 em diante, se pode caracterizar o escopo do OSPC com importante protagonismo na formulação de diagnósticos para a elaboração das políticas públicas em segurança pública – prevenção às violências nas escolas, ações integradas nos territórios da paz (Guajuviras, Mathias Velho e Harmonia), policiamento comunitário, cobertura do videomonitoramento, desenho da vitimização, participação cidadã no Conselho Municipal de Segurança Pública – e na avaliação destas políticas – representações sociais sobre a sensação de segurança, eficácia das tecnologias na redução dos homicídios, roubos e furtos, adesão cidadã às ações de segurança, reconhecimento e identidade da Guarda Municipal junto à população. O observatório pode ser caracterizado como essa instância estratégica para o dispositivo interacional, já sinalizada por Alberto Kopittke. Rafael Dal Santo (2011) aponta mais dados histórico-contextuais que reforçam essa percepção sobre o “elemento do dispositivo”:

Começamos em maio de 2010, basicamente trabalhando questões da Guarda Municipal: Construir registros das ocorrências administrativas, sistematizando as estatísticas criminais para formular diagnósticos do município e estudos do trabalho da Guarda Municipal (grupos focais sobre a qualidade de vida da Guarda Municipal) sistematizando diagnósticos criminais. Basicamente, o observatório está dividido em três eixos de atuação: Geração de informações, com organização de um calendário das informações da Guarda Municipal (com ênfase na prevenção da violência escolar), produção de análise criminal e avaliação (fazer um

⁸⁶ Boletim Informativo - nº 3 - 1 Ano TP Mathias (17/12/2012 - Data de postagem); Dados preliminares: Homicídios (2009; 2010; 2011) Canoas e os Territórios de Paz – Guajuviras e Mathias Velhos (06/01/2012 - Data de postagem); Dados sobre os 3 anos do Território de Paz Guajuviras (01/11/2012 - Data de postagem); Diagnóstico para a implementação de ação territorial integrada – “Grande Mathias Velho”, Canoas/RS (01/11/2012 - Data de postagem); Perfil e Percepções de Segurança das Mulheres da Paz Guajuviras (28/10/2011 - Data de postagem); Pesquisa de Opinião com os Jovens do Projeto Território de Paz Guajuviras. (28/10/2011 - Data de postagem); Diagnóstico para Implementação de Ação Territorial Integrada (28/10/2011 - Data de postagem); Atendimentos Realizados Justiça Comunitária Território de Paz Guajuviras (28/10/2011 - Data de postagem).

⁸⁷ Balanço Anual do Registro On-Line de Situações de Violências nas Escolas (ROVE) (03/01/2012 - Data de postagem); Grupo Focal com as Diretoras das Escolas Municipais de Canoas (28/10/2011 - Data de postagem); Grupo Focal com os Guardas Municipais da Ronda Escolar em Canoas (28/10/2011 - Data de postagem); Pesquisa de Opinião com Alunos da Rede Municipal de Ensino Fundamental de Canoas (28/10/2011 - Data de postagem).

⁸⁸ Relatório Oficinas de Construção Coletiva dos Instrumentos de Registro da Guarda municipal de Canoas (28/10/2011 - Data de postagem); Guarda Municipal - Balanço - 9 meses 2012 (01/11/2012 - Data de postagem); Qualidade de Vida no Trabalho um estudo de caso da Guarda Municipal de Canoas (28/10/2011 - Data de postagem).

acompanhamento dos projetos e estruturação de informações das ações, uma organização das informações dos Projetos). Basicamente trabalhamos com informação.

Outra forma de compreender o observatório é vê-lo como um centro de estudos para subsidiar as tomadas de decisões do GGI-M com informações sistematizadas a partir dos registros na SIM. Por isso, a importância do convênio que se celebra entre a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e município de Canoas (em 2011) e com a Universidade La Salle (em 2012).

Alberto Kopittke (2013) viveu os primórdios e a elaboração dos objetivos do observatório. Inicialmente, não se tratava tanto de gerar diagnósticos, mas construir dados e indicadores que embasassem a política pública municipal com informações aprofundadas dos agenciamentos, natureza e incidência dos eventos criminais:

Em Canoas – tenho muito orgulho disso – criamos o observatório municipal. Ele é menos conhecido do que o Shotspotter, mas é tão ou mais importante. Captamos R\$ 1,2 milhão que possibilitaram contratar geógrafos, estatístico e sociólogos. Fizemos parcerias com a UFRGS e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Compramos softwares de georeferenciamento e outros. Na época (2010) tivemos uma imensa dificuldade para que o Estado do RS liberasse os dados sobre Canoas. Não me deram os dados. Vibrei com a Lei de Acesso à Informação. Ainda se trabalha na Segurança Pública com a cultura de que o dado coletivo é uma questão de segurança nacional, uma questão de sigilo. Esse dado não é sigiloso, nem deve ser e ele deve ser apresentado às pessoas. Tive que desenvolver toda uma engenharia: criei um formulário em papel, fiz uma parceria com a polícia civil, e os escrivães registravam o BO e faziam um preenchimento simplificado. Uma vez por semana o meu motorista passava nas Delegacias de Polícia e recolhia os formulários de roubo de carro. Foi assim que comecei. Para os homicídios eu cruzava quatro outras bases: os dados da vigilância sanitária, da polícia civil, da brigada e da secretaria de segurança. Esse denominador passou a ser o indicador da secretaria de segurança. Depois, o Estado começou a nos dar sua base de dados. Mas ela não era georeferenciada. Tu não sabias onde fora a ocorrência, porque o campo dos formulários era descritivo e faltavam os nomes das ruas. Isso era uma tragédia para o dado. Tem o famoso Beco 100, que por muitos anos foi o lugar com maior número de roubos no RS. Na pressa ou por negligência, o Policial registrava os crimes no endereço do Beco 100. Assim, a mudança de protocolo de registro e o Observatório começaram a mudar essa rotina.

Concretamente, além dos dados citados por Dal Santo (2011) e Kopittke (2013), no primeiro ano de funcionamento do OSPC, suas pesquisas aplicadas tiveram nove angulações: gerar relatórios mensais sobre as estatísticas criminais; elaborar cartografias sociais e simbólicas das violências e da criminalidade em Canoas; Elaboração de um sistema de registro *online* de situações de violência nas escolas; estudo dos registros de ocorrências administrativas e dos boletins de atendimento da Guarda Municipal; Pesquisa qualidade de vida no trabalho da Guarda Municipal; Grupos focais com Guardas Municipais, equipes diretivas das escolas municipais, operadores de videomonitoramento e população de Canoas;

Pesquisas de opinião sobre a política municipal de segurança; pesquisa de avaliação do **Projeto Canoas Mais Segura**; Avaliação das políticas públicas de segurança implementadas no Território da Paz.

Acima referimos que os resultados destas pesquisas estão no site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁸⁹, para quem o Observatório de Canoas é um projeto piloto. Para a delimitação da tese, consultamos algumas pesquisas e atividades específicas: os grupos focais com os videoperadores, a tabulação dos insumos colhidos pelos monitoramentos nos dois primeiros anos de funcionamento (abril de 2011 a janeiro de 2013) quanto à sistematização e análise dos registros da Sala Integrada de Monitoramento; Pesquisa de opinião com a população; Utilização de geoprocessamento para cruzamentos com estatísticas criminais. Não anexamos exemplos, visto que em outros itens já o fizemos.

A partir desta caracterização e produções entendemos que o observatório gera fluxos de informação que subsidiam o GGI-M, auxiliam na produção de signos e (re)construção da realidade da violência e da paz em Canoas, nos Territórios da Paz, sobre as polícias e sobre as escolas. Neste sentido, os dados do observatório tornam-se fenômenos de comunicação (em especial fluxos) com forte incidência nas mídias – da prefeitura, na imprensa local e da capital. Circulam em mídias do processo social e por circuitos comunicacionais variados.

4.1.7 As Mídias

Neste último item de descrição do dispositivo interacional cabe um sucinto olhar sobre algumas lógicas de mídias. Primeiro caracterizaremos a comunicação da Secretaria de Comunicação (SECOM), com descrição de algumas lógicas comunicacionais da Prefeitura de Canoas. Os outros espaços de comunicação serão referidos no Circuito Segurança Pública. Depois, algo das mídias-empresa que geram distintos fluxos de informação sobre o dispositivo e que o comunicam e tensionam.

4.1.7.1 Mídias Próprias

No recorte temporal 2009-2012, a Secretaria de Comunicação (Secom) foi responsável pela publicização da gestão municipal e de suas ações. Esteve estruturada em jornalismo e

⁸⁹ Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br>.

publicidade, com 12 pessoas (quatro jornalistas, quatro fotógrafos, dois estagiários, Secretário e secretário adjunto).

Especificamente quanto à SSPC, um “jornalista setorista” acompanhou todos os projetos implementados no dispositivo – Guarda Municipal, GGI-M, Tecnologias Aplicadas, SIM, Território da Paz, Observatório e as ações policiais junto à comunidade (Ronda Noturna, Ronda Escolar, Balada Segura e Boletins de Atendimento). Por ser uma Secretaria estratégica ponto de vista político, essas ações no dispositivo SSPC ganharam amplo destaque nas mídias próprias. Informou passos e aspectos das tecnologias aplicadas, ações integradas e Ações nos Territórios.

No período observado a arquitetura de mídia da SECON se expandiu. Inicialmente, havia um circuito com tres momentos: **Boletim dos Servidores** (mensal, A4), **Jornal de Canoas** (quinzenal, tabloide) e site⁹⁰ (uma média de oito notícias diárias). Em setembro de 2012, com a criação de um setor para mídias sociais, o circuito foi expandido: abertura de perfil oficial da prefeitura no Twitter, uma Rádíoweb, canal para webTV (projeto que foi abandonado) e *lista de e-mails*. Por fim, em janeiro de 2013, o **Jornal de Canoas** passou a circular semanalmente, com tiragem superior a 110 mil exemplares, entregues nas residências.

A entrevista com Taís Dal Ri nos fez perceber que as mídias da prefeitura seguem as lógicas do modelo mediador da imprensa-empresa: a prefeitura quer se mediatizar na capital e região, para isso visa lançar fluxos de informação nestes circuitos de imprensa-empresa. Porém, para se comunicar com os moradores do município cada vez mais prescinde dos grupos de mídia de Porto Alegre ou locais.

Ela tem seu circuito articulado por onde seguem informações e prestação de contas da gestão. Prefeito, secretários e organizadores de eventos quando procuram a Secom para aceder às mídias-empresa já pedem as editorias e veículos onde querem ser notícia. Em geral, numa busca por visibilidade política da gestão e não tanto de caráter informativo. Da parte das mídias-empresa, elas procuram os agentes dos processos da SSPC ou a Secom pelo tema das tecnologias aplicadas – em especial a combinação de videomonitoramento e audiomonitoramento no Território da Paz Guajuviras ou seus resultados. Nestes casos há uma produção signos com foco na dimensão tecnológica do dispositivo interacional.

* * *

Na abertura do item Circuito Segurança Pública de Canoas retomaremos a temática da Comunicação no dispositivo. Por ora é importante frizar que a Segurança Pública gera fluxos

⁹⁰ Disponível em <http://www.Canoas.rs.gov.br>.

que circulam, no dispositivo, nas mídias-empresa e nos processos interacionais de sociedade. Não enfrentaremos esse ponto, mas queremos trazê-lo presente.

As parcerias entre SSPC e Secom nem sempre são sem conflitos, visto as disputas de modelo de segurança, hierarquias, busca de protagonismo e do uso de perfis de mídias sociais pessoais. Os diferentes agentes – polícias, bombeiros, SAMU, Vigilância Sanitária e projetos do Pronasci – participam de diferentes circuitos (locais, estaduais e nacionais). A implantação das tecnologias aplicadas – pelo valor-notícia novidade – fez com que o dispositivo fosse procurado pelos veículos empresa, gerando atravessamentos com a Secom e sendo fator de tensão entre “protagonismos”. Nestas ocasiões, os atravessamentos no e fora do dispositivo foram impulsionados pelos processos interacionais.

4.1.7.2 Mídias-empresa

A maior circulação de informações sobre instalações e funcionamento de tecnologias aplicadas na Segurança Pública ocorre no campo jornalístico brasileiro desde 2009⁹¹. As experiências de Canoas entraram nesta pauta em 2010, quando iniciaram as fases de teste do audiomonitoramento. As notícias publicadas indicam que não há propriamente um interesse pelo conjunto de ações da Secretaria de Segurança Pública. Há uma escolha pontual pela implantação, funcionamento e resultados das tecnologias aplicadas. O discurso jornalístico narra o uso das ferramentas como a serviço da repressão ao crime e enfrentamento da violência no trânsito.

Em termos de telejornalismo (tv aberta), o videomonitoramento não apareceu. Já o audiomonitoramento tornou-se notícia em todas as emissoras majoritárias (local e nacional). Na Rede Globo, uma reportagem de 4min, no Fantástico (junho 2009) explicou a tecnologia e seu funcionamento nos Estados Unidos e noticiou um estudo para as favelas do Rio de Janeiro, no Bairro Tijuca e imediações do Estádio do Maracanã. Depois, em setembro e outubro de 2010 foi notícia. Quando passou à fase de testes, todas as emissoras de tevê aberta noticiaram o tema. Chegou a integrar um bloco de um Globo Repórter (Globo, 22h)

Trazemos o exemplo da cobertura do lançamento do audiomonitoramento. Citamos a emissora, o telejornal e o dia da exibição: Band (*RS Acontece*, dia 21 de setembro 2010), RBS TV (**Bom Dia Rio Grande** e no **RBS Notícias**, no dia 28 de setembro), SBT (**SBT**

⁹¹ O jornal **Valor Econômico**, a **Revista Época** e a revista eletrônica **Fantástico** noticiaram o tema no segundo semestre de 2009. As matérias estão clipadas no site do Shotspotter, sugerindo que o próprio fabricante agendou os veículos (<http://www.shotspotter.com/bemvindobrasil>).

Brasil, dia 28 de setembro de 2010), Rede Record (**Record News Sul**, 29 de setembro de 2010; **Fala Brasil**, 29 setembro de 2010; **Jornal da Record**, em 7 junho de 2011) e Rede Globo (**Bom Dia Brasil** e **Jornal Nacional**, de 5 de outubro de 2010)⁹². (Anexo E).

Mesmo sem fazer uma análise das imagens e sons, descrevemos o texto das cabeças das notícias. Os textos são reveladores da disputa de signos que ocorre sobre o binômio Violência-Paz. Ao final de cada citação informamos o noticiário no qual foi veiculado, tempo de duração da notícia e número de acessos do vídeo no site das emissoras, até julho de 2011:

Equipamento capaz de apontar o local de onde foi disparado um tiro em até quinze segundos depois da ocorrência, vai ser testado amanhã, em Canoas. Se aprovados, os sensores de audiomonitoramento, serão espalhados pelo bairro Guajuviras, um dos mais violentos da região metropolitana. Para dar mais detalhes sobre este sistema de detecção de disparos e falar sobre a implementação e o que podem significar para a população nós vamos conversar agora com o secretário de segurança pública e Cidadania de Canoas, Alberto Kopitke. (21/09/2010, **RS Acontece**, 5'18). 46 views

É gaúcha a primeira cidade brasileira a ter um sistema que capta o som de disparos de armas de fogo. O equipamento que torna mais rápida a reação da polícia no combate ao crime foi lançado hoje, em Canoas. (28/09/2010, **RBS Notícias**, 1'18). 8 views

O criminoso puxa o gatilho e dispara. [som de três tiros] Acredite, neste momento o atirador está acionando a polícia. Isso graças a um moderno sistema de localização e detecção implantado em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A nova tecnologia rastreia os disparos através de sensores instalados no alto de prédios e postes. (28/09/2010, **SBT Brasil**, 1'12). 11 views.

Um sistema de segurança que ajudou a reduzir o número de homicídios em cidades dos Estados Unidos começa a ser testado aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul. É um detector de tiros capaz de mobilizar a polícia em poucos minutos. (28/09/2010, **Jornal da Record**, 1'49). 56 views.

E o equipamento que detecta sons de tiros ajudou a polícia a prender um homem em Canoas no Rio Grande do Sul. Bom dia, Bernardo Armani! E a prisão foi no primeiro dia de funcionamento do aparelho, né! (29/09/2010, **Fala Brasil**, 0'50). 44 views.

É tecnologia para combater a violência (05/10/2010, **Bom Dia Brasil**, 1'59). 56 views.

Em relação à imprensa escrita, somente as duas tecnologias aplicadas foram noticiadas e não tanto um debate sobre segurança pública. Ganharam destaque as etapas de implementação e apresentação dos primeiros resultados. Os materiais foram veiculados no suporte impresso e no digital. O enquadramento das notícias descrevia as tecnologias, seus usos e suas possibilidades. Num outro estágio, passou a cobrar da secretaria eventuais falhas – mesmo o dispositivo ainda em fase de teste. Exemplificamos a afirmação com alguns títulos

⁹² O critério para a escolha destas emissoras foi a oferta *online* dos materiais. Temos consciência de que emissoras não analisadas aqui como TVE, Pampa e TVCom também exibiram o tema por ocasião da fase de teste e inauguração do sistema, mas não localizamos esses materiais.

de notícias, o nome do jornal⁹³ e o dia da veiculação da informação. Eles estão por ordem cronológica.

- Empresas conhecem o videomonitoramento municipal (**DC**, 15/1/2010).
- Confira onde estarão os 32 novos pontos de videomonitoramento em Canoas (**DC**, 28/7/2010).
- Polícia Federal coordena teste para detecção de tiros em Canoas. (**VS**, 18/9/2010).
- Equipamento inédito para detectar tiros começa a operar em Canoas. (**UOL**, 27/09/2010).
- Canoas-RS começa usar sistema de detecção de tiros. (**Estadão**, 27/9/2010).
- Canoas tem audiomonitoramento de tiros. (**CP**, 28/09/2010).
- Canoas Inaugura sistema de detecção de tiros. (**NH**, 28/9/2010).
- Canoas sedia curso integrado de Policiamento Comunitário. (**NH**, 24/5/2011).
- Sistema de audiomonitoramento ajuda polícia a encontrar baleado. (**DC**, 10/7/2011).
- Sistema de detecção de tiros ajuda na prisão de homem em Canoas. (**DC**, 11/8/2011).
- BM admite falha em detector de tiros do Guajuviras em Canoas. (**CP**, 15/8/2011).
- Sensores não flagraram crime no Guajuviras. (**ZH**, 16/8/2011).

A título de conclusão da descrição do item – ao acompanhar as notícias desde uma ótica diacrônica – é possível inferir que, talvez sim, as mídias da prefeitura produzam um agendamento das mídias-empresa ou que isso ocorra desde a Secretaria de Comunicação. Não chegamos a entrevistar nenhum jornalista ou editor das mídias-empresa para ouvir as lógicas em relação à cobertura da Secretaria de Segurança.

Na entrevista com a Coordenadora de Comunicação percebemos que boa parte desta visibilidade é fruto de um trabalho entre jornalistas (da Secom com jornalistas conhecidos nos veículos). Percebe-se, também, que o próprio campo jornalístico se agenda e passa a monitorar o tema do audiomonitoramento noticiado entre os veículos. As mesmas fontes, a mesma pauta e os mesmos temas noticiados nos levaram a essa conclusão.

Da mesma forma, as indeterminações do audiomonitoramento, as afetações sobre as sociabilidades e a necessidade de refinamento do monitoramento de carros não apareceram nestas narrativas da imprensa. Na produção de signo sobre a segurança pública o campo jornalístico faz um enquadramento do enfrentamento da violência no atacado, sem problematizar o que está em andamento no dispositivo. Por isso, a própria Secretaria gere seus fluxos, tem parcerias estratégicas com circuitos comunicacionais e tem seus próprios circuitos.

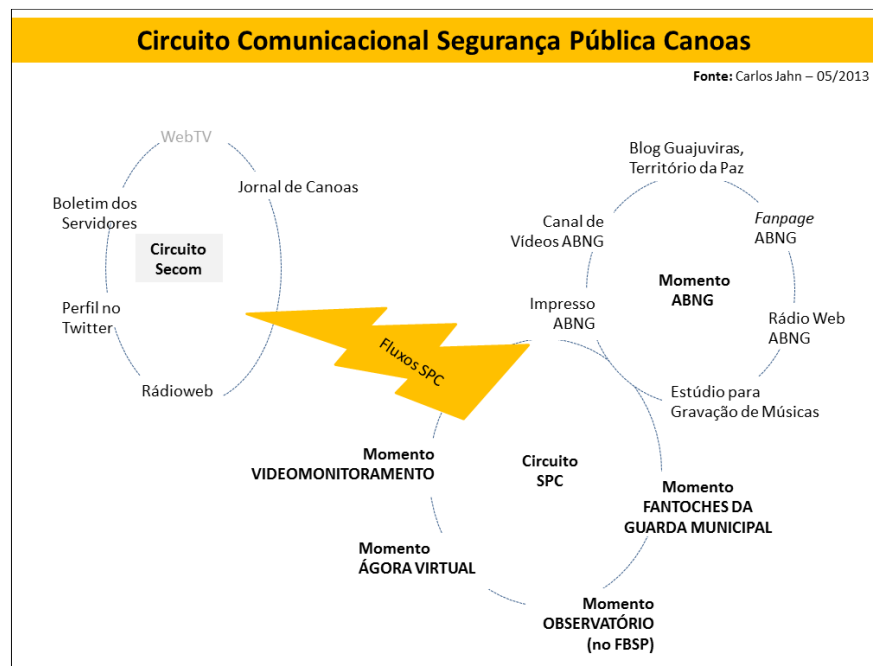
⁹³ Os jornais impressos citados são: **Zero Hora** (ZH), **Correio do Povo** (CP), **Diário de Canoas** (DC), **Vale dos Sinos** (VS), **Novo Hamburgo** (NH) e **Estadão**.

4.2 O Circuito Segurança Pública e Cidadania

No sub-item mídias-empresa antecipamos algumas particularidades do Circuito Comunicacional do Caso 1. No atual estágio do dispositivo (em 2013), entendemos que há um circuito em constituição. Diferentes direcionamentos interacionais estão sendo inventados – com momentos criados pelo/no dispositivo; com participação em “momentos de outros circuitos” e em outros circuitos. Os fenômenos comunicacionais gerados são diversos: jornalísticos, educativo/comunicação cidadã/críticos, sistematização de dados, interação mútua tecnmediada e artístico.

Dividiremos o item em dois sub-itens: a) Descrição dos “momentos”, suas ofertas comunicacionais e fluxos; b) tentativas do processo. O Gráfico 8 representa o circuito comunicacional Secretaria de Segurança Pública e cidadania, um circuito em constituição.

Gráfico 8 – Circuito Comunicacional Segurança Pública de Canoas



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico visualiza o **Circuito Comunicacional Segurança Pública de Canoas (SPC)** com seus sub-circuitos e momentos. SECON, Agência Boa Notícia Guajuviras (ABNG) e Observatório podem ser caracterizados como sub-circuitos que em maior ou menor grau, também são momentos do **círculo SPC**. No circuito SECOM ou sub-circuito SPC –

circulam fluxos de informação sobre a segurança pública. Nele não tem nenhum momento exclusivo da SPC, mas circula os “fluxos Segurança Pública” da Secretaria. O circuito ABNG, trabalha exclusivamente ações e informações que envolvem ações e projetos da SPC. Por isso, classificamos o sub-circuito ABNG como um momento do circuito SPC. O *blog* Observatório é um momento do Circuito do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mas por trabalhar exclusivamente com informações da SPC, também, o consideramos um momento do Circuito SPC. Todas as informações sistematizadas e disponibilizadas sobre o dispositivo (para download e acesso público), lá estão.

Em relação aos demais momentos – Teatro de Fantoques da Guarda Municipal, Monitoramentos e *Ágora Virtual* – eles configuram um momento face-a-face e dois momentos tecnomediados. São momentos que aparecem com explícito impacto sobre as linhas de força do Dispositivo no período do recorte temporal da pesquisa. Assim, o circuito SPC é composto pelo Circuito Secom, Momento ABNG, momento Observatório, momento *Ágora Virtual*, momento Teatro Fantoques da Guarda Municipal e momento Monitoramentos. Vejamos alguns aspectos dos seis momentos.

4.2.1 Circuito Comunicacional Secretaria de Comunicação (SECOM)

O circuito pode ser caracterizado como “circuito Prefeitura de Canoas”, aqui um sub-circuito. Ele é anterior ao dispositivo e ao circuito comunicacional SPC. Está sendo expandido e reorientado em função de demandas comunicacionais, cultura da convergência, possibilidades tecnológicas e da política de comunicação municipal. Pode ser caracterizado como um “circuito de assessoria” que produz fenômenos comunicacionais de Assessoria de Comunicação – jornalísticos e publicitários – de todas as ações da gestão municipal. Seu circuito é articulado entre webjornalismo, impressos (para os servidores e para os canoenses), mídias sociais, rádioweb e publicidade.

Em 2009, com o início da gestão 2009-2012, a Secom criou dois impressos: **Boletim dos servidores**, destinado ao público interno; **Jornal de Canoas**, destinado aos munícipes. O **Dispositivo SSPC** não tem uma editoria específica nestes veículos, mas em havendo fatos relevantes e estratégicos do ponto de vista político, esses são veiculados. O Boletim (A4, 4pp) é mensal e o **Jornal** (Tabloide, 8pp) era quinzenal até 2013, quando passou a ser semanal, com aumento da tiragem para 110 mil exemplares e entrega nas casas dos moradores. Até então era distribuído nas estações do Metrô, escolas e outros pontos fixos da prefeitura.

Em setembro de 2011, o site atualizou o *layout*, com um conjunto de ações: Criou o “setor de mídias sociais”; Gerou uma arquitetura de mídias com perfil da prefeitura no *Twitter*, *fanpage* no Facebook e uma Rádíoweb. O site é o canal de maior veiculação de notícias da Prefeitura – uma média diária de oito notícias publicadas. A partir do site é articulado o “circuito Prefeitura de Canoas”.

Todas as notícias produzidas e veiculadas pela Secom estão *online*. No uso das mídias sociais se explora a disseminação e compartilhamento das informações. Há produções específicas para as mídias sociais (fotos e vídeos). Há interações, escuta e compartilhamento de informações e serviços. Entre 2011-2012 o “setor jornalismo” tentou fazer um telejornal para web (edição semanal), mas o abandonou. Resumidamente, a Secom funciona como uma agência de notícias que informa, presta contas, publiciza a gestão e mantém diversos canais de interação. Neste trabalho os fluxos do dispositivo SSPC circulam no circuito SECOM.

Um jornalista – setorista – é responsável por acompanhar as ações no dispositivo. Pauta-se pelos valores-notícia e pela linha editorial da gestão. O *ethos* jornalístico está incorporado nas rotinas produtivas da SECOM. Há cuidados com direitos de imagem e valores na produção das narrativas jornalísticas. Os fatos noticiados na arquitetura de mídias seguem o valor notícia novidade e os materiais enviados à imprensa procuram dar conta das “novidades” do dispositivo e das suas distintas lógicas. Há temas que têm maior valor-notícia. Eles entram no site e passam a circular nas redes sociais e podem ser aproveitados nos momentos dos impressos. Potencialmente, a partir dos perfis das redes sociais podem ser compartilhados ou comentados em público. Nesta expansão do fluxo contínuo adiante, há acolhimentos, críticas, enfrentamentos e retornos.

Em relação aos impressos apresentamos três exemplos sobre a visibilidade do dispositivo SSPC no circuito Secom⁹⁴, desde o “momento **Jornal de Canoas**”. Na edição 42 – 1ª quinzena de abril de 2012 o dispositivo SSPC foi matéria de capa; duas páginas na edição 12, de Janeiro de 2011 – edição comemorativa dos dois anos de gestão, com 20 páginas. O dispositivo SSPC recebeu duas páginas; Encarte (4 páginas) sobre os dois anos do Território de Paz Guajuviras na edição 32 da segunda quinzena de outubro de 2011. A tiragem destas edições foi 110 mil exemplares.

A segurança foi manchete na edição 42, com foto trazendo as polícias (civil, brigada e guarda municipal, na SIM). O sentido verbal-textual da manchete expressava: “Segurança.

⁹⁴ Escolhemos aleatoriamente esse exemplo por uma questão de praticidade de mapeamento dos fenômenos comunicacionais e do fluxo.

Inovações, prevenção e inclusão social geram resultados positivos”. A pauta foi desdobrada nas páginas centrais – 4 e 5 – sobre cinco “elementos do dispositivo”: A inauguração de um Centro Móvel para reforçar a prevenção (um furgão com câmeras e central de registros para Congressos, shows ou operações policiais); dados sobre o projeto **Casa das Juventudes**, uma ação no **Território da Paz Guajuviras**; a implantação de uso de *tablets* para o registro eletrônico da Guarda Municipal (REG-M); Números e informações operações Balada Segura e sobre o videomonitoramento. Os textos são notas curtas, com fotografias e infográficos.

Na edição 12, Janeiro de 2011, edição aniversário dos dois anos de gestão, o dispositivo figurou nas páginas 10 e 11. Foram notas, com fotos e infográficos. Os temas visibilizados foram o **Projeto Canoas Mais Segura**, a Central Integrada de Monitoramento, as tecnologias aplicadas, GGI-M, Ações da Guarda Municipal e o Território da Paz Guajuviras, com visibilidade para seis projetos (Agência da Boa Notícia, Justiça Comunitária, Mulheres da Paz, Geração Consciente e Observatório de Segurança Pública). Em termos de linguagem visual, os elementos simbólico-representativos da edição agrupam tecnologias e ações da Guarda Municipal, basicamente. A figura 2 complementa os dados referidos.

Figura 2 – SSPC na Edição nº 12 do **Jornal de Canoas**



Fonte: *Print* do PDF do Jornal de Canoas.

O encarte sobre os dois anos do **Território de Paz Guajuviras** – edição 32, segunda quinzena de outubro de 2011 – noticiou os projetos do Território da Paz Guajuviras, apresentou alguns resultados do período e informou o endereço dos serviços⁹⁵.

Os elementos simbólico-representativos da capa poderiam ser traduzidos por “ações cidadãs e ações policiais de mãos dadas no Guajuviras”. Os elementos verbal-textuais da capa traziam quatro palavras: Segurança. Integração. Autoestima. Serviços. Todas seguidas com ações do período e seus números. Na contra-capa, o título e a linha de apoio: “Qualidade de vida Melhor”; “O Guajuviras, que era conhecido por muitos aspectos negativos, passou a receber atenção em todas as áreas, o que garante mais qualidade de vida aos moradores.” Oito notas, com fotos apontam as melhorias: na Saúde, asfalto e saneamento, tecnologias e segurança, ajardinamento, regulação fundiária, praças, praça das juventudes (anunciada para 2012 e entregue), ecoponto e iluminação.

Nas páginas centrais foram apresentados cinco projetos e seu resultado mais reconhecido no período: **Justiça Comunitária, Agência da Boa Notícia, Mulheres da Paz, Geração Consciente e Casa das Juventudes**. Para cada projeto havia um depoimento de um morador.

Figura 3 – Encarte dos dois anos do **Território de Paz Guajuviras** – edição 32



⁹⁵ Nas visitas de exploração, entre março e junho de 2012, o pesquisador percebeu que os moradores não conseguiram ver os projetos como um conjunto de ações integradas. As tecnologias aplicadas e o nome **Território da Paz** eram conhecidos e apreciados. Porém, outros projetos eram ignorados, bem como seus endereços.



Fonte: Print do PDF do **Jornal de Canoas**.

Um ponto, a exigir mais reflexão, é o compartilhamento das informações nas mídias sociais. Explorando os perfis da prefeitura – *fan page* e perfil do Twitter – é perceptível que servidores e lideranças dos processos da SSPC acionam seus perfis pessoais para compartilhar e discutir temas postados. Essa comunicação segundo as lógicas de interface não configura um momento, mas é da ordem dos fluxos. É um fenômeno intrigante, algo distinto das interações que ocorrem via perfis institucionais. Nestas interações, por exemplo, há diversos relatos de indeterminações.

Concluindo, podemos afirmar que o momento Secom trabalha com as práticas, lógicas e esquemas de codificação do ‘campo dos media’, dentro de um processo social. Uma das novidades do momento está em ter estruturado uma arquitetura de mídias por onde gera e administra seu fluxo de informações, enuncia as ações da prefeitura e estabelece espaços de contato e de interface. É algo que está na ordem da *mídia de fonte*⁹⁶ (SANT’ANNA, 2011).

⁹⁶ Francisco Sant’anna, em **Mídia das Fontes. Um novo ator no cenário jornalístico brasileiro** (2009) defende que na atual paisagem da mídia, tradicionais fontes como Senado, Câmaras, Judiciário, Prefeituras, Sindicatos, universidades... passaram a ser organizar como mídias. A mediação entre elas e a sociedade não se dá mais via imprensa.

4.2.2 Momento Observatório

O “momento observatório” apresenta “o rosto institucional do Observatório de Canos” e oferece dados sistematizados sobre projetos e ações no Dispositivo SSPC. Entendemos que é um momento ainda não assimilado no circuito comunicacional, por isso segue hospedado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.⁹⁷

Ele oferece os dados sistematizados e artigos dos pesquisadores do observatório – apresentados em diferentes coletivos de pesquisa ou eventos de socialização do tema segurança pública. Gera expressivo volume de materiais *online* – diagnósticos, ppts com séries históricas de dados, análises de dados, artigos. O momento Observatório é especializado, um importante produtor de signos sobre a SSPC e da produção de segurança. Ele suporta as políticas públicas do município e referencia o impacto das ações com dados, os dados oficiais.

No momento observatório, os diagnósticos, a sistematização de dados e suas análises incidem sobre as políticas e mapeiam lacunas do dispositivo interacional. Talvez, o ponto mais interessante não sejam os dados ou as análises críticas, mas suas perguntas que emergem dos dados. Por exemplo: Por que não diminui o número de roubo de carros? Por que o audiomonitoramento falha em meses atípicos? Por que volta e meia se retoma a disputa do modelo de segurança municipal? Como integrar dados do SUS e do INEP na geração das informações georeferenciadas? Como gerar indicadores que articulem ações policiais e as ações cidadãos? Quais questões sócio-antropológicas e ético-políticas emergem na implantação de tecnologias aplicadas nos espaços públicos? Como o marco regulatório e a política de informação do dispositivo suportam as interações tecnomediadas? Entendemos que a comunicação dos dados do momento do circuito é um espaço intrigante para reflexão comunicacional do ponto de vista dos processos interacionais de sociedade, mas que não conseguiremos enfrentar suficientemente nesta pesquisa.

4.2.3 Momento ABNG

O momento Agência da Boa Notícia Guajuviras (ABNG) visa explicitamente gerar um contra-fluxo de informações, dentro de ação ensino-aprendizagem não-formal. Funciona como um circuito dentro do dispositivo. Tem momentos específicos, com linguagens próprias,

⁹⁷ Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br>.

ofertas comunicacionais e serviços. Experiências como as exposições de fotografia, o estúdio público de gravação de músicas ou o telecentro são momentos desse circuito comunicacional? Aqui optamos por listar os momentos que geram produtos, fluxos e circulação. O momento é um sub-circuito com seis momentos, ilustrados no gráfico 9:

Gráfico 9 – Momento ABNG



Fonte: Elaborado pelo autor.

A arquitetura⁹⁸ do circuito é composta pelos momentos *blog Guajuviras*, *fanpage*, rádioWeb, estúdio de gravação de músicas, impresso (um jornal experimental) e um canal de vídeos no *YouTube*. O momento *blog* foi criado em 17 de maio de 2010 e no período de observação produziu 502 *posts*, em geral notícias sobre os eventos no Bairro. O momento Canal de vídeos foi lançado no segundo semestre de 2011, e publicou com 149 vídeos – em geral entrevistas coletivas, coberturas de entrevistas ou de eventos dos projetos do Pranasci. O momento Estúdio Público funciona junto à Casa das Juventudes e foi lançado em abril de 2011 para atender os jovens do Protejo. Pelas demandas, em fevereiro de 2012 tornou-se de uso público, com serviço de telecentro (20 computadores, impressora e instrutor). Ambos são muito usados por bandas que gravam CDs e pessoas para estruturar seus *Curriculum vitae*.

O momento impresso (jornal experimental) teve duas tiragens no período estudado, com transposição das páginas em PDF para o Facebook. Os temas versaram sobre os projetos do Pranasci no Bairro. O momento *fanpage* foi criada em 21 de novembro de 2011 e,

⁹⁸ Indicamos os links do *blog* (<http://guajuvirasterritoriodepaz.blogspot.com.br>), do canal de vídeos (<https://www.youtube.com/user/agenciadaboanoticia>) e da *fanpage* (<https://www.facebook.com/pages/Agência-da-Boa-Notícia-Gujuviras>).

basicamente agenda, faz circular e fomenta uma interação reativa. Visa a disseminação digital das produções do *blog*, das fotografias e do canal de vídeos. No conjunto, os momentos *blog*, canal de vídeos, *fanpage* e rádioweb geram um fluxo contínuo adiante – atualmente com poucas interações.

Um dado relevante das produções jornalísticas experimentais é a desconstrução das notícias produzidas pelos veículos-empresa e o esforço por desenvolver competências comunicacionais (de escrita e de “linguagens para os meios digitais”) e em direitos humanos e cidadãos. A partir da experiência de vida local, lançam seu olhar sobre o mesmo tema noticiado, o re-inscrevem e recolocam em circulação – como outra leitura de um mesmo signo. Em outras ocasiões, os materiais produzidos tomam por base os discursos e dados dos próprios projetos. Essa prática gera um registro histórico, em especial sobre as presenças das autoridades do Ministério da Justiça, da SSPC, Polícias ou responsáveis pelos projetos do Pronasci no Guajuviras. Nestas produções de signo sobre o bairro Guajuviras e sobre os projetos sociais é possível aferir alguns dos objetivos do dispositivo.

Cada momento do circuito ABNG faz circular produtos experimentais – notícias (escritas e televisivas), entrevistas (para Televisão e Rádio), fotorreportagens, documentários sobre os projetos sociais no Bairro Guajuviras. A agência funciona com um projeto pedagógico. É um processo ensino-aprendizagem e de reenquadramento das informações veiculadas nas mídias-empresa, por isso tornam cada momento do sub-circuito um fenômeno comunicacional relevante. Nas aprendizagens das práticas e lógicas do jornalismo cidadão há, por um lado, um movimento de crítica de mídia; por outro, nos produtos experimentais há um registro de informações sobre a história dos projetos. Do ponto de vista do momento do circuito SPC, o sub-circuito ABNG é um importante espaço de registro dos projetos do Pronasci e da vida do bairro⁹⁹.

4.2.5 Momento Ágora Virtual

Na **Ágora Virtual** (<http://www.agoravirtualCanoas.com.br>) o circuito comunicacional tem um momento de escuta. É um espaço onde a SSPC – na figura do

⁹⁹ O Pronasci, na execução do convênio, exige a parceria do projeto ABNG com um Programa de Pós-Graduação, com vistas à produção de conhecimento. Num primeiro momento, o PPG de Comunicação da Unisinos foi esse parceiro. Em 2012, houve sua retirada. Atualmente, o projeto está vinculado ao PPG Ciências Sociais (Unisinos).

Secretário – interage com gestores de outras Secretarias, coordenadorias e com a população. É um momento tecnomediado, chats síncronos, para o qual os participantes se cadastram previamente. Os horários e dias estão disponíveis na plataforma de *chats* e são noticiados com antecedência no circuito Secom.

No recorte temporal observado ocorreram seis *chats* da SSPC, quatro em 2011 (23/05, 18/8, 19/9 e 05/10) e dois em 2012 (28/5 e 12/12). Os números de participantes não foram expressivos: 8, 9, 1, 21, 6 e 12, respectivamente. As salas seguem abertas, podendo o munícipe ler os históricos dos *chats*. Nos diálogos síncronos foram apresentadas dúvidas sobre a política de segurança pública, a implantação e expansão das tecnologias aplicadas, sobre os territórios da paz, referidas reclamações e denúncias, questionados o custo/resultados dos investimentos em tecnologias aplicadas e elogios à política de segurança. O momento é essencialmente crítico-dialógico, com altas expectativas de retorno sobre o dispositivo e termômetro para de avaliações dos projetos.

4.2.6 Momento Teatro de Fantoques da Guarda Municipal

O momento teatro de fantoches está dentro do trabalho da Guarda Municipal junto às Escolas¹⁰⁰. Em 2009, a Guarda Municipal criou um grupo de teatro de bonecos que visita as escolas e apresenta espetáculos. Eles acontecem são nas escolas, durante o período letivo, e as peças abordam temas do cotidiano, violência urbana, respeito à diversidade e cidadania. Em 2011 ocorreram 62 apresentações. Caracterizamos essa forma de interação artística/face a face no circuito comunicacional da SPC por que nos parece que ela tem uma forte incidência sobre a presença e imagem da Guarda Municipal: relação com as crianças, suas famílias e comunidades escolares; identidade; estimulador de vínculos; mudança da imagem das polícias; obrigar à permanente capacitação.

Por fim algumas idéias sobre os fluxos que decorrem das interações dos envolvidos diretamente no circuito e seus momentos. Mapeando alguns perfis pessoais dos implicados notamos que é um espaço/momento estimulador para compartilhamento das informações de

¹⁰⁰ Foi identificado que um dos lugares mais violentos de Canoas era o espaço das escolas. O município tem 30 escolas. Ainda em 2009, o Gabinete de Gestão Integrado Municipal (GGI-M) iniciou duas frentes de atuação: GGI-M da Escola (um trabalho de elaboração de uma política com as direções das escolas municipais) e a presença da Guarda Municipal na vida escolar, com reuniões periódicas com os professores e diretores, integração junto aos alunos (palestras) e com o Teatro de Fantoques. Desse trabalho emergiu um conjunto de indicadores de violência que virou um protocolo de registros. Ao longo de 2011 foi desenvolvido um software de gestão de dados para as escolas municipais em que as escolas classificam e autopreenchem os dados. A Guarda Municipal o faz desde tablets conectados ao serviço de telefonia móvel. Por fim, a Guarda Municipal tem um trabalho específico com alunos do EJA (Escola de Jovens e Adultos) – Pactuação Segurança EJA Municipal.

cada momento e interações segundo lógicas de interface, em grande medida para fins do dispositivo: Informações, esclarecimento de dúvidas, sugestões ou elogios. Os fenômenos comunicacionais nestes fluxos migram para os perfis pessoais de atores em outros circuitos. Esta ‘externalização’ dos fluxos nos parece um fenômeno comunicacional intrigante do ponto de vista dos processos sociais em contexto de midiaticização. Uma das consequências desta “experimentação” é o estabelecimento de regras para o uso dos perfis pessoais e institucionais das mídias sociais e as “etiquetas” para os usos dos perfis pessoais.

Outro ponto são as imagens registradas na SIM e o próprio monitoramento. No atual estágio há liberação de imagens para ‘provas’ (de carro roubado, multas, assaltos...). Proliferam experiências em que as filmagens de algumas câmeras são transmitidas 24h e há encaminhamentos nesta ordem. Vemos nestes espaços momentos do circuito em gestação.

* * *

Mais do que tecnologias convertidas, o Dispositivo Interacional Secretaria de Segurança Pública de Canoas e o circuito comunicacional Segurança Pública mostram agentes sociais – sujeitos e instituições – inventando e dando direcionamentos sociais a um processo interacional de sociedade. Eles se dão em torno da produção da segurança pública numa cidade onde visam reação e prevenção da violência (física, patrimonial e urbana), pacificação de áreas violentas, segurança para pedestres, proteção do patrimônio público e privado, enfrentamento aos roubos de carros, segurança na vida escolar, entre outras.

No ambiente de referência há disputas simbólicas e a comunicação é o terreno onde essas ocorrem. Procuramos descrever e caracterizar grandes linhas que são acionadas, tensionadas, abandonadas, reelaboradas, estruturadas, ou um pouco de cada coisa. Mais do que uma dimensão sócio-técnica, trata-se de um espaço em que culturas organizacionais, poder público e cidadãos lançam usos tentativos – nos monitoramentos, nas gerações de dados, nas articulações das ações de polícia com ações cidadãs. É possível inferir que as interações são moduladas em função dos contextos dos participantes e pelas demandas dos participantes e pelas especificidades de cada “ângulo” (escolas, território da paz, gestão, monitoramento de pedestres, monitoramento de carros...). Tanto o dispositivo interacional quanto o circuito de comunicação seguem em ajuste e expansão.

A partir de demandas concretas, instituições optaram/optam sobre a conversão de ferramentas e processos a implantar, segundo limitadores econômicos, políticos e legais. Nos marcos regulatórios há aspectos contemplados e outros negados ou sub-representados. Via

ações institucionais – com ideologias, sensibilidades e insensibilidades – nasceram/“foram inventadas” instâncias (GGI-M, Observatório); escolhidos os caminhos do onde e o que comunicar ou não-comunicar (Teatro de fantoches, Observatório, Monitoramento, Ágora). Desde o dispositivo interacional – algo muito além do elemento tecnologias aplicadas – se gera um contra-fluxo de signos sobre o Território da Paz, a violência em Canoas, a cidadania e os processos participativos.

A arquitetura comunicacional do circuito (em constituição) revela uma diversidade de táticas, moduladas e moldadas aos objetivos e demandas dos ambientes de articulação (Agência da Boa Notícia Guajuviras, Ágora Virtual, teatro de fantoches, observatório...). Fatores econômicos e culturais influem no abandono das produções televisivas (na SECON) e na introdução da Ágora Virtual. No circuito comunicacional SPC há forte invenção social de momentos (especializados, dialógicos, “cidadãos”, críticos, interacional, artístico...) adaptados, também, segundo os objetivos e necessidades comunicacionais do dispositivo ou de outros processos sociais implicados.

Do ponto de vista da indeterminação, tanto o dispositivo interacional quanto os circuitos geram várias indeterminações. A introdução do monitoramento das praças e parques descortinou uma sequência duas indeterminações comunicacionais: transformações da sociabilidade e o descumprimento do marco legal; a introdução do audiomonitoramento gerou uma escuta ambiental não discutida e o contexto cultural de todos soltarem fogos no Natal e Ano Novo que sobrecarrega a classificação do sistema; está em andamento uma mudança de cultura organizacional (da hierarquia entre Polícia Civil, Brigada Militar e Guarda Municipal) entre as polícias; o uso das mídias pessoais para finalidades oficiais. Do ponto de vista ético, essas indeterminações, mais do que uma discussão sobre quais espaços são de indefinição ética ou se são indefinições éticas, levam a uma necessidade de incluir os debates ético-político e sócio-antropológico dentro do dispositivo interacional e do circuito comunicacional. Para uma ética da comunicação comunicação, no horizonte dos processos interacionais de sociedade, o direito à informação emerge como um dos grandes desafios.

CAPÍTULO 5 - VIDEOMONITORAMENTO DA BR-116

No Videomonitoramento do trecho Porto Alegre-Novo Hamburgo da BR-116, encontramos um circuito de processo interacional de sociedade, ainda difuso e em constituição. O nomeamos como Circuito Trecho PoA-NH BR-116 – em função da especificidade referente às informações do trânsito naquele trecho. Não temos ainda definido um operador do circuito e nem a natureza específica dos fluxos informacionais.

Como em outros casos, não caracterizamos o dispositivo interacional, mas precisamos pontuar algumas de suas lógicas. O videomonitoramento do trecho Porto Alegre-Novo Hamburgo (36km) da BR-116¹⁰¹ foi implantado entre 2010-2011. Olhando para trás, desde os anos 90, esse trecho da BR-116 tem recebido, ano após ano, mais carros. Com um fluxo diário superior a 140 mil veículos, as patrulhas demoravam para chegar aos locais dos acidentes, faltavam dados e sistemas para fazer as ocorrências, imprecisão quanto às condições das pistas, contingente policial insuficiente para as demandas atuais, entre outros fatores. A Polícia Rodoviária Federal-RS sentia a necessidade de agilizar e otimizar seu trabalho na BR-116, um problema que se agravava. A sociedade não via cumpridas suas expectativas em relação ao que esperava da gestão do fluxo de carros na BR-116.

Ao mesmo tempo, o poder público precisava assegurar os direitos constitucionais individuais e melhorar as condições coletivas de vida. Por isso, passou a destinar recursos públicos para melhorar a mobilidade urbana, reduzir o tempo de resposta dos eventos na BR-116 e aumentar a sensação de segurança. Uma solução foi implantar uma ferramenta capaz de gerar uma visão do trecho da BR-116, tanto na central de operações onde ocorre o suporte das ações de fiscalização, monitoramento e coleta de dados; quanto nas viaturas em trabalho no trecho.

Dentro de um projeto amplo de modernização e compartilhamento de ações na segurança pública, foi projetado um circuito de câmeras de vídeo sob o comando da PRF/RS. Ações institucionais do Ministério da Justiça e da Polícia Rodoviária Federal do RS converteram ferramentas tecnológicas (softwares, sistema de transmissão *wireless* e rádio, 24 câmeras distribuídas ao longo dos 36km da rodovia e quatro câmeras embarcadas em viaturas operacionais) em um processo de interação tecnomediada a serviço da mobilidade urbana, com perspectiva de ampliação para todas as Rodovias Federais do RS.

¹⁰¹ A BR-116 inicia em Fortaleza-CE e termina em Jaquarã-RS, uma extensão de 4.385 km.

Em termos gerais, o projeto de monitoramento visa¹⁰² instrumentalizar as ações de policiamento da BR-116; gerar a visualização instantânea das ocorrências, nas viaturas e na central de monitoramento; otimizar a gestão do fluxo de veículos na BR-116 e apresentar, em tempo real, as características de tráfego; aumentar a agilidade das tomadas de decisão da PRF/RS em situações críticas na BR-116; otimizar a eficiência da ação policial; gerar prova material ao multar os infratores; fomentar a ideia de novos usos compartilhados desta ferramenta para Pronto Atendimento Médico (Hospital Conceição e SAMU), Secretarias de Segurança Pública dos municípios do trecho, gerar material educativo¹⁰³ para um canal de comunicação da PRF; criar ações de segurança compartilhada com órgãos da administração municipal, estadual e federal; propiciar o acompanhamento de delitos que iniciem na rodovia e adentrem a área municipal.

No planejamento e desenho do aparato, o videomonitoramento é caracterizado pelo caráter preventivo, ostensivo e investigativo. Nele sua finalidade visa subsidiar as necessidades de visualização de imagens fixas ('fotos' para os casos de multas), as ocorrências policiais, as condições das pistas, os problemas de trânsito (imagens nas viaturas). Foi pensado como um circuito com 24 câmeras fixas, instaladas em postes ao longo da BR-116 e 4 embarcadas em viaturas. A conexão móvel permitiria consulta aos bancos de dados dos sistemas internos de policiamento e visualização das imagens em *duplostream* (*up load* e *download* de imagens). Esse acesso nas viaturas e no local da atuação ampliaria e favoreceria as condições de trabalho policial. Paralelamente, também, monitoraria o trabalho policial e suas ações, fator de segurança para os motoristas, autocontrole e insumo para cobrança de metas da corporação. Essas premissas tornaram o circuito uma realidade.

Como elemento de um sistema de relações mais amplo, o videomonitoramento gera fluxos de informações que circulam no circuito da PRF (<https://www.prf.gov.br/>) e da PRF/RS. Nas seções regionais nascem fluxos que se comunicam com PRF, as regionais, a imprensa local e a sociedade. Há produção e envio de releases, uso do Twitter (@PRF191RS) – para informar as condições de tráfego –, canal de rádioWeb com boletins (em muitas regionais sem uma periodicidade fixa).

Quanto ao aparato implantado, o estatuto da imagem de algumas câmeras recebeu distintas características de captação de imagem (leitura de placas de carros e diferentes

¹⁰² Para esta lista de objetivos nos apoiamos na observação da central de monitoramento, conversas com os operadores, no Projeto Monitoramento Eletrônico BR-116 no RS e em vídeos institucionais da Polícia Rodoviária-RS. Alguns destes materiais estão no CD anexado ao texto escrito.

¹⁰³ A ideia é produzir vídeos de materiais coletados nos monitoramentos/ou outros para disponibilizar na web, serem explorados pelas auto-escolas e nas escolas de ensino formal em projetos de educação para o trânsito.

especificidades para o *zoom* ótico). Todas favorecem a utilização externa, uso diurno e noturno. Monitoram o trânsito e os policiais em ação na BR-116. As imagens captadas são transmitidas em tempo real para a Central de Operações. Lá, três operadores monitoram as câmeras (24h) e filtram ‘eventos’ significativos. Os insumos¹⁰⁴ relevantes destes monitoramentos são editados, usados pela PRFRS e compartilhados com a imprensa. Qualquer imagem liberada tem excluídas placas e efeitos necessários para assegurar a privacidade dos implicados. As imagens ficam armazenadas por 30 dias ou pelo tempo que a corporação julgar estratégico. Ficam na Central de monitoramento.

Durante a fase experimental (final de agosto 2011 a final de dezembro 2011) as imagens das câmeras localizadas no município de Canoas passaram a ser replicadas na SIM Canoas, uma peça de outro processo social. Foi testado o uso compartilhado com o Hospital Cristo Redentor, mas foi abandonado por ingerência do CREMERS que proibiu tal uso alegando insuficiência de parâmetros da ética médica para o pronto atendimento.

Essas caracterizações gerais permitem compreender algumas linhas de força do dispositivo e ajudam a descrever o circuito comunicacional e suas lógicas tentativas que emergem.

5.1 Circuito Trecho BR-116

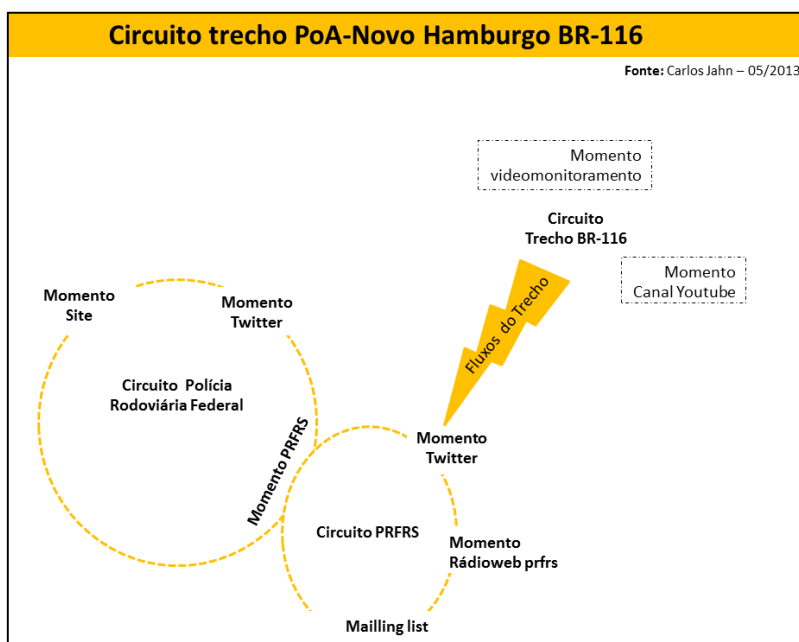
A PRFRS explora uma prática comunicacional pautada pelas lógicas da comunicação organizacional. Do ponto de vista dos circuitos, os fenômenos comunicacionais produzidos nas rodovias do RS partem da seção regional, circuito da PRF/RS. A assessoria faz a mediação com a mídia.

Quanto à implantação do videomonitoramento – com projeção de oferta de insumos que poderiam ser editados e gerar produtos para processos educativos – criou expectativas sobre a criação de uma Rádíoweb, um canal de vídeo, além do uso otimizado do Twitter da PRFRS (@prf191rs) ou um perfil específico. A invenção de tal circuito não avançou e seu projeto está parado. Alguns vídeos institucionais que referem a experiência de monitoramento de carros estão na web, mas não chegaram a ser indexados. O mesmo ocorreu com as notícias dos telejornais que noticiaram o lançamento do dispositivo. Eles Produziram reportagens que seguem *online* e igualmente não foram reagrupadas sob um guarda-chuva comum, na PRFRS.

¹⁰⁴ Consideramos insumos relevantes: infrações ou situações abusivas e que geram multas de trânsito, acidentes, operações policiais padrão que passarão a ilustrar os produtos da indústria cultural, coletas específicas com finalidade policial (multas).

O Gráfico 10 ilustra a idéia dos circuitos (PRF e PRFRS). No Trecho PoA-NH BR-116, o fluxo de comunicação está cavando um circuito, devido às demandas dos usuários do trecho da BR-116 – e das condições de mobilidade de sinal, aplicativos, criatividade comunicacional. Até o fechamento das coletas de dados (março de 2013) seu desenvolvimento não avançou. Neste sentido faltam elementos comunicacionais para referir do circuito. Há um grande fluxo sobre o Trecho PoA-NH da BR-116. O Gráfico 10 ilustra os circuitos da PRF por onde circulam fluxos informações do Caso 2.

Gráfico 10 – Sub-circuito Trecho PoA-Novo Hamburgo BR-116



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 11 ilustra a existência de um circuito da Polícia Rodoviária Federal com os momentos Site, “Twitteres” das Polícias Federais nos Estados. Cada Estado poderia ser caracterizado com um momento. Ao mesmo tempo, o Momento PRFRS pode ser caracterizado como um sub-circuito PRFRS (com os momentos Twitter, RadioWeb e *Mailling list*). No sub-circuito circulam informações do Trecho PoA-NH da BR-116.

No sub-circuito PRFRS algumas lógicas podem ser expressas. Há dois momentos mais estruturados – *e-mail* e Twitter – e vários fenômenos mais difusos, como vídeos institucionais e impressos. Uma lógica comum a todos os momentos é a narração/reconstrução das cenas dos eventos, com exposição do emblema da PRF, para distinguir o evento da PRFRS da

Polícia Civil ou Brigada Militar. Exemplifico com algumas ideias extraídas da entrevista com Alexandro Castro (2012) responsável pela comunicação da PRFRS:

Não usamos Facebook, porque seria mais uma ferramenta para dar conta. Pensamos o Facebook mais como uma ferramenta de entretenimento. No twitter o plantão coloca ocorrências informativas pontuais. Exemplo. O bloqueio dos caminhoneiros em Pelotas. Vai haver *twetts* com ocorrências pontuais. Acho que o *face* é mais entretenimento e o twitter para informar. Quem quer, acompanha nosso Twitter para saber o que está acontecendo ou para buscar informação. O e-mail é usado para divulgar informações. A gente tá com idéia, mas não está funcionando ainda, de montar uma página no *YouTube* com vídeos. É uma idéia de um colega. Produzir vídeos de ações nossas: abordagens, multas, acidentes, prisões... Ele monta o vídeo para mostrar o trabalho da PRF.

A fala de Castro indica uma centralidade do Twitter no processo. Sobre os porquês de um não maior desenvolvimento do circuito encontramos causas econômico-financeiras, falta de recursos humanos, uma não demanda explicitada dos próprios usuários do trecho, falta de parcerias estratégicas, uma sobremediatização da experiência, entre outras. Por outro lado, observando o Twitter da PRFRS, boa parte dos fatos narrados são de eventos do trecho. A entrevista, novamente, traz lógicas sendo acionadas na e pela instituição policial.

Alguns Estados a PRF não têm uma relação boa com a imprensa. Por exemplo, SP. A PRF/SP não tem a mesma relação que nós. As estradas mais importantes são as estaduais e não as federais e com isso a PRF tem uma importância secundária. Já no RJ é um caos. Por causa da Via Dutra o trabalho da PRF tem muita repercussão e contato direto com a mídia. O que eu procuro fazer aqui para facilitar nosso trabalho e veicular a Polícia, botar a PRF na Mídia. Incentivo todos os policiais coletar materiais. Digo: qualquer ocorrência, prisão ou apreensão, procurem tirar fotos com uma viatura junto, com um policial ou com o emblema da PRF. Pra gente divulgar, isso conta bastante. Fazer vídeos com o celular, de 20 segundos, 30 segundos. Isso também dá ibope, o pessoal da imprensa gosta. Procuro que o nosso pessoal envie isso por e-mail, mas tá lento ainda...

[...]

Há o interesse por flagrantes novos. Às vezes não consigo passar materiais novos captados. De tempos em tempos os veículos me procuram. Às vezes o pessoal não grava; ou não separa; ou não me informam; ou o pessoal do plantão não captou, o enquadramento da câmera estava em outra direção. Me ligam por exemplo, pedindo: Alessandro, deu um acidente na BR, na altura de Sapucaia. Os veículos pensam: A Brigada perseguiu um carro roubado. De Sapucaia entrou na BR-116, tirotearam na BR e morreu um dos assaltantes. Foi na BR. Aaaaah, tem vídeo! Todas as mídias me ligam: tem o vídeo? Eu ligo pro Plantão, mas a câmera próxima estava virada pro outro lado. A outra câmera, mais de 2 Km longe, mostra os carros, mas não dá pra ver nada do que estava acontecendo. Não dá para caracterizar o tiroteio. Acabamos tendo que dar explicações... (CASTRO, 2012).

A citação sugere, por um lado, um trabalho de assessoria da instituição policial numa lógica de meios; por outro, um processo comunicacional de Mídia de Fonte, em constituição. Há um primeiro conjunto de elementos de indeterminação comunicacional: As câmaras não captaram, mas o campo jornalístico passa a exigir imagens que o videomonitoramento não

registrou. Esse ângulo nos introduz a questão das indeterminações e ao tema das lógicas tentativas.

O item será abordado *an passant*, desde alguns aspectos da caracterização das tentativas no circuito comunicacional. Porém, não podemos deixar de citar as indeterminações ao nível do Dispositivo Interacional – como os casos dos empréstimos de raio de visão de uma câmera do Trecho PoA-NH para a vigilância, a vigilância em uma câmera na passarela em frente ao Aeroporto Salgado Filho ou o caso do compartilhamento de fluxos específicos de imagens para pronto atendimento no âmbito médico.

5.2 Lógicas Tentativas do Processo

Durante a fase experimental (final de agosto 2011 a final de dezembro 2011), as imagens das câmeras localizadas no município de Canoas passaram a ser replicadas na Sala Integrada de Monitoramento do Município, um elemento de outro complexo dispositivo interacional. No mesmo período foi testado o uso compartilhado de imagens de eventos graves com o Hospital Cristo Redentor (PoA), com sucesso nos dois casos atendidos.

O primeiro uso prosseguiu, mas o segundo foi abandonado. Notícias na imprensa de massa informavam que outros circuitos de monitoramento dos espaços públicos – da cidade do Porto Alegre e de Florianópolis – passaram a compartilhar imagens desta natureza para pronto-atendimentos tecnomediados. Porém, o CREMERS proibiu tal uso. Falta de condições para o completo cumprimento dos parâmetros da ética médica para primeiros socorros. Nos procedimentos médicos restritos ao âmbito médico o uso desta tecnomediação se dá com naturalidade.

Os fatos sugerem algumas idéias. Entendemos que no contexto da mediação, quando os usos dos fluxos de imagens se dão dentro de um mesmo dispositivo interacional ou dentro de um mesmo campo há maior probabilidade de continuidade do uso. O próprio dispositivo ou os próprios campos se ajustam e reequilibram. Porém, quando os fluxos atravessam os campos, seus saberes e suas lógicas nem sempre os absorvem e se irritam. Na capacidade de “reequilibrar ou de reinscrever” saberes e lógicas, reside em grande parte o sucesso ou o abandono de muitas experimentações sociais.

Reforçamos essa ideia com dois casos de uso de câmeras para vigilância. **Primeiro caso.** Debaxo dos viadutos da Estação Metrô Aeroporto (Porto Alegre) vivia “um mendigo” que recebia muitos auxílios de pessoas que encostavam no viaduto. Após enxergar a venda de drogas, uma câmera fez a vigilância do fato, com gravação da “rotina do mendigo”. Como a

PRF não é judiciária e não tem a incumbência sobre narcotráfico, ela fez a parte atuante – prendeu o traficante – e o levou para a Polícia Civil. Com o registro das provas – a Polícia Civil fez o encaminhamento legal.

Segundo Caso. Na favela da Pedreira, próximo à estação Metrô de Esteio, foi enxergado um ponto de venda de crack, na BR-116. Como consequência, decorreu a investigação do ato criminoso. Uma câmera teve seu campo de visão desviado da BR-116 para dentro da favela. Foi identificada a casa onde o vendedor buscava o crack e os implicados foram presos. Como o videomonitoramento do Trecho da BR-116 não tem seu marco legal regulamentado, uma delegada civil acompanhou o momento da prisão e, junto com o Ministério Público, respaldou o trabalho da PRF/RS. O evento foi divulgado na mídia como um caso bem sucedido e uma ação a ser expandida.

Outra lógica tentativa está ao nível do circuito. O setor de comunicação da PRFRS “está experimentando” sua arquitetura de comunicação. Desde finais de 2009 explora um perfil do Twitter, *mailing list*, e difusamente boletins na rádioweb. Nestes usos, gera um fluxo comunicacional – sistemático ou esporádico – entre as Polícias Rodoviárias Federais, mídias da capital e Grande Porto Alegre e sociedade. Essa arquitetura era alimentada pela Assessoria de Comunicação da PRFRS, com o aumento da audiência do perfil, o plantão na Central de Monitoramento do Trecho PoA-NH da BR-116 passou a alimentar o perfil. Com isso, todos os policiais das rodovias federais passaram a ser incentivados a captar, elaborar e enviar dados dos eventos nas rodovias federais. Isso introduziu uma preocupação informacional e de marketing/preservação de contas pública da atuação da PRF/RS. Muitos eventos passaram a ser narrados via Twitter.

Quanto aos fluxos comunicacionais disponibilizados no Twitter, eles informam as condições de tráfego – informações coletadas no monitoramento do trecho da BR-116 – e noticiam insumos da atuação da PRF em todas as rodovias federais do RS. O coordenador de comunicação (Anexo C) aponta lógicas que o setor de comunicação adota para a mediatização do videomonitoramento e para a mediatização do trabalho da PRF no Estado. Para além de uma tática do processo social, se percebe a crescente incorporação das lógicas e práticas de mídia na cobertura do próprio trabalho e as afetações da mediatização dos processos sociais. A midiatização das instituições policiais as leva a se comunicar com a sociedade e como sociedade. Mesmo assim, trabalha para aparecer na imprensa, tem uma atuação estratégica junto aos jornalistas.

Paralelamente, a própria imprensa cria um setor segmentado, com pautas sobre temáticas coletivas¹⁰⁵, porque um novo conjunto de informações passa a ser ofertado e é um setor com um déficit histórico e um problema crescente. O tema da mobilidade urbana está entre as grandes preocupações das metrópoles e centros urbanos. Sob esse ponto de vista, a RBS criou em 2011 o repórter de trânsito. Mauro Saraiva tem à disposição um helicóptero e uma arquitetura de mídias. Tem entrada, ao vivo, em vários programas de diferentes plataformas. Praticamente todas as informações sobre as fases de implantação do videomonitoramento foram dadas com antecedência por esse repórter. Sobre esse dado, Castro (2012), esclarece:

O Mauro acaba pautando todo mundo. Por quê? Um problema, a Rádio Gaúcha é a única mídia com um repórter de trânsito. Às vezes quando estou numa correria, ligo pro Mauro e passo uma informação pra ele. Em vez de eu ficar ligando para cada grupo ou veículos, passo a informação pra ele. Os outros vão me ligar em seguida porque têm gente escutando ele. É mais fácil eu passar para ele e depois explicar para os outros. Por exemplo: na Rádio Guaíba, para quem eu passo essa informação? Não tem um repórter de trânsito que vai dar uma informação rápida. Se é uma coisa mais produzida, beleza; tem quem faça. Mas informação de trânsito, a BAND não tem, a Guaíba não tem, nenhuma rádio tem repórter de trânsito. Há pouco a Radio ABC estruturou uma equipe para trânsito, para as tardes e tenho entregue material direto para eles, especialmente sobre a BR. Mas repórter que dissemine rapidamente uma informação, só o Mauro. Por isso, o priorizo pela capacidade de disseminação da informação.

Pela entrevista com o coordenador de comunicação, fica claro que ainda persiste uma tensão na mediatização do processo social. Há lógicas que passam pela mediação da imprensa e outras que sugerem que a comunicação se faz no próprio processo social. Do ponto de vista da comunicação da PRF/RS com a sociedade estão em estudo: a liberação ou não das imagens de uma câmera para as televisões abertas; a própria PRF trabalhar com a possibilidade de liberar um canal no YouTube com vídeos produzidos sobre eventos – uma finalidade educativa; um trabalho de comunicação das ações da PRF/RS – todos os policiais captarem insumos desde as ações policiais.

Por fim, percebemos algo que nomeamos por *permanente tensionamento*. Entre o videomontagem e o jornalismo, aquele quer explorar para mostrar eventos (acidentes, infrações ou desvio de função do monitoramento) de forma “jornalística” e a PRF/RS que usa o aparato no dispositivo interacional. Esse cobra o abrir a replicação de imagens do circuito para a sociedade – com o que isso implicaria em termos de construção coletiva de

¹⁰⁵ Em geral as pautas da imprensa enquadram as notícias a partir de um indivíduo. Dali procuram relacioná-lo com o coletivo. Porém, em temas como mobilidade urbana, saúde, educação, segurança pública as condições coletivas de vida – cada vez mais em piores condições – passam a ser o enquadramento inicial.

regulamentação – ou seguir com os usos para fins públicos como mobilidade, saúde, bombeiros, vigilância. As cobranças das “falhas e indeterminações” do aparato, indicam, em última instância, o querer essa abertura de imagens.

* * *

O Caso 2, embora sem caracterizar o dispositivo e haver poucos momentos do circuito comunicacional constituídos, traz pistas intrigantes sobre os processos tentativos e sobre gêneses de fenômenos comunicacionais. Do ponto de vista comunicacional, percebemos que os fluxos do videomonitoramento circulam nas instituições policiais, no campo jornalístico e no campo médico. Afetam-nos de diferentes formas, com maior ou menor irritação. Os próprios âmbitos envolvidos – talvez não os campos no seu conjunto – mostram maior e menor capacidade de aderência e adaptação. No jornalismo se percebe uma absorção e resposta. No âmbito médico, uma recusa e abandono da experiência. Nas instituições policiais – embora com altas indeterminações – experiências exitosas que se encaminham para uma regulação.

CAPÍTULO 6 – CIRCUITO ROSANE DE OLIVEIRA

Antes de apresentar o **Circuito Rosane de Oliveira** nos remetemos, sucintamente, a lançar um olhar macro sobre os circuitos comunicacionais do Grupo RBS, contexto amplo no qual estão estruturados os circuitos dos veículos do grupo – **Jornal Zero Hora** (impresso e *online*), Rádio Gaúcha (analógico e digital) e TVCOM e os sub-circuitos dos programas de cada veículo. Do ponto de vista da midiática, os meios passam a viver um processo de adequação à ambiência midiática.

Tomamos por fonte as informações que o grupo torna públicas no site institucional (<http://www.gruporbs.com.br/>) e nos próprios veículos de comunicação¹⁰⁶ – sobre sua estrutura, organização e ofertas comunicacionais e nos apoiamos na entrevista com Rosane de Oliveira e conversas com os responsáveis pela implantação do setor de mídias sociais do grupo RBS. São dados que, por um lado, apontam para transformações no campo jornalístico, especialmente do ponto de vista da reestruturação da matriz produtiva e a emergência de uma nova arquitetura de mídias – um ecossistema para circulação de informações – e das condições político-econômicas da indústria comunicativa; por outro, apontam para um redesenho dos processos produtivos das notícias, a centralidade da circulação e da interação com os consumidores de informação na cena produtiva. Os dois movimentos revelam-se processos tentativos, com abandonos de iniciativas, reelaboração de outras, mas com grande expansão.

Não caracterizamos o *dispositivo interacional* do grupo RBS ou dos veículos em questão. Nem enfrentamos o tema do *colunismo*¹⁰⁷. Porém, a caracterização dos circuitos comunicacionais do grupo RBS sugere alguns aspectos do “sistema de relações” e da sua “matriz cultural” – enquanto ambiente de experiências – no tocante à “dimensão comunicacional”. Entendemos que as lógicas dos “dispositivos interacionais” reverberam sobre o circuito comunicacional aqui estudado. A partir dos dispositivos interacionais das plataformas – nos diferentes circuitos de impressos, rádio,

¹⁰⁶ Aqui acompanhamos informações publicadas nos editoriais e nas cartas ao leitor, em geral nos domingos, em que editores tornavam públicas as transformações no jornalismo e nas redações e nos sites do Grupo e dos seus veículos. Além disso, neste período iniciaram processos de autoreferenciamento e agendamento dos veículos. Citamos como exemplos: chamadas nos intervalos da programação televisiva, uso das mídias sociais para agendar programas e temas das rádios, tvs e jornais.

¹⁰⁷ Assumimos que o dispositivo interacional Coluna [Dispositivo Rosane de Oliveira] – Coluna **Página 10** – funciona dentro do dispositivo interacional **Zero Hora**, que por sua vez, funciona dentro do dispositivo interacional Grupo RBS, e assim por diante.

televisão e web – nascem e são articulados¹⁰⁸ circuitos como o da colunista. São novas realidades que remodelam as práticas produtivas, a distribuição, os contatos, a circulação dos fluxos das informações jornalísticas e as interações (no imediato e *aposteriori*). Numa síntese, nos atrevemos a pensar que se trata da adequação do grupo de mídia e dos seus processos ao contexto da midiatização.

Do ponto de vista da noção *dispositivo interacional*, entendemos que há encaixes. O “dispositivo interacional **Zero Hora**”¹⁰⁹ se encaixa no “dispositivo interacional Grupo RBS”, que se encaixam no “Dispositivo Interacional Rede Globo” que se encaixa no “dispositivo interacional jornalismo”... Desde esse ponto de vista, os dispositivos interacionais mostram-se como “ambientes de experiência” suportados por uma matriz cultural a partir de um sistema de relações – organizados segundo os lugares, tempos, grupos de pessoas envolvidas, condições técnico-econômicas, relações de poder, marcos legais, entre outros fatores.

Voltando aos *circuitos comunicacionais*, percebemos que há processos interacionais e lógicas entre circuitos, sub-circuitos ou mesmo entre *momentos de circuitos*: internamente (entre veículos, entre programas e a partir de iniciativas jornalísticas específicas) e externamente (com outros grupos de mídia ou com momentos de circuitos de processos sociais). Os circuitos e sub-circuitos além de estarem a serviço dos processos comunicacionais, desempenham distintos papéis: articulação das dinâmicas empresariais do Grupo RBS, para fins de circulação das informações dos veículos (ou dos programas ou de uma coluna), para fins de autoreferencialidades dos veículos, dos programas; pautar as audiências e os jornalistas do grupo (num movimento reverso); fomentar interações – reativas e mútuas¹¹⁰ – entre as audiências.

Desde as diferentes plataformas – impressos, rádio, televisão ou web – cada veículo tem seu circuito e os programas seus sub-circuitos, ambos com “momentos” e fenômenos comunicacionais específicos. Desde esse prisma, as próprias editorias ou programas

¹⁰⁸ Aqui temos presente a idéia apresentada por Fausto Neto para quem “demandas e lógicas institucionais convertem tecnologias em arquiteturas de mídia”. Além da conversão da tecnologia, entendemos, também, que as lógicas empresariais convertem processos, como por exemplo, os circuitos e sub-circuitos. A estruturação dos fluxos de atualização das publicações e políticas das mediações para as interações são dois pontos que envolvem ‘conversão’.

¹⁰⁹ Citamos o dispositivo interacional **Zero Hora** como exemplo, mas poderia ser o dispositivo interacional tvcom ou o dispositivo interacional Rádio Gaúcha. Escrevendo isso, assumimos que nem todos os processos comunicacionais – ou mesmo circuitos - conformam um dispositivo interacional ou correspondem a um.

¹¹⁰ Alex Primo interação mútua de interação reativa (2005). Nas interações mútuas os interagentes se reúnem em torno de problematizações contínuas, tendo soluções inventadas momentaneamente, podendo participar de futuras problematizações. É um tipo de relação que se constrói em conjunto com os participantes. A interação mútua tem como característica a atualização, de acordo com as interações propostas pelos participantes. Já as reações reativas dependem da previsibilidade e da automatização das trocas. Caracterizam-se pelo sistema estímulo-resposta.

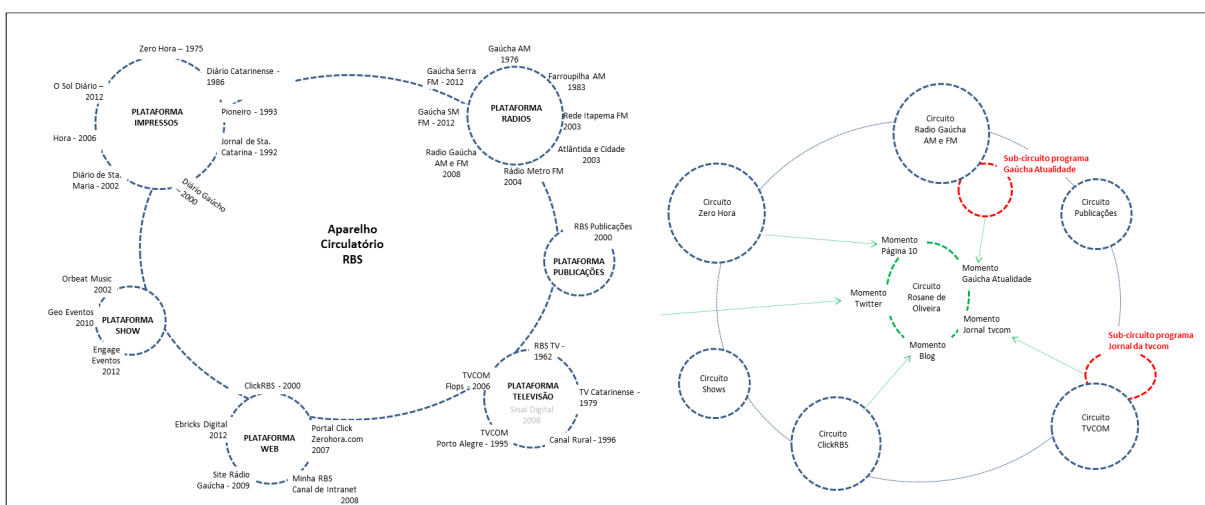
organizam, também, circuitos outros. No recorte temporal estudado, uma estratégia do grupo RBS – para melhor gerenciar esse novo cenário – foi a invenção de muitos circuitos outros. Um desses tipos de circuitos é o circuito interplataforma, que entrelaça suportes, veículos e programas. Via de regra, esse tipo de circuito articula momentos de circuitos dos veículos e, atualmente, são protagonizados por colunistas ou apresentadores mais expressivos do grupo.

Sob esse tipo de desenho a perspectiva dos fluxos se torna intrigante. Um fluxo pode entrar localmente num circuito, sub-circuito ou momento e sair. Em outros casos, pode passar a circular no “aparelho circulatório RBS”, reverberando.

6.1 Circuitos, Sub-Circuitos e Circuitos Interplataforma

Entendemos que dentro do Grupo RBS emerge expressivo conjunto de circuitos (de veículos por plataformas), sub-circuitos (de programas e/ou editorias) e circuitos interplataformas, em geral um momento do circuito dos veículos. A título de exemplo apresentamos o Gráfico 11 onde tentamos fazer uma visualização gráfica de como percebemos os circuitos que vinculam veículos, programas e um movimento de articulação inter-plataformas. Representamos a ideia em duas versões: a quantidade de circuitos por plataformas (desenho à esquerda) e circuito interplataformas (desenho à direita). Junto ao nome dos veículos, informamos suas datas de criação, dando uma idéia da expansão da empresa de comunicação nos últimos dez anos.

Gráfico 11 – Aparato circulatório RBS



Fonte: Elaborado pelo autor.

O desenho da esquerda visualiza as seis plataformas – impressos, rádios, publicações, televisão, web e shows – seus veículos e anos de criação, além de dar uma compreensão sobre o tema dos circuitos comunicacionais num grupo de mídia. Atualmente, cada veículo tem seu circuito e praticamente todos os programas tem um sub-circuitos (também caracterizável como momento do circuito programa). Sob essa perspectiva, entendemos que vem emergindo um tipo de circuitos interplataformas, onde circuitos e sub-circuitos são articulados. Esta ideia será explorada mais adiante quando apresentaremos o **Circuito Rosane de Oliveira**. No momento, voltemos ao gráfico das plataformas e veículos.

Na plataforma impressos indicamos os oito jornais impressos – todos nas versões impresso e *online*. Cada jornal tem seu circuito, com sub-circuitos para as editorias, cadernos e colunistas; na plataforma rádio visualizamos as oito emissoras de rádio (AM, FM e Rádíoweb). Todas têm seus circuitos e via de regra sub-circuitos dos programas de cada emissora; na plataforma televisão, há o circuito da RBS TV – duas cabeças de rede (RS e SC) e 18 emissoras afiliadas. Não mapeamos se possuem ou não circuitos e sub-circuitos. Há dois circuitos de emissoras de televisão locais (TVCOM e o circuito do Canal Rural); o circuito da editora RBS; o circuito da empresa digital, com sub-circuitos para produtos mais pontuais; o circuito do selo de música; e o circuito da empresa de eventos, com sub-circuitos para cada evento.

Acreditamos que essa ilustração gráfica fornece uma idéia do potencial empírico e das novas problemáticas empíricas e teóricas desta emergência comunicacional. Desde uma perspectiva sistêmica, as discussões sobre os meios – em geral teorizando sobre meios isolados – encontram-se diante do desafio de descrever e compreender os processos comunicacionais ali implicados e o que representa essa proliferação de articulação de meios, processos intermeios e multimeios. Do ponto de vista “do aparelho circulatório”, ele fomenta uma potencialização dos processos interacionais e é índice de profundas mudanças nas lógicas da produção, consumo e circulação da informação.

Por exemplo, diferentemente de um trabalho de produção voltado para o dia seguinte, cada veículo ou programa/editoria passa a gerar contínuos fluxos de informações – que são fatiados, reempacotados e atualizados segundo lógicas específicas e seguem num fluxo contínuo adiante dentro do sistema mediático e fora – nos quais, além da multiplicação da informação, referem os programas, veículos e o grupos de mídia. Essa curadoria agenda a audiência, e seus produtos são espaço de troca de informações; são estratégia mobilizadora para trazer o consumidor à cena produtiva, administrando-o segundo lógicas definidas pelas

empresas e/ou segundo cada veículo. Esse novo desenho empírico traz o desafio teórico do repensar a produção-consumo-circulação da informação e da comunicação e suas implicações sobre as formas de ser, conhecer, produzir e comunicar. É um processo de interação em rede.

Por fim, algumas ideias sobre as tentativas, em especial na arquitetura de comunicação. Entre 2000 e 2012 houve duas atualizações nas plataformas digitais (ClickRBS [2000; 2007] e a digitalização dos sinais de rádio e televisão [2012]). Essa migração do analógico ao digital potencializou as ofertas, mas, também, obrigou a adaptar e otimizar processos internos e no modelo de negócio. Foi desenvolvida uma intranet [2008] e uma empresa digital independente – e.Bricks Digital [2012] – que atua com mídia digital e tecnologia, *e-commerce* segmentado e mídias móveis. Foi criado um nicho ligado ao entretenimento [um selo fonográfico [2002] e uma produtora de shows que de Geo Eventos [2010], que mudou de nome em 2012, Engage Eventos [2013] e um setor para publicações impressas [2000]).

Por não ser o foco da tese, não nos aprofundamos nos pontos aqui levantados. Fizemos um breve mapeamento e descrição sistêmica de algumas relações topográficas de processos comunicacionais do grupo RBS. As ideias apresentadas nos parecem um indício de uma moldura geral do que ocorre no tema dos processos interacionais e dos direcionamentos sociais que diretores, editores, jornalistas e especialistas de diferentes áreas estão tentando. É um conjunto que permite inferir que há muitos tipos de experimentalismos em andamento – nas práticas e linguagens, reelaboração dos ordenamentos éticos, implicações político-regulatórias.

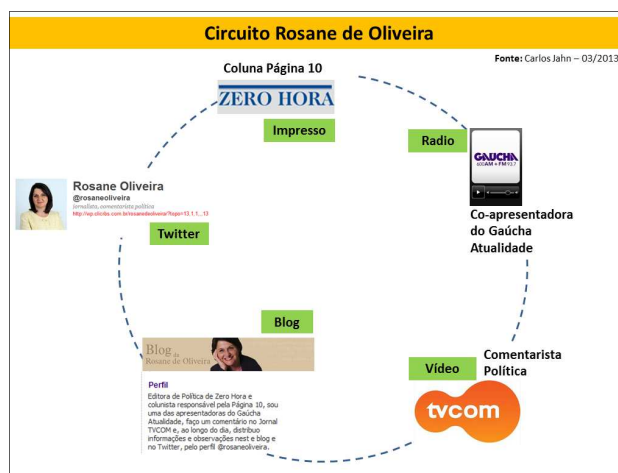
6.2 Circuito Rosane de Oliveira

Para a nossa pesquisa delimitamos um olhar específico sobre o **Circuito Rosane de Oliveira**, um circuito interplataformas que (re)articula momentos de circuitos de veículos e sub-circuitos de programas. Tomamos emprestado o nome da jornalista para nomear o circuito. Rosane de Oliveira é a operadora do circuito. Identificamos cinco momentos mais presentes que passaremos a comentar. São eles: “momento **Página 10**”, “momento Gaúcha Atualidade”, “momento TVCom”, “momento Twitter” e “momento Blog”¹¹¹. No Gráfico 12

¹¹¹ A grafia dos nomes dos “momentos” varia mas a idéia de fundo são os aqui referidos. Por exemplo: “momento tvcom” equivale ao momento em que a jornalista apresenta um comentário político no telejornal Jornal TVCom; “momento Gaúcha Atualidade” equivale à co-apresentação do programa radiofônico Gaúcha Atualidade, e assim por diante.

caracterizamos os cinco momentos do circuito e reproduzimos parte do Gráfico 12, para sinalizar a articulação de cada momento com os circuitos ou sub-circuitos do “aparelho circulatório RBS”.

Gráficos 12– Circuito Rosane de Oliveira



Fonte: Elaborado pelo autor.

O **Circuito Rosane de Oliveira** articula dois circuitos de veículos (**Zero Hora**, e **ClickRBS**) e dois sub-circuitos (do programa **Gaúcha Atualidade** e do **Jornal TVCom**) administrados¹¹² segundo as lógicas do “aparelho circulatório RBS”. Um “momento externo” – o perfil no Twitter. Como conjunto, o circuito oferece informações e comentários de gestões políticas, temas de campanhas políticas e de causas que a operadora do circuito ou o grupo RBS estão implicados. Há três momentos de fala de especialista de política (**Página 10**, **Gaúcha Atualidade** e **Comentário tvcom**); um mais focado em agendamento da audiência e de narrativa de fatos imediatos e de busca de contato com as comunicações das fontes (Twitter); um espaço para interações reativas (*blog*). A jornalista ocupa diferentes lugares de fala, leva sua coluna entre os veículos e gera fluxos informativo/opinativo ao circular – um trajeto diário – nos momentos dos circuitos. A colunista faz circular sua produção e se relaciona.

Sua produção se pauta pelo **Guia de Ética e Autoregulação Jornalística** da empresa (http://www.gruporbs.com.br/quem_somos/index.php?pagina=guiaEtica), ao

¹¹² Pelo termo *administrados* entendemos os aspectos dos arranjos técnico-produtivo-ético das práticas jornalísticas. São momentos em que, em tese, há um comprometimento com parâmetros que o Grupo subscreve e torna público na linha editorial, no **Guia de ética e autoregulação jornalística** e no **Guia de conduta da empresa**.

explicitar os *Termos e condições do Blog* (<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/termo.htm>)¹¹³. Grosso modo, seu circuito está pautado pelo modelo de negócio em que os espaços pagos recebem os conteúdos inéditos. Isto é, os furos e as preocupações com as informações mais elaboradas estão planejadas para atender aos assinantes.

Os momentos **Página 10**, **Gaúcha Atualidade** e **Comentário tvcom** foram criados nos começos dos anos 2000. O momento *blog*, em 2007; e o momento Twitter, em 2011. A colunista ajuda a compreender algumas especificidades desses “momentos” do circuito.

Minha prioridade número um é Página 10. Dela sou a titular; tudo o que publico ali sou absolutamente responsável; eu não tenho nem com quem dividir isso. O Juliano [estagiário] me ajuda, mas não com a responsabilidade; boto minha assinatura ali; Minha segunda prioridade é o Atualidade, mas aí já divido com outros dois. Aí tenho 1/3 da responsabilidade. Se eu faltar ao Atualidade não dá nada, pois a Carolina Bahia e o Daniel Scola tocam o programa. Quando eu tiro férias, não sou substituída. Já na coluna, sou substituída, pois não dá para deixar a edição sem a página. Isso mostra que há uma escala de prioridades. ZH é a prioridade e o Atualidade é o segundo. Depois vem a tvcom, onde eu tinha uma participação diária até inícios de 2013. Minha chefe achou que eu trabalhava demais, e cortou essa participação. Combinamos o seguinte: quando tem um assunto muito importante eu entro. Por exemplo, quando saem pesquisas, eu vou. Nas eleições eu sou ultra-presente. No dia da eleição a tvcom vira minha prioridade. (OLIVEIRA, 2013).

A citação da colunista explicita práticas e lógicas que perpassam o circuito. Na articulação dos momentos se tornam visíveis narrativas *cross mídia e transmídia*, um ser remetido de um momento ao outro, com diferentes “empacotamentos de informações”: a coluna impressa que remete ao Twitter; que remete ao *blog*; que remete ao Facebook; que remete ao Twitter.

Um ponto intrigante é que os “momentos das mídias sociais” exploram o nome da colunista, uma personalização do momento (e dos conteúdos): *blog* da Rosane (<http://wp.clicrbs.com.br/rosanedeoliveira>), Twitter da Rosane (<https://twitter.com/rosaneoliveira>), perfil do Facebook da Rosane (<https://www.facebook.com/rosanejornalista>). Sobre esse ponto a entrevistada afirma:

Em 2011 chegamos à conclusão no grupo RBS que as mídias sociais comportam a personalização. Antes, lá em 2007, quando iniciamos o investimento em online, eu estava entre os quatro blogs da RBS – Santana, Vianey, David Coimbra e Rosane de Oliveira. Então iniciamos colocando as mídias sociais nos nomes das pessoas. O blog, o face e o twitter – como estavam vagos os nomes, acabaram no meu nome. Na criação do perfil do twitter discutimos se iria meu nome. Pessoalmente acho

¹¹³ A jornalista participou da revisão do **Guia de Ética**. Ele foi, oficialmente, lançado em outubro de 2011 e anunciado como uma tentativa de ordenar a produção jornalística intermediária e nas produções das mídias sociais. O foco do Guia é a linha editorial, a explicitação dos valores éticos da produção jornalística e das opiniões, especificidades da comunicação digital e questões de autoregulação jornalística. Houve elaboração de regras para a relação jornalismo e política (relação com partidos e campanhas políticas).

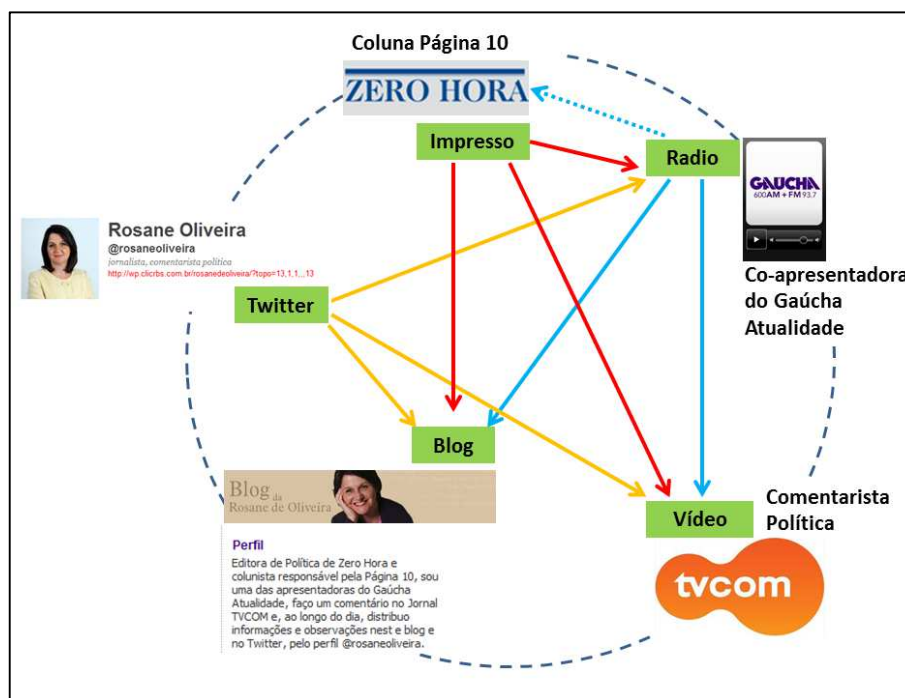
horrível, mas como é algo pessoal acabei concordando. Acho um absurdo alguém administrar uma conta de outra pessoa. Muitos políticos terceirizam e você não sabe quem está alimentando aquele perfil. Quem tu estás lendo? Meu blog, quando alguém posta, entre parêntesis vem o nome de quem alimentou. (OLIVEIRA, 2013)

Ainda quanto à nomeação e especificidades dos cinco momentos, sistematizamos algumas ideias. A natureza da produção jornalística do circuito é o jornalismo político – uma cobertura com explícita ênfase no valor-notícia local – há uma preferência pela política partidária de Porto Alegre e Região Metropolitana de Porto Alegre, Assembleia Legislativa do RS, Governo do Estado, e em menor escala Presidência da República, Senado e Câmara dos Deputados (em períodos de campanha eleitoral). Eventualmente, outros temas de macro política (economia, segurança pública, educação, saúde) são noticiados.

Fluxos de notícias, notas e opiniões produzidas pela jornalista para a Coluna **Página 10** circulam ou reverberam no “aparelho circulatório RBS”, redirecionando audiências ao **Circuito da Rosane de Oliveira**. Em cada momento há entregas e se desencadeiam interações – administradas pela jornalista nos momentos do circuito, mas que também passam por compartilhamentos em circuitos externos ao Grupo RBS. Sob esse ponto de vista, há sinais de uma autonomização dos fluxos. Não tanto da inscrição dos receptores nos processos produtivos nos momentos do circuito Rosane de Oliveira – uma vez que seus comentários e interações são administrados – mas nas reverberações dos fluxos que passam a circular entre os diferentes processos e circuitos de sujeitos, instituições políticas e processos sociais. Por um trabalho estratégico destes agentes, o circuito é acionado fora do **Circuito Rosane de Oliveira**. Esse indicio nos leva a perguntar se não há um “fluxo Rosane de Oliveira” circulando.

Em relação a especificidades de articulação da arquitetura – entre momentos – e suas ofertas comunicacionais apresentamos o Gráfico13. Ele ajuda a caracterizar e descrever como cada momento aciona o outro ou como cada momento reverbera sobre o circuito. Via de regra, há uma sequência da informação: do impresso, ao rádio e à televisão. O Twitter agenda e reconecta as audiências. O *blog* é o espaço da interação reativa, espaço onde é reproduzida a nota de abertura do “momento **Página 10**”, pedaços de áudios de entrevistas relevantes do “momento Gaúcha Atualidade”, algum vídeo expressivo e respostas ou ampliações de temas noticiados nas notas do “momento **Página 10**”. As cores das setas indicam os acionamentos e transformações mais frequentes. Identificamos um fluxo de informações que inicia às 7h30 e termina 22h30.

Gráfico 13 – Acionamentos e reverberações



Fonte: Elaborado pelo autor.

6.2.1 Momento Página 10

Na cor vermelha representamos o processo de distribuição de informações do “momento **Página 10**”. Elas foram apuradas para o “momento **Página 10**”. De lá passam a ser reproduzidas e ampliadas no programa de rádio, postagem no *blog* e comentário no Jornal tvcom. Em geral, a nota de abertura da coluna é reproduzida no *blog*. Duas curiosidades aparecem: a) tanto o “momento Gaúcha Atualidade” quanto o “momento *Blog*” tensionam as informações veiculadas no jornal impresso. Não raro, há reelaboração, com ampliação de outros ângulos. b) A coluna impressa segue sendo o carro-chefe do circuito. No período analisado ela forneceu duas notas de abertura para o *blog* e foi expandida nos comentários do Gaúcha Atualidade. Em todas as participações e gerou informações para o comentário da tvcom. Nos três momentos a colunista fez uma comunicação especializada. No programa de Gaúcha Atualidade há interações com os apresentadores André Machado¹¹⁴ e Carolina Bahia (correspondente em Brasília e colunista na **Zero Hora**), entrevistados e ouvintes.

¹¹⁴ Em meados de 2013 o apresentador deixou o programa para concorrer no pleito político de 2014.


6.2.3 Momento Gaúcha Atualidade


As setas da cor ciano mostram as afetações e reverberações do “momento Gaúcha Atualidade”. O programa jornalístico tem produção e pautas próprias – agenda da imprensa local – via de regra, Rosane reverbera notícias do momento Coluna **Página 10**. O programa é ao vivo (no rádio e na web), no estúdio (8h10-9h30). A edição fica disponível no site da emissora (<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/>). Para o **Circuito Rosane de Oliveira**, esse momento gera elementos de contra-fluxo sobre as informações publicadas no “momento **Página 10**”. Ao mesmo tempo, ele fornece algum insumos – partes de entrevistas que são “re-empacotadas” e postadas no “momento *Blog*” e elementos para os comentários do “momento Jornal tvcom”. Para o circuito, as marcas do “momento Gaúcha Atualidade” aparecem explicitamente e configuram uma autoreferência dos veículos do Grupo RBS e do próprio *circuito Rosane de Oliveira*. Do ponto de vista da ética jornalística, essa autoreferencialidade e o mimetismo midiáticos são intrigantes.


6.2.3 Momento Twitter


O “momento Twitter”, nas setas de cor mostarda, além da narração de fatos e entrevistas, emerge como espaço de agendamento da audiência do circuito. Os dois anos de observação nos levam a identificar diferentes procedimentos, com épocas de maior protagonismo para fins de autoreferencialidades – do circuito e das mídias do grupo RBS – e outros para informar temas diversos. Períodos eleitorais, de crise política, de vir à tona de crises, sinalizam que o Twitter divide o protagonismo com as mídias tradicionais. Contudo, a falta de um modelo de negócio, as culturas organizacional e a dos usuários ainda afeta esse momento Twitter. O impresso – e o *online* assinado – seguem recebendo maior investimento da produção jornalística. Lógica parecida ocorre em relação ao *blog*. Depois de distribuído aos assinantes e estar nas bancas, parte do conteúdo jornalístico é postado.


Especificamente quanto ao Twitter, no período observado, o momento foi explorado para remissões de outros momentos do circuito (programa Gaúcha Atualidade e comentário na tvcom). Seguem exemplos:


 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 21 fev 12
No #Atualidade, estamos tratando da Campanha da Fraternidade com padre Luis Carlos Dias. Tema deste ano é saúde pública.
Expandir


 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 23 fev 12
No #Atualidade, Osmar Terra e Sebastião Melo explicitam divergências em relação ao futuro do PMDB na Capital.
Expandir


 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 27 fev 12
Bom dia. Hoje no #Atualidade vamos ouvir o governador Tarso Genro. Temos muito o que falar com ele.
Expandir


 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 29 fev 12
Daqui a pouco no Jornal do Almoço vou falar de Copa com @TulioMilman e @crisranzolin, mais @Carolina_Bahia, de Brasília.
Expandir

 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 1 mar 12
Já no estúdio do Atualidade o presidente do Banrisul, Túlio Zamin, para falar das negociações com a Andrade Gutierrez.
Expandir

 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 1 mar 12
Tarso dá 15 dias para inter e AG resolverem impasse nas obras do Beira Rio. Leia em zerohora.com/blogdarosane.
Expandir

 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 2 mar 12
No #Atualidade estamos tratando das estatísticas sobre acidentes de trânsito com o presidente do Detran, Alessandro Barcellos.
Expandir

 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 6 mar 12
Na verdade, Paulo Pimenta será relator da Comissão Mista de Orçamento. Responsabilidade gigantesca.
Expandir

 **Rosane Oliveira** @rosaneoliveira 7 mar 12
Cometi um equívoco aqui ontem: o deputado Paulo Pimenta será presidente da Comissão de Orçamento e não relator, como escrevi.
Expandir

Além das remissões e autoreferencialidade, o momento foi explorado para correções das informações e interações com leitores. Pela entrevista e pela observação da coluna impressa podemos afirmar que o momento também é usado para acompanhar os políticos (em

seus perfis do Twitter). Das ações comunicacionais do momento Twitter emergiram duas dúvidas: A exploração da autoreferencialidade é uma tendência para os usos do Twitter ou é um uso específico da operadora, num uso experimental e num contexto de modelo de negócio? Em se tornando um uso mais arraigado, quais transformações pode acarretar ao jornalismo político, visto que a apuração fica registrada em público e ocorre à medida que o fato transcorre e as ações políticas não seguem as lógicas da informação?

A entrevista esclarece alguns pontos e aqui trazemos uma idéia que, em grande parte, é um uso corrente no circuito. Rosane argumenta:

Em relação ao Twitter, eu gosto muito dele. Acho que é a forma mais rápida de dar o recado. Aconteceu e tô aqui. Quando tem uma sessão importante eu twitto ao vivo, *online*. Transmito debate de candidatos, que é uma coisa completamente insana. Mas dá bastante repercussão e é difícil tu resumires as coisas em 140 toques. E fazer isso com a coisa acontecendo é mais complicado ainda. Mas eu gosto de dar a informação ou a opinião pelo Twitter porque é instantâneo. [OLIVEIRA, 2013]

Outro ponto observado – e que segue sob “novas convenções” – é o furo jornalístico. Onde dá-lo? Quando? Quais os critérios estão sendo elaborados? O que mudou? A cultura da organização e os modelos de negócio afetam essa prática? Os argumentos da jornalista ajudam a pensar essas questões:

O furo a gente analisa criteriosamente segundo uma avaliação. Primeiro, qual é a extensão do furo? Furinho, furão, furação... Vale a pena segurar pro Jornal? Seremos os únicos a dar essa informação? As vezes ainda seguro pro impresso. Mas isso é cada vez mais raro e precisamos dar logo a informação. Damos, então no twitter, no blog ou na capa da zerohora.com. Aliás, uso muito o twitter para chamar outras coisas, para vender. Não tenho muitos seguidores, mas é um número não desprezível. Então se tenho alguma coisa nova publico no blog ou na zerohora.com e uso o twitter para chamar. As vezes é tão urgente que dou a informação no próprio twitter. Em relação à radio, não interajo muito durante o dia. O trabalho está focado no Atualidade mesmo. O que faço é compartilhar alguma pauta com o pessoal do jornalismo que bota suas equipes para apurar. Eventualmente, se tem algum tema importante o pessoal me chama para entrar no ar ou para ampliar alguma informação que dei na coluna. Avaliamos cada caso, isso vale pra mim como para os demais veículos. Desde que começamos a cobrar o online, mudou bastante essa lógica do furo. À noite muita coisa vem sendo publicada, mas há ainda essa avaliação sobre o que é guardado para o impresso e o que é publicado no online. (OLIVEIRA, 2013).

Para além das especificidades comunicacionais dos processos de empresa, do ponto de vista da indeterminação e dos fluxos contínuos adiante o momento é intrigante. Mais adiante, comentaremos um caso de indeterminação que se desencadeou desde o Twitter. Fora do caso aqui estudado, várias são as notícias de jornalistas demitidos por causa de maus usos do Twitter. O fato de que muitas de suas operações não estarem sob o controle dos processos de

produção, fazem com que os âmbitos do jornalismo-empresa tenham dificuldade de conviver com especificidades da ordem dos fluxos.

6.2.5 Momento *Blog*

No “momento *blog*” sobre as reverberações do circuito e os “momentos **Página 10 e Gaúcha Atualidade**” a ele direcionam parcelas dos conteúdos. Um ponto polêmico é o tema da mediação e da interação entre consumidores da informação. Nas análises observamos que as interações levam a operadora do circuito a referir o teor e os rumos das discussões, uma interação reativa e mediada pela produção. Sob esse ponto de vista, o “momento *blog*” gera uma reação explícita sobre os temas e enquadramentos do circuito no dia anterior.

Num estudo do circuito - entre 20 de Fevereiro e 6 de Março de 2012 – observamos que foram feitos cinco *posts* – das notas de abertura da coluna **Página 10** – sinalizando que o “momento *blog*” é o espaço do direito de resposta do circuito Rosane de Oliveira (a versão na íntegra). Além disso, dois trechos de gravação do “momento Gaúcha Atualidade” foram editados e inseridos no *blog*. A seguir detalhamos alguns aspectos dos cinco *posts* quanto ao dia em houve *post*, tema noticiado, momento acionado do circuito, hora da postagem e número de comentários.

Dia	Tema	Momento anterior	Hora	Comentários
24 fevereiro	Número de sorte – Vanderlei Luxemburgo	Nota Página 10	16h20	22
24 fevereiro	Carta do Paulo Odone	Direito de resposta	17h45	22
27 fevereiro	Copa Ameaçada. Entrevista com Tarso Genro no Rádio	Nota Página 10 Programa Gaúcha Atualidade.	10h56	29
1 Março	Presidente do Bannisul, Tulio Zamin	Nota Pagina 10 Prog. Gaúcha. Atual.	10h35	12
1 Março	Tarso vai a Brasília Copa e Feira de Hannover	Nota Página 10	13h35	208

O momento explicita os termos de conduta para os comentários (<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/termo>) e sugere que eles são mediados pela produção. Como no momento twitter, se percebe que o trabalho do *blog* não é o foco do trabalho da colunista, sendo atualizado por um estagiário. Ele traz elementos interacionais, uma vez que nele os leitores podem comentar os *posts* e interagir sobre os comentários dos participantes – segundo as lógicas do **Jornal Zero Hora**.

Quanto ao direito de resposta, políticos e órgãos públicos “ofendidos” no circuito recebem no “momento *blog*” um espaço em que a íntegra de sua versão é publicada e aberta

para interação mediada dos leitores. No dia seguinte, uma nota escrita no “momento **Página 10**” remete o leitor para esse *post*, com algum detalhamento do teor da resposta. Sobre esses processos a entrevistada afirma:

Em geral, eu procuro não misturar os momentos do circuito. Por exemplo, se dou uma informação na coluna, eu procuro responder na coluna. A não ser que seja algo muito urgente e tenha que ser algo mais rápido. Se informei algo no Twitter, e não foi pro rádio, jornal ou TV, respondo pelo twitter. Se eu fiz pelo jornal, prefiro que seja nele. Eu tô transitando em todas as mídias, mas tem um público que lê o jornal, tem o público que só me ouve no rádio. Penso no meu pai, por exemplo, que tá lá no interior. Ele leu na Zero Hora e não adianta eu dizer que tá no online ou no blog. Assim como o meu pai, existem “n” leitores. Então não adianta eu dar direito de resposta na rádio. Ela não chega a algumas cidades do interior. O mesmo acontece com a internet. Às vezes acontece que um fato é tão instantâneo que precisas usar todos os meios para disseminar. (OLIVEIRA, 2013).

Nossa observação no recorte temporal (2010-2012) identificou vários atravessamentos entre diferentes órgãos públicos e políticos com o **Circuito Rosane de Oliveira**. Contudo, na fase de redação surgiu um caso que ilustra com maior magnitude o que aqui estamos discutindo: o direito de resposta no ambiente digital ou num contexto de circuitos. O caso referido é a Operação Concurate, em que ex-vereador Nelcir Tessaro foi incluído pelo circuito Rosane de Oliveira – sem ter sido – como um dos presos por desvio de verbas da Secretaria do Meio Ambiente. A informação foi noticiada em 29 de abril de 2013 no twitter e no *blog* e pautou a imprensa gaúcha. Gerou artigos nos espaços de crítica da mídia e para a colunista é seu caso mais emblemático. Sobre o fato e seus desdobramentos Rosane (2013) argumenta:

O caso do Tessaro, por exemplo, ele começou pelo blog. Cheguei na redação, a coisa tava andando. Recebi uma informação de que o Tessaro era um dos presos. A Polícia Federal não dizia quem eram os presos, só tinha boatos. Eu liguei pras pessoas envolvidas, mas ninguém atendia. Havia o boato de que o Tessaro era um preso. Eu ligava e ele não atendia o telefone. Por não atender o telefone eu não publicaria, mas eu liguei para uma autoridade [a entrevistada abre parêntesis e informa que até o momento não revelou sua fonte e que tb não o faria nesta entrevista] pedindo se era verdade que tais e tais pessoas estavam presas. A fonte confirmou os nomes, inclusive o do Tessaro. Eu publiquei no blog e no twitter os nomes dos envolvidos antes da divulgação oficial da Polícia Federal. Todos os nomes se confirmaram, menos o do Tessaro. Quando eu tava no ar no Gaúcha Atualidade, a Polícia Federal ligou pra Rádio para informar que o Tessaro não estava preso. Não deram os nomes dos envolvidos no caso, mas excluíram o Tessaro. Por ter dado no blog pautou todo mundo e eu não podia esperar para corrigir a informação. Ela tinha se reproduzido e pela sua gravidade usei todos os meios à minha disposição para fazer a correção. Me ajoelho aos pés do Tessaro até hoje para pedir desculpas. Cada vez que o encontro me sinto culpada. Embora minha fonte fosse, teoricamente, confiável, ela errou. Eu não vou colocar a culpa nela; eu embarquei e vou engolir. Então o que eu fiz foi: No momento em que a PF informou que ele não estava preso, fiz a correção no ar. Em seguida o Tessaro me ligou e explicou porque havia tirado o telefone do ar – porque estava muito gripado e doente. Botei ele no ar, na rádio gaúcha, fiz uma entrevista com ele pro blog e fechei com uma nota na coluna onde dei todas as explicações que ele me deu. Mesmo

assim pondero que paguei um preço com perda de credibilidade. Fiz tudo o que tinha que fazer – esse processo de correção. Deve ter advogados que procuraram o Tessaro para me processar – infelizmente temos a indústria do dano moral – mas o próprio Tessaro estava convencido de que eu havia agido corretamente, sem má-fé. Ou pelo menos me disse que não pensou. Sempre acho que se dou uma informação errada, mesmo que de concordância verbal ou nominal coloco o resto do meu trabalho sob suspeita. Antigamente tínhamos 24h para ler, lamber, retomar um assunto. Agora temos uma nova pressão que é muito complicada.

6.2.6 Momento Jornal TVCOM

Por fim, o “momento comentário tvcom”¹¹⁵. Em si, ele não reverbera sobre os outros momentos, mas está em sintonia e aciona um público e um circuito novos. Os comentários ali gerados – ao vivo e vídeos que ficam *online* – também seguem num fluxo adiante, pois ficam disponíveis no site da tvcom e, às vezes, migram para a capa do ClicRBS. Geralmente, o comentário retoma algum tema central trabalhado nos momentos anteriores ou que antecipe um tema importante da coluna do outro dia. Em épocas de campanha eleitoral ou de temas impactantes o “momento tvcom” ganha proporções maiores e pode, inclusive agendar o circuito.

* * *

A título de conclusão do **Circuito Rosane de Oliveira**, dois aspectos de indeterminação chamam mais atenção: a autoreferencialidade e as ações institucionais que organizam a produção e distribuição da informação jornalística. Para remeter um momento ao outro, há um trabalho de autoreferencialidade das mídias e da própria informação – um momento torna-se a fonte em outro momento – sendo a jornalista o fator de distribuição da informação: o “momento impresso” remete ao “momento blog”, que remete ao “momento twitter”. O “momento twitter” remete ao “momento Gaúcha Atualidade” para o “momento blog”. Nestas operações, o jornalismo político se volta para processos da empresa e não tanto para a realidade a ser noticiada, discutida e aprofundada.

Em relação às ações institucionais, o Grupo RBS lançou seu **Guia de autoregulamentação e ética** em dezembro de 2011. A entrada dos “novos ordenamentos” e valores éticos nas práticas da redação e as “novas políticas empresariais” para o trabalho jornalístico nos perfis pessoais (do Facebook, Twitter e outros) gerou usos mais

¹¹⁵ O telejornal vai ao ar de Segunda a Sexta às 23h15. Aos sábados, às 20h. Tem 15min de duração. A maioria dos programas da Tvcom (RS e SC) ainda não tem estruturado seus sub-circuitos. Em grande medida, compartilham uma mesma arquitetura de mídias, exceto alguns perfis de mídias sociais próprios e alguns *blogs*. Site do programa - <http://tvcomrs.clicrbs.com.br/jornal-tvcom/>.

autorregulados. Do ponto de vista da produção jornalística, percebemos que para as interações não controladas pelos veículos foram abandonados nos usos dos perfis das mídias para comentários ou postagens pessoais. Em geral, esses perfis passaram a limitar-se ao agendamento das audiências e sendo pouco exploradas para fins jornalísticos. Mesmo assim, o caso Nelcir Tessaro aponta para questões que fogem aos usos ou não desses ordenamentos.

O ter iniciado o processo no Twitter e no *Blog*, com altos potenciais de disseminação de fluxos, desestabilizou o fluxo no circuito. Mesmo que o direito de resposta tenha perpassado todos os momentos, a questão segue merecendo pesquisa empírica e reflexões.

O tema da mediação das interações segue em debate e com usos em “experimentação”. Os fluxos contínuos adiante, graças às possibilidades de compartilhamento, elaboração de comentários e “remixagens” são um terreno fértil para indeterminação. Rosane de Oliveira recorda que os usuários são sem piedade, não respeitam opiniões divergentes e que usam os espaços para atacar. Por outro lado, ouvir os consumidores e suas visões dos temas em debate, estar aberto à necessidade de auto-crítica são antigas dimensões do jornalismo que ganham ares de inovação.

Do ponto de vista da epistemologia da ética da comunicação, o **Circuito Rosane de Oliveira** traz dois pontos intrigantes: articular uma teoria da comunicação a partir das diferentes mídias e o novo modelo de comunicação. Em geral, os modelos teóricos dão conta de mídias isoladas e o circuito ilustra uma articulação entre impressos, rádio, televisão e web, em que empresas de mídia, de telecomunicações e de utilizadores finais geram um processo interacional de mídia. Como consequência, temos um novo modelo de informação em que editores, produtores, apresentadores e consumidores atuam sob uma matriz cultural em construção. Tais realidades sugerem que está em gestação um novo modelo de comunicação.

CAPÍTULO 7 – CIRCUITO JOSÉ SIMÃO

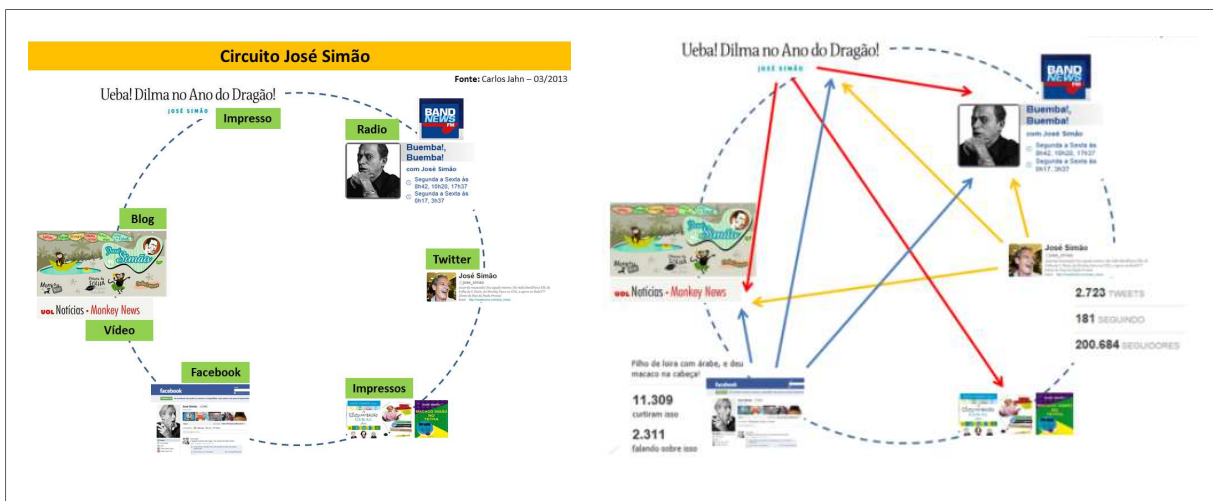
Como no Caso 3, entendemos que o **Circuito José Simão** está articulando momentos de outros circuitos e sub-circuitos. Como circuito interplataformas, ele se faz a partir do “aparelho circulatório Folha/OUL” e do “aparelho circulatório Band”. O circuito José Simão articula o Circuito Jornal **Folha de São Paulo**, o circuito Rádio Bandnews FM, o sub-circuito de *blogs* do portal **UOL**, fanpage do Facebook, perfil no Twitter e livro impresso. Trata-se de dois grupos de mídia (Grupo Folha/**UOL** e Grupo Bandeirantes) e mídias sociais.

Adotamos o termo **Circuito José Simão** por caracterizar o protagonismo do autor da coluna. Uma de suas particularidades é a exploração do humor, com especificidades do texto escrito (coluna e livro), da linguagem radiofônica (FM e Rádíoweb – <http://bandnewsfm.band.uol.com.br/colunistas.aspx>), e das novas características de linguagem da web – vídeos no **UOL** (<http://noticias.uol.com.br/monkeynews/>), perfil no Twitter(https://twitter.com/jose_simao) e no Facebook (Facebook.com/macacosimao).

Desde a perspectiva dos circuitos, os momentos acionam momentos de diferentes circuitos de veículos e nos compartilhamentos entre os públicos consumidores. Desta forma o circuito José Simão gera fluxos em circuitos e contatos com outros circuitos. Cada momento faz emergir algum ponto que passa a ser acionado ou que produz (ou sofre) alguma transformação.

7.1 Momentos do Circuito

O Gráfico14 visualiza nossa caracterização para os seis momentos do *Circuito José Simão*: “Momento José Simão (FSP)”, “momento Buemba! Buemba! (**Bandnews** e rádíoweb **UOL**)”, “momento **Monkey News**”, “momento TwitterJosé Simão”, “momento Facebook José Simão” e momento livro. O circuito está estruturado sob um misto de ações especializadas e tecnomediadas (mútuas e reativas), que se afetam e que são ofertados. As setas das cores indicam a afetação entre momentos.

Gráfico 14 – Momentos do **Circuito José Simão**

Fonte: Elaborado pelo autor.

7.1.1 Momento José Simão

O momento coluna impressa (José Simão) é veiculado na **Folha de São Paulo**. Seu conteúdo versa sobre fatos e acontecimentos da agenda da televisão, em especial as emissoras de tv aberta (as emissoras mais assistidas) e do próprio jornalismo, em geral do temas do eixo Rio-São Paulo. Em geral são críticas ou ironias que trazem marcas dos influxos dos momentos Facebook e Twitter do dia anterior, quando o colunista afirma: “Um amigo me escreveu”, ‘uma amiga me contou’... Sob esse ponto de vista, há fluxos que afetam o circuito, com uma construção colaborativa na coluna. Por um trabalho do operador do circuito, o **Momento José Simão** é acionado no **Momento Bandnews** e no **Momento Livro Impresso**, quando reproduz em livro impresso as melhores crônicas do ano. São momentos de especialista, pois o personagem operador dá sua marca identitária.

7.1.2 Momento Buemba! Buemba!

O quadro na Rádio Bandnews não chega a promover um retorno sobre outros momentos do circuito. Porém, na própria emissora o quadro é reproduzido cinco vezes ao longo do dia. O formato imita uma conversa, em que operador do circuito comenta e reproduz boa parte dos temas do **Momento José Simão** e replica algum material dos fluxos enviado para o Facebook ou Twitter. O momento é uma produção do colunista, dividida com os

apresentadores do radiojornal da *BandNews*. Via de regra, o início de conversa é feito a partir do texto da coluna impressa.

Ao acompanhar os **Momento Twitter José Simão** e **Momento Facebook José Simão** percebemos que esses são retomados e reenquadrados. Um dado curioso do momento é que, para além do trabalho de intermédias de um mesmo grupo, ele sinaliza uma lógica de interface em meios externos, de uma parte; e uma parceria estratégica de uso de conteúdos entre o Grupo Bandeirantes e o Grupo Folha/UOL, de outra.

7.1.3 Momento Twitter José Simão

O **Momento Twitter** tem uma produção expressiva, em geral entre 12h e 22h, com uma grande variedade de *twetts*. O momento repercute no quadro do momento rádio, no impresso e no **Monkey News**. É um momento interativo (em geral reativo), com expressivo volume de comentários e *retweets*. Os temas em debate, em geral, são a política – a agenda dos telejornais e programas de entrevistas, telenovelas, esporte e outros fatos acionados em função de estarem em pauta na televisão. Em ordem decrescente, reproduzimos alguns comentários entre 13 de junho a 27 de julho.



**José Simão** @jose_simao

27 jul

Buenos dias! Terror em Crepúsculo! Kristen Stewart chifra Robert Pattinson! Agora vampiro tem chifre?

Expandir

**José Simão** @jose_simao

26 jul

Agora vcs vão sonhar q a Nina tá no corredor!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

26 jul

Vou dormir de luz acesa! Medo das duas!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

26 jul

A Carminha ficou a cara da Ana Maria Braga! Rarárá!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

26 jul

Nina corta o cabelo de Carminha! Faz o corte do Neymar! Se vinga direito!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

25 jul

No jogo do Brasil vão hastear a bandeira da Argentina! Rarárá!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

25 jul

Gafe Olímpica! Trocaram as bandeiras das Coréias. No jogo da Coréia do Norte, hastearam a bandeira da Coréia do Sul!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

25 jul

Acho q as meninas do futebol jogam melhor q os meninos. Pq eles é q usam salto alto!

Expandir

**Igor Alencar** @igor_florindo

24 jul

@kibeloco @jose_simao e eu achando que a carminha que era ruim
 //RT @VEJA Tufão deixa mais de 100 feridos em Hong Kong
goo.gl/xW9ne

Retweetado por José Simão

Expandir

**Monkey News** @MonkeyNewsUOL

20 jun

Monkey News ao vivo: Buemba! Maluf rouba o dedo de Lula!
[#UOL](http://uol.com/bxcyjb)

Retweetado por José Simão

Expandir

**Pedro Lessa**@pedrolessa

19 jun

@jose_simao Taxímetro marcando R\$25,00 mas taxista cobrou R\$45,00 e o passageiro perguntou pq? Taxista respondeu: é Rio+20 risos

Retweetado por José Simão

Expandir

**José Simão** @jose_simao

19 jun

Como disse @marcoscaiado: quem é vice do Haddad? Era Undina!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

19 jun

Sustentabilidade: apaga as luzes da casa e usa a lanterna do Corinthians! Rarará! #Rio+20

Expandir

**José Simão** @jose_simao

16 jun

Essa Nina parece A Noiva Cadáver!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

16 jun

Se a Suellen viesse numa carroça, a gente começava a chupar pelo burro! Rarará!

Expandir ← Responder ↻ Retweetar ★ Favorito ⋮ Mais

**José Simão** @jose_simao

16 jun

Molas Suellen nunca cedem!

Expandir

**José Simão** @jose_simao

16 jun

Ai, ai, tá na hora da Carminha!

Expandir

**Luis Baselli** @LuisBaselli

15 jun

@jose_simao Pelo trânsito que o Rio +20 tá causando na cidade, o evento deveria se chamar Rio + 2h:20.

Retweetado por José Simão

Expandir

**José Simão** @jose_simao

15 jun

Buenos dias! Piada Pronta: "Gavião rouba celular de repórter no treino do Corinthians". O mascote maculou a imagem dos corinthianos! Rarará!

Expandir



O “momento Twitter”, a partir dos exemplos citados, é uma narrativa indutora e estimuladora para interações, talvez por isso, co-criada pelos participantes. Embora não tenhamos referido todos os exemplos, o número de *twetts* diários variou entre 10 a 30. Exploram a agenda midiática nas reverberações nas mídias sociais ou o impacto dos eventos sociais e políticos que repercutiram na agenda da mídia do eixo Rio-São Paulo. O “momento Twitter” entra em contato com circuitos humorísticos, trabalha a partir das *piadas prontas*, *dos predestinados* e da *cordialidade dos brasileiros*¹¹⁶. Juntamente com o **Momento Facebook José Simão**, fornece os elementos para o **Momento Monkey News**.

7.1.3 Momento Facebook José Simão

No “momento Facebook” há uma narrativa semelhante ao “momento twitter”. Os amigos compartilham e interagem sobre os *posts*. O momento repercute sobre os momentos **Monkey News**, coluna impressa e BandNews. Porém, o fluxo é menor (três publicações em 15 dias), mas com maior interação reativa. Exemplificamos nossa afirmação a partir do *post*

¹¹⁶ São três termos guarda-chuva que o colunista repete no circuito para fazer humor de nomes, erros de português nos cartazes e faixas dispostas em espaços públicos, pessoas em situações cômicas ou da falta de paciência dos brasileiros. O colunista já teve o dicionário tucanês, o vocabulário lulês e atualmente o periquitório da Dilma.

do dia 26 de junho em que o humorista postou que Maluf estava no Facebook e que iniciara uma amizade com Luiz Inácio Lula da Silva.



A partir da publicação da foto do Facebook¹¹⁷, em 26 de junho de 2012, podemos inferir que 2.293 pessoas curtiram o *post*; 13.349 compartilharam a publicação do José Simão e que 545 deixaram algum tipo de comentário, até dia 19 de julho. Nos comentários há interações reativas e mútuas entre os ‘amigos’. Enquanto repercussão sobre outros momentos do circuito José Simão, o *post* reverberou na coluna impressa, no rádio e no **Monkey News**.

7.1.5 Momento Monkey News

Finalmente, o “momento **Monkey News**”, como já referido, é um telejornal (10 a 11min), onde um apresentador do **UOL** divide uma bancada com José Simão. O momento mostra e comenta imagens, fotos e percepções humorísticas, especialmente dos momentos Twitter e Facebook. É uma produção solitária e ‘do especialista em humor’, cujas colunas ficam no banco de dados do **UOL**. Vejamos:

¹¹⁷ Naqueles dias ocorreu o anúncio de que Lula e Maluf estavam em tratativas sobre alianças políticas. O colunista aproveitou as características do Facebook (ou essa ideia foi sugerida por algum “amigo”) e gerou esse *post*, que foi explorado em todos os momentos do circuito.

27 Junho	Buembra! Timão invade Argentina!	1 comentário
25 Junho	Buembra! Golpe paraguaio dá ressaca!	5 comentários
21 Junho	Buembra! Timão manda peixe para a Ceasa!	2 Comentários
20 Junho	Buembra! Maluf rouba o dedo do Lula!	2 Comentários
18 Junho	Buembra! Buembra! Rio+20 peitos de fora!	5 Comentários
14 Junho	Buembra! Suelen para o ministério das periquetes!	1 Comentário
13 Junho	Buembra! Timão e libertadores: 60 anos de namoro!	0 Comentário

Um ponto intrigante é a dinâmica adiante dos episódios comunicacionais iniciados nas videocolunas. O fluxo ali gerado se alimenta de outros fluxos, mas também promove um enfrentamento e uma crítica ao tipo de oferta dos episódios. Exemplificamos abrindo os comentários dos dois programas mais comentados, os dias 25 e 18 de junho (respectivamente).

- Isso que houve no Paraguai parece jogo de xadrez. O bispo come a dama, neutraliza alguns peões e termina em xeque...
- Simão você esqueceu de mencionar os ex-telionários das igrejas...
- Simão, o Adriano (ex-Corinthians, agora sem clube), poderia estar na final da Libertadores 2012. Mas ele está LIBERTANDO AS DORES na fisioterapia (quando comparece), Essa doeu. KKKKK
- Simão: Lugo-mal? não será Lugo-mau?
- Esse “cochão altopédico” já vem com escadinha?

- Eu nem carro tenho para enterrar... Mais é valido se for para contribuir com o ar mais puro...
- Rio, mas 20enganar...
- O Simão já foi engraçado.
- O simão está tão repetitivo com as piadinhas sobre o corinthians, que ninguém nem comenta mais. tá na hora de mudar um pouco de assunto.
- Esse tipo de banheiro faria um tremendo sucesso no Morumbi. Principalmente o jato d'água.

Se os “momentos do Twitter e do Facebook” oferecem episódios comunicacionais mais abertos a interações (reativas ou mútuas), grande parte desta marca se deve ao direcionamento social das ferramentas disponíveis, às competências de uso dos participantes e “das sensibilidades” para fazer humor dos temas em debate ou das situações hilariantes retratadas. No **Circuito José Simão** não há momentos com mediação de interações e o colunista “produz” todos os momentos do circuito, em diálogos nos Momentos **Buembra!Buembra!** e **Monkey News**. Do ponto de vista da arquitetura, cada momento remete via links para algum momento. O estar visível em momentos e circuitos diversos projeta o autor-ator José Simão nas mídias sociais, o insere em *blogs*, *talk-shows* dos meios de massa e em vídeos difusos no YouTube. Como no Circuito Rosane de Oliveira, além do Circuito José Simão há um “grande fluxo José Simão”, em espiral aberta, contínuo e adiante.

Quanto aos processos tentativos, eles se dão no circuito – na arquitetura e nos momentos – e fora, nas remissões, reverberações sobre a coluna. No período observado (2010-2012), identificamos, inicialmente, que o *blog* ainda era uma espécie de aglutinador do circuito. Hospedado no **UOL**, ele remetia a todos os momentos do circuito, mesmo os já abandonados em 2010 (Cartões, Fórum de discussão, programa de rádioweb Ondas Latinas (semanal, com duas horas de duração e sobre música latino-americana) e reprodução da coluna impressa na **Folha de São Paulo**). O momento **Monkey News** prosseguiu até meados de 2013, quando o **UOL** redesenhou o layout dos seus *blogs*. Neste momento o telejornal deixou de ser produzido.



Quanto às tentativas nas interações, José Simão vinha trabalhando com ela no fórum. Com a popularização, enraizamento social e usos do Twitter e do Facebook, o colunista os adotou como momentos do circuito. Cada momento é uma espécie de coluna à parte que se atualiza ao longo do dia, em especial no twitter. Na *fanpage*, há um *post* diário que, em geral, é uma piada pronta. A nosso ver, em cada momento há uma tentativa de novo formato de humor: Coluna impressa, quadro, telejornal e [... – ainda não sabemos nomear esse tipo de formato de texto]. Por outro lado, não fica claro se os cartazes, placas ou outdoors são verídicos ou se foram inventados para ironizar ou satirizar com uma região do país.

* * *

A título de síntese do capítulo, registramos que não encontramos uma indeterminação pela caracterização do circuito. Apesar de trabalhar com humor, explorar muito a interação

fora dos “aparelhos de circulação” o operador e a natureza do circuito demonstram habilidade e flexibilidade para adaptações. Não temos nenhuma “marca” que comprove essa afirmação, mas pela conversa via Skype, pelos vídeos, textos e entrevistas sobre os históricos recentes de processos ou lapsos não há registro de nenhum incidente. Nos 26 anos de coluna, duas pessoas o processaram e ambas retiraram a queixa.

A caracterização dos circuitos dos Casos 3 e 4 aponta semelhanças e diferenças. Os dois circuitos seguem lógicas institucionais; são circuitos interplataformas; fazem usos estratégicos das mídias conectoras; operam gerando fluxos, levam seus produtos de um momento a outro. Nos deslocamentos reverberam seus fenômenos comunicacionais que passam a circular como fluxos em outros circuitos ou sub-circuitos. Suas táticas revelam lógicas e operações das indústrias de informação e das práticas jornalísticas contemporâneas. Rosane de Oliveira se move num mesmo grupo, entre sub-circuitos e circuitos. Lógicas de empresa e especificidades das suas ofertas jornalísticas afetam o processo interacional, com especificidades ao **circuito comunicacional Rosane de Oliveira**, que se dá – em grande medida – graças às competências como operadora do circuito. Trabalha com jornalismo político.

José Simão se move entre dois grupos de meios – com alianças estratégicas entre si. Seu circuito comunicacional tem forte presença de co-enunciação com a audiência em dois momentos – uma operação estratégica que explora algumas potencialidades das mídias sociais. O direcionamento social se dá na experimentação na arquitetura e na geração de fluxos.

Operações e lógicas de empresa viabilizam parte do Circuito José Simão. Porém, são as lógicas e competências do operador que sistematizam os fenômenos comunicacionais que ele põem em circulação. Os contatos e relações nos **Momentos Twitter José Simão** e do **Facebook José Simão** passam afetar o circuito e promovem os fluxos.

CAPÍTULO 8 – *BLOG* PERGUNTE AO URSO

Na introdução e na explicitação das estratégias metodológicas apresentamos algumas informações e características gerais do *Blog Pergunte ao Urso* e do **Circuito Urso branco**. A opção pela nomeação do Caso 5 por **Circuito Urso Branco** se deve à centralidade do operador Pergunte ao Urso, pseudônimo de Marcelo Vitorino – autor dos textos e dono do *blog*.

Na apresentação das estratégias metodológicas informamos das tres etapas do blog, a saber: **1ª)** 1 de agosto de 2007 – dezembro 2008 – uma produção e manutenção do *blog* pelo seu autor; **2ª)** Dezembro de 2008 a outubro de 2011 – hospedado e blogando no portal **M de Mulher**, do grupo Abril; **3)** outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2012 – retomada das produções de blogueiro – com responsabilidade sobre a hospedagem do *blog* e sua produção de conteúdo – até o anúncio do encerramento da atualização dos *posts*, em 31 de dezembro de 2012.

Nosso olhar será sobre a terceira fase, período de intensas tentativas e experimentações: o fim da parceria entre o Urso Branco (operador da primeira fase) e o Grupo Abril – **Portal M de Mulher** (em maio de 2012); a retomada do **Circuito Pergunte ao Urso** e seu encerramento, em 31 de dezembro de 2012 (operador Pergunte ao Urso); a criação de tres blogs: **Presença online**, **Naquela Mesa** e **Pérolas Políticas**; a exploração estratégica de momentos do **Circuito Pergunte ao Urso** para agendar os novos blogs; Marcelo Vitorino como “operador dos quatro circuitos”; o **Circuito do Urso Branco** volta a reprisar seus antigos *posts*.

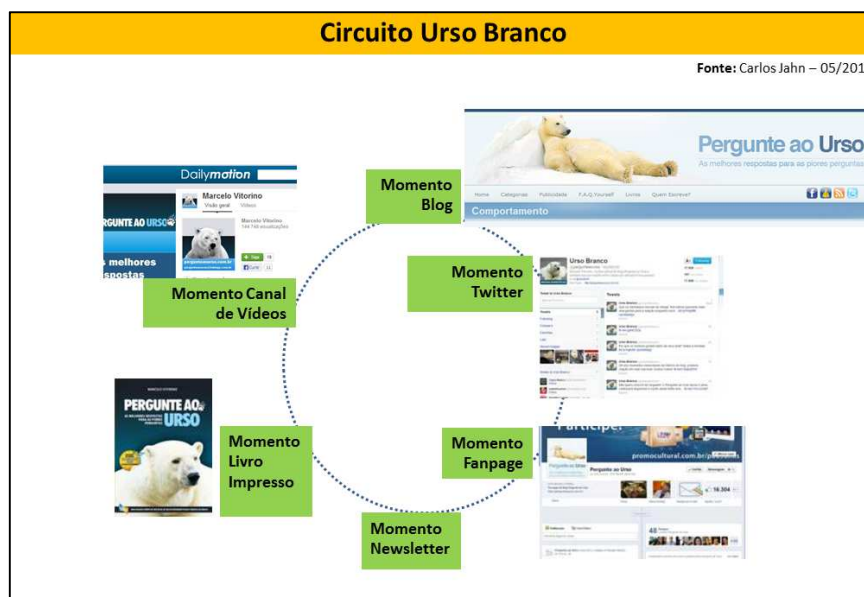
Dividimos o Caso 5 em tres itens: Circuito do Urso Branco – quando descrevemos algumas lógicas dos momentos do circuito; a transformação do circuito – quando descrevemos a genese dos novos blogs sendo articulados num aparelho circulatório em constituição; por fim, as logicas tentativas.

8.1 Circuito Urso Branco

Do ponto de vista da caracterização do circuito, o *blog* concentra o conteúdo, é o momento centralizador do **Circuito Urso Branco**. Ele é o operador do circuito comunicacional nesta fase. É ele quem escreve, quem interage na *fanpage*, quem twitta e quem dá entrevista. Ele circula pelos seis momentos do circuito. A saber: Momento blog (Urso), Momento Twitter (Urso Branco), Momento Fanpage (Pergunte ao Urso), Momento

Newsletter (Pergunte ao Urso), Momento Impresso (Pergunte ao Urso) e Momento *Dailymotion* (Marcelo Vitorino). Entre parêntesis trouxemos o personagem de cada momento. Curioso que o Urso Branco (da primeira fase) e Marcelo Vitorino (na fase de expansão) estão nas marcas dos momentos. O Gráfico 15 ilustra os seis momentos.

Gráfico 15 – Circuito do Urso Branco



Fonte: Elaborado pelo autor.

No “momento *blog*” (<http://pergunteaourso.com.br>) há uma produção solitária do Urso. O foco dos textos do blogueiro é a “editoria sexo e relacionamento” do blog. Passada a fase do ineditismo, esse texto é redistribuído pelas outras editorias – “Cotidiano e Carreira”; “Comportamento”; “Educação e saúde”; “Em destaque” e “Política e religião”. Há ainda as editorias “Merchan” e “Palavra do Urso”. A primeira refere as promoções do *blog* e faz a venda dos livros (uma remissão às livrarias que os vendem). A segunda é uma espécie de mural de recados do *blog*. Por ali, o Urso Branco informa sobre temas diversos do próprio *blog*: ausências do autor, problemas com navegabilidade, periodicidade das atualizações, etc.

Voltando à editoria “Sexo e Relacionamento”, ali o Urso Branco responde a perguntas enviadas pelas leitoras e leitores. Numa primeira impressão os *posts* podem configurar um caráter de conselho sentimental ou consultório psi em público, porém as respostas visam ironizar o tema em debate – em muitos casos, um espaço de reprodução dos estereótipos machistas em circulação na sociedade.

Produz em média dois a três *posts* por semana e, praticamente, todos têm uma estrutura comum: título, data do *post*, assinatura, pergunta, resposta e comentários dos leitores. Em praticamente todos os *posts* têm um vídeo ou fotografia ilustrativa ou infográfico. O espaço das interações – espaço mediado pelo Urso Branco – não traz os termos de política de comentários. Por fim, quanto ao layout, o blog foi concebido como um site, com menus permitindo visualização das editorias.

O momento twitter(@perguntaourso) traz uma apresentação: “Marcelo Vitorino. Twitter oficial do *blog Pergunte ao Urso* e também meu por tabela sobre coisas não oficiais! O meu pessoal é o @mvitorino. São Paulo - <http://perguntaourso.com.br>”. Em termos de especificidade do momento, ele não configura um trabalho especializado de produção textual. Basicamente há o agendamento da audiência que é remetida para os *posts* do *blog*, em geral *posts* antigos. A distinção entre Urso Branco e Marcelo Vitorino na apresentação do perfil sugere uma separação de identidades e a referência do link remete o seguidor ao “momento do blog”.

O “momento Facebook” (<https://www.facebook.com/perguntaourso>) traz sua caracterização: “Fanpage do Blog Pergunte ao Urso <http://perguntaourso.com.br/>. **Missão:** Levar o P.a.U. a lugares nunca antes visitados”. É um momento que faz circular os materiais do *blog* e fomenta as interações. Em geral ocorre uma dosagem dos sentidos ofertados pelo Urso Branco, com algumas provocações reativas entre os consumidores do “momento Facebook”. Não há uma padronização do número de *posts* diários, mas em geral são dois a três, por dia. Trago um exemplo aleatório – o *post* do dia 25 de setembro de 2012 – que recebeu 164 curtidas, 48 comentários e 46 compartilhamentos. É um exemplo de fluxo que segue adiante, via compartilhamentos. Além disso, as características da ferramenta tecnológica possibilitam as explorações. Em havendo outra, essas poderiam ser ampliadas ou não.

Pergunte ao Urso compartilhou um link.
25 de setembro de 2012

Esse vai dar o que falar: aprenda a cozinhar ou seja bissexual

Aprenda a cozinhar ou seja bissexual - Pergunte ao Urso
www.pergunteaourso.com.br

O que os homens e as mulheres têm a ofertar uns aos outros? Com a revolução feminina as expectativas e

Curtir · Comentar · Compartilhar 164 48 46

164 pessoas curtiram isso.

Thays Pereira Perdi meu tempo lendo isso..rsrs ;p
25 de setembro de 2012 às 20:30 · Curtir · 6

Leo Ribeiro Putz Gisele Ramos, e agora, o que a gente faz??? hahahaha
25 de setembro de 2012 às 20:37 · Curtir · 1

Ana Paula Oliveira Urso , vc eh doido e machista , mas mesmo assim gosto dessas coisas as vezes absurdas que vc escreve.Vai entender,rs.O que nao significa que eu concorde :))
PS: a parte mais engraçada foi a do torresminho.Seu abusado!!rs.
25 de setembro de 2012 às 20:50 via celular · Curtir · 2

Edu Mitsu Virar lésbica só por não saber cozinhar? Os maiores mestres da cozinha são homens kkkk

tem poucas coisas nesse mundo para uais não há remédio.
Fogo morro acima, água morro abai e mulher querendo dar, são algumas deli

Nos comentários está representado algo que percebemos em muitos *posts*: Os textos reverberam e são discutidos em público. A reprodução dos estereótipos machistas em circulação na sociedade é nomeada, por um lado; porém, as leitoras e leitores reconhecem a especificidade do circuito – fazer humor e crítica – e a reprovação do politicamente incorreto “é aliviada”, por outro.

Inserimos o envio da newsletter como um momento do circuito porque nele há um forte trabalho de agendamento e otimização da busca pelos *posts* do *blog*. A mensagem traz a informação sobre os temas atualizados e indicação do título do novo *post*, com link para seu acesso e consumo. É um momento que não gera um processo interacional, mas traz a audiência de volta e autoreferencia o *blog*.

O “momento livro impresso” cruza a fronteira do digital – um outro status ao circuito e aos *posts* – além de fomentar a exposição do circuito. Nos livros estão reproduzidas no suporte papel as respostas já em circulação no *blog*. Embora nenhum livro tenha sido editado no recorte temporal do estudo, os livros estavam sendo expostos na “editoria Merchan”.

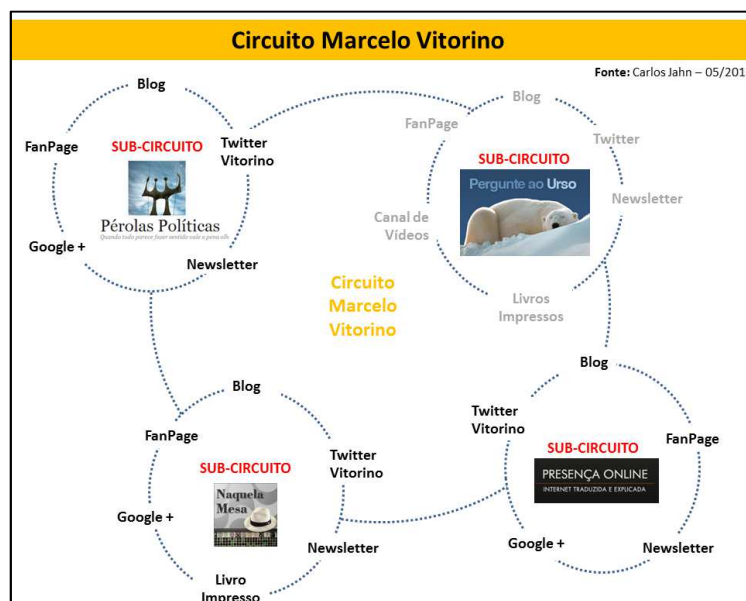
Por fim, no “momento vídeos” há indexação e organização das participações do Urso Branco em programas de tv do *mainstream*. É um momento a serviço do circuito, pois como os “nomes” dos momentos se referem ao **Pergunte ao Urso**, todos os momentos do circuito são lembrados. No momento, nos vídeos ficam mais evidentes as perdas de material que o

circuito sofreu com as mudanças de tecnologias¹¹⁸ – os dois primeiros *blogs* e com a saída do portal **M de Mulher**. Além disso, os vídeos expostos exemplificam a presença do operador na mídia de massa, entre atores individuais produzindo conteúdo e se organizando em circuitos.

8.2 Transformação do Circuito

Em 31 dezembro de 2012, com o encerramento de produção dos *posts* do **Circuito Pergunte ao Urso** e o anúncio da abertura de três outros *blogs* identificamos a emergência do **Circuito Marcelo Vitorino**. O **Circuito Pergunte ao Urso** passou a configurar um sub-circuito de algo maior, juntamente com os outros três *blogs*. No Gráfico 16 ilustramos a ideia geral de como vemos o novo circuito e seus sub-circuitos. Inicialmente achávamos que o operador era o Circuito Urso Branco ou o circuito Pergunte ao Urso. Porém, Marcelo Vitorino ganhou destaque.

Gráfico 16 – Circuito Marcelo Vitorino



Fonte: Elaborado pelo autor.

Iniciamos comentando alguns pontos do papel do sub-Circuito Pergunte ao Urso e do uso compartilhado do Twitter em cada um dos novos sub-circuitos. O sub-Circuito Pergunte ao Urso, por um lado parando, sem produzir novos *posts* (ele “repriza” *posts* antigos). Eles

¹¹⁸ Entre 2007 e 2008 o *blog* foi reestruturado. O material produzido não pode ser recuperado na etapa de 2011-2012.

recebem janela, puxam o novo circuito e recomendam os três novos sub-circuitos, em especial os *blogs* **Naquela Mesa** e **Pérolas Políticas**. *Posts* antigos do **Circuito Urso Branco** sofreram transformações de layout, com um reempacotamento e curadoria, especialmente a intercalação de anúncios. Paralelamente, o perfil do Twitter passou a ser compartilhado entre os tres novos momentos. Marcelo Vitorino passou a assinar praticamente todos os materiais dos quatro sub-circuitos. Essa “mutação” no circuito comunicacional e o uso compartilhado de momento nos diferentes circuitos nos parecem um tema para maiores pesquisas e reflexão.

Mesmo sendo um exemplo fruto de uma experiência, os usuários reconheceram as especificidades. O perfil no facebook chegou a reunir mais de 20 mil amigos. O anúncio das mudanças e os processos tentativos deixavam esse grupo inquieto. Reproduzo um *print* de tela em que, por um lado já temos Pergunte ao Urso operando e por outro, os leitores se posicionando (post de 6 novembro).

The image is a screenshot of a Facebook page for 'Pergunte ao Urso'. At the top, there is a navigation bar with the page name, a 'Linha do tempo' dropdown, the year '2012', and a 'Curtiu' button. The main content area shows a timeline of posts. The first post is from November 12, 2012, with the text: 'Se você recebeu um email do blog falando sobre atualizar o cadastro: RESPONDA! É meu mesmo 😊'. Below it are interaction options: 'Curtir', 'Comentar', 'Compartilhar', and counts for likes (231) and comments (73). The second post is from November 10, 2012, with the text: '50 tons de cinza? Pega logo um livro de Pantone e seja feliz!'. Below this is a large graphic with the text: 'SE 50 TONS DE CINZA, DEIXAM AS MULHERES MALUCAS...' and an image of a Pantone color chart. The right-hand sidebar features a 'Curtir 2012' button and two featured images: 'Pérolas Políticas' and 'Naquela Mesa'. Below these is another post from November 6, 2012, with the text: 'Recebi isto por e-mail e resolvi compartilhar: "Urso eu acho q vc está cometendo suicídio virtual. Com o final do P a U chega também ao final a sua graça, seu charme, seu potencial de seduzir a mulherada que na verdade são 99% dos seus fãs. As outras abordagens que vc pretende, já tem d+ na net e não são coisas tesudas que criam aquele ar de mistério ao seu redor. Pena! Eu sou uma das fãnzocas q... Ver mais'. At the bottom of this post are interaction options: 'Curtir', 'Comentar', 'Compartilhar', and counts for likes (121), comments (35), and shares (2).

Estão presentes os dois blogs de conteúdo, convidando ao processo de migração. O curioso é que os circuitos comunicacionais se constituíram, mas a audiência não migrou. Por isso, no último item apresentaremos algumas ideias sobre os processos tentativos, travando

um diálogo com as informações disponibilizadas por Marcelo Vitorino no documento que relata a experiência¹¹⁹.

8.3 Processos tentativos

Após acompanhar por quase dois anos o **Circuito Urso Branco** (2010-2012), tivemos duas surpresas: o encerramento das postagens e informação dos reais motivos do blog. Tratara-se uma experiência, um projeto piloto que procurou entender o comportamento feminino no ambiente *online*, especialmente suas tendências de consumo de informação. Marcelo Vitorino ganhou visibilidade midiática, assinou as colunas, experimentou transposição de conteúdos do meio *blog* para o impresso e seguiu testando um modelo de negócio. Sobre esse ponto o blogueiro relata:

Ao participar de um programa de televisão conheci o dono da Editora Matrix e acertamos o lançamento de um livro. No mesmo ano, por ter vencido um prêmio de melhor blog na categoria entretenimento, tive como premiação a editoração do meu conteúdo para outra publicação, desta vez pela Ediouro. Livros não dão um bom retorno financeiro, mas contribuem para a diferenciação de outros conteúdos. Intensifiquei minha presença em programas de televisão e em entrevistas para programas de rádio (Transamérica, CBN e Joven Pan). Como consequência da exposição e da parceria com o portal feminino da Abril, passei a ser fonte de revistas como Nova, Mais Você, Atrevida e Gloss, todas do segmento feminino. O ápice da transposição do meio digital veio com duas citações em capítulos distintos da novela Caminho das Índias, de Glória Perez, que foi exibida em horário nobre pela Rede Globo. (VITORINO, 2012, p. 7)

Outra estratégia explorada no *blog* vem desde o direcionamento social no uso das tecnologias disponíveis, um trabalho levado a cabo em dois momentos: antes e depois da participação no portal **M de Mulher**. Mesmo sendo um especialista em comunicação digital o autor do *blog* fez usos tentativos no agendamento da circulação dos conteúdos, adaptação de ferramentas disponíveis. O *computo* é uma experimentação tentativa com altos graus de indeterminação. Vejamos alguns aspectos.

Utilizei o Pergunte ao Urso para testar aprimoramentos em tecnologia e também ferramentas. Como o objetivo do projeto não era ter um blog, a principal vantagem do Pergunte ao Urso sobre os demais foi não precisar seguir as regras da mídia social.

Testei diversos sistemas de newsletter, em um primeiro momento alimentei as ferramentas com listas de e-mails que tinham público feminino com principal insumo. Usei uma ferramenta australiana, chamada Zookoda; depois duas americanas, feedblitz e Mailchimp. A funcionalidade principal que as ferramentas deveriam ter era a capacidade de enviar mensagens que fossem geradas

¹¹⁹ Para a redação da história do *blog* apoiamos no relato de case que o autor disponibilizou no *slide share* (<http://www.slideshare.net/presencaonline/case-do-blog-pergunte-ao-urso>).

automaticamente, através do sistema de RSS do blog. Precisei então desenvolver feeds segmentados por categoria, assim o leitor só receberia conteúdo que desejasse.

Utilizei cookies para armazenar o tipo de interesse do leitor e oferecer sempre um artigo não lido como destaque na tela inicial, desde que estivesse de acordo com seus hábitos de consumo.

Como entendi que **o Twitter muito se assemelha ao rádio**, com audiência rotativa, passei a adotar um aplicativo que publicasse textos antigos no perfil do blog. A replicação de textos antigos é tão boa quanto dos novos.

O **aproveitamento total da audiência** foi outro ponto explorado. Notei que a maioria dos acessos se dá por meio dos mecanismos de busca, newsletter ou disseminação via redes sociais. O resultado disso é que 90% de todas as visitas caem em páginas internas e somente 10% vai para a tela inicial do blog. Desenvolvi um aplicativo que coloca uma espécie de lembrete em todos os textos, de uma única vez, levando a audiência para onde eu gostaria.

Quando quis **captar os dados dos leitores de forma mais assertiva**, coloquei uma tela de cadastro que forçava o preenchimento para dar acesso ao conteúdo. Em 60 dias o sistema levantou mais de 30 mil cadastros, sendo que 90% autorizaram o envio de atualizações por e-mail. Quando tirei a obrigatoriedade, o sistema cadastrou cerca de 40% do volume diário do modelo anterior. (VITORINO, 2012, p. 10-11).

A síntese apresentada dá indícios de um uso consciente da presença dos internautas e leitoras na página. Os testes com as ferramentas disponíveis, a captura de endereços, a oferta estratégica de informações, a transparência sobre os termos do blog, são alguns pontos comentados na citação. Talvez, o que esse exemplo nos desafia pensar, é a temática das negociações, dos enfrentamentos entre operadores de circuitos e audiências. Uma sociedade em experimentação, muda à medida que vai sendo desafiada.

Uma marca visível foi a forma de escrever. Como atingir e engajar o público? Qual linguagem visual explorar na arquitetura? Em relação aos textos – estrutura e linguagem – e resistências aos direcionamentos, também houve experimentalismos. Vejamos:

No início dividi o conteúdo em diversas páginas, com a finalidade de entender qual a ordem dos textos que seria mais benéfica para que os leitores passassem mais tempo lendo. Cheguei ao modelo: chamada, bloco de informação, o que o leitor tem a ver, o que o leitor tem a ganhar e ação desejada. Percebi que o texto deveria obedecer uma lógica em sua estrutura por estágios: sensibilização, motivação e mobilização. Nos primeiros dois anos regrei-me para publicar conteúdo todos os dias e horários determinados. Isso proporcionou ao público a sensação de folhetim. Passei a responder a maior parte dos comentários e notei que essa prática ajuda perceptivelmente a criar a identidade do leitor com o canal. Em 2012, quando passei a forçar cadastros de participações nas redes sociais que abri, num primeiro momento, a audiência caiu pela metade. Depois, com a desobrigação do cadastro seguiu uma tendência de normalização. (VITORINO, 2012, p. 13).

O *blog* foi escrito por um único autor, Marcelo Vitorino, publicitário – atuando na área de marketing, com foco em estratégias de comunicação digital. Inicialmente segmentou o conteúdo ao redor dos temas sexo e relacionamento, abordados sob um viés de entretenimento; depois, a partir de meados de 2011, ampliou para outros temas como

comportamento, educação, saúde, Política e Religião. Nesta segunda fase, além do humor, os *posts* tiveram um cunho mais informativo, dados reproduzidos de outras mídias. A periodicidade das postagens variou, em geral dois a três *posts* por semana. Em 2012, o conteúdo passou a ser enviado aos 130 mil assinantes da Newsletter, um público predominantemente feminino, com mais de 25 anos.

Em seis anos, **Pergunte ao Urso. As melhores respostas para as piores perguntas** contabilizou alguns números: recebeu mais de 10 mil perguntas; publicou 307 textos; obteve 6 milhões de visitantes únicos, mais de 15 mil de comentários, 116 mil visualizações de vídeos; reuniu 3,9 mil membros no Orkut, 16 mil fãs da *fanpage* e 17 mil seguidores no Twitter. Entre os destaques que conseguiu estão o prêmio de Melhor Blog Books (2010), finalista do melhor *blog* em 2010, dois livros publicados a partir dos *posts* (2009 e 2010) e convidado para palestrante de importantes eventos da Web e aparições na mídia de massa.

A captação dos endereços da audiência foi conduzida de forma camuflada. O *post* foi de 6 de julho de 2012, exemplifica o encaminhamento do processo de captação de e-mail.

Mudança crítica no Pergunte ao Urso
06/07/2012 Por Urso Branco Em Featured, Palavra do Urso

Pergunte ao Urso

As melhores respostas para as piores perguntas

Caros leitores, depois de falar sobre minha **aposentadoria**, que deverá ocorrer no próximo mês de outubro, preciso avisar sobre uma pequena mudança no sistema de leitura do Pergunte ao Urso.

Entre sábado e segunda-feira implementarei um sistema que fechará o conteúdo do blog apenas para cadastrados. Calma, o blog continuará com acesso gratuito!

Decidi fechar o conteúdo apenas para quem se cadastrar para poder entender melhor o comportamento do leitor e, com isso, definir melhor as pautas que publicarei até o encerramento das atividades.

O cadastro poderá ser feito através do Facebook ou, caso alguém não tenha perfil nele poderá preencher um formulário ridiculamente simples quando entrar no blog. Pedirei poucas coisas: nome, e-mail, sexo (o de nascença), data de nascimento e cidade. Só!

Não será preciso decorar senha alguma, pois basta o e-mail para acessar. Isso se o sistema não identificar seu usuário automaticamente.

Muito obrigado pela atenção!

Marcelo Vitorino

Ps. O blog poderá apresentar alguma instabilidade durante a implementação. O responsável por mais invenção tem nome: Felipe Signorini. Como estarei fora durante o final de semana, qualquer problema pode mandar um e-mail para ele.

Quanto a outras lógicas tentativas sobre a invenção deste processo, elencamos mais oito pontos: migrações na hospedagem do *blog*, parcerias com portais, conversão do circuito com uso de mídias sociais, modelo de negócio (conteúdo e patrocinadores), experiência com conteúdo em vídeo ao vivo, relação com a blogosfera e os sistemas de comentários e os meios de disseminação do conteúdo. Vejamos alguns aspectos de cada uma.

Quanto à hospedagem, o *blog* transitou (em 2007) por vários servidores, em geral abandonados pelos péssimos serviços que prejudicavam a qualificação da apresentação dos conteúdos, navegação, atualização e mecanismos de busca do *blog*. Como consequência e vontade de expansão, veio a ideia de parceria com um portal.

Sobre o uso das arquiteturas de comunicação, criação de uma rede exclusiva, uso de canais de vídeo Marcelo Vitorino (2013, p. 26-29) comenta:

Antes do Facebook estourar tentei fazer uma rede social privada, exclusiva para leitores do blog. Escolhi uma ferramenta chamada Ning para dar vida à idéia. A ferramenta não detinha boa usabilidade, mas o principal erro foi apostar que a rede se sustentaria sem a minha dedicação completa. Sem um administrador que fomenta, constantemente, a troca de conteúdos, a rede definha e morre. [...]

Em muitos textos coloquei um ou outro vídeo para completar o conteúdo. Para evitar links quebrados passei a colocar vídeos no canal do *YouTube* do blog: músicas, entrevistas e minhas participações em programas de televisão. Após o canal ter mais de 2 mil visualizações, o *YouTube* o baniu porque infringia os direitos autorais de alguns vídeos. Acabei perdendo bons vídeos nesse problema. [...]

Testei uma ótima ferramenta para exibição de vídeos ao vivo: Livestream.com. Cheguei a fazer várias experiências, o suficiente para ver que, se quiser que dê certo, é preciso investir em estrutura. É muito difícil fazer um *livestreaming* sozinho. É preciso ter pautas preparadas, divisão de blocos de conteúdo, alguém para filtrar as perguntas e comentários, além de bom equipamento. Sem isso não vale a pena.

Em relação ao modelo de negócio, o conteúdo sobre sexo e relacionamento afastou patrocinadores. Os responsáveis pela publicidade mantinham receio de anunciar, apesar dos índices de audiência. Outro ponto era vincular marcas e produtos com palavras-chave e essa estratégia não combinava com as especificidades do *blog*.

Pergunte ao Urso, em vários momentos, teve problemas com a comunidade blogueira, por desprezar o *ethos* do meio e por não participar dos circuitos blogueiros. Além disso, houve um episódio que ficou conhecido como #ursogate. Marcelo o descreve:

Durante um período trabalhei com um dos maiores nomes da internet, Edney Souza, dono do portal de blogs Interney. Em dado momento conversamos e decidimos aproveitar um mailing extraído dos comentários deixados no portal do Edney.

A ideia era muito simples, tão quanto idiota, reconheço. Fizemos um acordo: ele me forneceria os e-mails e eu, em contrapartida, colocaria publicidade do shopping virtual chamado Interney Shop na newsletter do Pergunte ao Urso.

A extração gerou cerca de 115 mil endereços de e-mail, que foram inscritos, sem o consentimento de seus donos, para o recebimento do conteúdo do meu blog. Essa atitude gerou uma repercussão negativa que durou cerca de 2 dias e o episódio ficou conhecido como #ursogate.

Removi todos os e-mails da base de contatos, mas não expliquei à época de onde eles surgiram. Apesar de ter recebido a lista do dono do portal, usa-la sem a permissão foi uma péssima idéia. (VITORINO, 2013, p. 31).

Um penultimo aspecto são as interações. Quem comenta, quer ser acompanhado. As migrações de servidores e de portal fizeram com que os comentários se perdessem, acarretando perda de seguidores. Neste sentido, o uso do Facebook e as interações no *blog* são fundamentais para a experiência do consumidor. Paralelamente, a política de comentários é necessária. Ela dá foco às contribuições, evita problemas com ofensas entre leitores.

Por fim, quanto aos meios de disseminação – *e-mail*, Twitter e Facebook – Marcelo Vitorino (2013, p. 35-37) afirma:

Uma boa aposta foi a de disponibilizar um sistema para o envio das atualizações por e-mail. A newsletter fazia o papel de lembrete para o leitor. O uso do Twitter foi essencial em um primeiro momento, depois, com o declínio da ferramenta, ele foi perdendo sua relevância, mas serviu como meio de interação e disseminação. O Facebook foi meu principal aliado, sem as limitações de 140 caracteres e com um formato que estimula as discussões, a ferramenta foi de extrema importância na propagação do blog. [...]

Recentemente coloquei um formulário de cadastro no blog. Se eu pudesse voltar no tempo, teria colocado no primeiro dia. É a maneira mais rápida de obter informações dos leitores e, também, de inscritos para o sistema de newsletter. Usar o Facebook para agilizar o preenchimento dos dados também foi uma boa idéia. Evita erros de digitação dos e-mails. Você não suja a lista de envios das atualizações, o que impacta diretamente na performance da taxa de abertura das mensagens.

Essas informações trouxeram algumas pistas sobre algumas lógicas tentativas, em especial sobre as migrações na hospedagem do *blog*, parcerias com portais, conversão do circuito com uso de mídias sociais, modelo de negócio (conteúdo e patrocinadores), experiência com conteúdo em vídeo ao vivo, relação com a blogosfera e os sistemas de comentários e os meios de disseminação do conteúdo. Elas dão algumas pistas que reforçam as discussões sobre midiaticização dos processos sociais e sobre as premissas que apontamos na introdução.

* * *

Do ponto de vista da indeterminação, o caso mostrou que a captura propositada das informações sem o consentimento dos internautas configurou uma indeterminação, se não uma violação. Embora seja uma prática usual na web, sua revelação sugere ser um curioso elemento a ser pensado. Como contrapartida, nasceu a *hashtag* #ursogate e o reconhecimento público de uma prática aética. A resposta e o enfrentamento dos participantes do circuito é outro fator intrigante a exigir elaboração a partir de pesquisa empírica. Por fim, no circuito do Urso Branco, já era e segue sendo fomentado um mimetismo e um tipo de autoreferencialidade do circuito.

PARTE III
INFERÊNCIAS&TRANSVERSALIDADES

CAPÍTULO 9 – INFERÊNCIAS & DESENTRANHAMENTOS

Na parte II do trabalho descrevemos a pesquisa empírica. Procuramos compor um conjunto de Casos de processos interacionais de sociedade com Casos de processos interacionais de meios. O corpus eram cinco dispositivos: Secretaria de Segurança Pública de Canoas, Videomonitoramento Trecho PoA-NH da BR-116, Dispositivo Rosane de Oliveira, Dispositivo José Simão e *Blog* Pergunte ao Urso.

Caracterizamos a gênese do dispositivo do Caso 1 – com um olhar sobre o direcionamento social –, sistema de relações, fenômenos comunicacionais e processos tentativos. Em relação aos circuitos, descrevemos e caracterizamos os cinco circuitos comunicacionais. Descrevemos a gênese, arquitetura comunicacional, ações comunicacionais e processos tentativos. Como eixo transversal trabalhamos com a ética, problematizamos a emergência de indeterminações no dispositivos e nos circuitos. É a partir desta rede de implicações que passamos ao momento das inferências, transversalidades e elaboração de ideias-guia para futuras pesquisas.

9.1 Dispositivo interacional – direcionamento social e processos tentativos

Como processo interacional de sociedade, o dispositivo Segurança Pública de Canoas é anterior ao momento aqui estudado. Em 2009, há uma revitalizada, uma reorganização. Esse impulso se dá graças a uma conjugação de fatores políticos, sociais, com interesses estratégicos. Em última instância, o tema segurança pública é um dos grandes déficits de Canoas, sendo pior em alguns bairros do que outros.

Verbas do Pronasci, gestão municipal alinhada a um projeto de cidade cidadã e canais de participação, redesenho das instituições policiais, altos índices de violência intra-escolar, áreas ocupadas sem regularização, roubos de carros e direito constitucional à segurança são algumas das linhas de força que levaram à reinvenção do dispositivo Segurança Pública de Canoas.

Ações novas e rearranjos institucionais locais/estaduais/nacionais converteram tecnologias e criação de ações integradas e ações no território. Não sem tensões. Produção do signo sobre a paz e a violência em e sobre Canoas; As hierarquias entre os comandos das polícias; Mistura de ações policiais com ações cidadãs; Regulação e ajustes da implantação e das tecnologias aplicadas e seus usos... Enquanto direcionamento social, o dispositivo segue, tentativamente, expandindo-se.

Do ponto de vista das processualidades da invenção social, nas diferentes frentes as demandas foram sendo enfrentadas pelo dispositivo. Fazer o enfrentamento da violência – nas escolas, nos territórios de paz (Guajuviras e, depois, Mathias Velho), promover ações cidadãs (asfaltar ruas, regularizar terrenos), implantar tecnologias aplicadas (com tudo que virá ao redor), gerar indicadores e sistematizar dados.

Com as tecnologias aplicadas especificamente – alarmes, GPS, monitoramento de pedestre e de carros, escuta ambiental, uso de *tablets* para registro de ocorrências, *Ágora Virtual* – foram ações institucionais converteram tecnologias dando-lhes direcionamentos. Para fazer usos mais otimizados e racionalizados, essas tecnologias receberam instâncias de planejamento, gestão e avaliação compartilhadas: GGI-M, SIM, Observatório, ROVE, criação de protocolo e um programa que articula o todo: Canoas Mais Segura.

Algumas dessas tentativas foram abandonadas, outras estão em redesenho e outras seguem problemáticas e sem debate público. O protocolo para registros compartilhados entre bombeiros, instituições policiais e vigilância pública foi abandonado. Não entrou nas ações do dia-a-dia. O monitoramento de carros mostrou-se ineficaz e será substituído por outra tecnologia aplicada. O monitoramento de pedestres foi aprovado nas áreas centrais e parques; ajudou a normatizar o comércio ambulante, inibiu o consumo de drogas em praças, o número de assaltos, melhorou a sensação de segurança. De outra parte, sofreu “enfrentamentos localizados” que podem ser indício de algo mais profundo.

A escuta ambiental é um problema de indeterminação, juntamente com o vazamento de dados da SIM e com a transformação das sociabilidades. Quanto às escutas ambientais, não houve nenhuma indeterminação, após a fase de uso experimental. Porém, um presídio regional está previsto para aquela área, como contrapartida pelas verbas recebidas do Governo do Estado (Gestão Yeda Crusius). Os sensores tem sua capacidade de escuta esgotada em dias de festa, quando os moradores do bairro soltam muitos foguetes. (Natal, Virada de ano, dias de jogos).

O marco legal – que assegurou a instalação e a operação – necessitou correções para contemplar a liberação de imagens para os munícipes (casos de roubo de carro, por exemplo).

Do ponto de vista das dinâmicas comunicacionais, o dispositivo está constituindo seu circuito comunicacional. Em 2011-2012, seus fluxos, também, circulam em outros circuitos ou circulam como fluxos difusos (tecnologias aplicadas, territórios da paz, bairros violentos, ações cidadãs nos territórios). Desde a especificidade do dispositivo – segurança pública – foram inventados momentos com distintas ofertas: Teatro de Fantoques, momento de escuta e

diálogo síncrono, projetos experimentais, sistematização e comunicação de dados e os monitoramentos e “comunicação” dos dados. São fenômenos comunicacionais distintos. O vazamento de dados na SIM, gerou novos mecanismos para coibir e responsabilizar criminalmente os vazamentos.

Do ponto de vista dos processos interacionais de sociedade, essa profusão interacional é intrigante. O *blog* Observatório, mesmo estando hospedado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, é de extrema relevância para o dispositivo. A comunicação dos seus dados é promessa de maior transparência e fomenta reverberações sobre projetos e ações desenvolvidas no dispositivo interacional. Algo parecido pode ser inferido desde a comunicação na Agência Boa Notícia Guajuviras. Ela visa empoderar – com competências comunicacionais – jovens em situação de vulnerabilidade. Capacita-os para desconstruir as narrativas jornalísticas sobre o bairro e para reinscrever o fato no circuito ABNG.

Para finalizar dois pontos. **a)** Fluxos Segurança Pública que circulam em outros circuitos. O circuito Secretaria de Comunicação é espaço para circulação de fluxos da Segurança Pública – no site e impressos. Esse sulco de fluxos, juntamente com o circuito experimental da SPC, sugere que está se gerando uma disputa do signo sobre a paz e a violência no município. Nas visitas aos bairros – especialmente Guajuviras e o Mathias Velho (bairros violentos e que são Territórios de Paz) – mudou a ótica sobre a violência. **b)** A mediatização do uso das tecnologias aplicadas gerou um fluxo Segurança Pública Canoas que circula difuso, que liga paz a Polícia e tecnologias.

* * *

Ao longo da pesquisa e ao final deste, percebemos mais nitidamente que a partir do Caso 1, estudado desde o dispositivo interacional e do circuito – poderíamos problematizar mais as afetações entre processos interacionais de sociedade e processo de mídia. O tema da mediatização e suas problemáticas emerge como um futuro desafio investigativo. Porém, percebemos isso graças às emergências da composição com o conjunto dos cinco circuitos comunicacionais.

9.2 Circuitos – gênese, ofertas comunicacionais e processos tentativos

Nos capítulos 4, 5, 6, 7 e 8 referimos muitos dos elementos deste item. Por isso, para não nos repetir, resumimos apenas alguns tópicos procurando relacionar variáveis no conjunto dos Casos.

No estudo dos cinco circuitos encontramos quatro naturezas de informações: segurança pública, mobilidade urbana, jornalismo político e entretenimento. Quanto à gênese, desses circuitos, ela varia muito, mas todos são circuitos jovens ou em experimentação. Nos processos de meios foram criados por processos de empresa e nos processos interacionais de sociedade, foram demandas sociais e ações institucionais que os criaram. Vejamos algumas especificidades gerais.

O circuito SPC está em constituição e seus momentos oferecem distintos fenômenos comunicacionais: teatro, interação síncrona sobre temas de segurança, dados sistematizados de ações e projetos em Segurança, produções experimentais sobre Segurança Pública. Nasce no dispositivo interacional e está ao serviço dele. Suas ofertas comunicacionais não tem uma periodicidade. São basicamente momentos, sem um fluxo comum.

O circuito Trecho PoA-NH BR-116, também está em constituição, num estágio mais preliminar. Gera um fluxo de informações sobre as condições de trafegabilidade da BR-11. Várias conjugações institucionais não permitiram o desenvolvimento de um circuito comunicacional pensado para o dispositivo. No estágio de observação, usava um momento do circuito PRF/RS. Esse fluxo do Trecho BR-116 aumentou o número de seguidores (audiência) do perfil da PRF/RS.

O circuito Rosane de Oliveira é um circuito constituído dentro de uma empresa jornalística e o nomeamos circuito interplataformas. Como relatamos no capítulo 6, ele articula circuitos de veículos e sub-circuitos de programas. Nele circulam fluxos de informação jornalística. São cinco tipos de oferta: coluna impressa, programa radiofônico, comentário em telejornal, blog (material de curadoria da coluna impressa e da participação no rádio) e *twetts* (agendamento da audiência para os momentos do circuito, informação atual). Como operadora do circuito, Rosane tem momentos de especialista, divide o momento com outros jornalistas ou com os leitores. Todos os momentos são administrados pelos processos de empresa, exceto o Twitter. Foi justamente esse que gerou uma irritação ao circuito no período de observação, relatado acima.

No circuito Rosane de Oliveira, talvez, uma grande tentativa seja a inscrição do circuito no “aparelho circulatório”. Além disso, como já referido na síntese do capítulo 6, imaginamos algo como um fluxo Rosane de Oliveira circulando nos circuitos ou mesmo algo mais difuso.

O circuito José Simão está inscrito em dois “aparelhos circulatórios” (Grupo Folha/UOL e Grupo Bandeirantes). Momentos do seu circuito geram fluxos que passam a

circular em diferentes momentos de circuitos de outros grupos de mídia, principalmente de jornais das capitais brasileiras. Além disso, mantem forte presença nos espaços fora dos “aparelhos circulatórios de empresa”. No final do Capítulo 7 referimos uma síntese e especificidades dos momentos. Registramos que há uma articulação entre momentos de mídia de massa e momentos de mídias conectoras.

Relacionando os quatro circuitos, não vemos propriamente uma articulação de circuitos de processos dos meios com circuitos de processos de sociedade, mas circulação de fluxos, em geral um contato desde os momentos não institucionalizados: nas mídias conectoras.

Por fim, o circuito Urso Branco, com seus momentos e suas transformações. Ele foi descrito no Capítulo 8, mas retomamos aspecto das tentativas do processo. Como ocorrem as expansões, refrações ou mortes de circuitos? Há circuitos por onde não circulam fluxos de informação? Por que os fluxos precisam de circuitos? Olhando os movimentos do circuito Urso Branco, são questões que um pesquisador se faz. As trocas de nome do operador do circuito; os experimentalismos temáticos nos dispositivos (**Pergunte ao Urso, Pérolas Políticas, Presença Online e Naquela Mesa**); as ofertas comunicacionais; as indeterminações (captura de dados, compra casada de dados, perda do público).

Olhando sobre o conjunto dos casos estudados, os circuitos existem, são caracterizáveis e tem especificidades. Articulam momentos do face-a-face, da escrita, tecnomediados, rádio, televisão. Pelo estudo do corpus não fica claro se circuitos de meios se articulam com circuitos de processos sociais. Nossa hipótese é de que se trata, nestes casos, de fluxos. Fluxos de meios e fluxos de processos sociais se atravessam ou circulam; são provocações para novos enfrentamentos.

9.3 Transversalidades

No **Capítulo 02 – Estratégias Metodológicas**, agendamos para este momento a apresentação e discussão das indeterminações mapeadas ao longo da pesquisa de dispositivos interacionais em contexto de mediação. Gênese, consequências para os dispositivos interacionais, circuitos, processos sociais e a mediação são alguns ângulos que vamos analisar. Neste sentido é uma discussão que se coloca no horizonte geral das questões que a tese enfrenta: Como emergem as indeterminações nos dispositivos e circuitos em constituição? Como os espaços de indeterminação ética afetam os dispositivos e circuitos? Por que as indeterminações geram espaços de indeterminação ética? Quais proposições o

estudo – desde o eixo da ética – permite inferir sobre processos sociais em contexto de mediação?

Uma primeira observação. Ao articularmos um estudo de cinco dispositivos – combinando processos de sociedade e processos de meios – no qual acionamos um dispositivo e cinco circuitos. Foi o trabalho possível para esse momento de tese e que legados que trazem essa fragilidade. Vejamos o conjunto de indeterminações.

Listamos as indeterminações, unindo-as num único conjunto Dispositivo&circuitos. A seguir, apresentamos algumas ideias gerais sobre cada um dos operadores (dispositivos e circuitos).

Indeterminações	
Dispositivo SSPC	– Transformação das sociabilidades – Escuta ambiental
Circuito SPC	– Vazamento de imagem
Circuito Trecho BR-116	– Compartilhamento de imagens – Desvio do raio de captação da imagem
Circuito Rosane de Oliveira Circuito José Simão	– Poder de disseminação da informação (caso Tessaro)
Circuito Urso Branco	– Criação de mecanismo para retenção de dados (enfrentamento)

Em relação ao dispositivo

Quanto à **gênese**, as indeterminações nos dispositivos, aparecem como decorrências dos direcionamentos e usos tentativos. Para atender demandas de sociedade, a sociedade tenta via dispositivos. É uma organização como e enquanto sociedade. Neste sentido, os participantes da construção social do dispositivo podem medir, em algum grau, decorrências. Porém, são apenas indícios.

No dispositivo Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, a transformação nas sociabilidades, talvez, pudesse ter sido prevista, mas certamente não onde ocorreu. O grau de imprevisibilidades é alto. Tal índice sugere que a necessidade de capacidade de adaptação ou de reação-correção de rumos.

Em relação à reverberação e retorno com **consequências sobre o dispositivo**, a indeterminação leva o dispositivo a uma situação de permanente *versão beta*: Para corrigir, nova experimentação; nova experimentação, risco de indeterminação. Porém, nos parece e o frisamos em vários momentos ao longo do trabalho, não é um problema tecnológico ou um mau uso da técnica. Nossa complexidade interacional nos leva a precisarmos incorporar essa dimensão. Neste sentido, a demanda por complexificar o significado social e o horizonte

cultural dos dispositivos interacionais, usando uma expressão de Feenberg. Paralelamente, a demanda por manter acesa a dimensão ética.

Do ponto de vista da **mediatização**, investigando dispositivos interacionais – estudados desde os processos de sociedade – as indeterminações demandam reflexões da ordem de uma ética do agir humano e não tanto de uma ética da Comunicação.

Quanto às problemáticas da mediatização, combinando dispositivos interacionais e processos de sociedade, ainda falta conseguirmos descrever processualidades. Não está claro ainda, como os fluxos e circuitos de processos interacionais de sociedade e processos interacionais de meios se encontram, comunicam e articulam.

Em relação aos circuitos

Quanto à **gênese**, a pesquisa sugere que as indeterminações nos circuitos decorreram de práticas inconsequentes (vazamento de imagens e captação de dados) e da cultura jornalística do furo e do poder de disseminação da ferramenta e do não controle sobre os fluxos adiante. O caso Nelcir Tessaro, do ponto de vista da mediatização é índice das afetações da mediatização sobre as instituições e suas práticas. A **consequência** para o circuito não é tão grave, se for um circuito mais consolidado. Circuitos em constituição talvez pudessem ser mais afetados.

Em relação às experimentações no circuito Urso Branco não temos como avaliar se o circuito foi afetado e quais impactos acarretou.

* * *

No início desta pesquisa, na Página 14, informamos trabalhar com seis pressupostos. Nossa pesquisa empírica possibilitou avançar naquela perspectiva. Não direcionamos os pressupostos, explicitamente, mas agora voltamos a eles, procurando articulá-los desde um contraste entre processos de sociedade e processos de meios. O enfrentamento com os objetos proporcionou percepções adicionais que poderão abrir perspectivas para pesquisas complementares.

Seguem as ideias-guia:

Processos interacionais de sociedade – 1) Demandas sociais levam as instituições – nas mais diferentes práticas – a lançar mão da multiplicação de tecnomediações setoriais para interação; 2) Ações institucionais inventam socialmente dispositivos interacionais, que convertem ferramentas em arquiteturas de mídia; 3) Para fazer circular suas informações, os dispositivos interacionais inventam socialmente circuitos e fluxos comunicacionais,

direcionam socialmente os fluxos e as participações em múltiplos circuitos – à margem da mídia; 4) Fluxos – ao serem compartilhados entre processos sociais – borram fronteiras e são fator de atravessamento de campos e geradores de indeterminação comunicacional; 5) Dispositivos se (re)fazem à medida que vão sendo usados e são fator de reestruturação das instituições, estruturas e ações. 6) Dispositivos interacionais – enquanto regras institucionais, tecnologias acionadas, agenciamentos tático-locais, processos da experiência vivida – ao se enraizarem tentativamente nos processos sociais geram indeterminação; 7) As indeterminações transformam dispositivos, processos e borram fronteiras – entre campos –; As indeterminações são equacionadas conforme as capacidades de aderência, adaptação e reestruturação dos processos sociais. 8) A explicitação e incorporação da prática do debate ético nos dispositivos e circuitos auxiliam no enfrentamento de indeterminações;

Processos interacionais de mídia – 1) Processos de empresa lançam mão da multiplicação de tecnomediações por força da ambiência midiática para interagir; 2) Ações institucionais (re)convertem ferramentas e dispositivos interacionais, direcionam e exploram estrategicamente arquiteturas de mídia; 3) Para fazer circular informações, inventam aparelhos circulatórios de onde articulam dispositivos e circuitos ou para participar de outros aparelhos circulatórios; 4) O aparelho circulatório é fator de reestruturação das lógicas empresariais, processos, formatos, linguagens, rotinas produtivas e relações; 5) O grau de afetação da indeterminação varia segundo a capacidade adaptação dos dispositivos, dos circuitos e do aparelho circulatório; 6) Explicitação e incorporação do debate ético no aparelho circulatório, nos dispositivos e circuitos auxiliam no enfrentamento de indeterminações; 7) Participantes de circuito negociam, enfrentam e reverberam sobre os fluxos no circuito.

CONSIDERAÇÕES

O relato da pesquisa chega ao seu final. O que considerar, depois das idas e vindas teórico-metodológicas, bifurcações e abandono de pistas nos objetos empíricos, projeção pistas para futuros estudos? Rememorar, agrupar fragmentos e projetar.

O estudo investigou *dispositivos interacionais* em contexto de midiatização para problematizar o tema indeterminações comunicacionais. O fizemos a partir da descrição e caracterização do dispositivo interacional Segurança Pública de Canoas e dos circuitos comunicacionais Segurança Pública de Canoas, videomonitorado do trecho PoA-NH da BR-116, Rosane de Oliveira, José Simão e Urso Branco.

Articulamos processos interacionais em constituição e processos interacionais mais consolidados. Processos de sociedade e processos de meios. Acompanhamos esses processos num recorte temporal de dois anos observados desde a *invenção social e o direcionamento social*. A coleta de dados, suas sistematizações nos legaram conhecimentos teóricos, metodológicos, sobre técnicas de coleta de dados e estruturação de pesquisa empírica e os fazeres de pesquisa empírica.

Enfrentamos quatro questões: Como emergem as indeterminações processos interacionais em contexto de midiatização? As indeterminações afetam os dispositivos e os circuitos? As indeterminações são fator de geração de espaços de indeterminação ética? Como os espaços de indeterminação ética podem ser ocasião para agendar o debate ético nos dispositivos e circuitos?

Elas foram respondidas ao final do estudo de cada caso (individualmente) e nas inferências e nas sínteses, mas retomamos alguns aspectos, distinguindo o que é da ordem do dispositivo e o que é da ordem do circuito.

No dispositivo Secretaria de Segurança Pública de Canoas, as indeterminações comunicacionais emergem mais da conjugações de fatores sócio-técnicos do que de fenômenos comunicacionais. A transformação nas sociabilidades, a escuta ambiental e o desvio de raio de cobertura de câmeras, são indeterminações que estão para além de indeterminações comunicacionais ou de fenômenos comunicacionais. Não deixam de ser indeterminações e espaço de indefinição ética. O resultado da pesquisa indica que, talvez, se tivéssemos acionado um dispositivo interacional de meios teríamos outros elementos para pensar o tema indeterminações comunicacionais a partir dos dispositivos interacionais.

Em relação aos circuitos comunicacionais acionados, as indeterminações emergem da ordem comunicacional, nos circuitos, em momentos específicos ou meramente nos fluxos. As indeterminações decorrem de fenômenos comunicacionais, em geral de um fluxo, que passa a afetar as lógicas do circuito, especialmente o operador do circuito comunicacional. Em termos de espaço de indefinição ética, nestas circunstâncias em geral os valores e ordenamentos canônicos vacilam. As problemáticas que a indeterminação comunicacional coloca estão para além dos ordenamentos da ética da comunicação, pensada desde o contexto das mídias de massa e do regime de liberdade de expressão.

* * *

Nossa pesquisa visou desentranhar propostas para futuros estudos da comunicação, procurando apontar especificidades:

Processos interacionais de sociedade – 1) Demandas sociais levam as instituições – nas mais diferentes práticas – a lançar mão da multiplicação de tecnomediações setoriais para interação; 2) Ações institucionais inventam socialmente dispositivos interacionais, que convertem ferramentas em arquiteturas de mídia; 3) Para fazer circular suas informações, os dispositivos interacionais inventam socialmente circuitos e fluxos comunicacionais, direcionam socialmente os fluxos e as participações em múltiplos circuitos – à margem da mídia; 4) Fluxos – ao serem compartilhados entre processos sociais – borram fronteiras e são fator de atravessamento de campos e geradores de indeterminação comunicacional; 5) Dispositivos se (re)fazem à medida que vão sendo usados e são fator de reestruturação das instituições, estruturas e ações. 6) Dispositivos interacionais – enquanto regras institucionais, tecnologias acionadas, agenciamentos tático-locais, processos da experiência vivida – ao se enraizarem tentativamente nos processos sociais geram indeterminação; 7) As indeterminações transformam dispositivos, processos e borram fronteiras – entre campos –; As indeterminações são equacionadas conforme as capacidades de aderência, adaptação e reestruturação dos processos sociais. 8) A explicitação e incorporação da prática do debate ético nos dispositivos e circuitos auxiliam no enfrentamento de indeterminações;

Processos interacionais de mídia – 1) Processos de empresa lançam mão da multiplicação de tecnomediações por força da ambiência midiática para interagir; 2) Ações institucionais (re)convertem ferramentas e dispositivos interacionais, direcionam e exploram estrategicamente arquiteturas de mídia; 3) Para fazer circular informações, inventam aparelhos circulatórios de onde articulam dispositivos e circuitos ou para participar de outros aparelhos circulatórios; 4) O aparelho circulatório é fator de reestruturação das lógicas

empresariais, processos, formatos, linguagens, rotinas produtivas e relações; 5) O grau de afetação da indeterminação varia segundo a capacidade adaptação dos dispositivos, dos circuitos e do aparelho circulatório; 6) Explicitação e incorporação do debate ético no aparelho circulatório, nos dispositivos e circuitos auxiliam no enfrentamento de indeterminações; 7) Participantes de circuito negociam, enfrentam e reverberam sobre os fluxos no circuito.

* * *

Acreditamos que nas idéias-guia e nas discussões das partes I, II e III da pesquisa há elementos que possam contribuir para futuras pesquisas na Linha Mídiação e Processos Sociais e para os estudos de mediação. Por delimitar um eixo para estudar a mediação, a pesquisa sugere a possibilidade de delimitação de outros eixos: estética, linguagens, implicações sócio-antropológicas, etc. Por trabalhar com configurações pontuais, em processo e com fenômenos em processo, esses estudos exigem o trabalho de distinguir arranjos arquitetônicos de processos mais amplos destes.

Temos consciência de que esta pesquisa está deficitária quanto a uma visão de complexidade estrutural da mediação e de uma maior problematização do eixo da ética. O mesmo se pode afirmar sobre a falta de distinções entre “lógicas finas”, em cada caso e entre os casos. Distinguir elementos configuradores e as configurações dos processos interacionais (de meios e de sociedade).

Do ponto de vista do eixo da ética, a noção *paradoxos éticos* aparece (após a defesa) como um encaminhamento para uma problematização teórica. Parece ser uma noção que ajude a desentranhar elementos teóricos para uma ancoragem epistemológica. O grande desafio que enfrentamos na pesquisa foi o de não termos esse instrumental de onde pensar a ética. Em geral, as éticas deontológicas tem sido pensadas desde algum sistema ético e no contexto da mediação, esses sistemas não podem meramente ser acionados. Há um trabalho prévio, de elaboração conceitual.

REFERÊNCIAS

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN. Disponível em: <<http://alaic.net/portal/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO. Disponível em: <<http://www.compos.org.br>>. Acesso em: mar. 2011.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.sopcom.pt/>>. Acesso em: mar. 2012.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Editora 70, 1981.

BERTRAND, C. J. **A deontologia das mídias**. (1997). Bauru: EDUSC, 1999.

BIBLIOTECA ONLINE DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/>>. Acesso em: 2012.

BRAGA, J. L. A prática da pesquisa em comunicação – abordagem metodológica como tomada de decisões. **E-Compós**, Brasília, v. 4, p. 1-33, 2011.

_____. **A sociedade enfrenta sua mídia** – dispositivos sociais de crítica midiática. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Circuitos *versus* campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.) **Mediação & midiaticização**. 1. ed. Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2012b.

_____. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, São Paulo, USP v. 1, p. 73-88, 2008.

BRAGA, J. L. Interação como contexto da Comunicação. **Matrizes**, São Paulo, USP, v. 1. p. 25-41, 2012a.

_____. Miatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; ARAÚJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____.; LOPES, M. I. V; MARTINO, L. C. (Org.). **Pesquisa empírica em Comunicação**. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 833, de 25 de outubro de 2010**. Regulamenta a liberação de imagens captadas pelas câmeras de videomonitoramento controladas pelo município de Canoas. Disponível em:

<<https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/decreto/2010/83/833/decreto-n-833-2010-regulamenta-a-liberacao-das-imagens-captadas-pelas-cameras-de-videomonitoramento-controladas-pelo-municipio-de-canoas-2010-10-25.html>>. Acesso em: 2012.

_____. **Lei n. 5.383, de 19 de maio de 2009**. Cria o Conselho Municipal de Segurança Pública. Disponível em:

<<https://www.leismunicipais.com.br/a/rs/c/canoas/decreto/2010/87/879/decreto-n-879-2010-regulamenta-a-lei-n-5363-de-2-de-janeiro-de-2009-que-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacao-e-funcionamento-do-poder-executivo-municipal-de-canoas.html>>. Acesso em: 2012.

_____. **Lei n. 5.466, de 23 de dezembro de 2009.** Regula a instalação, operação, tratamento de imagens, dados e informações produzidas a partir do Programa Canoas Mais Segura. Disponível em: < <http://c-mara-municipal-de-canoas.jusbrasil.com.br/legislacao/876849/lei-5466-09> >. Acesso em: 2012.

BRUNO, F. Controle, flagrante e prazer: regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 37, p. 45-53, dez. 2008.

CAMPBELL, D. Apresentação. In: Yin, R. **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005

CARLÓN, M. **Do cinematógrafo ao televisivo.** Metatelevisão, linguagem e temporalidade. (2006). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2012.

_____. Maquinismo, naturaliza y sociedad en el discurso de las cámaras de informes climáticos y de control de tránsito por televisión. **CIC – Cuadernos de Información y Comunicación**, Madrid, 2008, v. 13, p. 131-141.

CARNAL, H.; BERGONCI, P. Utilização de sistemas de informações geográficas no videomonitoramento urbano. **Anais do XXX Encontro Estadual de Geografia.** Erechim-RS, 2011. Disponível em: <http://www.xama.org.br/arquivos/Anais_06_11.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

CASTRO, Alessandro. **Entrevista com Alessandro Castro, Chefe de Comunicação da Polícia Rodoviária Federal.** [30 julho 2012]. Entrevista concedida a Carlos Alberto Jahn.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault.** Um percurso pelos temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CÁTEDRA UNESCO DE COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.metodista.br/unesco>>. Acesso em: mar. 2011.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano.** Artes de Fazer. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Ética Jornalística na primeira década do século XXI: um mapeamento de ocorrências”. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, a. 9, v. 9, n. 24, p.75-94, 2012.

_____. Valores, ordenamentos de conduta e subsistência do jornalismo. Texto apresentado ao GT Estudos do Jornalismo, **Compós 2011.**

CORNU, D. **Ética da informação.** (1997). Bauru: EDUSC, 1998.

CORTINA, A. **Ética** (2001). São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Ética de los medios y construcción de ciudadanía. In: OCLAC (Org.) **Comunicación, ciudadanía y valores: re-inventando conceptos y estrategias**, Quito, UTPL/OCLAC, 2008.

COSTA, T. C. **Ética, jornalismo e nova mídia.** Uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2009.

DAL SANTO, Rafael. **Entrevista com Rafael Dal Santo, sociólogo e coordenador de Pesquisa do Observatório de Segurança Pública de Canoas**. [11 agosto 2011]. Entrevista concedida a Carlos Alberto Jahn.

_____. **Relatório das atividades do Observatório**. Apresentação oral no V Fórum de Segurança Pública de Canoas. 2011. Disponível em: <Site>. Acesso em: data.

DELEUZE, G. ¿Que és um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. Espaço Michel Foucault. Disponível em: <www.filoesco.unb/foucault>. Acesso em: 2 mar. 2013.

DIEZHANDINO, P.; MARINAS, J.M.; WATT, N. (Org.) **Ética de la comunicación: problemas y recursos**. Madrid: Complutense, 2002.

FAUSTO NETO, A. A midiatização produz mais incompletudes do que as completudes pretendidas, e é bom que seja assim. Entrevista **IHU Online**, São Leopoldo, 2009. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2479&secao=289>. Acesso em: jan. 2012.

_____; FERREIRA, J.; BRAGA, J. L.; GOMES, P. G. (Org.). **Mediatização e processos sociais**. Aspectos metodológicos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

_____. **Mediatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

FERREIRA, J. Dispositivos midiáticos e processos sociais: um debate sobre a midiatização. Entrevista **IHU Online**, São Leopoldo, 2009. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2478&secao=289>. Acesso em: jan. 2012.

_____. Mediatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. **E-Compós**, Brasília, v. 10, p. 1-15, 2007.

_____. Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos. **Líbero, FACASPER**, v. 1, p. 1-15, 2006.

FOUCAULT, M. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. n. 197. (1977). In: **Dits et écrits III**. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

GIDDENS, A.; PIERSON, C. **Conversas com Anthony Giddens**. O sentido da modernidade. (1998). Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GINSBURG, C. Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: Eco, H. **O signo três** (1991). São Paulo: Perspectiva, 2004.

GOMES, P. G. **Tópicos de teoria da Comunicação**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

GUTIÉRREZ, A. **Pierre Bordieu: las prácticas sociales**. Posadas: Editorial Universitaria, 1997.

HJARVARD, S. Mediatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, a. 5, n. 2 jan./jun., p. 35-91, 2012.

INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR MEDIA AND COMMUNICATION RESEARCH. Disponível em: <<http://iamcr.org/>>. Acesso em: maio 2011.

INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION. Disponível em: <<http://www.icaahdq.org/>>. Acesso em: jul. 2013.

JOAS, H. Interação simbólica. In: BOTTOMORE, T; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 393-395.

KARAM, F. J. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Sumus, 2004.

KERCKHOVE, Derrick de. **Inteligencias en conexión**. Hacia una sociedad de la web. Gedisa, 1999.

KOPITTKKE, Alberto. **Entrevista com o vereador de Porto Alegre e Diretor Executivo do Consórcio Metropolitano GRANPAL Alberto Kopittke**. [3 maio de 2013]. Entrevista concedida a Carlos Alberto Jahn.

LOPES, M. I. V. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003a.

_____. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003b.

MAIGRET, E. **Sociologia da Comunicação e das mídias** (2008). São Paulo: SENAC, 2010.

MARTIN-BARBERO, J. As formas mestiças da mídia. **Pesquisa Fapesp 163**, p. 10-15, set. 2009.

_____. Deconstrucción de la critica. Nuevos itinerarios de la investigación. In: LOPES, M. I. V.; FUENTES, R. N. **Comunicación: campo y objeto de estudio**. Guadalajara, 2001.

_____. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. (1987) 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In.: MORAES, D. **Por uma outra Comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. Record, 2005. p. 57-86.

MATA, M. C. De la cultura masiva a la cultura mediática. **Diálogos de la Comunicación**, FELAFACS, n. 56, p. 81-91, 1999.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da Comunicação**. (1995). 10. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Pensar as mídias**. (1986). 1. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MCLUHAN, S; STAINES, D. (Org.). **McLuhan por McLuhan**. Entrevistas e conferências inéditas do profeta da globalização. (2003). Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MÉDOLA, A. S; ARAÚJO, D. C. (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MIÉGE, B. **A sociedade tecida pela comunicação**. Técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social. (2007). São Paulo: Paulus, 2009.

_____. Las etapas del pensamiento comunicacional. **Signo y pensamiento**, Bogotá, n. 26, 1995, p.109-118. Disponível em:

<<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/signoypensamiento/article/view/5633>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MORAES, D. (Org.). **Mutações do visível**. Da comunicação de massas à comunicação em rede. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. (Org.). **A sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CANOAS. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/observatorio-de-seguranca-publica-de-canoas/lista/documentos>>. Acesso em: 2012.

OLIVEIRA, Rosane de. **Entrevista com a jornalista Rosane Oliveira, que possui três contratos de trabalho com o Grupo RBS – Jornal Zero Hora, Rádio Gaúcha e TVCOM**. [27 março 2013]. Entrevista concedida a Carlos Alberto Jahn.

PRETTO, N.; SILVEIRA, S. A. (Org.). **Além das redes de colaboração**: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. **Revista da Famecos**, Porto Alegre, n. 12, p. 81-92, jun. 2000. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/int_mutua_reativa.pdf> Acesso em: 12 out. 2010.

RODRIGUES, A. D. Entrevista com o professor Adriano Duarte Rodrigues. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 177-200, 1999a.

_____. Experiência moderna e Comunicação. **Revista Fronteiras**: estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 111-120, 2008.

_____. **Experiência, modernidade e campo dos media**. BOCC. 1999b. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: mar. 2012.

_____. **O paradigma da Comunicação**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2011.

_____. Prefácio. **Livro Compós 2012**, UFBA, 2012.

RODRIGO ALSINA, M. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. Los modelos de la comunicación. 2. ed. Madrid: Tecnos, 1995.

SANT'ANNA, F. **Mídia das fontes**. Um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2009.

SCHNEIDER, J. Interação. In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 391-393.

SILVEIRA, J. **Análise das solicitações populares (2009-2011)**. Reivindicações e denúncias: subsídios para o planejamento integrado de fiscalização. Canoas, 2011. Disponível em: <site>. Acesso em: data.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** (1999). 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SOCIÉTÉ FRANÇAISE DES SCIENCES DE L'INFORMATION ET DE LA COMMUNICATION. Disponível em: <<http://www.sfsic.org/>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: Moraes, D. **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 12. ed., 2011.

TÓFOLI, L. **Ética no Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética** (1997). 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VERÓN, E. Semiosis de la mediatización. **Anais Seminário Internacional Media and social perception**, Rio de Janeiro, maio 1998. Disponível em: <site>. Acesso em: data.

WOLTON, D. **Pensar a Comunicação**. (1997). Brasília: UnB, 2004.

YIN, R.K. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – ENTREVISTA COM O VEREADOR ALBERTO KOPITKE

Alberto Liebling Kopittke é advogado (2007), com atuação em Políticas Públicas de Segurança Pública. Ex-Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça (2011). Ex-secretário de segurança pública e cidadania de Canoas – RS (2009-2010). Foi Assessor do Ministério da Justiça (2007-2008). Atualmente, é vereador de Porto Alegre e Diretor Executivo do Consórcio Metropolitano GRANPAL. Entrevista foi concedida a Carlos Alberto Jahn, em março 3 de maio de 2013, no gabinete na Câmara de Vereadores.

Carlos Jahn: Como tem sido tua participação na formulação das políticas públicas de Segurança Pública, em especial o tema das tecnologias aplicadas e dos bancos de dados?

Kopittke: Estive por dois períodos no Governo Federal, dois anos no Governo Lula (2007-2008). Depois, em 2011, no Governo Dilma, por 8 meses fui o número dois da Secretaria Nacional. Neste intervalo fui o Secretario de Segurança Pública e Cidadania em Canoas (2009-2010). No uso intensivo de tecnologias aplicadas na Segurança Pública há o eixo bases de dados. Como a violência é um fenômeno social a gente precisa conseguir fazer uma análise no atacado, na base coletiva da dinâmica social, e não apenas no individual. Ainda estamos fortemente marcados pela herança dos modelos de investigação da Ditadura. Na cultura brasileira quando se fala em inteligência, na área policial, lembramos o cara investigando pessoas, indivíduos. Que nem as fichas do DOPS. Mas a gente não olha o outro lado da inteligência, a inteligência da dinâmica criminal. Isso não interessava à ditadura, seu foco era desarticular células de movimentos comunistas. O problema da violência não era uma preocupação do modelo militar. Era preciso encontrar o inimigo dentro do território interno e exterminá-lo.

Para uma Política Pública, pra passar a um modelo de prevenção, a gente precisa poder olhar pro mapa e enxergar a dinâmica, como está se movimentando. Só assim se pode migrar de um modelo empírico, de achismo, para um modelo mais técnico, científico, baseado em dados e resultados. Isso permite territorializar a política, cobrar resultados dos policiais e dos comandos locais. Na região tal, no bairro tal, nos últimos dez anos teve tal dinâmica. Algo para além do factual.

Como podemos contextualizar o uso das tecnologias aplicadas?

Na segunda passagem, no governo Dilma, na Secretaria Nacional, ocupei uma função mais proeminente e criei o SINESP. Desde 2000 tínhamos um SINESP, um banco de dados em que os Estados enviavam as suas planilhas fechadas uma vez por ano. Porém, os Estados mexiam nos dados, tinham diferentes taxonomias. Eu me espelho muito no SUS. É uma política pública que está enraizada na sociedade brasileira e já não é mais uma discussão de médicos. A segurança ainda é uma discussão só de policiais. Um dos pilares do SUS é o DataSUS, que permitiu que a saúde pública passasse pra um modelo preventivo, fazendo análises epidemiológicas no território.

Propus o SINESP, que virou lei e está sendo implantado [nos Estados e Municípios], a integração efetiva da base de dados do Brasil. Na mesma base, em tempo real, pro Governo Federal saber se sua política está funcionando. Por exemplo, a expansão da violência nos últimos dez anos na região nordeste, a gente demorou pra se aperceber. Um conjunto de coisas que a gente poderia ter prevenido e pode prevenir se tiver um modelo apoiado num conjunto de dados.

Eu queria entender como nascem os protocolos para o registro dos dados, como são criados?

O SINESP tem uma discussão bem profunda e avançada porque já temos ai uns 12 ou 13 anos de um grupo gestor desses dados a nível nacional. Os Estados têm técnicos, policiais que se reúnem a cada seis meses, em média. Eles vêm formulando padronizações. Tem um manual que eles produziram em conjunto, a uns quatro ou cinco anos, buscando uma primeira uniformização da taxonomia, mas cada Estado no seu sistema. O do RS, por exemplo, é horrível. Agora, há quatro meses atrás (em janeiro de 2013), houve uma nova padronização para o SINESP, um único boletim de ocorrências para todo Brasil.

Vejo três gargalos no tema dos formulários: 1. Quem notifica, às vezes, subnotifica ou sobrenotifica; 2. Faltam competências e tempo para interpretar os dados; 3. No corre-corre do dia falta aos policiais de tempo para consultar os bancos de dados.

Quando no governo federal, propus um Instituto Nacional de Dados, a Presidenta nem quis ouvir. Com o SINESP produzir os dados e ter lá os analistas da análise dos dados, como uma autarquia. Me inspirei muito no INEP e no Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ). No interior de São Paulo também houve uma experiência exitosa. Em Minas Gerais, junto à

UFMG, criaram um centro de análise de dados. Começaram a devolver esses dados para a Polícia influenciando a metodologia de policiamento, a organização da Polícia [e outras políticas de prevenção]. Como referi, não foi autorizado. Porém, no SINESP criamos painéis de análise para que, pelo menos, aquele dado viesse legível e pudesse ajudar na intuição. Georeferenciar os dados com cores. Em Canoas – tenho muito orgulho disso – criamos o Observatório Municipal. Ele é menos conhecido do que o Shotspotter, mas é tão ou mais importante. Captamos R\$ 1,2 milhão que possibilitaram contratar geógrafos, estatístico e sociólogos e fazer parcerias com a UFRGS e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Compramos softwares de georeferenciamento e outros. Na época (2010) tivemos uma imensa dificuldade para que o Estado do RS liberasse os dados. Não me deram os dados. Vibrei com a Lei de acesso à informação. Ainda se trabalha na Segurança Pública com a cultura de que o dado coletivo é uma questão de segurança nacional, uma questão de sigilo. Esse dado não é sigiloso, nem deve ser e ele deve ser apresentado às pessoas. Tive que desenvolver toda uma engenharia: criei um formulário em papel, fiz uma parceria com a polícia civil, e os escrivães registravam o BO e faziam um preenchimento simplificado. Uma vez por semana o meu motorista passava nas Delegacias de Polícia e recolhia os formulários de roubo de carro. Foi assim que comecei. Para os homicídios eu cruzava quatro outras bases: os dados da vigilância sanitária, da polícia civil, da brigada e da secretaria de segurança. Esse denominador passou a ser o indicador da secretaria de segurança. Depois, o Estado começou a nos dar sua base de dados. Mas ela não era georeferenciada. Tu não sabias onde fora a ocorrência, porque o campo dos formulários era descritivo e faltavam os nomes das ruas. Isso era uma tragédia para o dado. Tem o famoso Beco 100, que por muitos anos foi o lugar com maior número de roubos no RS. Na pressa ou por negligência, o policial registrava os crimes no endereço do Beco 100. Assim, a mudança no protocolo de registro e o Observatório começaram a mudar essa rotina.

Qual o papel do Gabinete de Gestão Integrado (GGI)?

Ele é o centro de todo o trabalho em Canoas, foi o grande salto qualitativo. Foi uma proposta do Luis Eduardo Soares, secretário adjunto do PRONASCI (2003), que inicialmente pensou a figura do GGI Estadual. Depois, os municípios para receberem recursos da União, precisavam criar seu Gabinete de Gestão Integrado. Em 2008, veio um projeto disseminador de câmeras, um pacote com câmeras para mais de 80 municípios brasileiros em áreas de risco: Mesas, cadeiras, computadores e 28 câmeras, dava 1 milhão de reais. Espalhamos quase 3 mil

câmeras. Até aquele momento só São Paulo e Rio as usavam. O salto que Canoas deu foi usar o Observatório como formulador do GGI-M. Eram duas reuniões por mês, na segunda reunião mensal, iniciávamos a reunião com a apresentação e análise dos dados sobre homicídios e roubos de carro do mês anterior, no mapa da cidade, por quadrante, apresentados pela equipe do Observatório. Isso integradamente. Eu cobrava responsabilidades, integradamente. Essa prática inverteu a lógica policial – integrada, planejada e preventiva – e passou a mudar o padrão de comunicação com a sociedade. Ao invés de ficar reativos, a ser pautados pelos crimes, pelo **Diário Gaúcho** ou pelo **Balanço Geral**, passamos a pautar ações conjuntas e integradas; criamos o termo “sucesso compartilhado”. Ou todos ganhavam notoriedade ou perdiam. Lembro que fizemos uma pesquisa de vitimização e 82% da população avaliou negativamente as polícias (Federal, Civil, Militar e Guarda Municipal). Publicamos a pesquisa nos jornais, na saída. Foi a manchete no jornal. Gerou uma crise nas polícias, mas eu disse: “É assim que a população nos vê. Precisamos mudar isso”.

Quais projetos estratégicos foram desenvolvidos a partir deste retrato?

Criamos três projetos estratégicos: **Ronda escolar**, uma política de atenção primária para conter a violência nas escolas – e dentro dele nasceu o Ronda de Vigilância Escolar (Rove) –; **Território da Paz**, um conjunto de ações integradas e de intervenções no território; e o **Canoas Mais Segura**, com as tecnologias aplicadas. Para a implantação das tecnologias houve uma disputa de modelo. Cheguei pra Brigada e falei: “Não vai ficar no quartel! Quartel não é um espaço de integração, porque ali é uma área onde vocês têm a jurisdição. O lugar de integração é a Prefeitura, vou instalar aqui”. A Brigada disse: “Então nós não vamos participar! As câmeras vão ser só da Prefeitura”. Ocorreu um longo jogo de estica e de poder. Criamos uma sala compartilhada, espelhada. Foi um investimento alto para compartilhar. Foi o que deu naquele momento. Era uma replicação de nove câmeras, sala de despacho de viaturas e protocolo. Se o operador da Brigada assumisse a operação de uma câmera, a Sala Integrada de Monitoramento só tinha a visão dessa câmera. Quando a brigada entrava em ação, ela assumia o comando operacional da ação. Criamos um protocolo operacional integrado que não foi muito incorporado. Criamos padronizações para ocorrências de saúde, meio ambiente, defesa civil, SAMU, Bombeiros. Todo um protocolo operacional, mas acho que se deu uma perda. Houve algumas incorporações e modificou alguns procedimentos coletivos. Acho que a sala ainda procede bem, mas não se consulta mais o manual. Não se trabalha o manual, não se faz uma análise crítica dele, mais na vida real.

Como as tecnologias foram implantadas?

A gente começou instalando alarmes. Foi o primeiro sistema. Toda a Guarda Municipal trabalhava à noite cuidando de prédios. Eu os chamava de zumbis. Ninguém via eles, pois só apareciam de madrugada, dormiam nos postos dentro das escolas e nas repartições do município. E a gente precisava deles de dia. O Marcos Rolin me ensinou um conceito: gente cuida de gente e coisa cuida de coisa. Os Guardas Municipais estavam cuidando de coisas, dos prédios e eu queria que eles cuidassem das crianças, de pessoas. Então o sistema de alarmes nos liberou 70 Guardas. O índice de roubos zerou no primeiro ano e acabaram as ocorrências. Com isso otimizamos o efetivo e não deu mais ocorrências. No segundo ano, lembro que houve uma única ocorrência. Fizemos uma pactuação com as escolas: para instalar os alarmes, cada escola passou por um conjunto de reformas: iluminação, as janelas tiveram que ser arrumadas para as cortinas não balançarem, as escolas foram capacitadas para ver quem liga e quem desliga. De vez em quando o alarme tocava – e ele ainda não estava conectado na internet, vinha por telefone e não tocava na sala – e ficava a madrugada inteira tocando na vizinhança. Gerou muitas reclamações, até conseguirmos migrar para a internet. Hoje, quando o alarme de uma escola toca, tem como saber em qual sala ele toca.

O videomonitoramento foi o segundo sistema. Fizemos uma discussão no GGI-M. Eu diferencio dois tipos de videomonitoramento: o que funciona e o que não funciona. Um é para a área de circulação de pedestres. Para isso o videomonitoramento funciona. No início jogamos toda a força num círculo quadrado de segurança. Enchemos as esquinas do centro com câmeras. Percebi que houve um salto de qualidade. Repressão aos pequenos furtos, punquistas, as pessoas começaram a andar com mais tranquilidade. No centro pegou o videomonitoramento com ferramenta de apoio da Polícia. O conflito social com o comércio informal acabou. Eu senti um aumento de satisfação dos lojistas. O cidadão passou a sentir-se tranquilo. O centro não tinha crimes violentos, mas um grande conjunto de pequenos furtos.

Mas tem o segundo tema: o videomonitoramento que não funciona. Percebi que as câmeras colocadas em avenidas e entroncamentos, elas não servem pra quase nada. Elas não previnem nada. O carro roubado numa quadra antes passa pela câmera e aquela informação ninguém lê ou identifica. Ela só serve pra monitorar o fluxo do trânsito ou para dar uma sensação do tipo: tem uma câmera olhando. Mas ela não impacta dados. Depois, começamos a colocar câmeras nas cinco estações do metrô, nos dois lados da passarela, na entrada e na saída, pra diminuir os assaltos ao pedestre. Por fim veio a formulação de um terceiro sistema, que vai ser lançado ainda em 2013, que é a cerca eletrônica. Aprendi que ao invés de encher

as ruas de câmeras, que são caras, poderíamos pôr um leitor de placas de carros, nas entradas e saídas de Canoas. O que me interessa saber é se o carro saiu ou não da cidade. Qual é a dinâmica desse carro roubado? Pra onde ele está indo? Se está ficando na cidade posso cobrar do policial que eu quero o desmanche. Esse é o conceito do projeto formulado em 2012 – a cerca eletrônica – que já não é mais videomonitoramento, mas monitoramento de veículos.

Um amigo dos estados Unidos me falou algo que nunca consegui fazer. Acho que a prefeitura fez uma coisa errada, mas era o que se conhecia: comprar câmeras. Acho que hoje o melhor é comprar o serviço da imagem, para não ficar gastando com manutenção, as próprias câmeras caem muito. A gente não consegue trocar a câmera de lugar. Por isso a necessidade de um serviço mais flexível. Poder mudar a câmera de lugar ou botá-la escondida. Conheci uma experiência em que uma câmera estava escondida num transformador transparente e servir de ferramenta de investigação nas ruas. Em São Paulo já há empresas que vendem esse serviço de imagem e não mais venda de equipamentos.

Por fim veio o Shotspotter. Ele tem um impacto na sociabilidade, inicial pelo menos. Ele inverteu uma lógica cultural com a arma de fogo. Nunca vi um sistema conseguir fazer isso. Usar a arma de fogo é chamar a polícia pra ti. A polícia sabe onde tu estás. Por isso, vejo o Shotspotter como um sistema preventivo. Ele escuta tudo. Houve um acordo com a empresa norte-americana e o sistema foi regulado para te entregar 4 ou 5 segundos antes e depois do disparo. Ele escuta tudo, o que as pessoas estão falando. Foi feito um acordo judicial no departamento de justiça americana proibindo-a de fazer vigilância (nos Estados Unidos) privada e regulando a forma da entrega de uma gravação. Os sensores só mandam a gravação. 80 cidades que usam o serviço. Uma empresa privada faz a detecção, mas não vende mais os equipamentos. É uma central privada que ouve todos os sensores instalados nas 80 cidades. Na implantação em Canoas esse ponto não foi discutido na imprensa – porque ele foi um projeto piloto. O audiomonitoramento é operado nos Estados Unidos. A informação do disparo passa pelos Estados Unidos e volta pra Canoas, em menos de 15 segundos. Eu disse que não aceitaria aquele modelo. Mas, o detector de tiros de Canoas é uma vigilância privada. Sou favorável ao uso de tecnologias, de forma intensiva, mas não me furto dos debates éticos e dos procedimentos, que é regulação. Não é ser contra ou a favor.

E as implicações de sociabilidade, éticas, econômicas... Por que se discute pouco sobre as implicações, em especial do ponto de vista dos implicados?

Acho que não se faz essa reflexão porque a reflexão crítica da academia se coloca numa postura que eu acho simplista: isso infringe eticamente, são mecanismos que ferem a liberdade individual ou posturas contra ou a favor. Entre essas posições há um grande espaço entre o contra ou a favor que não levam em conta os protocolos, procedimentos, legislação, criminalização dos maus usos da informação monitoradas. Isso não começou agora com o videomonitoramento, mas vem desde as escutas telefônicas que é a mais avassaladora dessas atividades. Com a câmera tu sabes que estás na rua, fora que ela tenha uma visada para dentro da casa. Mas com o telefone estás numa atividade privada, com o estado intervindo. E o sistema é controlado pelas operadoras privadas. A Polícia Federal está tentando comprar um software de escuta, uma nova geração, em que não precisas pedir autorização pras empresas de telefonia. Hoje a polícia, com ordem judicial, encaminha um pedido pra operadora para que ela dê o grampo. O ideal seria que a policia pudesse interceptar o sinal sem a mediação das operadoras. A decisão do STF criando um Banco Nacional de Interceptações Telefônicas, por exemplo, ajudou a regular. A forma de proceder da interceptação não tem regra nenhuma.

A experiência de Canoas teve multiplicação? Replicação?

Não houve multiplicação, por dois motivos. O primeiro é que o governo federal desistiu de ter política de segurança, nem pros estados e muito menos pros municípios. Ele parou de financiar. E a segurança pública, diferente da saúde, não criou um sistema nacional de financiamento. Ela é financiada só pelos Estados, que estão quebrados. Então, o Governo Federal saiu, parou tudo. É a prova, pra mim, de que sem o Governo Federal entrar com financiamento nada vai pra frente. O segundo motivo é um encontro, na minha opinião, meio macabro, entre aqueles são contra o uso de tecnologias por questões éticas e aqueles que são contra o uso de tecnologia por cometerem as infrações éticas. É uma concepção ainda da ditadura e tal, e para quem a tecnologia é bobagem. Precisa ter arma, carro, polícia na rua, violência para conter o bandido, a criminalidade, as drogas. Para esse grupo, tecnologia não faz bem e se beneficiam da obscuridade das informações. É aquela cena do filme Tropa de Elite, do policial que arruma o arquivo. E o colega vem e diz: Pô, por que você arruma os dados?

Critico também aquelas posições mais fechadas que são contra o uso da tecnologia, mas que não oferecem nada em troca. A gente tem um alto índice de violência e que vem

crecendo. Não acho que ele deva nos fazer abrir mão dos direitos individuais. Mas e aí, o que a gente faz? Por isso eu tenho procurado construir um modelo e ferramentas bem reguladas, porque a gente precisa discutir a regulação. Participei da discussão da lei nacional do DNA. Defendi a ideia de um Banco Nacional de DNA. Acho que precisamos conhecer as tecnologias. Hoje, quem faz os exames? Todos os laboratórios da área da saúde são privados e os caras sabem tudo de ti. Quando se iniciou a usar a digital foi visto como bobagem. Hoje eles são uma grande ferramenta da investigação, de qualidade, pra investigar crimes.

E as redes de dados na segurança prosseguirão?

Sim. O SINESP tá seguindo e sendo implantado. Ele vai absorver o Infoseg, o banco de dados de DNA e banco de dados comparador balístico. Será uma rede 1,5 vezes maior que o tamanho da rede da receita federal. 2012 foi o ano mais violento da história do Brasil. E precisamos dar um salto qualitativo no uso da tecnologia na gestão da segurança. Em Londres vi procedimentos simples que fazem a diferença. Lá, em cada distrito tem um analista criminal. Todo dia, às 9h os comandos se reúnem numa teleconferência. Há uma análise, no mapa, das últimas 24h ou da semana. Essa parte é coordenada por analistas que têm um controle sobre o operador da segurança. Creio que essa é a tendência no Brasil, está se encaminhando para isso.

ANEXO B – ENTREVISTA COM RAFAEL DAL SANTO – OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CANOAS

Entrevista com Rafael Dal Santo. Sociólogo e coordenador de Pesquisa do Observatório de Segurança Pública de Canoas. Entrevista realizada dia 11 de agosto de 2011, às 14h, na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Carlos Jahn - Me conta a história do Observatório

Rafaele Dal Santo - Bom, o trabalho do Observatório começou em maio de 2010. É, também, um projeto do Pronasi. Ele está vinculado. Quando o Pronasi chega aos municípios, quando é assinado o convênio, os municípios se comprometem a organizar o Gabinete de Gestão Integrada (GGI). É um órgão pleno, um corpo político, com reuniões periódicas, quinzenais, onde se reúnem as forças policiais (Civil, Militar, Guarda Municipal), os órgãos de fiscalização da prefeitura para discutir as questões de segurança do município numa atuação integrada. O objetivo do gabinete é poder realizar um planejamento compartilhado nas questões de segurança para fazer as ações de forma ordenada e com responsabilidade compartilhada. Então, o observatório é uma ferramenta deste gabinete, foi criado para servir como um centro de estudos para subsidiar as tomadas de decisões do gabinete.

Começamos em maio de 2010, basicamente trabalhando questões da Guarda Municipal: Construir registros das ocorrências administrativas, sistematizando as estatísticas criminais para formular diagnósticos do município e estudos do trabalho da Guarda Municipal (grupos focais sobre a qualidade de vida da Guarda Municipal) sistematizando diagnósticos criminais. Basicamente, o observatório está dividido em três eixos de atuação: Geração de informações, com organização de um calendário das informações da Guarda Municipal (com ênfase na prevenção da violência escolar), produção de análise criminal e avaliação (fazer um acompanhamento dos projetos e estruturação de informações das ações, uma organização das informações dos Projetos). Basicamente trabalhamos com informação.

Essas produções estão disponíveis ao acesso público?

Ainda não. Alguns relatórios estão no site do Fórum. Tudo ainda é muito novo. Basicamente, os projetos iniciaram suas atividades junto com o Observatório. Os projetos precisaram se estruturar. Somente depois de algum tempo, pudemos passar ao planejamento mais próximo. Planejar a estruturação das informações dos projetos e organizá-las dentro dos

projetos, depois, gerar *accountability* (no futuro deixar as informações públicas) e subsidiar as avaliações, as prestações de contas.

Na verdade, a política é dividida em projetos estratégicos da Secretaria de Segurança e Cidadania: Projetos sociais do Pronasci, trabalho da Guarda Municipal servir como uma guarda comunitária e uso das tecnologias na produção da segurança. O GGI articula esses projetos como política integrada.

Em termos de uso das tecnologias há o videomonitoramento (76 em vias públicas, 38 em prédios públicos) o audiomonitoramento (detecção de disparos de armas de fogo, em testes) e o sistema de alarmes (em prédios públicos). Na sala integrada de monitoramento de Canoas, 32 operadores de videomonitoramento (policiais militares da reserva). Temos a Guarda Municipal que gere a sala. O trânsito está na sala, usa o videomonitoramento. A Guarda cuida dos GPS, dos alarmes e usa os vídeos para fazer a gestão do trânsito. Basicamente, há um trabalho de articulação de GPS, câmeras (com reconhecimento facial e leitura de dados), alarmes e detecção de tiros.

O município tem feito, na Secretaria... Não posso falar pela Secretaria, porque sou coordenador do Observatório. Se quisesse uma fala mais oficial deveria falar com o Secretário Eduardo Pazinato. O Eduardo tem feito um esforço de disputar na mídia esse novo modelo de segurança pública que a gente vem implementando em Canoas.

Ao trabalhar no Observatório, como vê essa produção da segurança pública midiaticizada?

A gente sofre com isso... [risos] Na verdade, por um lado, é bom porque torna pública a disputa. A mídia não é uma coisa isenta. Ela tem e defende valores e concepções de ordem, de controle social, daquilo que se deve ou não fazer na área da segurança e em todas as áreas. O problema, não no caso de Canoas, é que essa disputa é feita sem critérios, sem embasamento técnico, sem informações precisas. Numa lógica mais arcaica, algo comum no Brasil.

A segurança pública ficou, por muito tempo, restrita a mãos de um grupo restrito de profissionais ligados ao governo, praticamente os militares. Na ditadura tivemos um fechamento nesta área e com a redemocratização, ao contrário da Saúde, foi uma área que não teve a discussão pública suficiente. Só nos últimos dez anos, com a maior implementação da democratização, outros atores vem surgindo neste campo, como a própria Guarda Municipal e os municípios. Essa questão da informação sobre segurança pública vem ganhando

importância, em termos de discussão pública, melhoria da qualidade destas informações, desidologização e profissionalização da qualidade da informação.

Assim, por um lado, fazer a disputa; por outro, corre-se o risco de ficar refém. Acho que não é o caso de Canoas, não se pauta pela mídia. Há sim a pressão da mídia, mas as ações foram planejadas no início da gestão, vem sendo executadas. Então, acho que Canoas tem muito a mostrar. Tem condições de fazer essa disputa e vem tendo a visibilidade na mídia, na área da segurança.

Queria colocar-me como cidadão de Canoas, sentir-me vigiado o tempo todo. Como a secretaria abre, convida à participação nesta discussão sobre o estar sob os monitoramentos, ela informa o tema do uso das tecnologias para a produção de segurança?

[risos] Muito interessante sua questão, inclusive venho pensando esse tema. Minha monografia de conclusão da graduação na UFRGS foi sobre câmeras de segurança e participação cidadã em Farroupilha. Acho que Canoas vem trabalhando bem essa questão. Duas microregiões¹²⁰ do Orçamento Participativo, na rodada de 2010, requisitaram câmeras de videomonitoramento.

Eu, particularmente, acho que o tema é, ainda, pouco estudado no meio acadêmico do Brasil; recebe expressivos investimentos e, por isso, proporcionalmente, pouco discutido na opinião pública. Faltam avaliações dos resultados, desses projetos. Também em Canoas faltam estudos avaliativos de toda implementação. Esse é um dos nossos objetivos no observatório.

Existe uma lei municipal que regulamenta os monitoramentos?

Existe. Inclusive em Canoas, Pelo que conheço de outros municípios, Canoas foi o único local onde a discussão sobre o rumo de como implementar os monitoramentos foi feito de forma democrática, no âmbito do GGI. Foram feitas muitas reuniões com as forças policiais e todos os órgãos da prefeitura que participam do GGI, no sentido de planejar os critérios de instalação das câmeras.

Uma boa parte das câmeras vieram de recursos do Pronasci, outras vieram como contrapartida do Governo do Estado (na gestão Yeda), uma parte de recursos do município e de parceiros privados (empresas privadas e Consepro). Não houve um movimento da

¹²⁰ Igara e Nossa Sra. das Graças. Nela estão localizados os bairros nobres do município.

sociedade civil, mas algo de uma política municipal. No estudo sobre a Serra concluí que um grupo de empresários capitalizou uma demanda da comunidade.

Canoas está organizando um plano de segurança municipal participativo. Ai sim essas questões da participação do videomonitoramento poderão vir mais à tona. Num primeiro momento é uma questão da política federal, do Pronasci, do Governo Estadual e também através do OP. Ainda não temos uma avaliação de opinião das pessoas neste sentido, mas se você for ver o apoio é grande.

Como surgiu a sala de monitoramento? Como as tecnologias foram sendo instaladas? Frentes de atuação e convergências de tecnologias?

Elas foram sendo inseridas. Iniciou com os alarmes. As câmeras foram implantadas por fases, entre final de 2009 e julho de 2010. Em setembro de 2010, veio o *Shotspotter*. Na mesma época entraram em fase de teste as câmeras de leitura facial e de reconhecimento de placas de carro. Para chegar ao formato atual, levou mais de um ano.

A sala funciona 24h, em três turnos. A gente organizou um relatório de turno, para saber o que veio dos videomonitoramentos e das outras instâncias. A sala gerencia o trabalho noturno das polícias no município. Em abril de 2011, a brigada treinou alguns do seu efetivo para os usos das tecnologias e compartilhamento do rádio. O processo de integração da área é complexo. O ideal seria que a Brigada Militar fizesse a gestão da sala e ficasse mais integrada com todas as forças policiais. Ela tem a prerrogativa de atuação. A Polícia Civil constantemente se reporta à sala requisitando imagens de crimes que aconteceram.

O que a gente fez foi preparar essa avaliação, criar esses relatórios diários, dois por dia. Estamos sistematizando esses relatórios. Mapeamos as áreas de cobertura das câmeras nos municípios, de atuação, um profissional nosso mapeou câmera por câmera, a área coberta por cada câmera e pelo videomonitoramento na cidade. A partir daí poderemos plotar as ocorrências criminais. Desde que me formei venho pensando em como fazer a avaliação e como validar estes trabalhos. Como fazer a avaliação? Para que serve? Elas dependem de “n” fatores. É um esforço e não dá para levar essa avaliação dentro de uma epistemologia positivista.

Houve alguma reclamação do videomonitoramento? Ação judicial?

Que eu tenha conhecimento, não. Venho acompanhando o videomonitoramento desde 2008. Além da monografia, fiz dois trabalhos de campo: um no parque redenção em Porto Alegre e outro, na Rodoviária de Porto Alegre. Essa área é muito pouco explorada academicamente. A atividade policial também é refém desta vigilância. No Guajuviras, por exemplo, esse detector de tiros. Quem está mais propenso a usar uma arma de fogo? A polícia ou quem está dentro de atividades criminosas. Então a própria polícia fica sob a vigilância. Temos alguns Estados brasileiros como SC, SP e CE, as viaturas usam câmeras embarcadas, para fora e para dentro. Nos EUA, existem as câmeras embarcadas e há um protocolo que obriga as polícias a fazerem as abordagens em frente às viaturas.

Por isso, é complexo afirmar que somente a população está sob essa vigilância. Inclusive, em termos práticos, a abordagem teórica mais crítica, da qual compartilho em boa medida, como *sociedade do controle* de Deleuze, é de difícil operacionalização ou pouco ajuda a compreender a implementação e uso das câmeras. São teorias pouco... São macro teorias próximas da Filosofia e ao pegar realidades próximas das peculiaridades locais, esses marcos teóricos pouco ajudam a enquadrar as ações nestes marcos teóricos. Não sei, é um dilema intelectual que vivo.

Também tento não partir de teorias apriorísticas, mas procuro ver as ambiguidades nas realidades. Aqui em Canoas temos bairros que pedem monitoramentos, outros os recebem como uma imposição; Estado e iniciativa privada unem esforços; os cidadãos de alguns bairros pedem vigilância, outros são colocados sob a vigilância, etc, etc... São mistos de ambiguidades.

Nessa área temos o que Howard Becker chama “empreendedores morais”, em **Outsiders**. Howard Becker fala em empreendedores morais, grupos que levam determinados temas à disputa. Financeira, ideologicamente... requisitam a participação dos grupos da comunidade para legitimar a utilização. Na Serra, não foi um movimento de baixo, mas um pequeno grupo de empresários, com grandes volumes de recursos. Em Canoas os bairros Igara e Graças são de classe média, e outras coisas pontuais. No Guajuviras os monitoramentos foram impostos, com recursos do Pronasci e da contrapartida do governo estadual que ali construirá um presídio. Não foi a população do Guajuviras que pediu. As tecnologias vieram junto com um conjunto de outras políticas. A ambiguidade da política federal é que ela juntou coisas. Não há só atos de controle social democráticos e nem só atos repressivos. Na área da

repressão e da prevenção, usos policiais se misturando com usos em projetos sociais. É uma série de coisas que vêm juntas e é difícil compreendê-las como uma realidade. Fato é que ela vem sendo amplamente utilizada, com quantidade de recursos públicos bem consideráveis e que não são baratas. Necessitam manutenção constante.

Um tema que emerge é a questão da legitimidade. Há a iniciativa, mas não se planeja a manutenção e funcionamento. Tens um crime de grande repercussão em determinado bairro e a câmera está em manutenção há três meses por falta de previsão do contrato de manutenção. Isso mina a capacidade que esses equipamentos poderiam exercer como autocontrole. E a avaliação pública da utilização das tecnologias perde impacto. É difícil encontrar um município, no Brasil, onde o videomonitoramento funcione, de forma inteligente, eu diria. Não é só a questão da manutenção eu diria. Tu tens o tipo de utilização da câmera. Elas se prestam para vários tipos de ações, não só pra repressão. A gente tem acompanhado casos aqui na sala, estou dizendo casos, por alto, e não tenho números exatos, mas casos de prestação de socorros a pessoas que caíram nos valões, incêndios, questões de convivência e de trânsito, de uso inadequado dos espaços públicos... Não necessariamente constituem crime ou contravenção.

Tem uma série de possibilidades de usar esses equipamentos. Modos mais automatizados. Por exemplo, uma integração tecnológica entre câmeras e *shotspotter*, formas automatizadas de operação. Tem algumas operações são bem cruéis eu diria. Algumas câmeras captam movimentos considerados suspeitos geram um alerta. Situações da vida cotidiana como ficar parado 10 segundos diante de um carro geram um alerta. No Guajuviras, onde existem três sistemas (alarme, câmeras e detecção de tiro), o próximo passo será integrar alarmes, sistemas de tiros e câmeras. Quando tivermos um incidente com disparo de armas de fogo detectado, as câmeras próximas farão um diálogo e direcionarão para o incidente. Há uma melhoria nos usos dos sistemas.

Além da manutenção das tecnologias e da otimização dos usos é preciso fomentar a transparência dos recursos investidos e dos resultados obtidos. Uma avaliação pública disso. Acho que isso estamos nos propondo fazer em Canoas. Há ambiguidades como a questão do controle, mas por outro lado, a gente está proposto a botar isso em xeque, desde o início.

Já identificaste problemas éticos que precisam ser evitados? Ou que merecem a atenção das pessoas implicadas no trabalho?

Não sei se estás acompanhando a normatização no Brasil. Não existe uma normatização. No RS, tínhamos a portaria 042/2005, da Secretaria de Segurança, que regulamentava a utilização de videomonitoramento em vias públicas. Ela caiu em 2011 em função das novas experiências que foram surgindo.

A Polícia Rodoviária Federal e Municípios passaram a operar com sistemas de videomonitoramento. Que tipos de usos se vai fazer das imagens captadas, quem edita, quanto tempo as imagens ficam armazenadas, para que fins disponibiliza, como... Essas questões estão em aberto?

Agora a Polícia Rodoviária Federal está compondo um GGI no Estado, e com Canoas, está contribuindo para essa regulamentação em nível estadual. Antes se restringia ao uso da Brigada Militar. Em Novo Hamburgo teve uma parada na central de monitoramento devido a um confronto entre Brigada Militar e Município, que instalou o sistema e não replicou as imagens no Batalhão. Aqui em Canoas, no início, tivemos problemas. O objetivo era que a brigada estivesse presente na sala. Como tinha essa questão política envolvida, encontrada uma solução junto ao modelo de Caxias do Sul. Lá também os policiais da reserva operam o videomonitoramento. São policiais, não da ativa. Hoje em dia essa regulamentação foi revogada e está em construção uma outra, justamente para normatizar essa questão do acesso. Deixar as mesmas regras para todo o Estado.

Hoje, em Canoas, se um cidadão do município quer requisitar alguma imagem, ele faz um registro na polícia, um Boletim de Ocorrência (BO). Geralmente são feitos em casos de furtos ou roubos de veículos perto das câmeras. Com o BO, ele requisita no protocolo do município uma ficha, onde faz a solicitação. Essa chega a nós e é analisada por nós. Só são aceitos casos com BO ou solicitados pelas delegacias. Grava-se a imagem, que fica à disposição, não do cidadão, mas do delegado que vai ser responsável de investigar aquilo. Com isso, as pessoas têm o direito de requisitar as imagens para determinados fins.

Quanto à questão da privacidade, é um tema bem complicado. Depende da capacidade de como as câmeras são operadas. Elas têm um bom alcance de aproximação e boa qualidade. Se as pessoas que estiverem operando as câmeras estiverem mal-intencionadas, há possibilidades de acesso aos espaços privados. Há toda uma discussão do que é público no espaço público. Não tenho uma posição formada.

**E se envolvêssemos mais número de pessoas na construção das normatizações?
Uma próxima geração de câmeras, outra geração de tecnológicas...**

Uma escola privada é um espaço público ou privado? Semi-pública como os shoppings? Lembro que tempos atrás, a instalação de câmeras em postos de saúde, pelo Brasil afora. Em Canoas, há câmeras nas entradas das escolas. É uma questão delicada. O primeiro a saber é em quais situações o videomonitoramento é mais efetivo. Em estudo fora do Brasil, por exemplo, identificaram que em locais como estacionamentos, em locais com circulação não tão grande, elas têm uma efetividade maior do que as câmeras em vias públicas. Para mim, um argumento bem forte é a questão da prova, depois. A utilização dessas imagens para a investigação.

Mas as imagens não podem ter sido editadas por alguém na Central de Monitoramento?

Elas não podem. Hoje, não há possibilidade técnica de edição. As imagens captadas das vias públicas não permitem edição. Se uma autoridade policial te requisitar um horário das 12h às 15h, do dia tal, as sequências de fotos que vão compor esse período de tempo, ela é marcada. Não tem como cortar, editar, é um arquivo único. Extraída, não tem como mexer na sequência.

Há resistências aos monitoramentos em Canoas?

Desconheço. Mas no Brasil, tem grupos que fazem protestos em supermercados. No Morro Santa Marta houve o slogan Big Brother Santa Marta, a espiada que não vale um Milhão. É uma questão delicada. Concordo contigo quanto à falta de uma regulação, pelo pouco envolvimento da sociedade, pela falta de um debate público sincero sobre os monitoramentos...

Falta identificar valores na sociedade e que poderiam ser incorporados: gentileza urbana, processos educativos, um transito que flua, consciência cidadã...

Tua questão me fez lembrar processos de treinamentos táticos-operacionais de grandes eventos. Dias atrás eu estava fazendo um curso de formação continuada e sugeri ao diretor da guarda que selecionasse imagens de datas de maior aglomeração pra utilizar as imagens captadas nos parques.

As imagens são usadas em processos educativos, criar uma disciplina cidadã nos currículos escolares municipais...?

Há algumas ações junto às escolas e está em construção um projeto GGI vai à rua/escola, para aproximar mais esse gabinete que articula e a executa, com a população. Desde 2010 a guarda faz apresentações educativas através de teatros de fantoches, prevenção quanto às drogas. Os próximos passos serão: a) uma discussão conjunta da política municipal de segurança, através da participação da população; b) a consolidação de um Fórum, do Conselho Municipal de Segurança, no qual os setores da sociedade possam participar e decidir os rumos da segurança.

Como vê o processo de compartilhamento dos sistemas do Município e a Polícia Rodoviária Federal?

Na verdade, há essa integração muito por dedicação do Secretário Eduardo Pazzinato. O grande objetivo é fazer com que a utilização destas tecnologias sejam usadas de forma inteligente, articulada e integradas entre as forças policiais. Senão, tu corres o risco de subutilizar, usar errado ou mal-utilizar a tecnologia. No contexto de Canoas, cortada pela BR-116. Imagina que a Polícia Militar acompanha uma situação através do videomonitoramento e a pessoa entra na BR. Ou vice-versa.

Isso me fez lembrar um fato. A Brigada Militar, 15º Batalhão, tem uma sala espelhada, com menos monitores e com três pessoas acompanhando os monitoramentos. Quando eles assumem o controle, não temos como mexer nas câmeras na sala. Um grande desafio que enfrentamos foi conseguir articular a sala integrada com outras forças policiais, com funções amplas, para além de questões de repressão.

Agora vamos intensificar a sistematização dos dados, fazer as análises das estatísticas criminais já delimitadas, anteriores e posteriores. É mais um esforço e uma parte das avaliações. Fizemos grupos focais com os operadores, com os policiais e a população. Um *survey* na cidade para captar essa percepção. Uma avaliação dos custos-benefícios, uma análise da implantação dos sistemas, identificar reais benefícios, como melhor utilizar ou, se for o caso, desestimular os usos.

Canoas está sendo um projeto piloto para o Brasil nestes âmbitos?

O município concentrou uma grande variedade de ações com o Pronasci (seis projetos sociais no Guajuviras, uma praça da Juventude e várias ações ligadas às tecnologias). Por

exemplo: no Rio de Janeiro, há dois anos estava se tentando implantar o sistema de detecção de tiros e aqui em seis meses o implantamos. É o primeiro uso desta tecnologia fora dos EUA. Tivemos alguns casos de não reportagem de tiros, com homicídios, e gerou uma mídia contra a implantação desse sistema. Inicialmente se gerou uma expectativa e depois veio o refluxo. O sistema de detecção de tiros está sendo avaliada pelo Ministério da Justiça para verificar a ampliação em outros lugares. É uma tecnologia cara e coloca a questão ética da escuta ambiental. Ela também não está normatizada no Brasil.

A gravação fica disponível nos sensores. Os eventos explosivos são transmitidos à central. Não é possível colocar um fone de ouvido nos sensores e escutar. No audiomonitoramento não há como distinguir o que é público e o que é privado. Um tiro/descarga de moto na rua, no quintal ou no interior da casa é captado da mesma forma. Mas na forma como vem sendo operado, uso compartilhado, e como foi implantado na fase de testes, o protocolo de utilização da tecnologia, os passos, as reclassificações dos eventos explosivos, todas as ações tomadas a partir da tecnologia ficam aqui registradas, um uso transparente dos resultados e das ações empreendidas.

Neste sentido é um avanço. Acabas gerando uma informação que antes não se tinha. Tens uma nuvem de pontos de disparos de armas de fogo num bairro. Lugares com grande necessidade de intervenção por motivos de drogas. Oferece um controle externo sobre a atividade policial.

Que tipo de tecnologia está nos bairros ricos e qual nos bairros pobres?

Depende o lugar. Nos EUA, na maior parte são bairros de classe média. Se fosse nos inícios dos anos 90, diria que eram os ricos. Eles foram os primeiros a se autovigiar. Mas hoje em dia é algo mais geral. Em Canoas, a maior parte das câmeras está no centro, nas rotas de fuga, nas bolhas de segurança. Mas há câmeras em todas as partes. No Guajuviras, uma boa parte das câmeras está nos limites do bairro, e nas áreas de grande circulação. No interior para inibir o tráfico de drogas. Diria que são utilidades diversas, sem um privilegiamento.

ANEXO C – ENTREVISTA COM O CHEFE DE COMUNICAÇÃO DA PRF/RS

Entrevista com Alessandro Castro, Chefe de Comunicação da Polícia Rodoviária Federal. Inspetor. Formado em Letras. Realizada dia 30 de julho de 2012, 14h, na sede da Polícia Rodoviária Federal RS, Av. AJ Renner, 2701, Bairro Humaitá.

Carlos Jahn — Como está o processo de construção do marco legal do Videomonitoramento da PRF

Alessandro Castro — Até existe já uma normatização para a divulgação das imagens, feita com o apoio técnico-jurídico da Polícia Federal; o pessoal do videomonitoramento e a Corregedoria deu alguns pitacos. Já tentamos marcar uma reunião para repensar melhorias que podem ser feitas, mas ainda não encontramos agenda. O que acontece com a comunicação? Nosso plantão, teoricamente é operacional, também funciona como uma central de informações. Já a comunicação social, ela trabalha mais voltada para a mídia e para trabalhar com a mídia. O plantão está ali 24h e tudo que acontece de relevante será divulgado pelo plantão, hoje via Twitter e e-mail (para a PRF dos demais Estados e para a Imprensa).

Podemos dizer, então, que próprio Plantão alimenta as mídias da PRF...

Sim... Ele divulga os dados relevantes enquanto informação, um acidente por exemplo. Quando um fato ou dado que exige explicação, comentários, esclarecer dúvidas, esse trabalho cai para a comunicação social. Por exemplo: Deu um acidente na BR-116. O acidente enquanto tal será noticiado pelo plantão via Twitter. Porém, se for constatado pelos policiais que o motorista estava bêbado, que houve desacato e o condutor tiver sido preso – a quando a coisa cresce – esse tipo de notícia remonta para a comunicação social. Isso requer velocidade de diálogo entre nós e o trabalho é lento, difícil. Se a equipe só monitorasse seria mais fácil. Mas eles atendem ao telefone 191 de todo RS, de todas as emergências. Além disso, tem toda informação operacional. Por exemplo: deu um acidente lá em Ijuí e um acidente com morte em Jaguarão. Eles dividem o tempo do monitoramento, com o receber e transmitir informações outras, para as viaturas, nas mídias sociais da PRF. Isso difere do trabalho dos videomonitoradores do trecho da Concepa ou nas centrais dos municípios, que se reportam apenas aos trechos videomonitorados. Por fim, temos falta de gente. São três pessoas, que trabalham 24h. A partir de outubro 2012, há previsão de 80 novos policiais e 60, a partir de janeiro de 2013.

Quando você fala em mais gente, como poderíamos desenhar um quadro desejável para o trabalho na central de monitoramento?

Quatro policiais, dois para o videomonitoramento e dois para as demais demandas. Funcionaria legal. Hoje são três, mas tem dias em que há dois. Um falta ou faz outro serviço. Um é instrutor, alguém viaja, entra em férias, tem licença... as vezes quando o chefe está, tem quatro pessoas. É a situação ideal, mesmo que esteja a serviço dos trabalhos mais administrativos.

Quando vocês iniciaram o uso do Twitter?

Deixe eu me lembrar... Eu estava na comunicação entre 2006 a março de 2010... Saí, voltei em 2011. Iniciamos em finais de 2009. Mas começou a funcionar mais ao longo de 2010. Iniciamos o compartilhamento do plantão com nossos seguidores, inserimos informações nosso perfil. Ele ganhou corpo e hoje é alimentado pelo plantão. Iniciamos com os balanços de final de semana; depois, com sistematização de dados ou informações mais explicadas, em geral tweets produzidos pela Comunicação social. Você vê que estou trabalhando sozinho na Comunicação da Polícia. Ano passado estávamos em dois policiais, uma servidora, uma contratada e um estagiário de jornalismo. Devido a cortes orçamentários e questões burocráticas internas, o quadro de RH na Comunicação foi reduzido. Hoje estamos em dois: eu e uma servidora, que no momento está em greve. [tocam dois telefones, que passam a ser atendidos. Um do Grupo Sinos e outro do Diário Gaúcho, querendo informações e imagens sobre tráfico de drogas nas imediações da Estação Esteio, na Pedreira.]

Como foi o trabalho de noticiar o videomonitoramento no grupo RBS, Record, grupo sinos? Me conta um pouco das tuas práticas jornalísticas à frente da comunicação da PRF.

Eu tenho o contato de quase todos os principais produtores dos canais de mídia da Grande Portoalegre. Até pouco tempo, para boa parte deles, eu mandava um e-mail, dando um resumo do plantão ou de um evento. Eu também ligava direto para os jornalistas para explicar a situação. Não adianta mandar e-mail, porque vai para aquele monte de informações da caixa postal e não anda. Hoje, basicamente só ligo. Por exemplo: tem uma prisão que foi capturada no videomonitoramento. Ligo e digo: tenho um vídeo assim e assado e em 4 ou 5 minutos posso ceder um CD para vocês. A gente sabe mais ou menos quem produz as reportagens.

Tem algum veículo ou programa que preferes RBS, RECORD, GRUPO SINOS, BAND...?

Não, não... Nos veículos do Grupo RBS a gente sempre tem mais visibilidade. Mas não descartamos nenhum veículo ou programa. No grupo Sinos, por exemplo, todo dia, os jornais DC, VS e NH (os três!) e radio ABC ligam e perguntam se tenho algo. Se tenho algo, preciso enviar para cada veículo individualmente, de novo. Amanhã, por exemplo, vou à TV Unisinos para falar sobre os pontos críticos do videomonitoramento. Não temos nenhuma restrição quanto a veículos ou programas. Sou contra essa coisa de vamos passar uma exclusiva para ganhar pontos. Em São Paulo, Rio e Brasília o pessoal gosta de fazer isso. Sou contra isso. O mercado gaúcho de informação é fechado, e ao mesmo tempo em grande para a região. Temos oito canais de televisão, por exemplo: RBS TV, BAND, PAMPA, RECORD, TVE, Assembleia, ULBRA e TV UNISINOS. Priorizar uma emissora ou veículo não funciona.

Pelo meu clipping dos materiais impressos (jornais do grupo Sinos, ZH, Correio do Povo, Jornal do Comércio e O Sul) o repórter Mauro Saraiva Júnior da Rádio Gaúcha, via ZH, tem noticiado o videomonitoramento e suas fases de implantação. Ele sempre tem furado todos os demais veículos com um dia de antecedência.

Ele pauta os outros, esse é o problema. O Mauro acaba pautando todo mundo. Por quê? Um problema, a Rádio Gaúcha é a única mídia com um repórter de trânsito. Às vezes quando estou numa correria, ligo pro Mauro e passo uma informação pra ele. Em vez de eu ficar ligando para cada grupo ou veículos, passo a informação pra ele. Os outros vão me ligar em seguida porque têm gente escutando ele. É mais fácil eu passar para ele e depois explicar para os outros. Por exemplo: na Rádio Guaíba, para quem eu passo essa informação? Não tem um repórter de trânsito que vai dar uma informação rápida. Se é uma coisa mais produzida, beleza, tem. Mas informação de trânsito, a BAND não tem, a Guaíba não tem, nenhuma rádio tem repórter de trânsito. Recentemente a Radio ABC estruturou uma equipe para trânsito, na parte da tarde, e tenho entregue material direto para eles, especialmente sobre a BR-116. Mas repórter que dissemine rapidamente uma informação, só o Mauro. Por isso, o priorizo pela capacidade de disseminação da informação.

Você falou que os materiais colhidos são levados à imprensa. Neste tempo de funcionamento do videomonitoramento e no tempo que estás à frente da Comunicação, quais foram os grandes temas captados no videomonitoramento que a imprensa noticiou?

Multas, acidentes e flagrantes. Diria que mais acidentes, flagrantes dos acidentes e das coisas erradas. O que rendeu desde o princípio? Flagrantes. Por exemplo, flagramos pessoas sendo atropeladas nas imediações da Ponte do Guaíba e na região do Avião em Canoas. Flagrante de cara de moto batendo em carro em Esteio. Todos os veículos de comunicação os valorizam e colocam no ar. Hoje de manhã ainda “a menina da Pampa” me perguntou, no meu Facebook, se tinha flagrantes ou vídeo novo. Eles estão sem pauta e queriam colocar qualquer coisa. Para as tvs menores, uma imagem com um flagrantezinho serve. Já a RBS ou Record eles já querem montar uma reportagem com vários flagrantes. Esses tempos o Scola fez uma reportagem com várias flagrantezinhos. Isso pra eles rende mais do que se for um flagrante isolado. Mas como disse, há o interesse por flagrantes novos. Às vezes não consigo passar materiais novos captados e isso, de tempos em tempos os veículos me procuram. Às vezes o pessoal não grava, ou não separa, ou não me informam, ou pessoal do plantão não captou, o enquadramento da câmera estava em outra direção. Me ligam por exemplo, pedindo: Alessandro, deu um acidente na BR, na altura de Sapucaia. A Brigada perseguiu um carro roubado. De Sapucaia entrou na BR-116, tirotearam na BR e morreu um dos assaltantes. Foi na BR. Aaaaah, tem vídeo! Todas as mídias me ligam: tem o vídeo? Eu ligo pro Plantão, a câmera próxima estava virada pro outro lado. A outra câmera, mais de 2 Km longe, mostra os carros, mas não dá pra ver nada do que estava acontecendo. Não dá para caracterizar o tiroteio. Acabamos tendo que dar explicações...

Existe um protocolo para registro dos insumos coletados no videomonitoramento, algo capaz de gerar tipologias, séries históricas... para datas importantes como final de ano, carnaval...

Sim, mas não referente ao trecho videomonitorado da BR-116, exclusivamente. Referente ao RS, sim. Sobre o trecho a gente não montou nada ainda, não tem um controle. Se precisar, há o setor de estatísticas, a gente pode pegar quilômetro por quilômetro e levantar quantos acidentes deram. Quando iniciamos o videomonitoramento, nos três primeiros meses de funcionamento, constatamos que reduziram os números de acidentes, em relação ao ano anterior. Agora que começamos a multar, em setembro de 2011, comparando os quatro meses

de 2010 e 2011, constatamos que reduziu o número de acidentes, na quilometragem, não por imagens flagradas do videomonitoramento.

Tem um Gabinete de Gestão Integrada e como funciona?

Tem os Gabinetes das Prefeituras e que a gente participa de toooooos eles.

Tá mas o trecho videomonitorado pela PRF não tem um Gabinete próprio?

Não.

Como você vê o policiamento da PRF sendo feito a partir de imagens e de informações? O que muda no trabalho no dia-a-dia?

Vejo isso como bem positivo. Por quê? Porque o policial tem mais referência. Já trabalhei, por exemplo, neste trecho, no dia-a-dia, antes das Câmeras. Deu um acidente perto da REFAP. Qual sentido? A princípio sentido capital-interior. Tu vai e não achas o carro. Precisas ir até não sei onde para poder retornar. Dependendo do fluxo ou do congestionamento, o carro tá no acostamento e tu não visualizas ele direito. Com o videomonitoramento tens um respaldo. Tá no quilômetro tal, vírgula tal. Tens a referência, que te dá mais facilidades para chegar ao local.

Por outro lado, o policial não pode sair de pista ou fazer corpo mole. Ele está sempre sendo visualizado e passa a ficar atento a isso. Ele desenvolve essa consciência. A idéia não é essa. Não é feito para isso, mas acaba acontecendo.

Parece que tudo é dito na imprensa sobre o monitoramento. Não haveria temas estratégicos que deveriam ficar de uso estrito da PRF, mas que passam ao domínio do crime, por exemplo?

Aaaa... Acho que não. Por quê? Câmeras com leitura de placas... os ladrões de carro já clonam as placas e descobrir um carro clonado, só parando o carro. Algo que seria de domínio interno [fica pensando...] acho que não. Tudo acaba sendo veiculado e não são temas problemáticos. Aaaa... teve um caso. A gente fez um videomonitoramento de gente vendendo crack na beira da rodovia, ali em Esteio, perto da Pedreira. Os Policiais do videomonitoramento já desconfiavam da venda de drogas ali. A gente acabou usando o videomonitoramento para enxergar isso. Acabamos olhando a porta da casa do cara. Foi uma consequência. E poderia ser interpretado de forma errada. Não, era uma sequência de uma

investigação. Tá, ele tava vendendo crack na rodovia, foi acompanhado e a gente acabou identificando a casa onde ele tava indo. Mas não entramos no domicílio, mas houve a investigação de um ato criminoso. Na hora de divulgar o fato na mídia, informamos que o videomonitoramento identificou a venda e o consumo da droga e onde a droga era escondida e onde se escondiam os vendedores.

Foi uma opção minha, e mais ou menos uma visão geral da PRF Nacional. No trabalho da Comunicação Social Estadual a Comunicação de Brasília nos dá um apoio. Mas somos vinculados ao gabinete de Porto Alegre. Procuramos evitar esconder as coisas. Quando se esconde algo, as chances de vazar são grandes. O ideal é nunca esconder, tentar sempre mostrar o que é certo e evitar chamar [procura as palavras apropriadas...]... Do ponto de vista da liberdade ou da invasão de privacidade não aconteceu nada. A delegada civil que acompanhou as ações da prisão respaldou nosso trabalho, o Ministério Público também nos apoiou quanto à prisão.

Nestes casos, o trabalho de vocês acaba sendo levado adiante por uma outra polícia. Há um atravessamento de competências...

Nossa polícia não é judiciária, mas conduz ao termo. Por exemplo: prendemos alguém, ele é levado para a Polícia Civil para fazer o Registro de Ocorrência. A parte atuante é nossa, mas a continuação, o encaminhamento legal, é da Polícia Civil. Se for um crime com tráfico internacional, daí é com a Polícia Federal. Já aconteceu que apoiamos a Brigada Militar por causa de falta de efetivo.

Em relação ao compartilhamento de imagens captadas, como está esse tema? Que tipo de questões vêm surgindo?

Ele foi previsto quando da concepção, ser compartilhado com todas as prefeituras. Mas não sei o que houve, pois o compartilhamento não avançou. Em Canoas há um espelhamento das imagens das Câmeras instaladas no trecho do município. Mas não sei os motivos. Lembro uma coisa interessante que talvez podes utilizar. A RECORD e a RBS já nos procuraram para nós disponibilizarmos as imagens para eles. A gente passou esse demanda para o Fernando Lehn e não sei em que pé isso está hoje. Nossa conversa me faz lembrar que preciso perguntar isso a ele [Alessandro anota o tema na agenda]... A idéia era disponibilizar a imagem de uma câmera, como a Concepa faz. Como disse, não sei em que pé anda essa situação.

Como funciona o tratamento e arquivamento das imagens? A quem está facultado o uso?

Elas ficam armazenadas na rede de computadores da Central de Operações e coordenada pelo núcleo de telemática da PRF, da sede RS. Tudo fica armazenado por 30 dias. Se precisar de alguma coisa diferenciada, é extraída e regravada. Exemplo: multa. Multamos alguém, um caminhão andando na faixa da esquerda. Gravamos uma foto da multa caracterizando a infração, sua hora e o dia de ocorrência, com a placa aparecendo. Não teria por que. O policial vendo a infração, em qualquer momento poderia multar, seja no videomonitoramento ou seja direto na rua. Porém, hoje a foto é usada porque oferece elementos. As fotos comprovam. Então, esse material fica arquivado em pastas.

E para as emissoras de televisão, o que vai, como vai...?

Vai... hoje, é alguma coisa diferenciada. Eles salvam numa pasta lá na Central e que podemos ver aqui, na Sede. É um material já cortado. São acidentes, uma prisão que eles acompanham no videomonitoramento. Em casos de multas, maquiemos a placa e mostramos a infração. Tal retorno proibido. Mostramos a cena, mas evitamos deixar a identificação da placa. O que vai de acidentes? Salvamos e fazemos um tamanho mais curto, tendo cuidados de imagem.

Percebes alguma mudança em termos de visibilidade da imagem pública da PRF, ao menos na Grande Porto Alegre?

Sempre tivemos uma visibilidade boa. A RBS e a RECORD sempre procuram a gente para dar repercussão sobre o que tava acontecendo ou não acontecendo. Atualmente, com o videomonitoramento, temos sofrido muita cobrança. Ah!, pegaram acidente tal? Gravaram o fato tal? O videomonitoramento trouxe uma valorização da exibição de eventos com acidentes na mobilidade urbana. Há uma ideia, um pensamento, de que as Câmeras substituem policiais. Transparece algo velado na mídia e não sei se isso está só na mídia, ou se está na sociedade em geral. Mas continua dando acidentes, as pessoas seguem dirigindo bem imprudentemente. Sabem que se tu andar muito perto, vai dar um acidente... Dá em média 15 acidentes, por dia, neste trecho.

Que tipos de dilemas éticos vêm no videomonitoramento? Algo que ainda não está pensado, regulado e que é um dilema ético...

Dilema... a questão da invasão da privacidade dentro do carro. As Câmeras estão bastante altas. Até poderia do carro parado focar o rosto de quem está dirigindo, no caso de uma suspeita ou negócio parecido. Tem a coisa de pode ou não pode?, quando se pode fazer?, como?, quem pode?. De resto acho que não tem dilemas. Acho que é algo necessário, é a tendência mundial e nossa chefia vai por ai. A tendência mundial é valorizar o uso do videomonitoramento, em todas as áreas da segurança. Veja-se Londres 2012. A polícia não anda armada lá, mas é tudo super seguro. Tudo é videomonitorado e tem gente te monitorando por todos os lados. Aqui demos um primeiro passo. A idéia da nossa chefia é ampliar na BR-286, colocar em outras cidades, Santa Maria e Ijuí, e ser controlado aqui. Mas para isso precisas criar uma estrutura de trabalho. Não adianta encher de tecnologia e não ter pessoal suficiente e qualificado para operar. Precisas equipe, ferramentas tecnológicas, dinheiro para comprar e para fazer a manutenção, para operacionalizar o sistema.

Acho que é também gerar protocolos dos insumos, trabalhar com os dados colhidos dos monitoramentos, otimizar os usos dos sistemas....

[toca um telefone, que é atendido]... Hoje, por exemplo o Jocimar Farina que atua na Gaúcha, na parte da manhã, ele circula na BR, de carro e acompanha os movimentos de carros. A rádio ABC também tem uma equipe...

Uma crítica dos noticiários é a falta de manutenção das câmeras. Como está esse tema?

Hoje somente a da Boqueirão não está funcionando. No mais todas estão ligadas e sendo monitoradas. Além disso, temos a replicação de 40 Câmeras da Freeway, replicadas pela Concepa. Não lembro exatamente o número de Câmeras da Concepa.

Em 2010, conversando com o Fernando, havia o projeto de estruturar um estúdio de radio e de televisão na Central de Monitoramento. A que pé está isso?

Tá esquecido. Foi um projeto inicial de fazer uma central para colocar o pessoal da imprensa para acompanhar os videomonitoramentos ou nós mesmos podermos gerar informações. Só que a verba não foi suficiente para fazer isso, não havia pessoal para fazer isso e não houve condições técnicas.

Eu queria voltar sobre as mídias da PRF.

Não usamos Facebook, porque seria mais uma ferramenta para dar conta e o pensamos o Facebook mais como entretenimento. No *Twitter*, o plantão coloca ocorrências informativas pontuais. Exemplo. O bloqueio dos caminhoneiros em Pelotas. Vai haver tweets com ocorrências pontuais. Acho que o face é mais entretenimento e o Twitter para informar. Quem quer, acompanha nosso Twitter para saber o que está acontecendo ou para buscar informação. O *e-mail* é usado para divulgar informações. O que mais? Ah... A gente tá com idéia, mas não está funcionando ainda, de montar uma página no *YouTube* com vídeos. É uma idéia de um colega. Produzir vídeos de ações nossas: abordagens, multas, acidentes, prisões... Ele monta o vídeo para mostrar o trabalho da PRF.

Esse projeto tá funcionando em fase experimental ou não ou é algo mais embrionário?

Tá meio parado. Começou em 2011 e até Brasília se interessou para colocar em ação, em nível nacional, montar uma página, PRF nacional no *YouTube*, mas não avançou. No momento está meio parado.

A comunicação social da PRF, num comparativo RS e os outros Estados. Como está? Aqui tem havido um maior uso da comunicação no trabalho da PRF?

Primeiro, a ferramenta do videomonitoramento só nós temos. Segundo, a gente está num nível bem evoluído na relação com a imprensa local. Alguns Estados não têm uma relação boa com a imprensa. Por exemplo SP. Lá a PRF não tem a mesma relação que nós. As estradas mais importantes são as estaduais e não as federais e com isso a PRF tem uma importância secundária. Já no RJ é um caos. Por causa da Via Dutra o trabalho da PRF tem muita repercussão e contato direto com a mídia. O que eu procuro fazer aqui para facilitar nosso trabalho e veicular a Polícia, botar a PRF na Mídia? Incentivo todos os policiais coletar materiais. Digo: qualquer ocorrência, prisão ou apreensão, procurem tirar fotos com uma viatura junto, com um policial ou com o emblema da PRF. Pra gente divulgar, isso conta bastante. Fazer vídeos com o celular, de 20 segundos, 30 segundos. Isso também dá ibope, o pessoal da imprensa gosta. Procuro que o nosso pessoal envie isso por e-mail, mas tá lento ainda... o que mais? Os outros Estados, na maior parte estão bem estruturados de pessoal na Comunicação Social: SC, PR, MT, MS, RJ... Todos têm no mínimo duas pessoas trabalhando

e estagiários de jornalismo. No RS estamos perdendo muito efetivo e ficamos um pouco escantidados. Quando o Tarso foi Ministro houve muito apoio ao RS, teve investimentos em tecnologias e recursos humanos. Depois mudou... Em 2010 tivemos que pressionar para conseguir apoio, viatura e investimentos. Começamos a ter respaldo do Departamento e uma valorização nacional. Mas toda Polícia Rodoviária Federal, no Brasil, tá com falta de efetivo.

Acho interessante tua percepção para fazer os policiais coletar dados para construir notícias. Isso porque você tem uma percepção do que pode ser útil para o trabalho do Departamento de Comunicação e o papel do jornalismo para o trabalho da PRF...

Tô na comunicação da Polícia Rodoviária Federal desde 2006.

És jornalista?

Sou formado em Letras, com mestrado em Literatura Brasileira. Quando a Concepa começou, eu trabalhava na Freeway, e ela queria aparecer pra mídia, ela pagou muito dinheiro. Qual foi minha leitura e minha visão? A polícia precisa aparecer. Mostrar as partes positivas e tentar explicar os pontos negativos, não dá para esconder. Eu sempre consegui fazer isso e os chefes que eu tive nos entenderam e me davam autonomia. Eu sei o que precisa botar, o que vende. E a imprensa valoriza meu trabalho. Em 2010 quando eu saí daqui, eles perguntavam quando eu voltaria. Não adianta você ter a informação e não divulgar. [toca o telefone...].

Numa matéria veiculada num dos jornais do Grupo Sinos foi informado que haveria outras tecnologias ao longo da BR, painéis...

A ideia era a combinação de várias tecnologias. Mas o projeto não deu certo, e faltou recursos.

Você faz clipping dos materiais divulgados?

Procuro fazer de todos.

ANEXO D – ENTREVISTA COM ROSANE DE OLIVEIRA

A entrevistada é jornalista, formada na PUCRS, em janeiro 1982. Tem três contratos de trabalho com o Grupo RBS – **Jornal Zero Hora**, Rádio Gaúcha e TVCOM. A entrevista ocorreu na sala de trabalho, no segundo andar do prédio da **Zero Hora**, na sala de trabalho. A entrevista durou 1h20, tendo ocorrido após a participação no Gaúcha Atualidade, às 9h30.

Pergunta – Como você pensa – planeja – o seu dia, em termos de práticas jornalísticas?

Rosane de Oliveira – Tenho a sensação de que eu faço um ciclo 24h, com um pequeno intervalo entre 0h30 e 6h15min, que é o horário em que durmo. De manhã, após a apresentação do Gaúcha Atualidade, volto para casa, quando tomo um tempo para mim. Tenho dificuldade de dizer quando começa meu dia. Talvez às 15h, quando começo a pensar sobre o que serão as entrevistas do **Atualidade** no dia seguinte. Ou quando termina um **Atualidade** e a gente se pergunta quais serão as entrevistas do outro. Eu não tenho uma rotina fixa, como tu deves perceber pelo teu estudo. Um dia terminamos o programa e nos perguntamos: E amanhã, o que vai ser? Bom, tem um assunto caindo de maduro, que é o julgamento do mensalão. Não podemos ignorá-lo. É um assunto que se impõem e não adianta falar sobre outras coisas. Se não falarmos, as pessoas vão sentir falta daquilo. Cadê o assunto do dia que não está aqui. O programa versa sobre atualidade e nos obriga a abordá-lo. Mas nós gostamos de surpreender, também. Às vezes trazemos um assunto “x” que dá uma ótima repercussão. Então, eu não sei que hora começa o dia ou a coluna **Página 10**... As coisas são muito rápidas e nesses tempos em que a gente precisa publicar, publicar e publicar. A internet mudou as nossas rotinas. Eu gostaria de ter uma presença maior na internet e só não tenho porque não consigo tempo para acomodar isso. Ai eu acabo fazendo o que dá. Tenho um elenco de prioridades. Minha prioridade número um é Pagina 10. Dela sou a titular; tudo o que publico ali sou absolutamente responsável; eu não tenho nem com quem dividir isso. O Juliano me ajuda, mas não com a responsabilidade, boto minha assinatura ali; Minha segunda prioridade é o Atualidade, mas ai já divido com outros dois. Ai tenho 1/3 da responsabilidade. Se eu faltar ao Atualidade não dá nada, pois a Carolina Bahia e o Daniel Scola tocam o programa. Quando eu tiro férias, não sou substituída. Já na coluna, sou substituída, pois não dá para deixar a edição sem a página. Isso mostra que há uma escala de prioridades. ZH é a prioridade e o Atualidade é o segundo. Depois vem a tvcom, onde eu tinha uma participação

diária até inícios de 2013. Minha chefe achou que eu trabalhava demais, e cortou essa participação. Combinamos o seguinte: quando tem um assunto muito importante eu entro. Por exemplo, quando saem pesquisas, eu vou. Nas eleições eu sou ultra-presente. No dia da eleição a tvcom vira minha prioridade. Ali é tudo instantâneo e eu tenho que explicar resultados. Eu me preparo muito para uma eleição para não chegar a hora e alguém perguntar: mas quem é esse sujeito que ninguém nunca ouviu falar? Tu deves ser capaz de explicar porque esse sujeito está aparecendo. O *blog*, eu comecei cheia de gás. Depois eu fui vendo que não tinha pernas para publicar o tempo todo. Também tenho restrições ao *blog* e não sei se ele tem futuro. É uma pergunta que eu me faço. Uma outra coisa que me irrita é a baixaria dos comentários no *blog*. Acho a discussão e a crítica super legais e válidas. Mas o baixo nível nos comentários, os ataques de um leitor ao outro, isso me incomoda muito. Tem horas que tenho vontade de dizer: libera tudo para ver o nível em estão as pessoas. Digo para os guris que trabalham comigo: corta esses palavrões. Penso que as pessoas me usam para atacar os outros que pensam diferente delas. Sou super democrática e penso que há espaço para todas as linhas de pensamento. Mas usam o meu *blog* para se xingarem. Isso não tá bem resolvido na minha cabeça. Boto, quase todos os dias, a nota de abertura da coluna. Aos sábados publico uma crônica, para sair da política e desopilar. Neste sábado (28/9) tive que dedicar a coluna a responder às pessoas que não serei candidata. Que não está no meu DNA ser política. Com o *blog*, então, eu vivo uma crise de identidade. Em relação ao Twitter, eu gosto muito dele. Acho que é a forma mais rápida de dar o recado. Aconteceu e tô aqui. Quando tem uma sessão importante eu twitto ao vivo, *online*. Transmito debate de candidatos, que é uma coisa completamente insana. Mas dá bastante repercussão e é difícil tu resumires as coisas em 140 toques. E fazer isso com a coisa acontecendo é mais complicado ainda. Mas eu gosto de dar a informação ou a opinião pelo Twitter porque é instantâneo. Tenho uma outra mídia, que a mídia social por excelência, que é o instagram. Ela não é para o trabalho e a uso nas minhas horas de lazer. Quanto ao Facebook, eu não acho onde encaixa-lo. Ele me lembra o tamagochi, que os meus filhos tinham. Um inferno aquele brinquedo. Toda hora você precisava dar comida, limpar o cocô, dar remédio. Se você não cuidava, ao voltarem da escola o bicho tinha morrido. O Facebook é um pouco isso. Primeiro, não sei o que fazer com ele. Tenho uma fã page, na qual eu deveria postar materiais sem me preocupar em ter amigos que curtiram um hotel “x” ou “y” e isso vai aparecer na minha página. Penso que isso vai me dar um trabalho tão grande que se eu me dedicar a ele não farei mais outra coisa e não teria como atender minhas prioridades. Tenho esse perfil, mas não faço nada com ele porque não sei o

que fazer e onde encaixá-la e em que hora do meu dia. Tenho umas quatro mil pessoas querendo ser meus amigos, mas não quero aceita-las porque não tenho o que oferecer. Acho que é uma fraude eu aceita-las, mas não oferecer nada. Como jornalista não tenho uma contribuição. Sei que todas as pessoas tem um perfil e acessam. Certamente eu teria uma grande audiência, mas pondero comigo. Tá, as pessoas pagam pra entrar no Facebook? Não, não pagam! Se eu botar toda a minha produção, eu não tenho nenhum retorno. A impressão que eu tenho é a de estar traindo os meus leitores que religiosamente pagam sua assinatura de **Zero Hora**, vão lá na banca e compram a **ZH**; ou os ouvintes que se ligam na radio. Por isso, o face é outra mídia com a qual tenho uma relação mal resolvida. Não sei se daqui a pouco não terei que rever meus conceitos e dedicar duas horas do dia ao Facebook. Quero dar prioridade aos leitores e ouvintes que me são fiéis.

Eu queria entender como trabalhas com a questão ética do direito de resposta. Pelas minhas observações, no teu circuito, ele está sendo praticado no Blog.

Eu faço isso por uma questão bem prática. Eu publico duas linhas e eles me mandam 60 e se eu as publicar encho a página. A nota de abertura, a maior nota da coluna tem 22 ou 23 linhas, por isso eu chamo algo pequeno na coluna e remeto o leitor ao *blog*. Quem quiser ler, que leia lá. As vezes não é nem um direito de resposta. É difícil definir quando se trata de um direito de resposta. Por exemplo, recentemente tive um enorme embate com os médicos e um com o PPS. Quanto ao PPS foi uma critica pesada onde publiquei que é um partido sem identidade, que estaria disposto a apoiar qualquer candidato desde que fosse contra Dilma. O secretario do PPS – Sergio Campos – me respondeu, dizendo que estava profundamente ofendido. Argumentou que a identidade do partido era ser contra Dilma. Fez isso num texto com 40 linhas. Por isso dei a notinha na coluna impressa e chamei para o *blog*. Mas com os médicos, eu publiquei muito. Dei uma opinião sobre o **Mais Médicos**, cheia de cautelas. Não sou de me abraçar às causas e faço as ressalvas devidas. Na essência o programa é interessante, acho que precisamos médico no interior. E os médicos surtaram, para usar uma expressão. Eu recebia aquele calhamaço de e-mails e de comentários no *blog*. Alguns me chamando de burra, desinformada, me ameaçando de não ser atendida, dizendo que a gente não ouvia o outro lado e que não abria espaço para o contraditório. O que fazer num debate tão focado? Não podia usar a coluna para abrir espaço para cada um. Fiz uma cartinha padrão, porque não tinha como responder a cada um individualmente, dizendo que eu estava disposta a publicar as versões de cada médico no meu *blog*. Fiz uma advertência de que precisava da

autorização e que se preparassem para os comentários. Que as pessoas que ali interagem não tinham muita piedade nos comentários. Alguns autorizaram, mas a grande maioria não autorizou e nem desautorizou. Outros responderam que aquilo era para mim e que não fosse publicado, principalmente os mais agressivos. Então houve uma enxurrada, uma flodada no meu *blog*. Então uso o *blog* para dar vasão às respostas. Em geral, quando o leitor está muito incomodado e tu resumes sua reclamação ele alega que não era essa a parte mais importante. Penso com meus botões: Pô, se isso era o importante, resume isso em 4 ou 5 linhas! Mas se tu dizes em 40 ou 60, sou obrigada a escolher alguma.

Tens diferentes lugares de fala no grupo RBS e no caso Nelcir Tessaro, por exemplo, usaste os diferentes momentos do teu circuito para dar resposta a uma notícia da coluna.

Em geral, eu procuro não misturar os momentos do circuito. Por exemplo, se dou uma informação na coluna, eu procuro responder na coluna. A não ser que seja algo muito urgente e tenha que ser algo mais rápido. Se informei algo no Twitter, e não foi pro rádio, jornal ou TV, respondo pelo Twitter. Se eu fiz pelo jornal, prefiro que seja nele. Eu tô transitando em todas as mídias, mas tem um publico que lê o jornal, tem o publico que só me ouve no rádio. Penso no meu pai, por exemplo, que tá lá no interior. Ele leu na **Zero Hora** e não adianta eu dizer que tá no *online* ou no *blog*. Assim como o meu pai, existem “n” leitores. Então não adianta eu dar direito de resposta na rádio. Ela não chega a algumas cidades do interior. O mesmo acontece com a internet. Às vezes acontece que um fato é tão instantâneo que precisas usar todos os meios para disseminar. O caso do Tessaro, por exemplo, ele começou pelo *blog*. Cheguei na redação, a coisa tava andando. Recebi uma informação de que o Tessaro era um dos presos. A Polícia Federal não dizia quem eram os presos, só tinha boatos. Eu liguei pras pessoas envolvidas, mas ninguém atendia. Havia o boato de que o Tessaro era um dos presos. Eu ligava e ele não atendia o telefone. Por não atender o telefone eu não publicaria, mas eu liguei para uma autoridade [a entrevistada abre parêntesis e informa que até o momento não revelou sua fonte e que tb não o faria nesta entrevista] pedindo se era verdade que tais e tais pessoas estavam presas. A fonte confirmou os nomes, inclusive o do Tessaro. Eu publiquei no *blog* e no Twitter os nomes dos envolvidos antes da divulgação oficial da Polícia Federal. Todos os nomes se confirmaram, menos o do Tessaro. Quando eu tava no ar no Gaúcha Atualidade, a Polícia Federal ligou pra Radio para informar que o Tessaro não estava preso. Não deram os nomes dos envolvidos no caso, mas excluíram o Tessaro. Por ter dado no *blog*

pautou todo mundo e eu não podia esperar para corrigir a informação. Ela tinha se reproduzido e pela sua gravidade usei todos os meios à minha disposição para fazer a correção. Me ajoelho aos pés do Tessaro até hoje para pedir desculpas. Cada vez que o encontro me sinto culpada. Embora minha fonte fosse, teoricamente, confiável, ela errou. Eu não vou colocar a culpa nela; eu embarquei e vou engolir. Então o que eu fiz foi: No momento em que a PF informou que ele não estava preso, fiz a correção no ar. Em seguida o Tessaro me ligou e explicou porque havia tirado o telefone do ar – porque estava muito gripado e doente. Botei ele no ar, na rádio gaúcha, fiz uma entrevista com ele pro *blog* e fechei com uma nota na coluna onde dei todas as explicações que ele me deu. Mesmo assim pondero que paguei um preço com perda de credibilidade. Fiz tudo o que tinha que fazer – esse processo de correção. Deve ter advogados que procuraram o Tessaro para me processar – infelizmente temos a indústria do dano moral – mas o próprio Tessaro estava convencido de que eu havia agido corretamente, sem má-fé. Ou pelo menos me disse que não pensou. Sempre acho que se dou uma informação errada, mesmo que de concordância coloco o resto do meu trabalho sob suspeita. Antigamente tínhamos 24h para ler, lamber, retomar um assunto. Agora temos uma nova pressão que é muito complicada.

Em outubro de 2011 o grupo RBS atualizou seu guia de ética. Como essa nova realidade da praticas produtivas estão pensadas em termos de ordenamentos de conduta para as praticas jornalísticas? Você se pauta por essas autoregulações? Elas dão alguma segurança, atrapalham...

Eu sempre me autopolicio... [toca o telefone]. Tenho muita noção do estrago que posso provocar. Independentemente do *guia de ética*, tenho muitos cuidados éticos com o que faço. Recebo muitas denúncias, muitas mesmo. Eu não posso sair publicando. Algumas vezes temos certeza de que a denuncia é verdadeira, mas não temos provas. Outras não temos pernas para apurar. Não quebramos sigilo. Não temos os mecanismos que a Polícia tem. Enfim... às vezes muita gente se frustra e diz: “Pô, eu te passei a informação quentinha e tu não deu. Deve ser porque está protegendo alguém”. Se eu não tenho provas, não posso dizer que uma pessoa ou instituição rouba, desvia verbas ou é corrupta. O guia foi revisto e adaptado. Acho que precisamos um código de conduta para unificar comportamentos das pessoas numa instituição do tamanho desta aqui. Somos 6 mil funcionários e temos o guia de ética do jornalismo e um Manual de conduta da empresa (interno). Eu me sinto confortável com nosso guia de ética, até porque ajudei a escrevê-lo. Um ponto que muita gente questiona

atualmente: o fazer política, a relação com os partidos e o jornalismo político. Ser militante e repórter de política. Eu Rosane, acho que é uma opção. O jornalista que faz jornalismo político não pode sair cheio de bótons de partidos. A credibilidade da informação fica comprometida. Nosso guia proíbe essas práticas e temos pessoas que não compreendem isso ou o consideram antidemocrático ou uma falta de liberdade de expressão. Tivemos, agora uma situação que me deixou confortável pela forma ética como agiu. O André Machado, no momento em que decidiu se filiar, pediu para sair da empresa e do programa. Ele achou que era incompatível conduzir um programa de entrevista, dar opinião sobre políticos, tratar com os partidos e ser candidato. Isso está previsto no guia de ética. Se um funcionário da empresa decidir ser candidato deve se afastar ou ser afastado. Alguns não dizem e se afastam mais tarde. Não vejo o Guia como uma camisa de força. Ela é algo de cada um, mas numa organização é importante ter um norte.

Os valores propostos nos guias são subjetivos, mas precisam ser incorporados nas práticas diárias. Mas sempre surgem novas questões, hoje, temas como o uso de perfis pessoais como jornalista, mediação das interações, espaços de publicação dos conteúdos...

Não tem como separar. Por exemplo. Posso achar que publicar uma foto do meu cachorro no *instagram* não tem nada haver com o que eu faço enquanto jornalista. Mas ao fazer isso, o produto não deveria ofender ou prejudicar o que faço na coluna ou nos outros veículos. Ou se eu fotografar uma fila de entrada pro cinema. Alguém poderia pensar: estou no meu horário de folga, num sábado à noite, e posso publicar. Porém, o que faço ali, o meu comportamento, repercute sobre o que faço na coluna ou no meu trabalho jornalístico. As condutas éticas reverberam. Se eu cobro que as pessoas parem nas faixas de segurança, na minha vida preciso dar exemplo. E quando tenho um perfil de mídia pessoal não posso sair xingando todo mundo. Pensar: eu estou de folga, me revoltei e publico isso ou aquilo. Pensar que esse momento não tem nada haver com o que eu faço como jornalista, essa realidade mudou. Veja o caso do jornalista da ESPN que escreveu barbaridades contra a torcida do grêmio e afirmou, depois, que o fez num momento de desabafo. Penso que eu não tenho o direito de desabafar nas redes sociais, publicando uma coisa que não colocaria na coluna ou num comentário na TVCOM ou no Atualidade. Por isso, quando posto alguma coisa no *blog*, *Twitter*, *instagram* ou é inofensivo como flor, cachorro ou outra coisa. Não teria problema se publicasse na coluna impressa. Essa é uma espécie de parâmetro por onde me oriento. Me

autopolicio: Isso que eu escrevi no meu Twitter, eu ficaria confortável se fosse veiculado no impresso ou no Jornal Nacional? Se publiquei, devo estar preparado para que venha a público. Nas respostas aos leitores, algo que aprendi na prática, dou uma resposta geral. Antigamente eu procurava responder um por um. Às vezes tem gente que é meio sacana e passa a reproduzir isso e mandar pra meio mundo uma resposta pessoal e pontual. Aprendi que não existe uma resposta pessoal neste espaço e que amanhã ou depois, ele pode coloca-la em outra mídia e que ganhou pernas. Teve um episódio em que reconheci um erro nosso, uma avaliação equivocada. A pessoa usou o texto e o enviou pra meio mundo dizendo que a ZH não confia nos seus próprios critérios; a editora de política acha que erraram e critica os próprios colegas jornalistas. Hoje sei que o que publico nas redes ganha pernas e não tem volta.

Tenho uma curiosidade sobre o nome dos momentos do circuito: Blog da Rosane, Twitter da Rosane, Comentário da Rosane...

Vamos começar pelo mais antigo, Gaúcha Atualidade. Ele começou no século passado, com o Mendes Ribeiro. As pessoas mudaram, mas o nome não foi alterado. Particularmente, acho uma estratégia correta. É um programa e não quem o faz. Tenho plena consciência: rei morto, rei posto. Vejo os políticos e assessores me bajularem, me chamando de “minha amiga”. Porém, eu não tenho amigos nesta área e meus amigos são outros. Com minhas fontes tenho relações de respeito. Tenho consciência de que se amanhã eu sair da RBS, o cerco mudará sobre quem me substituir. Iniciei no programa fazendo um comentário e, depois, com a saída do Ranzolin e do José Barrionuevo, comecei a trabalhar com a Ana Amélia e o André Machado. A Ana Amélia saiu para concorrer e entrou a Carolina Bahia. Agora o André saiu e entrou o Daniel Scola. Assim, se sair qualquer um de nós o programa continua sob nova direção.

O título **Página 10** gera problemas de compreensão até hoje. Às vezes está na seis (06), na dezoito (18), inclusive já andou pela trinta e dois (32). Quando ela foi criada eu já andava aqui, eu era editora de política. O Augusto Nunes que era editor de redação buscou um nome, e pensaram em **Panorama político**. Mas acabaram ficando com **Página 10**, pensando que a coluna seria fixa neste espaço. Surgiram varias ponderações: e quando houver um assunto mais extenso ou o comercial precisar do espaço? O Augusto deu a seguinte resposta: diremos que é uma página nota 10. Mesmo que venha na página 40, o nome da coluna será **Página 10**. O Barrio ficou responsável pela coluna entre 1992-2003. Quando ele saiu fui

convidada. Eu tinha uma coluna assinada, semelhante à nota de abertura da coluna atual. A coluna do Barrio tinha muitas fotos e notinhas. Por isso, quando fui convidada a assumir a coluna pedi para incorporar o patrimônio que eu havia conseguido. Não havia um tamanho fixo, mas tinha leitores. Redesenhamos a coluna e veio a pergunta sobre o nome. Eu não tinha um nome melhor e não achava que fosse o caso da personalização. Tem o problema das férias, viagens, ficar doente... Quem assina? Fica uma coisa meio estranha. Hoje a **Página 10** tem minha fotinha, mas quando não estou, são ou o Carlos Rollsing ou a Leticia Duarte seus autores.

Para as redes sociais há uma personalização, mas é uma orientação da empresa. Em 2011 chegamos à conclusão que as mídias sociais comportam a personalização. Antes, lá em 2007, quando iniciamos o investimento em *online*, estava entre os quatro *blogs* da RBS – Santana, Vianey, David Coimbra e eu. [interrompida pela redação de ZH que pede orientação sobre temas pendentes na editoria de política]... Então iniciamos colocando as mídias sociais nos nomes das pessoas. O *blog*, o Facebook e o Twitter, como estavam vagos os nomes, acabaram no meu nome. Na criação do perfil do Twitter discutimos se iria meu nome. Pessoalmente acho horrível, mas como é algo pessoal acabei concordando. Hoje acho um absurdo alguém administrar uma conta de outra pessoa. Muitos políticos terceirizam e vc não sabe quem está alimentando aquele perfil. Quem tu tá lendo. Meu *blog*, quando alguém posta, entre parêntesis vem o nome de quem alimentou.

No seu trabalho, aonde vai o furo ou não existe um critério para essa prática?

É uma boa pergunta. O furo a gente analisa criteriosamente segundo uma avaliação. Primeiro, qual é a extensão do furo? Furinho, furão, furaço... Vale a pena segurar pro Jornal? Seremos os únicos a dar essa informação? As vezes ainda seguro pro impresso. Mas isso é cada vez mais raro e precisamos dar logo a informação. Damos, então no Twitter, no *blog* ou na zerohora.com. Aliás, uso muito o Twitter para chamar outras coisas, para vender. Não tenho muitos seguidores, mas é um número não desprezível. Então se tenho alguma coisa nova publico no *blog* ou na zerohora.com e uso o Twitter para chamar. Às vezes é tão urgente que dou a informação no próprio Twitter. Em relação à radio, não interajo muito durante o dia. O trabalho está focado no Atualidade mesmo. O que faço é compartilhar alguma pauta com o pessoal do jornalismo que bota suas equipes para apurar. Eventualmente, se tem algum tema importante o pessoal me chamam para entrar no ar ou para ampliar alguma informação que dei na coluna. Avaliamos cada caso, isso vale pra mim como para os demais veículos.

Desde que começamos a cobrar o *online*, mudou bastante essa lógica do furo. À noite muita coisa vem sendo publicada, mas há ainda essa avaliação sobre o que é guardado para o impresso e o que é publicado no *online*. A lógica do exclusivo é agora, daqui a dez minutos é velho se tornou uma realidade.

O que mudou na vida das redações com as produções para as mídias de massa e mídias sociais? Acumulo de trabalho, novas linguagens, novos formatos, estéticas...

É uma revolução que acompanho e ao me ver objeto de estudo me sinto envelhecendo. Passei por várias revoluções. Sou do tempo da introdução do offset e isso segue mudando. Páginas em diagramas... e a gente ia indo. Tenho 31 anos de profissão. Passei da máquina de escrever ao computador, aqueles programas que só permitiam escrever, com tela e letra verde. Pequei o tempo do telex. A gente vai se adaptando. A grande mudança foi mudar a lógica do trabalho focado no ciclo 24h. Se trabalhava para o jornal do dia seguinte. O processo se acelerou muito nos últimos 10 anos. Não vou te dizer que sou uma pessoa plenamente adaptada porque a linguagem hoje é vídeo. As pessoas consomem muito vídeo. Eu não faço vídeos porque não consegui ainda entrar nesta lógica. Preciso eleger prioridades, mas tenho consciência de que daqui a pouco preciso incluir vídeos. Aprendi novas linguagens. Tive que aprender a contar histórias em 140 toques. Quando iniciou pensava: isso é coisa pra gente preguiçosa que não quer ler mais que notinhas. Fui num congresso de capacitação e um professor me convenceu. Voltei, fiz uma conta e gostei. Vejo que precisamos nos adaptar. Se o jornalista quiser fazer tudo que se precisaria fazer trabalharíamos 24h e não é isso que se quer. O grande esforço da Martha é nos fazer trabalhar menos horas aqui dentro. Não posso querer ler na Rádio Gaúcha como leio um livro. Assim, preciso dominar a linguagem do *blog*, do Twitter, do impresso, da TV ou rádio. Vejo que me falta muito para ser um craque das redes sociais como essa garotada que chega aqui na redação e que nasceu conectada. Eu gosto do texto bom. Eu, como consumidora, me deito com um bom livro. Não tenho nenhum saco pra vídeo. Meus filhos se deleitam com vídeos e não posso ignorar que as pessoas consomem esses produtos. Agora, também, não vou fazer o que não sei só pra ser engraadinha. Esse é um dilema atual. Não quero deixar órfão um público, que como eu, gosta do texto com as vírgulas no lugar.

Isso afeta a forma de fazer jornalismo e o repórter ou editor precisa dominar mais ferramentas e linguagens...

Hoje, todo mundo pode produzir conteúdo. Num telefone celular você tem uma estação de TV ou de Radio e você pode fazer chover. Agora, qual é o grau de confiabilidade das informações? E por isso qual a confiabilidade das redes? Posso ser a última romântica, mas tenho a pretensão de que podemos fazer a diferença dando credibilidade às informações. No mar de informações que circulam, as pessoas buscam aquelas em que possam confiar. Muitos dos comentários que circulam nas redes sociais são baseadas nas notícias que as pessoas leram, ouviram ou viram na imprensa de massa ou na velha mídia. É dali que sai a matéria prima que as pessoas comentam. Não é a produção que meus filhos de 18 ou 20 anos fizeram. Marcelo Rech utiliza uma expressão que gosto muito: nós damos a certificação. Tem um boato na cidade de que as obras da copa estão atrasadas. Mas quem vai dizer que é por isso, isso e aquilo. Amarrar essas informações ainda segue sendo o papel do jornalista. Quanto tempo vai durar esse nosso papel, eu não sei. Espero que tenha vida longa, porque tem muita modinha passageira. Uma marca do nosso tempo é essa efemeridade das coisas. O Snapchat é a ultima invenção, talvez a penúltima porque ainda não conhecemos a última. É um programa que permite o envio de uma mensagem ou foto para teu grupo de amigos. Em 30 segundos ela se autodestrói. Se viu, viu. Não há como armazenar o conteúdo. Nesse mundo do Snapchat, o que sobra pra nós? Tenho mais perguntas do que respostas. Tem o Tinder que é um aplicativo para localizar pessoas que compartilham o programa. Cria-se um laço entre os usuários. Assim, penso que essa comunicação vai se modificar muito, a toda hora. Mas e como vamos ficar sabendo da Síria, do que está em debate na ONU, do crime contra o patrimônio público? Por isso tenho uma esperança na nossa profissão, na sua capacidade de mediação.

O campo jornalístico divide espaço com novos atores que se comunicam diretamente com seus públicos – Assessorias de prefeituras, sindicatos, empresas, organizações sociais e pessoas individuais, por um lado. Tua produção atravessa esses espaços, por outro. Como percebes essa tensão ou ela não existe?

Sem dúvida que isso afeta nosso trabalho. A maior parte do meu tempo gasto limpando as informações que me chegam. Meu telefone e e-mail ficam sendo ocupados por pessoas querendo vender o seu peixe. Por mais que os políticos ou organizações tenham suas mídias sociais, seu informativo ou sua equipe que faz a comunicação, eles querem um aval da mídia empresa. Mesmo os que falam – a grande mídia não tá com nada!, o que eles querem é

sair na grande mídia. Assim tem sido e assim continuará sendo. Se quer ver a sua notícia boa e a ruim do adversário. Imparcial é aquele que publica o ruim para aquele e o bom pra mim. A gente precisa ficar limpando esse campo o tempo todo. Não sou do tipo de jornalista que abomina as assessorias. Pelo contrário, as valorizo. Mas isso te obriga a tomar milhares de decisões. Esses dias me chegou uma pauta do Deputado Santini, que tinha um projeto para desburocratizar o ponto eletrônico na Assembléia. Ele me convenceu de que a pauta era bacana. Em geral ficamos publicando projetos que decidem sobre qual cidade será a capital da cuca ou do kiwi. Esse projeto decidia sobre a desburocratização e que a instalação de um ponto eletrônico não demore 14 meses. Eu não descobriria essa pauta se ela não me fosse enviada. É uma autodivulgação, mas é uma coisa que faz diferença.

Como essa tua produção segue adiante?

É muito engraçado isso. Às vezes publico uma nota que nem acho assim fantástica, mas conforme a extensão da rede das pessoas vejo aquilo crescer e tomar proporções maiores ao que dei. Tenho causas nas quais eu acredito. Por exemplo, que único jeito de mudar o mundo é pela educação; sou totalmente a favor de multas para quem não cumpre as leis de trânsito; As vezes quando falo de trânsito a fundação Thiago Gonzaga retwitta e a minha publicação ganha pernas. Em outras, publico algo e resulta em xingamentos e na formação de uma rede para me detonar. Vejo que isso faz parte do processo. Acho muito boa essa interação. Antigamente a gente era muito prepotente. Escrevia e ficava aqui esperando para ver o que acontecia. Hoje, você sabe que é olhado com lupa pelo leitor e que ele é impiedoso. Eu cometi erros em relação aos protesto de junho, e mesmo antes quando tudo começou com a queima dos símbolos da copa do mundo ou antes, nas manifestações em frente à PUCRS. Pelo Twitter, eu detonei com aquela manifestação. Eu achava absolutamente injusto que eles tivessem trancado a Ipiranga e que as pessoas que não tinham nada haver com aquilo fossem impedidas de ir e vir. Na época, eu não entendi a dimensão da coisa. Para mim, era um protesto isolado em frente à PUCRS contra a passagem, porque sempre a passagem de ônibus subia em janeiro quando todos estavam de férias, na praia e tal. Como o tribunal tinha empurrado isso para março, a coisa tomou outras proporções. Eu não consegui ver esse movimento maior de insatisfação contra o transporte público. Por essa leitura eu levei muita crítica e nos obrigou, inclusive enquanto redação a nos questionar. Será que estamos cobrindo a coisa desde uma única ótica, outros ângulos? Foi um exercício interessante. Fomos confrontados com essa maneira de ver as coisas. Pessoalmente, não gosto de violência física e

acho que ela não se justifica de forma alguma. No episódio do tatu-bola, por exemplo, a informação chegou de um jeito, com detalhes sobre a agressão ao brigadiano, e eu critiquei muito as pessoas que fizeram aquilo. Mas hoje, vendo retrospectivamente, vejo que deveria ter perguntado outras coisas: será que eles estão lá protestando somente contra o tatu-bola ou tem algo maior. Penso que os protestos nos ensinaram a ter mais humildade, a prestar mais atenção no que tem ao redor, ouvir mais as pessoas. Para não ficar só com uma visão das coisas.

Será que o mundo não está mais complexo e como dar conta das realidades diante de nós. As nossas redações, via de regra, são muito homogêneas: classe média pra classe alta, branca, feminina, com um padrão mental médio parecido. Essa falta de diversidade e de distintas sensibilidades está reduzida.

Tua colocação é perfeita. Quantas pessoas da redação andam de ônibus urbano que vai pra Restinga ou pro Rubem Berta? O que esses fatos nos mostraram é que precisamos ficar muito abertos não para o que nos chega à redação, mas para o que circula nas redes. Isso toma um tempo danado. Por exemplo, tem um evento x em que as pessoas vão se reunir na Prefeitura, com 20 mil confirmações. Agora aprendemos que precisamos ler esses dados e como as coisas estão se movendo fora do nosso pequeno mundo.

Voltando aos momentos do teu circuito – Página 10, Gaúcha Atualidade, tvcom, blog, Twitter – quais as dificuldades que experimentas? O que te dá medo, receio? Onde fazes experiências de linguagens novas, novos programas?

O que mais me angustia é fazer todas essas possibilidades caberem dentro do meu tempo. Idéias eu tenho e acho que tudo poderia ser melhor. Tenho a sensação de que sempre sou devedora. Eu gostaria de interagir mais com os leitores. Gostaria de fazer vídeos, mas não consigo acomodar isso tudo. Ter que renunciar é uma das coisas que me desafia. Eu gostaria de sair mais pra rua, a vida tá na rua e não aqui dentro. Mas se eu passo a tarde conversando com alguém eu não produzo e as coisas se acumularam. Esses dias fui conversar com ex-secretário, os “ex” são ótimas fontes e têm conhecimentos dos processos por dentro. Cheguei com a sensação de que não consegui aprofundar, apesar das muitas anotações, e estava sem energia para produzir algo específico para o *blog* ou para o Twitter. Não tenho uma rotina que emenda das 7h30 da manhã às 22h30. Depois de apresentar o Gaúcha Atualidade (9h30) saio da RBS, dou uma paradinha, embora não me desconecte. Sempre tenho uma fila de coisas

para resolver, pessoas esperam quase um mês para conversar... Então a grande dificuldade de hoje é administrar o meu tempo e quais prioridades tomar. Como manter uma coluna com qualidade? Eu não posso perder os leitores da coluna, como digo, são os que pagam as contas. A coluna tem vários anunciantes que associam sua marca à coluna. Não ganho percentual desses anúncios, mas sinto que são empresas de respeito que escolhem a coluna para se anunciar. As empresas acreditam que fazemos um trabalho bom, equilibrado e que elas não vão ter vergonha de atrelar sua marca com a nossa. Não vendo anúncio, mas fico feliz se nos escolhem. Por isso, a coluna é o carro chefe. Às vezes chego à noite e penso: Bah, podia ter feito isso! Mas não coube dentro do meu tempo.